



PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

IFAP · 2019 - 2023

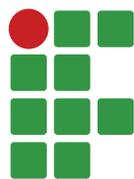


**INSTITUTO
FEDERAL**

Amapá

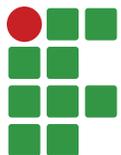
PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
IFAP • 2019 - 2023



INSTITUTO FEDERAL

Ama pá



INSTITUTO FEDERAL

Ama pá

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI IFAP 2019-2023

REITORIA DO IFAP

REITORA

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida

CHEFE DE GABINETE

Karina Pingarilho Paschoalin

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Romaro Antônio Silva

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Erika da Costa Bezerra

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Layana Costa Ribeiro Cardoso

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Diogo Branco Moura

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Tatiane Vaz de Sales Cardoso

DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Adrielma Nunes Ferreira Bronze

DIRETOR DE ENSINO A DISTÂNCIA

Marcos Araújo de Almeida

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Marco Rogério da Silva Pantoja

DIRETOR DE ENGENHARIA

Nil Clinton Côrte Costa

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS MACAPÁ

Márcio Getúlio Prado de Castro

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SANTANA

Marlon de Oliveira Nascimento

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS LARANJAL DO JARI

Marianise Paranhos Pereira Nazário

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PORTO GRANDE

Lutemberg Francisco de Andrade Santana

DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE

Eliel Cleberson da Silva Nery

COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA

EAD PEDRA BRANCA DO AMAPARI

José Leonilson Abreu da Silva Junior

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI IFAP 2019 - 2023

COMISSÃO CENTRAL

Portaria nº 1.624 de 6 de setembro de 2018, alterada
pela Portaria nº 1.910 de 24 de outubro de 2018

Erika da Costa Bezerra
Presidente da Comissão

Membros

Alessandro Silva Souza Oliveira
André Lima Martins
Dejildo Roque de Brito
Diego Aparecido Belo Cabral da Silva
Diogo Branco Moura
Enilson Evangelista Souza de Almeida
Éverton de Sousa Vieira
Ivan Gomes Pereira
Layana Costa Ribeiro Cardoso
Manoel José Magalhães da Silva
Maria Gleiciane de Lima Valente
Marco Johnny de Oliveira do Nascimento
Marco Rogério da Silva Pantoja
Marcos Araújo de Almeida
Nil Clinton Côrte Costa
Priscilla Arruda Soares
Romaro Antônio Silva
Rudá Tavares Magalhães
Tatiane Vaz de Sales Cardoso
Themistocles Raphael Gomes Sobrinho

Revisores de Texto

Bruno Sérvulo da Silva Matos
Elienai Moraes Barbosa
Jorlaíne Monteiro Girão de Almeida
Josiane Silveira Coimbra
Lilian Lobato do Carmo
Mábia Nunes Toscano
Mônica do Socorro de Jesus Chucre
Rita de Cássia Medeiros Borges
Teresinha Rosa de Mescouto

Projeto Gráfico

André Lima Martins
Ivan Gomes Pereira

Diagramação

Ivan Gomes Pereira

LISTA DE SIGLAS
LISTA DE TABELAS
LISTA DE QUADROS
LISTA DE GRÁFICOS
LISTA DE FIGURAS
SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

ALCMS Área de Livre Comércio de Macapá e Santana.

APL Arranjos Produtivos Locais

BSC Balanced Score Card.

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CEB Câmara de Educação Básica

CEFETS Centros Federais de Educação Tecnológica.

CET Comissão de Ética

CGRC Comitê de Governança, Riscos e Controle

CNE Conselho Nacional de Educação.

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CODIR Colégio de Dirigentes

CONIF Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

CONSEPE Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUP Conselho Superior.

CPA Comissão Própria de Avaliação.

CPPD Comissão Permanente de Progressão Docente.

DEICE Departamento de Informação, Comunicação e Eventos.

DIEAD Direção de Educação à Distância.

DIEN Direção de Ensino.

DINST Diretoria de Desenvolvimento Institucional.

DITI Diretoria de Tecnologia da Informação.

EAD Ensino a Distância.

EJA Educação de Jovens e Adultos.

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio.

EPT Educação Profissional e Tecnológica.

ETFAP Escola Técnica do Amapá.

FIC Formação Inicial e Continuada.

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FORPLAN Fórum de Pró-reitores de Administração.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IES Instituição de Ensino Superior.

IF Instituto Federal.
IFAP Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.
IFDM Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
LIBRAS Língua Brasileira de Sinais.
LOA Lei Orçamentária Anual.
MEC Ministério da Educação.
MERCOSUL Mercado Comum do Sul.
NAPNE Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas.
NIT Núcleo de Inovação Tecnológica.
NTA Núcleo de Tecnologia Assistiva.
OCC Orçamento de Custeio e Capital.
PDI Plano de Desenvolvimento Institucional.
PDE Plano de Desenvolvimento da Educação.
PDSA Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá.
PIB Produto Interno Bruto.
PIBIC Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.
PIBID Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.
PLOA Projeto de Lei do Orçamento Aual.
PNAES Programa Nacional de Assistência Estudantil.
PNL Plataforma Nilo Peçanha.
PNMM Programa Nacional Mulheres Mil.
PPGEA Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental.
PPI Projeto Pedagógico Institucional.
PPP Projeto Político Pedagógico.
PROAD Pró-Reitoria de Administração.
PROEJA Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
PROEJA Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
PROEN Pró-Reitoria de Ensino.
PROEXT Pró-Reitoria de Extensão.
PROGEP Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.
PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico.
PROPESQ Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.
SDH/PR Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

SEPLAN Secretaria de Planejamento Amapá.
SETEC Secretaria de Ciência e Tecnologia.
SIAPE Sistema de Pessoal da Administração Federal.
SIASS Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor.
SIC Sistema de Informações ao Cidadão.
SICAJ Sistema de Cadastro de Ações Jurídicas.
SIGAC Sistema de Gestão de Acesso.
SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.
SISAC Sistema de Controle de Ações de Comunicação.
SISU Sistema de Seleção Unificada.
SISTEC Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.
SUAP Sistema Unificado de Administração Pública.
TAE Técnico-Administrativos em Educação.
TAM Termo de Acordo de Meta.
TGA Tecnologia em Gestão Ambiental.
UAB Universidade Aberta do Brasil.
UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01:** Número de Matrículas por modalidade de Ensino em 2017
- Tabela 02:** Total de vagas, inscritos e ingressantes em 2017
- Tabela 03:** Relação do Número de Ingressantes com o Número de Concluintes
- Tabela 04:** Índices de Evasão por modalidade de Curso
- Tabela 05:** Regime de Trabalho e Vínculo com a Administração Pública
- Tabela 06:** Gasto Corrente por Matrícula em 2017
- Tabela 07:** Perfil do Corpo Docente por Regime de Trabalho
- Tabela 08:** Formação do Corpo Docente
- Tabela 09:** Perfil dos Técnicos Administrativos
- Tabela 10:** Formação dos Técnicos Administrativos
- Tabela 11:** Aceleração da Promoção Docente
- Tabela 12:** Carga Horária Necessária para cada Progressão
- Tabela 13:** Nível de Escolaridade Formal Superior ao Previsto para o Exercício do Cargo
- Tabela 14:** Admissão de Servidores
- Tabela 15:** Compromisso com Processo Seletivo 2019 – 2023
- Tabela 16:** Compromisso com a Assistência Estudantil 2019 – 2023
- Tabela 17:** Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Laranjal do Jari
- Tabela 18:** Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Macapá
- Tabela 19:** Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Porto Grande
- Tabela 20:** Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Santana
- Tabela 21:** Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Laranjal do Jari
- Tabela 22:** Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Macapá
- Tabela 23:** Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Porto Grande
- Tabela 24:** Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Santana
- Tabela 25:** Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Pólo Amapá
- Tabela 26:** Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari
- Tabela 27:** Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Macapá
- Tabela 28:** Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Centro de Referência Pedra Branca do Amapari
- Tabela 29:** Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Porto Grande
- Tabela 30:** Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Santana
- Tabela 31:** Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Avançado Oiapoque
- Tabela 32:** Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari

- Tabela 33:** Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Macapá
- Tabela 34:** Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Porto Grande
- Tabela 35:** Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Santana
- Tabela 36:** Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Avançado Oiapoque
- Tabela 37:** Cursos de Formação Inicial e Continuada, Centro de Referência Pedra Branca do Amapari
- Tabela 38:** Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Santana
- Tabela 39:** Cursos de Formação Inicial e Continuada, Polo Amapá
- Tabela 40:** Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Laranjal do Jari
- Tabela 41:** Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Macapá
- Tabela 42:** Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Porto Grande
- Tabela 43:** Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Avançado Oiapoque
- Tabela 44:** Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari
- Tabela 45:** Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Macapá
- Tabela 46:** Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Porto Grande
- Tabela 47:** Pós-Graduação Stricto Sensu, Presencial, Campus Santana
- Tabela 48:** Perfil do Corpo Docente por Regime de Trabalho
- Tabela 49:** Formação do Corpo Docente
- Tabela 50:** Perfil dos Técnicos-Administrativos
- Tabela 51:** Aceleração da Promoção Docente
- Tabela 52:** Carga Horária necessária para cada progressão
- Tabela 53:** Nível de Escolaridade Formal Superior ao Previsto para o Exercício do Cargo
- Tabela 54:** Plano de Expansão do Quadro Docente e Técnico-Administrativos
- Tabela 55:** Orçamento e cronograma de execução 2014 – 2018
- Tabela 56:** Previsão Orçamentária e cronograma de execução 2019 - 2023

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Marcos Históricos do IFAP

QUADRO 02: Matrículas em Macapá e Laranjal do Jari em 2017

QUADRO 03: IFDM dos Municípios do Amapá

QUADRO 04: Relação entre eixos e dimensões SINAES e eixos e dimensões IFAP

QUADRO 05: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Planejamento e Avaliação

QUADRO 06: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

QUADRO 07: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Comunicação com a Sociedade

QUADRO 08: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Políticas para o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-graduação

QUADRO 09: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Políticas de Atendimento ao Discente

QUADRO 10: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Políticas de Gestão de Pessoas

QUADRO 11: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Gestão Administrativa

QUADRO 12: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Governança, Risco e Controle

QUADRO 13: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Engenharia e Infraestrutura

QUADRO 14: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Sustentabilidade Financeira

QUADRO 15: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular Presencial

QUADRO 16: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos Presencial

QUADRO 17: Cursos Técnicos Subsequente EaD e Presencial

QUADRO 18: Cursos Superiores EaD e Presencial

QUADRO 19: Cursos de Formação Inicial e Continuada

QUADRO 20: Pós-Graduação Lato Sensu EaD e Presencial

QUADRO 21: Pós-Graduação Stricto Sensu Presencial

QUADRO 22: Infraestrutura de Obras Reitoria

QUADRO 23: Infraestrutura de Obras Campus Laranjal do Jari

QUADRO 24: Infraestrutura de Obras Campus Macapá

QUADRO 25: Infraestrutura de Obras Campus Porto Grande

QUADRO 26: Infraestrutura de Obras Campus Santana

QUADRO 27: Infraestrutura de Obras Campus Avançado Oiapoque

QUADRO 28: Infraestrutura de Obras Campus Pedra Branca do Amapari

QUADRO 29: Quadro Consolidado de Obras IFAP

QUADRO 30: Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Macapá

QUADRO 31: Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Porto Grande

QUADRO 32: Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Santana

QUADRO 33: Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Oiapoque

QUADRO 34: Probabilidade e Gradualidade Risco

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Percentual de Participação do Número de matrículas em 2017

GRÁFICO 02: Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes / Alunos em situação final

GRÁFICO 03: Titulação do Quadro Docente do IFAP em 2017

GRÁFICO 04: Gastos com Pessoal do IFAP

GRÁFICO 05: Investimentos realizados no IFAP

GRÁFICO 06: Perfil Socioeconômico da Clientela – Cor/Raça (2017)

GRÁFICO 07: Perfil Socioeconômico da Clientela – Renda Familiar per Capita (2017)

GRÁFICO 08: Perfil Socioeconômico da Clientela – Idade e Sexo

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

FIGURA 02: Mapa do Amapá destacando as cidades com unidades do IFAP

FIGURA 03: Estrutura Organizacional do IFAP

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	20
Carta da Reitora	22
 1 PERFIL INSTITUCIONAL	25
1.1 Histórico	28
1.2 Área de Abrangência	32
1.2.1 Contexto Geográfico	34
1.2.2 Contexto Social, Político e Econômico da Região	35
1.2.3 Contexto Internacional	36
1.2.4 Contexto Histórico e Cultural	38
1.2.5 Economia dos Municípios	39
1.2.6 Cenário Educacional no Amapá	40
1.3 Áreas de Atuação do IFAP	42
1.4. Finalidades e Competências	43
1.4.1. Princípios	43
1.4.2. Características e Finalidades	44
1.4.3. Objetivos	45
 2 PERFIL ESTRATÉGICO	48
2.1. Identidade Estratégica	49
2.2. Análise Situacional do IFAP	49
2.3. Eixos e Dimensões Estratégicas	62
2.4. Objetivos Estratégicos por Dimensão	64
2.5. Metas, Ações e Indicadores	66
 3 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	88
3.1 Estrutura Organizacional e instâncias de decisão	88
3.2 Organograma Institucional	89
3.3 Órgãos Colegiados: competências e composição	91
3.4 Órgãos de apoio às atividades acadêmicas	92

3.5	Relações e Parcerias com a comunidade, instituições e empresas	94
	4 PLANO DE COMUNICAÇÃO VISUAL	98
4.1	Histórico	99
4.2	Princípios e valores da Comunicação Institucional	99
4.3	Competências e Atribuições da Comunicação Institucional	100
4.4	Gerenciamento da comunicação institucional	101
4.5	Segmentação da comunicação: canais e públicos	102
4.5.1	Canais	102
4.5.2	Canais de comunicação já existentes	102
4.5.3	Canais de comunicação a serem implementados	103
4.6	Públicos	104
4.7	Comunicação descentralizada	104
4.8	Comunicação Inclusiva	104
4.9	Eventos	104
4.10	Identidade Visual	105
4.11	Pesquisa	105
4.12	Serviço de Informação do Cidadão	105
	5 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	108
5.1	Princípios filosóficos e epistemológicos que norteiam a prática educativa do IFAP	108
5.2	Concepções teórico-metodológicas	110
5.3	Currículo, Ensino e Aprendizagem	112
5.4	Políticas de Ensino	113
5.4.1	Política de Ensino para Educação Profissional Técnica de Nível Médio	117
5.4.1.1	Diretrizes para os cursos técnicos de nível médio na forma Integrada, modalidade EJA	119
5.4.2	Políticas de Ensino para a Graduação	121
5.4.2.1	Dos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura)	124
5.4.2.2	Dos cursos superiores de tecnologias	124
5.4.2.3	Dos cursos de licenciatura (formação de professores)	125
5.4.2.4	Dos cursos de bacharelado	127

5.4.3 Políticas e ações institucionais da Educação a Distância (EaD)	127
5.5 Políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	129
5.5.1 A Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	129
5.5.2 Diretrizes para a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica	130
5.5.3 Os eixos da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	132
5.5.3.1 Pesquisa	132
5.5.3.1.1 Princípios norteadores	133
5.5.3.1.2 Objetivos	133
5.5.3.2 Pós-Graduação	134
5.5.3.2.1 Princípios norteadores	135
5.5.3.3 Inovação	136
5.5.3.3.1 Princípios norteadores	138
5.5.3.3.2 Inovação Tecnológica	138
5.5.4 Ações da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	138
5.6 Políticas De Extensão	139
5.6.1 Diretrizes da Extensão	140
5.6.2 Princípios da Extensão, que estruturam sua concepção e prática	141
5.6.2.1 Áreas Temáticas	142
5.6.2.1.1 Programa	142
5.6.2.1.2 PROJETO	142
5.6.2.1.4 Projetos Sociais	143
5.6.2.1.5 Projetos culturais	143
5.6.2.1.6 Curso	143
5.6.2.1.7 Eventos	144
5.6.2.1.8 Prestação de serviço	144
5.6.2.1.9 Estágio e Emprego	144
5.6.2.1.10 Visitas Técnicas	144
5.6.2.1.11 Egressos	145
5.6.2.1.12 Empreendedorismo	145

5.6.3 Internacionalização	145
5.6.3.1 Princípios Norteadores	145
5.6.3.2 Objetivos	146
5.7 Responsabilidade Social da Instituição	147
5.7.1 A Educação Inclusiva no IFAP	147
5.7.2 A Educação Inclusiva no IFAP	150
5.8 Organização Didático-Pedagógica	153
5.8.1 Plano para atendimento às Diretrizes Pedagógicas	153
5.8.2 Princípios Pedagógicos	153
5.8.3 Processo de Avaliação	154
5.8.4 Prática Profissional	156
5.8.4.1 Prática Profissional via Projeto	157
5.8.4.2 Inovações significativas quanto a flexibilidade dos componentes curriculares	157
5.8.4.3 Integralização dos Cursos	158
5.8.5 Avanços Tecnológicos	158
 6 PLANO DE OFERTAS DE VAGAS	161
6.1 Eixos Tecnológicos ofertados pelo Instituto Federal do Amapá	161
6.1.1 Ambiente e Saúde	161
6.1.2 Desenvolvimento Educacional e Social	162
6.1.3 Gestão e Negócios	162
6.1.4 Informação e Comunicação	163
6.1.5 Infraestrutura	163
6.1.6 Produção Alimentícia	164
6.1.7 Produção Cultural e Design	164
6.1.8 Produção Industrial	165
6.1.9 Recursos Naturais	165
6.1.10 Segurança	165
6.1.11 Turismo Hospitalidade e Lazer	166
6.2 Percentuais mínimos legais	166

6.3 Plano de Ofertas	167
6.3.1 Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Regular	167
6.3.2 Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos - PROEJA	170
6.3.3 Cursos Técnicos Subsequentes	173
6.3.3 Cursos Superiores	178
6.3.3.1 Tecnólogos	179
6.3.3.2 Licenciaturas	179
6.3.3.3 Bacharelados	179
6.4 Curso de Formação Inicial e Continuada	183
6.5. Pós-Graduação	190
6.5.1 Lato Sensu	190
6.5.2 Pós-Graduação Stricto Sensu	194
6.6 Acompanhamento da Oferta de Vagas	195
 7 PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS	198
7.1 Composição	200
7.1.1 Perfil do Corpo Docente	201
7.1.2 Perfil dos Técnico-Administrativos	202
7.2 Plano de Carreira Docente	203
7.3 Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação	204
7.4 Critérios de Seleção para Docentes, Técnico-Administrativos e Professor Substituto	205
7.5 Plano de Expansão do Quadro Docente e de Técnico-Administrativos	206
7.6 Plano de Capacitação e Qualificação	207
7.7 Saúde e Qualidade de Vida no IFAP	209
7.8 Ações Executadas com Base no PDI 2014 - 2018	209
 8 PLANO DE INFRAESTRUTURA	212
8.1 Expansão da Infraestrutura Física da Reitoria e Unidades de Ensino	212
8.1.2 Infraestrutura de Obras Campus Laranjal do Jari	218
8.1.3 Infraestrutura de Obras Campus Macapá	221
8.1.4 Infraestrutura de Obras Campus Porto Grande	224

8.1.5	Infraestrutura de Obras Campus Santana	227
8.1.6	Infraestrutura de Obras Campus Avançado Oiapoque	230
8.1.7	Infraestrutura de Obras Centro de Referência Pedra Branca do Amapari	232
8.2	QUADRO CONSOLIDADO DE OBRAS IFAP	233
8.3	Infraestrutura Física existente nas Unidades do Ifap	234
 9	ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	245
9.1	Capacidade e Sustentabilidade Financeira	246
9.2	Estrutura de Orçamento e Finanças do IFAP	247
9.3	Previsão Orçamentária e cronograma de execução	248
 10	POLÍTICA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	252
10.1	Formas de Ingressos	252
10.2	Assistência Estudantil	253
10.3	Regulamento Discente do Ifap	256
10.4	Programas Federais de Apoio ao Discente	257
10.4.1	Programa Bolsa Permanência	257
10.4.2	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)	258
10.4.3	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para os estudantes de Ensino Médio PIBIC-Jr	258
10.4.4	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica	259
10.4.5	Programa Residência Pedagógica	260
10.5	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)	261
 11	AValiação e ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	266
11.1	Órgãos Executores da Avaliação Institucional	266
11.2	Avaliação Institucional	267
11.3	Metodologia, Dimensões e Instrumentos do Processo de Autoavaliação	267
11.4	Dimensões Norteadoras do Processo de Autoavaliação Institucional	269
 12	GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE	271
12.1	Política de Gestão de Riscos	272
12.2	Diretrizes para Gestão de Riscos na Instituição	273
12.3	Responsabilidades	275

 13 RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE _____	278
13.1 Canais de acesso do cidadão _____	278
13.2 Carta de Serviços ao Usuário _____	280
13.3 Aferição do grau de satisfação dos usuários _____	280
13.4 Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a atuação da Unidade _____	280

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 do Instituto Federal do Amapá – IFAP foi elaborado seguindo as orientações previstas no Artigo 16 do Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006, e tendo ainda como base legal a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Também foram observados, nessa elaboração, os seguintes documentos institucionais: O Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 a 2108 do IFAP, o Projeto Político-Pedagógico constante no PDI 2114-2018 e Estatuto e Regimento Geral do IFAP. Além disso, serviu de parâmetro o documento orientador de elaboração do PDI na Rede Federal, construído no Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional, órgão de assessoramento ao CONIF.

A coordenação geral do processo de elaboração deste Plano coube à Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional, que, inicialmente, submeteu ao Colégio de Dirigentes do IFAP a proposta de construção do documento. Em seguida, uma Comissão Central foi instaurada para iniciar as discussões acerca de um cronograma com ações e prazos, de forma a viabilizar o trabalho, com contribuições de todos os atores envolvidos com o Instituto no Estado do Amapá. Para garantir que o trabalho pudesse ser o mais representativo das contribuições da comunidade educacional, adotou a estratégia de descentralização das tarefas por meio de distintas comissões com diferentes atribuições.

Em cada um dos Campi, foi constituída comissão local, composta por representações de servidores e estudantes para desenvolvimento do plano de oferta de vagas para o período 2019-2023, assim como para discussão e sistematização do Plano Pedagógico Institucional – PPI. Posteriormente, em vistas da necessidade de discutir cada um dos temas das outras seções do PDI, foram criadas comissões temáticas, cuja função era construir as partes específicas com base nos documentos normativos e nas contribuições sistematizadas nos Campi pelas comissões locais. E foi designada, por fim, a comissão central, contando com representantes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e de seus colegiados e entidades de servidores e estudantes, com a responsabilidade de apreciar, avaliar e aprovar previamente o documento final a ser encaminhado ao Conselho Superior.

Foi constituída, ainda, comissão de apoio logístico e comunicação, responsável pelo processo de organização das reuniões temáticas e de toda a parte de comunicação do processo de construção do PDI. E, em cada Campus, foram realizados, em distintos momentos, seminários, audiências públicas e reuniões, através dos quais os diversos segmentos que compõem o Instituto puderam colaborar com críticas, sugestões e proposições para subsidiar a elaboração do documento final.

Visando propiciar maior participação da comunidade acadêmica, foram adotadas, também, ferramentas eletrônicas, acessíveis via Rede Mundial de Computadores, incluindo a criação de uma página oficial do PDI 2019-2023 com link no sítio institucional para receber as contribuições, além da disponibilização do correio eletrônico.

Assim, no período compreendido entre março de 2018, com a apresentação da proposta em Reunião de Colégio de Dirigentes, e dezembro de 2018, com a aprovação pelo CONSUP do documento final, construiu-se coletivamente um plano que detalha os objetivos e as metas estratégicas do IFAP como instituição de educação profissional, científica e tecnológica, em sintonia com os arranjos locais e regionais e buscando a excelência em suas ações acadêmicas e gerenciais. O Plano servirá como balizador da ação institucional, nos próximos cinco anos, devendo ser acompanhado em sua execução, avaliado em seus resultados e, caso necessário, redimensionado para o atingimento do melhor patamar de desenvolvimento.

CARTA DA REITORA

É um momento ímpar para o Instituto Federal do Amapá, IFAP: a entrega a toda a Comunidade Ifapiana do nosso Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, o qual escrito a muitas mãos, contempla toda a essência do que pretendemos desenvolver no período de 05 anos, de 2019 a 2023.

É pelo viés do nosso PDI que a Educação Técnica e Tecnológica, Pública e Gratuita de Qualidade, garantirá que o IFAP continue a sua Missão Social de mudar vidas para melhor, fazendo florescer cidadãos que possam usufruir, de forma plena, de todos os bens sociais, sendo os principais sujeitos da própria história.

E com este sentimento de “dever cumprido” que compartilhamos esta alegria ímpar com todos vocês - servidores docentes e técnicos-administrativos, alunos e comunidade - que fazem valer a pena o trabalho que vimos construindo no Estado do Amapá desde 2010 e que a partir de 2016 passou a integrar 6 municípios: Macapá, Laranjal do Jari, Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Oiapoque e, agora em 2018 mais um município, Amapá.

E isto nos dá a certeza de que, a cada espaço geográfico que entramos, mais cumprimos com honra, ética e competência a nossa mais nobre missão: desenvolver social e economicamente o Estado do Amapá, o Brasil e quiçá o mundo porque acreditamos que a Educação Profissional, na medida em que se coaduna com os Arranjos Produtivos Locais e Regionais gera progresso e desenvolvimento, com a essência que norteia qualquer processo de Educação que tem a pessoa como sua mola mestra.

A tecnologia que aqui desenvolvemos através do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão tem como bojo em sua concepção a formação humana onde importa “o devido respeito à pessoa humana”. Aliado a isso, o PDI é o Norte para que o IFAP continue entregando serviço de excelência ao cidadão, pautado nos valores da Transparência, da Eficiência, da Ética, da Inclusão, da Responsabilidade Social e da Sustentabilidade.

À guisa de conclusão, expressamos aqui o que nos guia, sempre, em nossa profícua caminhada: Gratidão por poder usar os espaços sociais que ocupamos para construir um mundo mais Justo e Igualitário.

**Marialva Almeida
Reitora**



CAPÍTULO 1

PERFIL

INSTITUCIONAL



PERFIL INSTITUCIONAL



O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (Ifap) está inserido na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, estabelecida nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou 38 Institutos Federais, a partir da transformação ou integração das Escolas Técnicas e Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica.

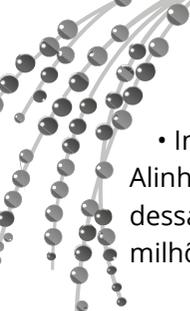
Com trajetória centenária, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica constitui-se atualmente de 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II, totalizando 41 instituições. São 643 *campi*, mais de um milhão de matrículas e cerca de 80 mil servidores (professores e técnico-administrativos) (CONIF, 2018).

As instituições da Rede Federal têm o compromisso social de oferecer educação profissional pública, gratuita e de excelência a jovens e trabalhadores, do campo e da cidade; de viabilizar o acesso efetivo às conquistas científicas e tecnológicos, por meio da oferta de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento; de promover a pesquisa aplicada e a inovação; de atuar fortemente na extensão tecnológica (CONIF, 2018).

Além da mudança de institucionalidade, que possibilitou a reestruturação e o aprofundamento da sua atuação, essas instituições vêm experimentando, nos últimos anos, uma extraordinária expansão, que ampliou, de modo significativo, as oportunidades de acesso, inclusive nos interiores do país, onde se concentra o maior número de unidades.

Alguns dos diferenciais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são:

- Potencial inclusivo;
- Destinação de 50% das vagas à educação técnica de nível médio;
- Mínimo de 20% das vagas é voltado à formação de professores;
- Cerca de 30% das vagas são para cursos superiores de tecnologia, bacharelados, engenharias e pós-graduações (mestrado e doutorado);
- Políticas consistentes para fomento da pesquisa aplicada;
- Transferência de tecnologia aplicada a produtos e processos, por meio da extensão tecnológica;
- Atuação em todos os níveis da educação profissional e tecnológica;
- Cursos voltados ao atendimento dos arranjos produtivos locais;
- Formação de profissionais de excelência com instrução cidadã;
- Estímulo à capacitação e qualificação dos servidores;
- Investimento em Internacionalização;



- Incentivo à criatividade, inovação e visão de futuro.

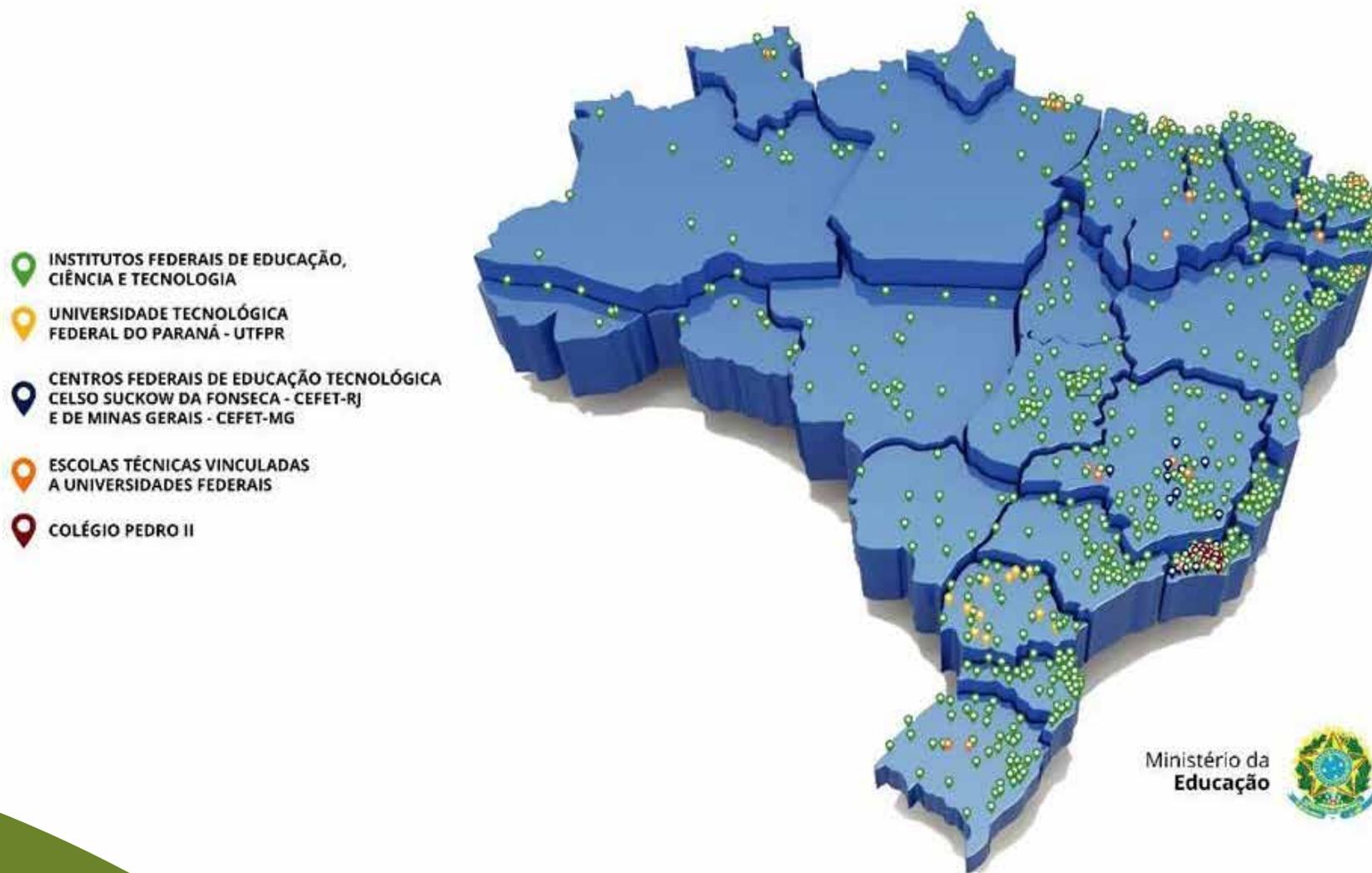
Alinhada com as diretrizes expressas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a atuação da Rede constitui-se, dessa forma, como importante contribuição à geração de novas, múltiplas e melhores oportunidades de formação para milhões de brasileiros num horizonte de longo prazo.

Estrategicamente, engloba diversos aspectos, como a questão geográfica das disparidades estruturais, do desenvolvimento econômico e da inclusão social. Nesse sentido, vale ressaltar os objetivos gerais da Política de Educação Profissional, Tecnológica e Superior definidos pelo MEC:

- Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, permitindo a ampliação da oferta de vagas e a democratização do acesso;
- Promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência deles no interior do país; e
- Potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das desigualdades sociais e territoriais.



Figura 1. Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



Fonte: Site da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Redetec (<http://redefederal.mec.gov.br/historico>)



Integrado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o IFAP é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, é equiparado às universidades federais.

O IFAP é uma autarquia de regime especial de base educacional humanística e técnico-científica, cuja autonomia reflete explicitamente a sua natureza jurídica, a sua prerrogativa de criação e extinção de cursos e a emissão de diplomas nos limites de sua área de atuação territorial.

É regido pelos atos normativos, pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos: Estatuto, Regimento Geral, Resoluções do Conselho Superior e Atos da Reitoria.

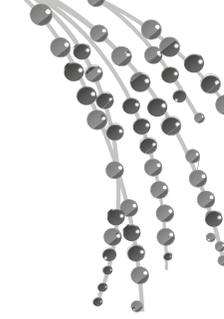
Segue-se um breve histórico da atuação do Instituto Federal no Estado do Amapá em suas áreas de atuação.

1.1 HISTÓRICO

O IFAP originou-se a partir da criação da Escola Técnica Federal do Amapá, instituída pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. A Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP) foi criada como entidade de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), nos termos da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

A Portaria MEC nº 1.067, de 13 de novembro de 2007, atribuiu ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA) o encargo de implantar a Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP). A Portaria MEC nº 1.199, de 12 de dezembro de 2007, nomeou o professor Emanuel Alves de Moura para exercer o cargo de Diretor Geral *Pró-Tempore* da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP).

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, que implantou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformou a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, vinculado ao MEC, com natureza jurídica de autarquia; sendo, pois, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Por meio da Portaria MEC 021/2009, de 7 de janeiro de 2009, foi nomeado o professor Emanuel Alves de Moura, como Reitor *Pró-Tempore* desta autarquia.



O IFAP, com sua estrutura descentralizada pluricurricular e multicampi, apresenta os seguintes domicílios:

1. Reitoria.
2. *Campus* Macapá.
3. *Campus* Avançado Oiapoque.
4. *Campus* Laranjal do Jari.
5. *Campus* Santana.
6. *Campus* Porto Grande.
7. Centro de Referência em Educação a Distância de Pedra Branca do Amapari.
8. Polo Amapá

No segundo semestre de 2010, primeiro ano de sua atuação, o IFAP iniciou suas atividades na área de Ensino Técnico de Nível Médio, no *campus* Laranjal do Jari, com os cursos na modalidade Subsequente, a saber, Técnico em Secretariado, Técnico em Informática e Técnico em Secretaria Escolar; e no *Campus* Macapá, na mesma modalidade, com os Cursos Técnicos em Informática e Edificações.

Em 2011, obedecendo ao processo de instalação e implementação, começaram a ser ofertados os demais cursos de Ensino Técnico de Nível Médio nas modalidades Integrado, Subsequente e Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Cursos superiores de Licenciaturas e de Tecnologia, Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* e Formação Inicial e Continuada (FIC). Ainda nesse ano foram ofertados cursos FIC no âmbito dos programas federais: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) e o Programa Nacional Mulheres Mil (PNMM), bem como o Pro-funcionário, voltado à capacitação do funcionalismo da rede pública estadual e municipal do Amapá.

Em 2013, como parte do plano de expansão III da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Instituto foi contemplado com dois campi: Santana e Porto Grande. Neste mesmo ano, iniciou-se o processo de implantação do *campus* Avançado Oiapoque, no município do mesmo nome, vinculado à estrutura do *campus* Macapá, e a implantação do Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, vinculado ao *campus* Porto Grande.

Em 2015, o Ifap realizou sua primeira consulta à comunidade para escolha do gestor máximo da instituição, sendo eleita a professora Marialva do Socorro Ramalho Oliveira de Almeida, nomeada reitora com mandato até 2019.

Em 2018, houve a oferta dos primeiros cursos de pós-graduação *lato sensu*, constituídos e implementados integralmente pelo IFAP. Em 2019, por sua vez, será feita a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, possibilitando a ocupação de um espaço importante no cenário local e nacional com o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da pós-graduação.

A elaboração da meta de oferta de cursos do IFAP é construída a partir das demandas populares e estudos de viabilidade econômica e direcionada pela perspectiva dos arranjos sociais, culturais e produtivos locais e análise de mercado de trabalho. A execução das metas deverá estar em consonância com a infraestrutura física instalada e com os recursos humanos disponíveis, tendo lugar a necessidade de expansão da infraestrutura física e a contratação de novos servidores quando do aumento das metas de cursos/vagas e a implantação dos novos domicílios.

O Ifap se caracteriza como uma instituição dinâmica, em constante sintonia com os diversos setores do processo socioeconômico, promovendo a atualização sistemática dos servidores e do currículo; modernizando continuamente a sua estrutura física e organizacional; incentivando a realização da pesquisa científica e tecnológica; e, principalmente, garantindo o atendimento à diversidade de sua clientela.



Quadro 1. Marcos Históricos do Ifap.

MARCOS HISTÓRICOS DO IFAP	
2007	« Criação da Escola Técnica Federal do Amapá (Etfap), instituída pela Lei nº 11.534.
2008	« Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), por meio do artigo 5º, inciso III, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante a transformação da Etfap em Ifap.
2010	« Autorização do Funcionamento do campus Macapá e do campus Laranjal do Jari, por meio da Portaria nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010. « Início das atividades letivas no <i>campus</i> Macapá, com a oferta dos cursos Técnicos Subsequente em Edificações e em Informática, e no <i>campus</i> Laranjal do Jari, com os cursos Informática, Secretariado e Secretariado Escolar.
2011	« Início da oferta de curso de graduação no <i>campus</i> Macapá (Licenciatura em Informática).
2012	« Primeiro curso de Pós-Graduação Lato Sensu do Ifap (Docência na Educação Profissional e Tecnológica, no <i>Campus</i> Macapá). « Início do Programa Profucionário (Programa de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública) « Início da oferta das primeiras turmas do Programa Nacional Mulheres Mil. « Lançamento do Projeto de Extensão Pensamento Digital: Desenvolvimento Tecnológico no Meio do Mundo. « Oferta da primeira turma de Mestrado em Educação, fruto da parceria entre o IFAP e a UFRRJ, por meio do PPGEA.
2014	« Implantação do Centro de Referência em Educação a Distância em Pedra Branca do Amapari com a oferta do Técnico em Logística (na modalidade subsequente), através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). « Lançamento da Revista <i>Journal of Bioenergy and Food Science</i> . « Início da oferta de curso de graduação no <i>campus</i> Laranjal do Jari (Licenciatura em Ciências Biológicas)
2015	« Primeira consulta à comunidade do Ifap para eleição do cargo de Reitor do Ifap. « Autorização do Funcionamento do <i>campus</i> Santana, por meio da Portaria nº 27, de 21 de janeiro de 2015. « Início da oferta de curso de graduação Tecnologia em Gestão Ambiental (TGA) no <i>campus</i> Laranjal do Jari. « Lançamento da Escola de Conselhos do Amapá, através da parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).
2016	« Primeira consulta à comunidade do Ifap para eleição do cargo de Diretor-Geral dos campi Macapá e Laranjal do Jari. « Autorização do Funcionamento do campus Agrícola Porto Grande e do <i>campus</i> Avançado Oiapoque, por meio da Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016
2017	« Lançamento do Hino Oficial do Ifap. « Adesão ao Projeto Rede Brasil Mulher, da Secretaria Nacional de Políticas para Mulher. « Lançamento do Programa Xequê-Mate (Programa Institucional de Xadrez do Ifap). « Lançamento do Programa Robótica Construtiva (Programa Institucional de Robótica do Ifap).

MARCOS HISTÓRICOS DO IFAP

2018

- « Início da primeira turma de Engenharia do Ifap (Curso de Engenharia Agrônômica em Porto Grande).
- « Lançamento do Plano de Logística Sustentável do Ifap.
- « Lançamento e cerimônia de obliteração do selo postal comemorativo pelo 10º aniversário do Instituto Federal do Amapá (Ifap).
- « Lançamento do Polo Amapá.

1.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A construção do PDI tem como base as características socioeconômicas e culturais do Estado do Amapá, fundamentalmente aquelas que traduzem o perfil dos municípios onde o Instituto foi implantado.

Com o objetivo de congregar os municípios por similaridade econômica e social, o do Amapá está subdividido em duas mesorregiões conforme abaixo descrito:

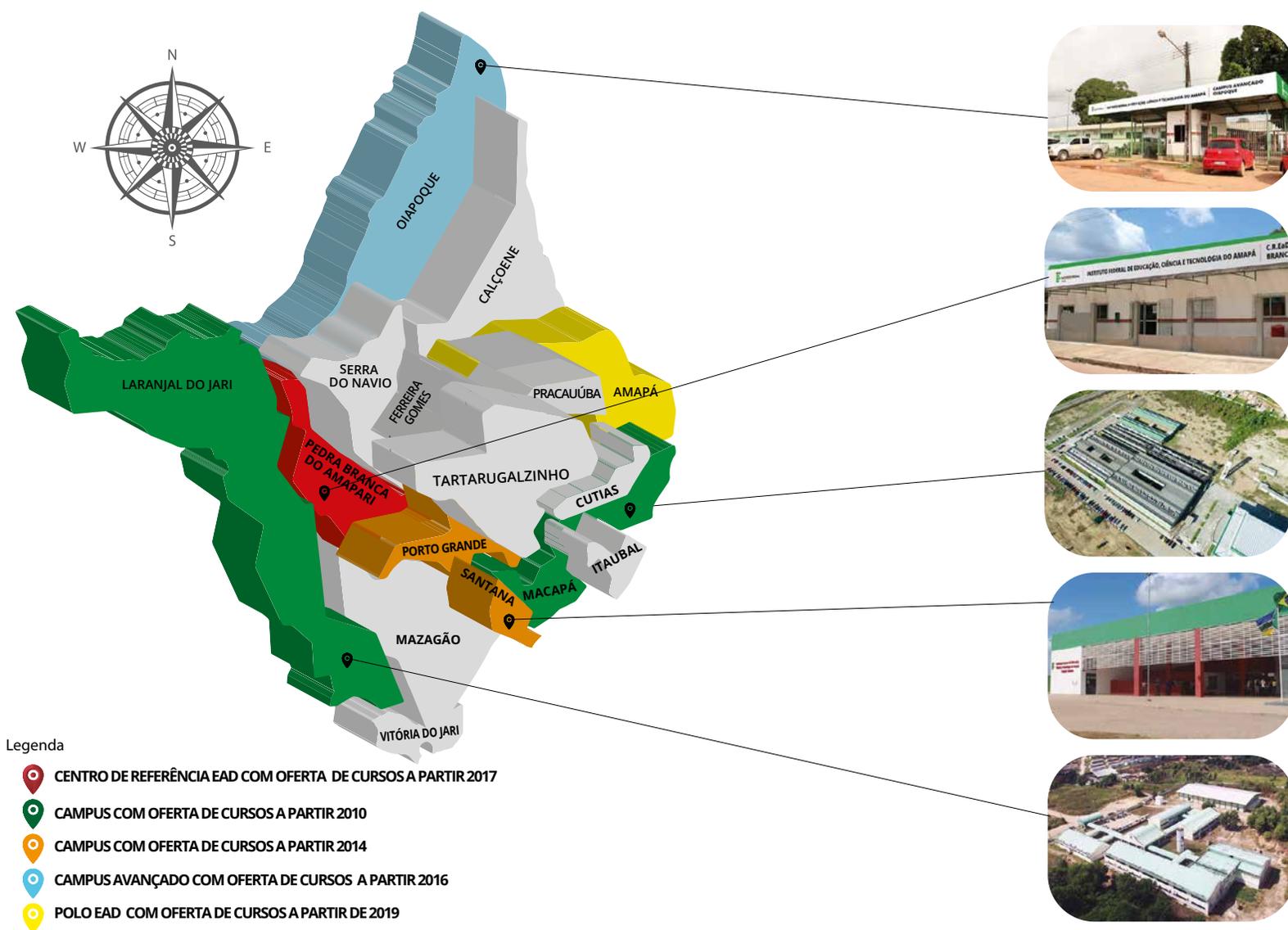
I. Mesorregião Norte: contém 2 (duas) microrregiões e 5 (cinco) municípios

- Microrregião do Amapá: Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho.
- Microrregião de Oiapoque: Calçoene e Oiapoque.

II. Mesorregião do Sul do Amapá

- Microrregião de Macapá (Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá (capital), Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Santana e Serra Grande do Navio).
- Microrregião de Mazagão (Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari).

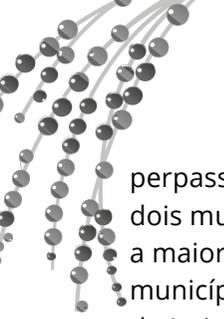
Figura 2. Mapa do Amapá destacando as cidades com unidades do IFAP.



Legenda

- CENTRO DE REFERÊNCIA EAD COM OFERTA DE CURSOS A PARTIR 2017
- CAMPUS COM OFERTA DE CURSOS A PARTIR 2010
- CAMPUS COM OFERTA DE CURSOS A PARTIR 2014
- CAMPUS AVANÇADO COM OFERTA DE CURSOS A PARTIR 2016
- POLO EAD COM OFERTA DE CURSOS A PARTIR DE 2019

Fonte: IFAP 2018.



O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional foi realizado em etapas. No Estado do Amapá perpassou por duas fases. Na segunda fase desse plano foram implantados os *campi* Macapá e Laranjal do Jari, em dois municípios de suma importância no contexto do desenvolvimento da região. Macapá, por ser a capital e possuir a maior concentração demográfica do Estado, com 75,9 hab/km² e população estimada em 493.634 habitantes. O município de Laranjal do Jari, o terceiro em concentração populacional, com 49.446 habitantes, integra a região do Vale do Jari, formada com o município de Vitória do Jari, com 15.605 habitantes e, do lado do Pará, a cidade de Almeirim, com 34.142 hab. e ainda o distrito de Monte Dourado, tendo como divisa o rio Jari. Por esse enfoque, a implantação do *campus* de Laranjal do Jari atende não somente a demanda do município onde o Instituto foi implantado, mas também a região do Vale do Jari (IBGE, 2018).

O Município de Oiapoque está localizado ao norte do estado (Mesorregião Norte), a 576 km da Capital Macapá. Os meios de acesso ao município são aéreo, marítimo e rodoviário. Esse último ocorre através da BR 156, com aproximadamente 500 km pavimentados, sendo esta via a mais utilizada. Limita-se com os seguintes municípios: Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e a Guiana Francesa.

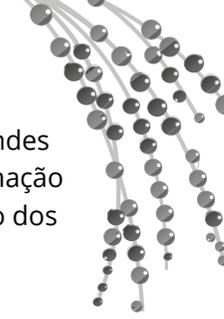
A cidade de Oiapoque é banhada pelo rio de mesmo nome, o qual flui em direção nordeste do município e deságua no Oceano Atlântico, próximo ao Cabo Orange, separando o Amapá da Guiana Francesa. É uma região de fronteira internacional e estadual e onde se encontram as maiores tribos indígenas do Estado, dentre as quais os Karipuna (aldeias do Manga), Galibi do Oiapoque, Galibi do Kumarum e os Palikur, na aldeia de Kumenê, no Rio Urucaú, com uma população de 26.627 hab. (IBGE, 2018).

Os adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira fluvial são articulados pela Ponte Binacional, grande potencial de integração econômica e cultural, assim como pelas manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

1.2.1 CONTEXTO GEOGRÁFICO

Situado no norte do País, o Estado do Amapá tem uma superfície territorial de 142.828.521 Km², ocupados por 829.494 habitantes (população estimada em 2018), distribuídos em 16 municípios com a densidade demográfica de 4,69 hab./Km².

A superfície territorial do Amapá corresponde a 1,6% do Brasil e a 3,6% da Região Norte; o Estado faz fronteira com o Pará, o Suriname e a Guiana Francesa. Apesar de ser relativamente pequeno, se comparado com outros Estados



da Amazônia, o Amapá concentra uma das maiores diversidades em ambientes naturais, pois pertence a dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares quanto à formação e estruturação de seus ambientes naturais. Pela sua localização privilegiada e estratégica, situa-se na interconexão dos mercados locais e internacionais.

O Amapá exibe 14 milhões de hectares com diversos ecossistemas. A floresta tropical e de várzea, o cerrado, os manguezais e os campos inundáveis, as montanhas e os imensos lagos compõem um cenário que o projeta para o turismo.

A biodiversidade cultural é uma realidade, em especial se considerarmos a presença, no seu território, de aproximadamente 5 mil indígenas.

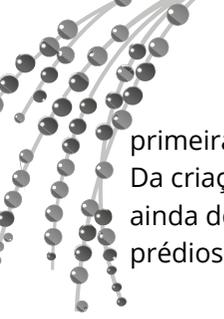
O Amapá é o estado brasileiro que possui a maior preservação da cobertura vegetal original, que corresponde a 98% de mata preservada, formada por florestas tropicais. Ele é rico em recursos naturais, e sua biodiversidade e localização privilegiada lhe conferem importância estratégica para futuros investimentos sustentáveis.

A recente ocupação do território do Estado do Amapá esteve condicionada a um crescimento demográfico acumulado entre 1960 e 2007 da ordem de 757%, e na última década com um aumento de 4,02% médio ao ano. Este forte crescimento populacional foi impulsionado pela elevação à condição de Estado pela Constituição Federal de 1988, e também com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS (IBGE, 2013). Isso provocou um processo migratório significativo, agravando ainda mais o quadro desorganizado de urbanização que já vinha ocorrendo, principalmente com a ocupação das áreas de ressaca. O grande crescimento populacional esteve relacionado com a chegada de um contingente migratório proveniente principalmente dos estados do Pará, Maranhão, Ceará e, recentemente, da região sul do Brasil, na sua maioria sem qualificação profissional, vivendo do subemprego e no mercado informal ou com a ocupação de terras favorecidas pelo programa de assentamento do Governo Federal para as zonas urbanas.

1.2.2 CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO DA REGIÃO

O Estado do Amapá surgiu a partir do resultado de acontecimentos na recente história do Brasil. O fim do regime militar, em meados dos anos 80, impulsionou uma série de reformas políticas e estruturais que culminaram com o estabelecimento da Constituição Federal do Brasil. Com a nova Constituição, o território do Amapá foi elevado à categoria de Estado da Federação, em 5 de outubro de 1988.

Entretanto, até o ano de 1990, o governador do Amapá era ainda nomeado pelo Presidente da República. A



primeira eleição para governador do Estado do Amapá ocorreu somente em outubro desse mesmo ano.

Da criação do Território até a eleição do primeiro governador eleito a partir da transformação em Estado, esse oriundo ainda do regime militar, os investimentos locais eram voltados, principalmente, para infraestrutura, construção de prédios públicos e educação básica. O déficit nos serviços públicos ainda era evidente.

Como forma de impulsionar o desenvolvimento da região, os governos que foram eleitos a partir de 1995 estabeleceram algumas políticas desenvolvimentistas como programas de governo. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), baseava o seu modelo de desenvolvimento econômico em ações orientadas ao uso racional dos recursos naturais, levando em consideração uma articulação equilibrada entre os aspectos econômicos, sociais, culturais e ecológicos.

Em 2004, foi apresentado o Plano Amapá Produtivo, em que os projetos desenvolvimentistas estavam voltados para a base produtiva do Estado, estabelecendo uma política de incremento intrarregional, fundamentada na configuração dos ecossistemas e tendo como prioridade a implantação de polos de desenvolvimentos, com integração dos diferentes setores econômicos, especialmente por preconizar a formação de arranjos produtivos locais (APL).

Dentro desta perspectiva, a transformação da abordagem de APL de um simples aglomerado de agentes em um importante instrumento de políticas públicas de desenvolvimento no Brasil tem se transformado atualmente num consenso que envolve um grande número de atores públicos e privados.

Segundo o “Plano Amapá Produtivo”, existem no Estado vários aglomerados produtivos locais relevantes, como é o caso dos empreendimentos do setor de madeira e móveis, dos empreendimentos do segmento de produtos derivados do açaí, da bioindústria, da indústria Oleiro Cerâmica, da pesca artesanal, turismo, grãos (arroz, feijão, sorgo, milho e soja), mandiocultura, fruticultura (cupuaçu, abacaxi, banana e maracujá), apicultura, produtos florestais não madeireiros, mineração e siderurgia, rochas ornamentais, indústria do pescado, aquicultura, avicultura e suinocultura. No entanto, a maioria desses aglomerados não se configura, ainda hoje, como um APL, dado o baixo nível de governança cooperativa, cooperação, interação e competitividade das empresas e negócios instalados no Estado.

1.2.3 CONTEXTO INTERNACIONAL

O Estado do Amapá tem uma localização estratégica, situando-se na foz do Rio Amazonas, e é parte do Platô das Guianas. Dessa forma, o Estado apresenta um excelente potencial para uma integração regional, pensando-se nela não apenas com as demais regiões do país, mas também com países vizinhos e até com a União Europeia (EU).

Situados ao Nordeste da América do Sul, a Guiana Francesa, região monodepartamental ultramarina e futura

“coletividade única”, e o Estado do Amapá, Estado da federação do Brasil, constituem, com o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o Sul da Venezuela, o Platô das Guianas. Esses dois territórios compartilham uma fronteira comum de 655 quilômetros, dos quais 360 são constituídos pelo rio Oiapoque.

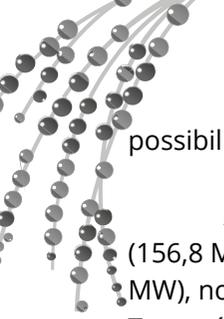
Apesar de os intercâmbios culturais e comerciais existirem há muito tempo entre as duas margens, a Guiana Francesa e o Amapá há muito se ignoraram em razão de desacordos territoriais entre franceses e portugueses, em seguida, entre franceses e brasileiros. O diálogo e a cooperação entre as duas regiões tomaram um novo rumo nos anos 90, do ponto de vista local, nacional e continental (entre a EU e o MERCOSUL) ilustrado particularmente pela organização de Comissões Mistas Transfronteiriças periódicas desde 1996. Projetos estruturantes, como o da ponte sobre o rio Oiapoque, poderão contribuir para o aumento das perspectivas de abertura e intercâmbios para os dois territórios.

A cooperação Guiana Francesa/Amapá tem se constituído, após alguns anos, em um contexto mais favorável. Investimentos nos transportes foram realizados no eixo litoral: construção da ponte sobre o rio Oiapoque, reforma em andamento da BR-156 que liga Oiapoque a Macapá. Do ponto de vista comercial, o diálogo cresce entre empresários e líderes da Guiana Francesa e do Brasil. Esse novo impulso é simbolizado pela implementação de dispositivos facilitando o intercâmbio comercial e o investimento, intervenções aptas a estimular o desenvolvimento dos territórios. Certos projetos são, hoje, pensados em escala regional, sobretudo no setor ambiental ou do turismo.

A cooperação parece mais avançada no setor de preservação dos bens públicos globais (luta contra doenças transmissíveis e emergentes, preservação da biodiversidade, combate à mudança climática, etc.) ou nos setores de “interesse regional comum”, como a cooperação científica ou os intercâmbios em matéria de educação. As infraestruturas em rede (energia, telecomunicações, transportes) também estão incluídas nesse processo de cooperação.

Por outro lado, os governos estadual e federal vêm procurando consolidar as relações diplomáticas e comerciais com a Guiana Francesa e com os outros países que compõem o Platô das Guianas. Considerando a distância aos centros da economia mundial, pode-se dizer que o Amapá possui uma geografia privilegiada, pois está próximo dos EUA, da União Europeia, do Japão, China e Sudeste Asiático, sendo que esses três últimos são mencionados em função do Canal do Panamá. Esta posição, além de permitir rápida acessibilidade aos grandes centros fornecedores de bens de consumo estrangeiros, com preços competitivos, encontra-se na rota dos transatlânticos turísticos e comerciais, o que permite criar condições para aperfeiçoar as infraestruturas do Estado, tanto para atender a atividade turística como para o comércio nacional e internacional.

Outro fato marcante na integração regional do Estado do Amapá foi a criação da ALCMS, que permitiu novas perspectivas de desenvolvimento para as regiões fronteiriças e para o amadurecimento das relações com os países vizinhos. Do mesmo modo, a criação do porto de contêineres de Santana, um dos mais profundos do Brasil, ampliou as



possibilidades mercadológicas da região.

Atualmente o sistema de energia elétrica no Estado conta com as usinas termelétricas da Central de Santana (156,8 MW), as Usinas Hidrelétricas de Coaracy Nunes (78 MW), Cachoeira Caldeirão (219 MW) e Ferreira Gomes (252 MW), no Rio Araguari e a Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari (373,4 MW), no rio Jari. Com a construção do Linhão de Tucuruí, já concluído, o Amapá se interliga finalmente ao sistema nacional de energia. Desta forma, o excedente de energia produzido no Estado ficará disponível na rede.

A infraestrutura adicional com a construção da ponte sobre o Rio Araguari, da linha de transmissão de Macapá-Laranjal do Jari, bem como outras obras em curso, estimulam uma extraordinária transformação no sentido de criar o alicerce para seu desenvolvimento. Sendo este um imperativo de mercado e também uma necessidade geopolítica que visa a mais ampla integração da América do Sul com a União Europeia, implica, necessariamente, no maior desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como das possibilidades de intercâmbio acadêmico.

1.2.4 CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL

Atualmente a população do Estado do Amapá, segundo os conceitos de cor e/ou raça, é formada por brancos, negros, pardos ou mestiços na sua maioria e índios, além de cidadãos oriundos de todas as regiões do Brasil, o que resulta em uma grande diversidade cultural.

A criação do Território Federal do Amapá implicou em profundas mudanças em suas relações políticas, econômicas e sociais, indicando a configuração de novas estruturas políticas, administrativas e econômicas, que em muito têm contribuído para o aumento de investimentos dos setores públicos e privados na região, bem como dos movimentos migratórios, da urbanização e reorganização espacial.

Em se tratando da questão política, houve a criação da Assembleia Legislativa e de 03 vagas para o Senado; o aumento de 04 para 08 representantes na Câmara Federal; a ampliação do seu processo eleitoral para todos os níveis.

Para mensurar as riquezas produzidas nas 16 cidades, o cálculo levou em consideração dois dos principais indicadores que refletem o desempenho da economia nos três setores (agropecuário, indústria, comércio e serviços): o PIB Municipal e o Valor Adicionado Bruto.

1.2.5 ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS

Quanto à questão político-administrativa destaca-se a própria transformação do Território Federal em Estado, implicando em uma nova relação dessa unidade autônoma com o federalismo brasileiro, não mais subordinado às decisões do Governo Central.

Por sua vez, nas questões econômicas, o Amapá permanece na dependência das transferências federais, embora tenha buscado alternativas para o seu sustento, politicamente mais autônomas. A exemplo dessas alternativas, verifica-se a instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA).

A ALCMS ocupa 85% dos perímetros urbanos de Macapá e Santana e beneficia a comunidade empresarial, como também cria áreas de expansão para o comércio, indústria e serviços desses municípios. Os principais setores que formam a estrutura econômica do Estado são: Agropecuária, Mineral, Indústria, Comércio e Serviços, Turismo, Setor Público e Construção Civil.

Do mesmo modo, houve a criação do porto de contêineres de Santana com dois piers. O píer 1 apresenta 200 m de extensão, com 12,5 de calado; o píer 2, por seu turno, apresenta 120 m de extensão, com 11,5 m de calado. Isso significa que o Porto de Santana pode receber navios com até 46 mil toneladas, condição que possibilita o crescimento da área mercadológica na região.

O resultado da pesquisa Contas Regionais definiu, detalhadamente, a participação de cada município amapaense no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. O ano de referência do estudo é 2015. O PIB dos 16 municípios do Estado apresentou um montante de R\$ 13,8 bilhões, e Macapá tem a maior participação, chegando a 65,5%, com R\$ 9 bilhões. Os cinco maiores municípios que compuseram a soma de todas as riquezas produzidas no Amapá foram Macapá (R\$ 9 bilhões), Santana (R\$ 1,99 bilhão), Laranjal do Jari (R\$ 559 milhões), Ferreira Gomes (R\$ 344 milhões) e Oiapoque (R\$ 300 milhões). Juntos, respondem por 88,6% do PIB amapaense. (IBGE, SEPLAN/AP, 2015).

No ano de 2015, a crise econômica no Brasil teve crescimento acentuado. Por isto, neste período, chamou a atenção o positivo crescimento de Ferreira Gomes, com média de 39% desde 2011. Tal crescimento se justifica em razão da Indústria de Energia Elétrica, que mudou o perfil econômico do município com a instalação de uma usina hidrelétrica. Na análise do PIB per capita, três municípios tiveram renda superior à do Estado. Ferreira Gomes é a primeira renda per capita do Estado desde 2013, mas a 4ª economia com PIB de R\$ 344.384 milhões corresponde a 2,5% de participação.

Macapá foi a maior economia do Amapá, com R\$ 9 bilhões, mas ocupa a 3ª posição no aspecto renda. (IBGE, SEPLAN/AP, 2015).

1.2.6 CENÁRIO EDUCACIONAL NO AMAPÁ

A situação da educação básica no Amapá acompanha a realidade da maioria dos estados brasileiros. Dados do IBGE apontam que em 2017 foram realizadas 135.995 matrículas no Ensino Fundamental para 705 escolas desse segmento e 37.428 matrículas em 140 escolas de Ensino Médio.

A capital Macapá e o município de Laranjal do Jari, os primeiros municípios do Estado a receberem unidade do IFAP, apresentam os seguintes resultados, de acordo com dados do IBGE:

Macapá:

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.4 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.5. Na comparação com cidades do mesmo Estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava Macapá na posição 2 de 16.

Laranjal do Jari:

Segundo dados do IBGE, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade, em 2015, tiveram nota média de 4.1 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.5. Na comparação com cidades do mesmo Estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 5 de 16.

Quadro 2. Matrículas em Macapá e Laranjal do Jari em 2017.

MATRÍCULAS EM 2017		
Município	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Macapá	75.220	21.837
Laranjal do Jari	8.083	2.419

Fonte: IBGE 2018.

O Sistema Firjan, através do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), apresenta o IFDM dos municípios do Amapá. O índice foi verificado entre os anos de 2009 e 2016. O quadro abaixo apresenta o resultado dos últimos 5 anos desse índice.

INFORMAÇÕES DO MUNICÍPIO		EVOLUÇÃO DO IFDM EDUCAÇÃO									
		2012		2013		2014		2015		2016	
UF	MUNICÍPIO	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking	Nota	Ranking
AP	SERRA DO NAVIO	0,6734	3.542°	0,6670	4.033°	0,6603	4.196°	0,6447	4.628°	0,6303	4.810°
AP	AMAPÁ	0,5534	4.928°	0,5679	5.093°	0,5619	5.181°	0,6002	5.074°	0,5967	5.120°
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	0,5272	5.151°	0,5434	5.251°	0,5242	5.374°	0,5347	5.425°	0,5339	5.435°
AP	CALÇOENE	0,5488	4.956°	0,6109	4.710°	0,5949	4.927°	0,6096	4.999°	0,6299	4.813°
AP	CUTIAS	0,6148	4.323°	0,6138	4.679°	0,6044	4.842°	0,6052	5.042°	0,6201	4.904°
AP	FERREIRA GOMES	0,6111	4.370°	0,5996	4.834°	0,6349	4.508°	0,6360	4.715°	0,6374	4.742°
AP	ITAUBAL	0,6308	4.134°	0,6192	4.607°	0,6079	4.807°	0,6032	5.054°	0,6321	4.800°
AP	LARANJAL DO JARI	0,5785	4.706°	0,5816	4.985°	0,5756	5.081°	0,5916	5.143°	0,5921	5.157°
AP	MACAPÁ	0,6212	4.246°	0,6173	4.627°	0,6354	4.504°	0,6450	4.627°	0,6465	4.631°
AP	MAZAGÃO	0,6200	4.264°	0,6025	4.796°	0,6063	4.823°	0,5901	5.150°	0,6100	5.013°
AP	OIAPOQUE	0,5374	5.066°	0,5426	5.259°	0,5456	5.281°	0,5595	5.336°	0,5789	5.252°
AP	PORTO GRANDE	0,5747	4.742°	0,6204	4.598°	0,6205	4.666°	0,6352	4.725°	0,6374	4.743°
AP	PRACUÚBA	0,5756	4.738°	0,5750	5.032°	0,5888	4.985°	0,6147	4.945°	0,5882	5.192°
AP	SANTANA	0,6664	3.635°	0,6723	3.966°	0,6699	4.082°	0,6746	4.295°	0,6737	4.333°
AP	TARTARUGALZINHO	0,5074	5.256°	0,5531	5.192°	0,5472	5.275°	0,6162	4.926°	0,5814	5.233°
AP	VITÓRIA DO JARI	0,5452	4.991°	0,5697	5.074°	0,5752	5.084°	0,5716	5.273°	0,5682	5.308°
BR	BRASIL	0,7170	*	0,7435	*	0,7477	*	0,7644	*	0,7689	*

Fonte: Firjan 2018.

1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO IFAP

O IFAP, atendendo ao que está disposto no art. 39 da Lei nº 9394/96, incluído pela Lei nº 11.741/2008, no que se refere à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como ao que determina sua Lei de Criação (Lei nº 11.892/2008), busca garantir a relação das dimensões trabalho, ciência e tecnologia com a oferta de educação profissional técnica de nível médio, em todos os seus níveis, formas e modalidades, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação de nível superior com cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura, além de programas especiais de formação pedagógica, conforme características especificadas a seguir:

I. Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional.

Para efeito de sua execução, os cursos FIC serão oferecidos à comunidade ficando condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

II. Educação Profissional Técnica de nível médio.

A educação profissional técnica de nível médio se caracteriza nas seguintes formas de ensino:

- Articulada com o ensino médio, na forma integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental na idade regular, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.
- Subsequente, oferecido para quem já tenha concluído o ensino médio.
- Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Configura-se em uma modalidade ofertada pelo IFAP para Jovens e Adultos, maiores de 18 anos, que não tiveram acesso ou continuidade ao ensino médio na idade própria e poderão cursá-lo integrado à parte profissionalizante.

III. Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação:

- Cursos Superiores de Tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- Cursos Superiores de Licenciatura com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática.
- Cursos Superiores de bacharelados visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- Cursos de Pós-graduação:
 - i. *Lato Sensu* (Aperfeiçoamento e Especialização) visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.
 - ii. *Stricto Sensu* (Mestrado) que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas à geração e inovação tecnológica.





Uma das principais finalidades do IFAP é estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, na perspectiva, sobretudo, do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Para o atendimento das finalidades acima mencionadas, o IFAP trabalha com cursos de educação profissional técnica e superior pertencentes aos Eixos Tecnológicos que são determinados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Já no que se refere às Licenciaturas, a oferta de cursos se encontra fundamentada na demanda regional e em atendimento os Referenciais Curriculares Nacionais para as Licenciaturas.

A oferta de cursos é realizada de forma a garantir a verticalização do ensino no IFAP, em áreas de conhecimento, com oferta em níveis e formas diferentes de modo a promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior e pós-graduação.

1.4. FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

A Lei nº 11.892/2008 define as finalidades, características e objetivos de todos os Institutos Federais e são apresentados neste documento como norteadores de todos os planos e ações promovidos pelo Instituto Federal do Amapá – IFAP. Com base neles, foram delineados alguns Princípios.

1.4.1. PRINCÍPIOS

O Instituto Federal de Educação do Amapá estabelece como princípios norteadores:

- I. Inclusão e justiça social, com equidade, cidadania, sustentabilidade, ética e respeito à diversidade.
- II. Verticalização do ensino e indissociabilidade da pesquisa e da extensão nos diversos níveis e modalidades.
- III. Gestão Democrática, com transparência, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas.
- IV. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais.
- V. Educação como direito social, pautada na formação humana integral, com foco na produção e socialização do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo.
- VI. Democratização do acesso e garantia de permanência e conclusão com êxito.
- VII. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

VIII. Respeito ao pluralismo de ideias e liberdade de expressão.

IX. Excelência acadêmica.

X. Adequação e flexibilização de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos às necessidades e especificidades regionais.

1.4.2. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

As ações de ensino, pesquisa e extensão do IFAP são dimensionadas e articuladas com os recursos necessários para seu funcionamento, de forma que a Instituição possa ajustar-se às demandas sociais que subjazem a sua existência. Assim, sob orientação do art. 6º. da Lei nº 11.892/2008, o IFAP define assim suas características e finalidades:

a) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e em todas as modalidades, formando e qualificando cidadãos para atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento humano e socioeconômico;

b) desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas sociais e às peculiaridades regionais;

c) promover a integração e a verticalização em todos os níveis de ensino (da educação básica à educação profissional e à educação superior), otimizando a infraestrutura física e valorizando os recursos humanos;

d) orientar a oferta formativa em benefício da consolidação, do desenvolvimento e do fortalecimento dos arranjos produtivos sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades locais e regionais;

e) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, reflexivo e voltado à pesquisa;

f) qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo formação inicial e continuada aos docentes das redes públicas de ensino;

g) desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

h) realizar e estimular a pesquisa científica e tecnológica, a produção cultural e a inovação tecnológica;

i) estimular o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

j) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias, notadamente as voltadas à sustentabilidade ambiental e às demandas da sociedade.



1.4.3. OBJETIVOS

- 
- a) Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma integrada, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
 - b) Ministrando cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, objetivando a formação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
 - c) Fomentar a pesquisa como princípio educativo;
 - d) Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tanto técnicas quanto tecnológicas e estendendo os benefícios à comunidade;
 - e) Desenvolver atividades de extensão articuladas com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, enfatizando o desenvolvimento, a produção, a difusão e a socialização de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos;
 - f) Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e de renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento humano, cultural, científico, tecnológico e socioeconômico local e regional; e
 - g) Ministrando, em nível de educação superior:
 - Cursos superiores de tecnologia, bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para as diferentes áreas do conhecimento e para as demandas da sociedade;
 - Cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a atuação na educação profissional e na educação básica, sobretudo nas áreas de ciências da natureza e de matemática;
 - Cursos de pós-graduação *lato sensu* (tanto de aperfeiçoamento quanto de especialização), visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - Cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), visando ao estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia ■

CAPÍTULO 2

PERFIL ESTRATÉGICO



2. PERFIL ESTRATÉGICO

Estratégia consiste no plano que associa os objetivos, as políticas e as ações sequenciais de uma instituição de forma integrada, dessa forma, considerado o perfil institucional do Instituto Federal do Amapá, suas especificidades e condições como instituição pertencente da administração pública federal, a estratégia do IFAP parte primeiramente de um padrão já estabelecido e institucionalizado a partir da Lei de Criação do Instituto, mas se constitui como um plano sistematizado de ações para os próximos cinco anos, conforme evidenciado abaixo e que presume alcançar expectativas consensuais, formatadas por todos os atores que se articulam com a Instituição, consolidando-se ao longo do tempo como uma instituição que se posiciona estrategicamente objetivo de ofertar educação profissional pública, gratuita e de excelência.

Por sua estratégia se constituir como um Plano, convém a apropriação do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAP como um meio para difusão da sua Estratégia Organizacional, ora apresentado.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Amapá faz uso do Planejamento como um meio de alcançar sua visão de futuro e, para tanto, apresenta de forma organizada e sistematizada uma série de objetivos, metas e indicadores de desempenho para o período de cinco anos, embasados em primeiro lugar nas diretrizes estabelecidas para os Institutos Federais pela Lei de Criação dos Institutos e também pelas demandas sociais e especificidades locais que criam necessidades futuras.

Ao estabelecer metas e compromissos, o planejamento certifica a Instituição de suas responsabilidades em garantir o acesso à educação de qualidade enquanto direito fundamental da sociedade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAP para o período de 2019 a 2023, além de se constituir um documento de exigibilidade legal, se constitui como um instrumento norteador das anseios e expectativas da sociedade e expressa seu compromisso com o propósito maior da instituição. Representa ainda o resultado do esforço de toda a comunidade que o compõe para expressar e registrar na sua história suas realizações e pretensões no momento passado, no presente e no futuro.

Para subsidiar a construção do PDI, os resultados da avaliação das ações institucionais ao longo do tempo devem ser considerados. E, portanto, avaliar se constitui como uma ferramenta tão importante quanto Planejar. Assim, ao se delinear as pretensões futuras do Instituto, utiliza-se como balizador os eixos e dimensões propostos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o SINAES, assim como os resultados apurados pela Comissão Interna de Avaliação da Educação Superior, a CPA, por meio da avaliação institucional, conforme será evidenciado abaixo.

A seguir, são apresentados os norteadores da identidade estratégica do Instituto Federal do Amapá.

2.1. IDENTIDADE ESTRATÉGICA

Missão

Promover educação profissional pública de excelência em todos os níveis e modalidades de ensino, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa, igualitária e conscientemente sustentável.

Visão

Ser referência em educação profissional, proporcionando o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do Amapá, com reconhecimento nacional e internacional, garantindo o acesso, a permanência e o êxito, por meio de políticas de acesso aos estudantes.

Valores

- Transparência
- Eficiência
- Ética
- Inclusão
- Responsabilidade Social
- Sustentabilidade

2.2. ANÁLISE SITUACIONAL DO IFAP

Nesta seção é apresentado um panorama do desenvolvimento institucional do IFAP, com base em alguns indicadores descritos e de desempenho que constam nos relatórios de gestão, em atendimento ao que determina o Acórdão n. 2267/2005- TCU, que abrangem aspectos gerenciais e educacionais do Instituto.

No ano de 2017, em face do processo de interiorização, o IFAP ampliou a oferta de vagas nos cursos técnicos, de graduação tecnológica, de licenciaturas e de pós-graduação. A Tabela 1, a seguir, mostra, em termos absolutos, o número de matrículas por modalidade de ensino em 2017.

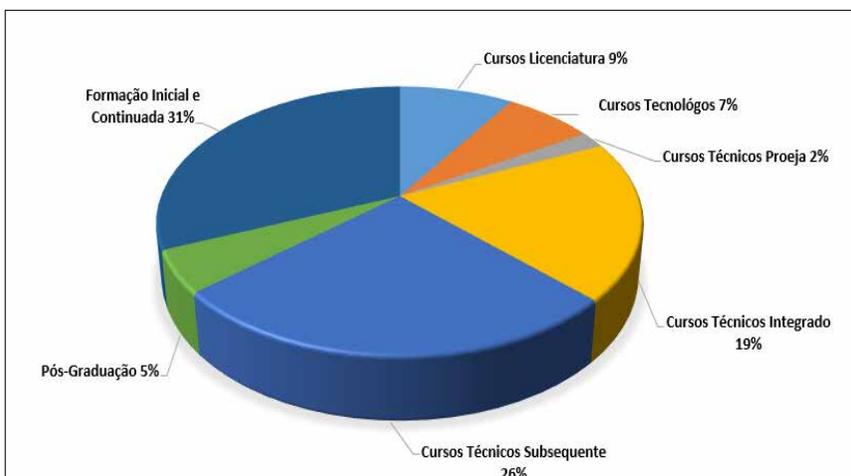
Tabela 01: Número de Matrículas por modalidade de Ensino em 2017

MATRÍCULAS POR MODALIDADE DE ENSINO	2017
Formação Inicial e Continuada	2651
Cursos Técnicos Integrados	1618
Cursos Técnicos Subsequentes	2227
Cursos Técnicos Proeja	200
Graduação Tecnológica	597
Licenciatura	774
Pós-graduação	451
TOTAL	8518

Fonte: IFAP 2018.

Em 2017, a composição percentual de matrículas em cada modalidade de curso estava constituída da seguinte forma:

Gráfico 01: Percentual de Participação do Número de matrículas em 2017.



A Lei de Criação dos Institutos Federais estabelece que os Institutos devem ofertar 20% do total de suas vagas para a formação de professores e 50% para o ensino técnico. Adicionalmente o Decreto 5.840, de 13 de Julho de 2006, que cria o Programa Proeja, estipula que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica deve destinar 10% de suas vagas para a oferta do Proeja.

Considerando as informações apresentadas acima, verifica-se que ainda é um desafio para o Instituto Federal do Amapá para os próximos 5 anos aumentar o percentual de matrículas na oferta de cursos de educação de Jovens e Adultos, que até 2017 estava na ordem de 2% para um percentual igual ou superior a 10%. Adicionalmente, é necessário aumentar a oferta de vagas e consequentemente o número de matrículas para a formação de professores para um percentual igual ou superior a 20%, que até 2017 estava na ordem de 14%, considerando os cursos de graduação e de pós-graduação.

Outros dados importantes para análise do desenvolvimento do Instituto Federal referem-se ao número de alunos ingressantes e ao número de alunos concluintes.

No que diz respeito ao número de alunos ingressantes, a tabela abaixo demonstra o número de vagas ofertadas para o ano de 2017, o número de inscritos e o número total de ingressantes em cada *Campus* do IFAP.

Tabela 02: Total de vagas, inscritos e ingressantes em 2017

INSTITUIÇÃO	UNIDADES	CURSOS	VAGAS	INSCRITOS	INGRESSANTES
<i>Campus</i> Macapá	1	48	1020	23266	954
<i>Campus</i> Porto Grande	1	23	1122	1049	1056
<i>Campus</i> Laranjal do Jari	1	25	484	632	429
<i>Campus</i> Santana	1	31	1882	2737	1456
Centro de Referência Pedra Branca	1	5	245	237	236
<i>Campus</i> Avançado Oiapoque	1	6	201	805	201
TOTAL	6	138	4954	28726	4332

Fonte: IFAP 2018.

A tabela evidencia uma relação de 5,79 candidatos por vaga nos processos seletivos realizados no ano de 2017 nos 138 cursos ofertados pelo Instituto Federal do Amapá e ainda o ingresso de 4332 novos alunos. Considerando as demandas por educação em todos os níveis, explicitadas no capítulo anterior, torna-se relevante fortalecer as ações de divulgação dos cursos e do próprio Instituto Federal, considerando sua função social, a qualidade de sua infraestrutura física e de seu pessoal. Aumentar esta proporção deve se constituir importante ação do IFAP no porvir. Além disso, a realização de pesquisas de demanda e o conhecimento da vocação econômica, social e cultural de cada local de oferta é imperioso para que a procura pelos cursos seja mantida em melhores patamares.

Nesta mesma esteira, importante analisar a relação entre o número de ingressantes e o número de concluintes do IFAP. A tabela abaixo demonstra que no ano de 2017, houve o ingresso de 4332 alunos no IFAP contra 2784 concluintes. Muito embora se verifique um forte aumento do número de vagas e matrículas ao longo dos últimos anos, dada a forte expansão do IFAP no Estado, ainda se observa um baixo índice de êxito na conclusão dos cursos, revelando algumas dificuldades de manutenção dos alunos.

Tabela 03: Relação do Número de Ingressantes com o Número de Concluintes

INSTITUIÇÃO	INGRESSANTES	MATRÍCULAS	CONCLUINTES
<i>Campus Macapá</i>	954	3454	448
<i>Campus Porto Grande</i>	1056	1402	629
<i>Campus Laranjal do Jari</i>	429	938	195
<i>Campus Santana</i>	1456	2051	1356
Centro de Referência Pedra Branca	236	396	156
<i>Campus Avançado Oiapoque</i>	201	277	0
TOTAL	4332	8518	2784

Fonte: IFAP 2018.

Este dado propõe uma averiguação mais aprofundada acerca dos principais motivos de evasão e a promoção e manutenção de ações que assegurem a minimização deste fator, seja por fortalecer e intensificar as ações de apoio ao

aluno, especialmente a assistência estudantil, como também por introduzir profundas modificações no processo de ensino e aprendizado em todas as instâncias do ensino. A tabela a seguir reforça o quadro de evasão que se apresenta no IFAP.

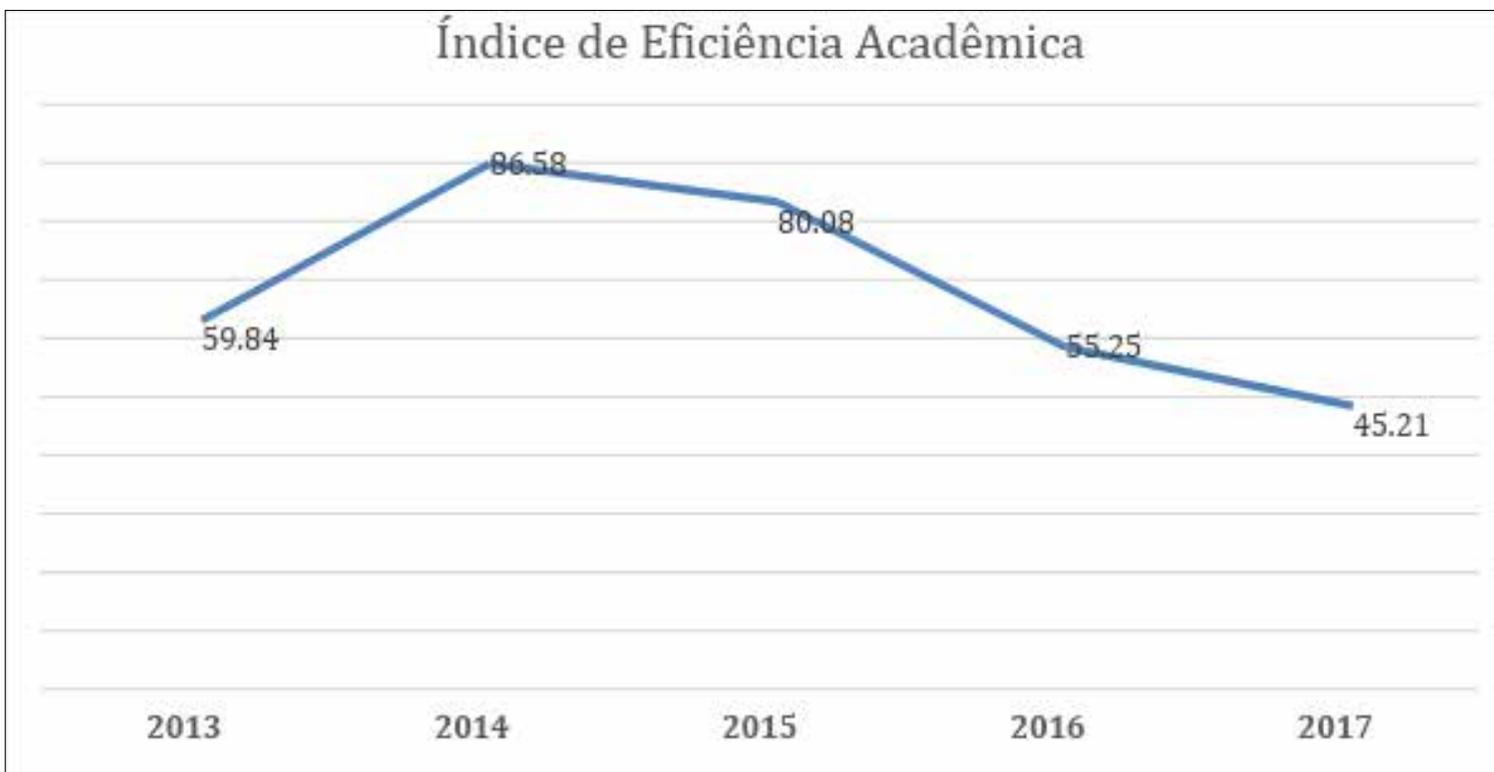
Tabela 04: Índices de Evasão por modalidade de Curso

CURSO	MODALIDADE	% EVASÃO
TÉCNICO	Concomitante	0%
	Integrado	6,60%
	Proeja	13,50%
	Subsequente	10,20%
SUPERIOR	Licenciatura	11,90%
	Tecnologia	12,10%

Ainda em relação ao índice de evasão, em 2016 o IFAP registrou 713 (setecentos e treze) estudantes evadidos, todavia no exercício 2017 ocorreu a diminuição em 18% da taxa de evasão, registrando o total de 578 estudantes evadidos. Destaque para a forte evasão verificada nos cursos técnicos ofertados como Proeja, que requer atenção quanto à utilização de estratégias de permanência e êxito diferenciadas para os alunos vinculados a esta modalidade.

No que tange à eficiência acadêmica, que é um indicador que está em fina sintonia com os índices de evasão e conclusão do curso, a tabela abaixo demonstra o histórico de eficiência acadêmica dos alunos do Instituto em termos de percentuais de conclusão e da possibilidade de alunos retidos concluírem seus cursos.

Gráfico 02: Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes/Alunos em situação final.

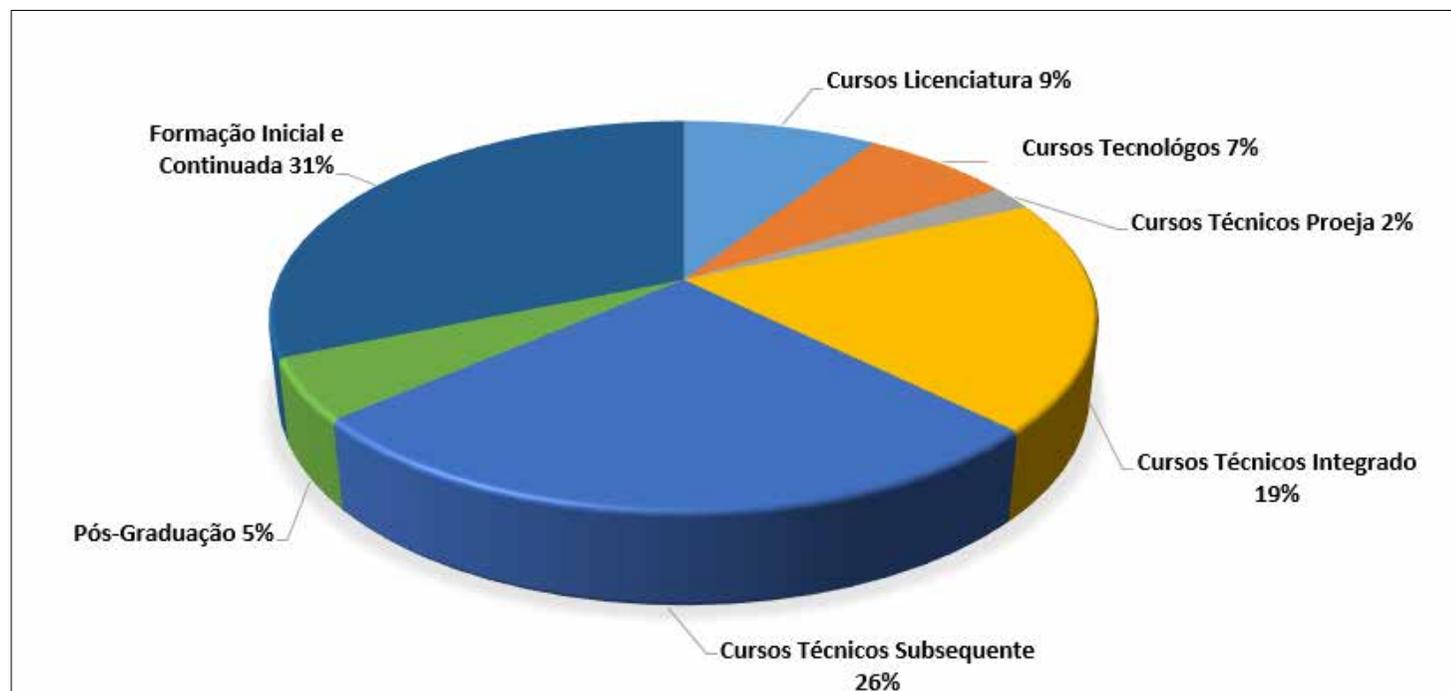


Fonte: IFAP 2018.

O índice de eficiência acadêmica no exercício 2017 diminuiu em relação aos quatro exercícios anteriores, apresentando o valor 45,21. O cálculo do indicador e análise ocorreu considerando o registro de 766 (setecentos e sessenta e seis) estudantes concluintes e 1.694 (mil seiscentos e noventa e quatro) estudantes em situação final. Assim, é imprescindível lançar mão de ações efetivas para a permanência e o êxito dos estudantes.

Outro importante aspecto que subsidia as ações de desenvolvimento institucional para o período de 2019 a 2023 refere-se às políticas de qualificação do corpo docente. O gráfico abaixo apresenta a titulação do quadro docente do IFAP no ano de 2018.

Gráfico 03: Titulação do Quadro Docente do IFAP em 2018.



Fonte: IFAP 2018.

Ainda que se verifique um número significativo de docentes com titulação *stricto sensu*, a sensibilização e estabelecimento de políticas para apoio à melhoria da qualificação docente é um fator que deve ser fortalecido pela Pro-reitoria de Gestão de Pessoas. Há um contingente elevado de docentes em nível de pós-graduação lato sensu que pode ser incentivado a participar de programas de mestrado, assim como há um pequeno número de docentes graduados que podem também ampliar sua qualificação em programas de pós-graduação. A oferta de programas desta natureza nas dependências do próprio Instituto Federal do Amapá também pode se constituir como um meio de elevar o nível de qualificação dos docentes.

Em paralelo à titulação, a tabela abaixo demonstra que o IFAP dispõe de um quadro docente em que 90% possui vínculo efetivo de 40 horas semanais de trabalho e 8% possui vínculo temporário com 40 horas semanais, sendo este um excelente referencial de qualidade, na medida em que assegura a viabilidade de práticas institucionais e a criação de cultura voltada para o aperfeiçoamento contínuo de boas práticas de ensino e aprendizagem.

Tabela 05: Regime de Trabalho e Vínculo com a Administração Pública

EFETIVO			SUBSTITUTO/TEMPORÁRIO		TOTAL
20h	40h	DE	20h	40h	
3	8	235	1	22	269
1%	3%	87%	0%	8%	100%

Fonte: IFAP 2018.

Dado o número de docentes em Tempo integral e o número total de alunos do IFAP, tendo como referência o ano de 2017, resulta então uma relação aluno/professor de 22,13 (sem considerar matrículas em cursos FIC), que é um referencial positivo de qualidade, mas que ainda pode ser melhorado, a partir de uma boa gestão das demandas de ensino, uma vez que há um contingente considerável de docentes que desenvolve outras atividades no Instituto, em função das próprias demandas de gestão e projetos e que, via de regra, pode levar a uma redução da carga horária de ensino.

Um outro indicador importante para medir o perfil de desenvolvimento institucional do Instituto é o Gasto Corrente por Matrícula. Este indicador mede a eficiência da instituição em relação aos gastos públicos. Conforme demonstra a tabela abaixo, o gasto corrente por matrícula é de R\$ 14.554,75 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) por mês, tendo como referência o ano de 2017.

Tabela 05 – Gasto Corrente por Matrícula em 2017.

GASTO CORRENTE POR MATRÍCULA	MATRÍCULAS EQUIVALENTES	GASTOS TOTAIS	GASTOS CORRENTES	INVESTIMENTOS
14.554,75	5508	84.262.203,00	80.171.215,00	3.955.271,00

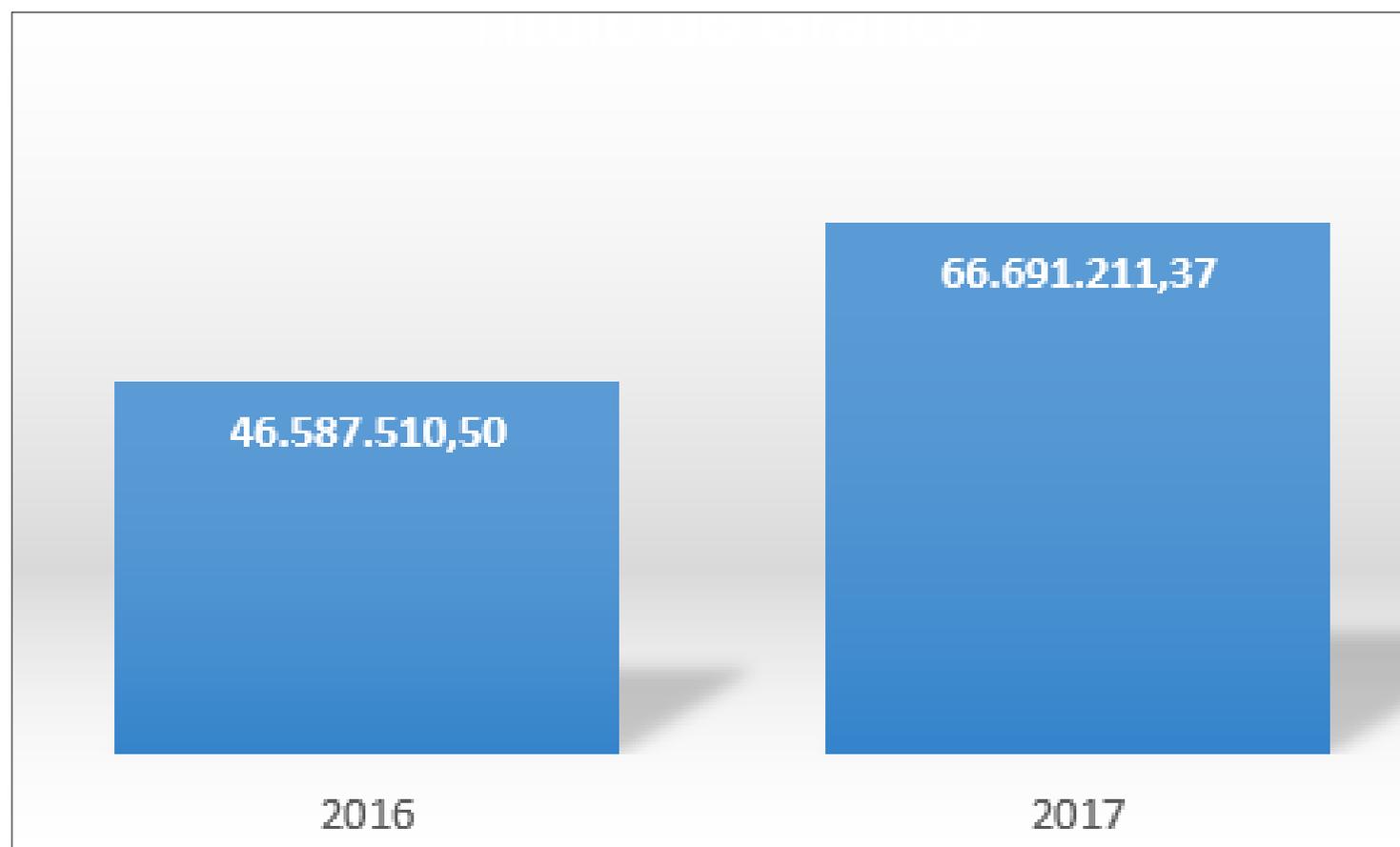
Fonte: Retirado da Plataforma Nilo Peçanha (PNL).

Analisando este dado com os demais Institutos Federais, o gasto por matrícula do IFAP está abaixo da média dos Institutos Federais, sendo este de R\$ 15.866,69. Entretanto, a despeito deste fato, é possível uma melhora

significativa neste valor, tendo em vista o desempenho do Instituto Federal de Rondônia, que apresenta valor próximo a onze mil reais. Convém realizar benchmarking com esta instituição para se apropriar de boas práticas que possibilitem a melhora deste índice.

Ainda nesta mesma esteira, os gastos com pessoal do IFAP tiveram um aumento significativo entre 2016 e 2017, fruto principalmente do processo de crescimento verificado no Instituto nos últimos anos. O gráfico abaixo demonstra que em 2016, os gastos com pessoal ficaram na ordem de R\$ 46.587.50,50, contra R\$ 66.691.211,37, representando respectivamente 69,98% e 77,78% do total de despesas do Instituto Federal do Amapá, o que representa um acréscimo significativo.

Gráfico 04: Gastos com Pessoal do IFAP

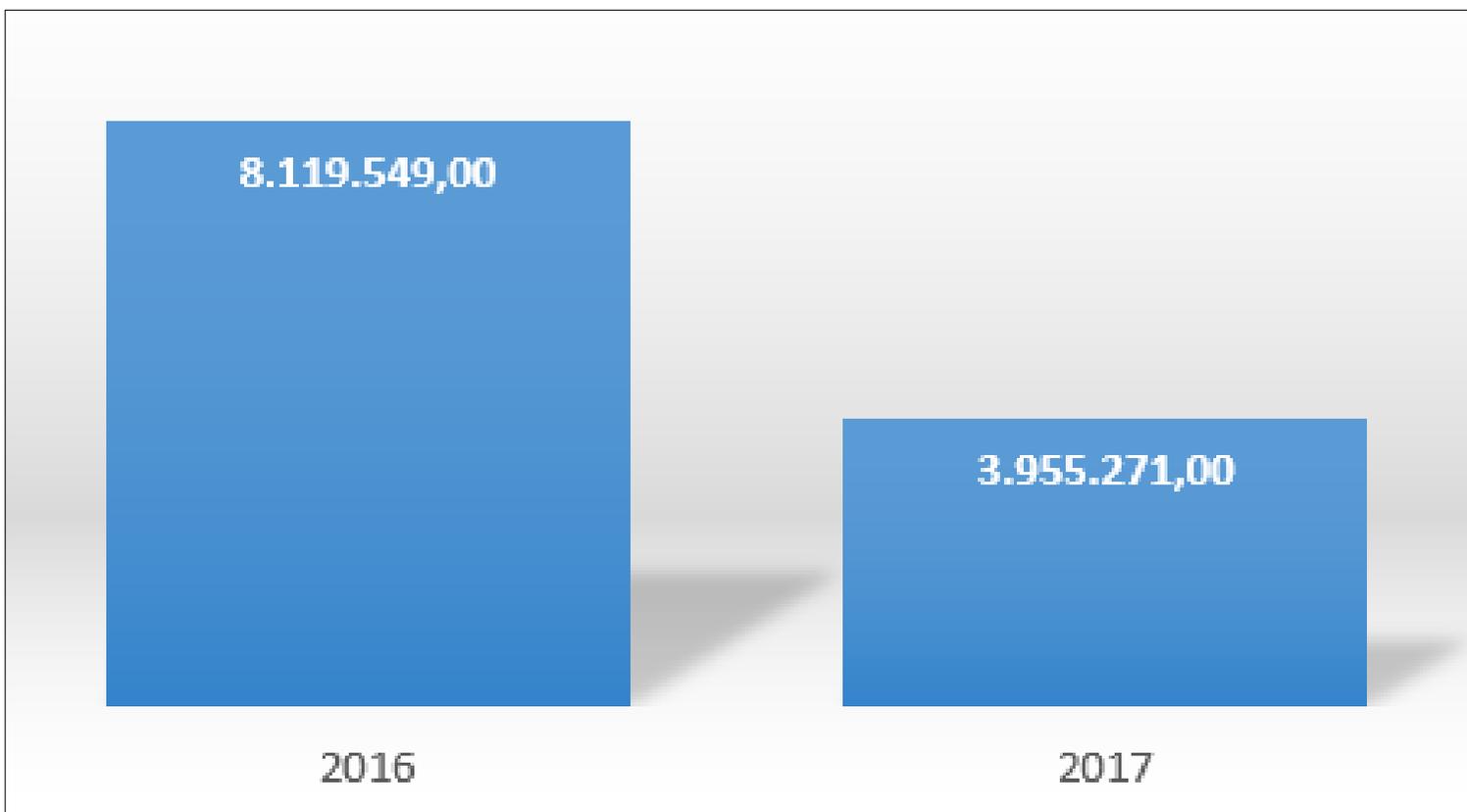


Fonte: IFAP 2018.

Em contrapartida, verifica-se uma queda no volume de investimentos neste mesmo período, principalmente decorrente do contexto socioeconômico e político que se estabeleceu no país, caracterizado por forte crise econômica, recessão, aumento dos gastos públicos e sucateamento da atividade educacional de norte a sul do país.

Os investimentos reduziram de R\$ 8.119.549,00 em 2016 para R\$ 3.955.271,00 em 2017, um decréscimo de 52,84% de um ano para o outro. Adicionalmente, o percentual de investimentos em relação ao volume de despesas do exercício 2016 foi de 11,10%, enquanto em 2017, esta proporção foi de 4,21%, um valor que preocupa, pois torna a execução da atividade educacional inviável, considerando as necessidades de expansão física e investimentos em laboratórios, mobiliário, maquinários, equipamentos e softwares para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Gráfico 05: Investimentos realizados no IFAP



Fonte: IFAP 2018.

Para finalizar a exposição desta seção, apresenta-se alguns dados relevantes que delineiam o perfil dos estudantes do IFAP. O gráfico abaixo apresenta a caracterização de cor/raça do IFAP no ano de 2017, evidenciando que a maioria dos estudantes (53,08%) se autodenomina pardo, havendo um forte contingente de alunos não mapeado ou que não informaram.

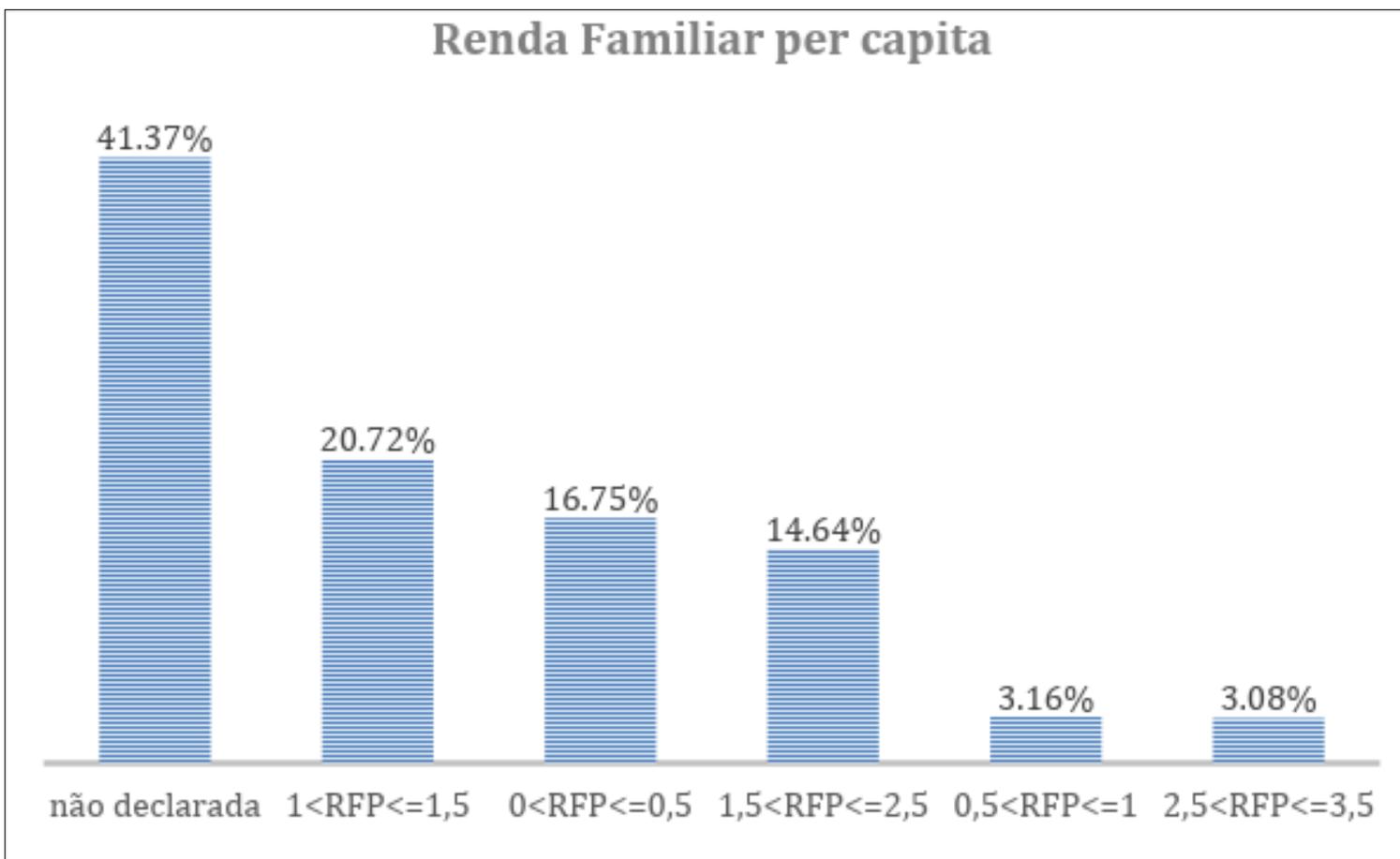
Gráfico 06: Perfil Sócio econômico da Clientela – Cor/Raça (2017)



Fonte: IFAP 2018.

No que diz respeito à renda, também não foi possível ter acesso à informação em 41,37% dos estudantes. Verifica-se, todavia, que 40,63% dos estudantes tinha em 2017 renda familiar per capita não superior a um salário mínimo e meio.

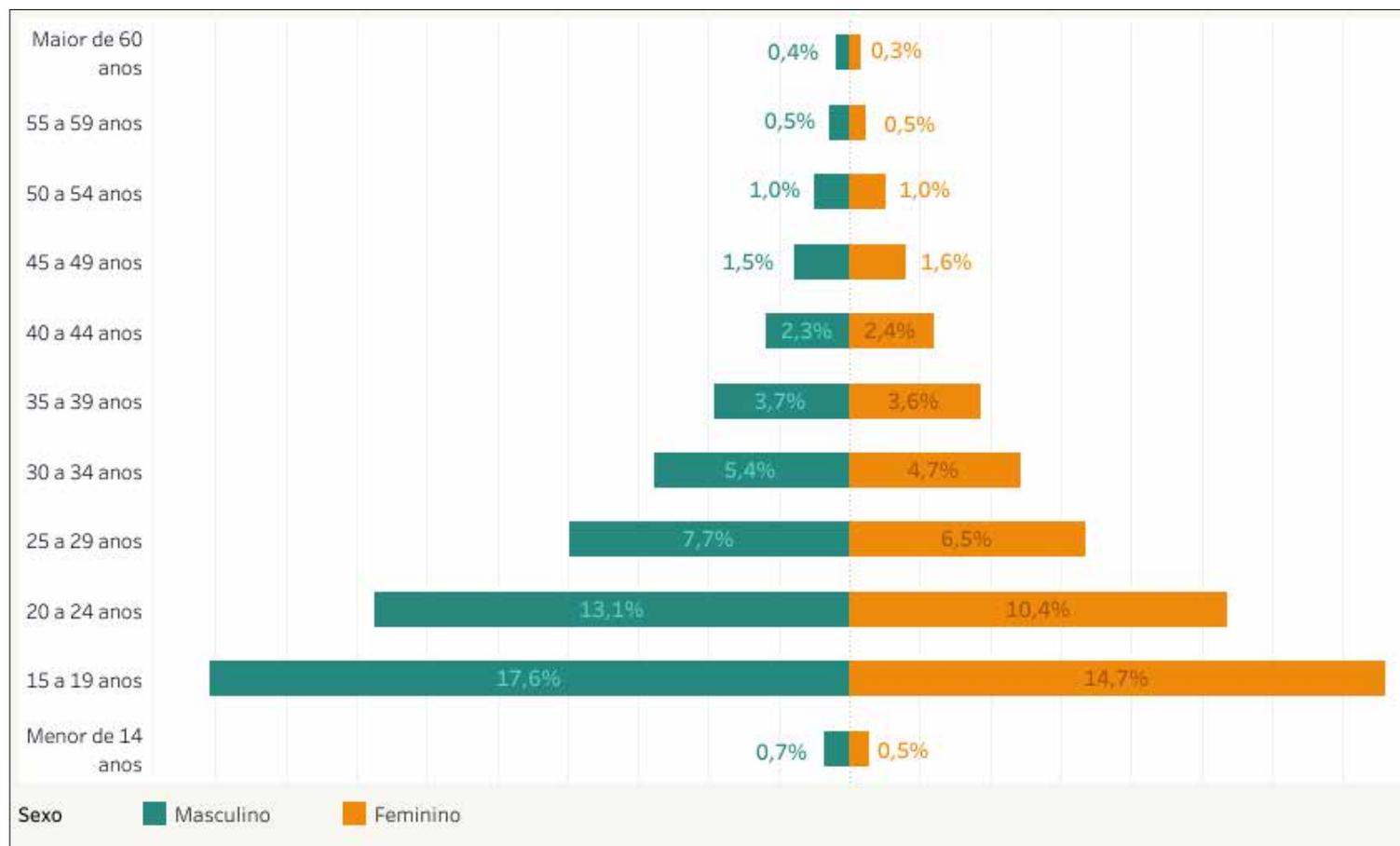
Gráfico 07: Perfil Sócio econômico da Clientela – Renda Familiar per Capita (2017).



Fonte: IFAP 2018.

Em se tratando de idade e sexo, os alunos matriculados nos cursos do IFAP em 2017 estavam concentrados, em sua maioria, na faixa etária entre 15 e 24 anos, estando equilibrada a proporção de homens e mulheres, ainda que o sexo masculino seja maior.

Gráfico 08: Perfil Sócio econômico da Clientela – Idade e Sexo



Fonte: Retirado da Plataforma Nilo Peçanha (PNL) 2018.

Assim, delineado o contexto situacional do IFAP, a próxima seção se ocupa de apresentar os eixos e dimensões estratégicas do IFAP, que caracterizam os anseios e interesses dos atores organizacionais do IFAP. Compreender o contexto, portanto, possibilita que se tenha maior segurança no estabelecimento dos objetivos, metas e ações que se deseja alcançar no futuro.

2.3. EIXOS E DIMENSÕES ESTRATÉGICAS

No intuito de direcionar as ações estratégicas do IFAP para os próximos cinco anos, foram definidas treze dimensões de atuação institucional, vinculadas à atuação das Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, responsáveis pela sistematização, planejamento, acompanhamento e controle do Desenvolvimento das Políticas Institucionais.

O Quadro abaixo apresenta a relação entre os eixos e dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e as dimensões institucionais do IFAP. É importante enfatizar que, dadas as peculiaridades e dinâmicas do Instituto, em função de sua Lei de Criação e demais normativas, assim como suas características organizacionais, as dimensões propostas pelo Instituto Federal do Amapá são ampliadas, para dar conta de abraçar estas especificidades. A dimensão de Responsabilidade Social foi suprimida como uma dimensão específica, pois ela está difusa nas demais dimensões propostas. No eixo de Políticas Educacionais, foi incluída a dimensão do Relacionamento com a Comunidade. No eixo de Políticas de Gestão, foi incluída a dimensão de Governança, riscos e controle. E várias dimensões sofreram modificações de nomenclatura para melhor ajustar-se às peculiaridades do Instituto.

Quadro 04: Relação entre eixos e dimensões SINAES e eixos e dimensões do IFAP.

SINAES		IFAP			
EIXOS	DIMENSÕES	EIXOS	DIMENSÕES	ÓRGÃO SISTÊMICO	
Planejamento e Avaliação Institucional	Planejamento e Avaliação	Planejamento e Avaliação Institucional	Planejamento e Avaliação	DINST	
Desenvolvimento Institucional	Missão e PDI	Desenvolvimento Institucional	Missão e Desenvolvimento Institucional	DINST	
	Responsabilidade Social				
Políticas Educacionais	Comunicação com a Sociedade	Políticas Educacionais	Comunicação com a sociedade e identidade visual	DEICE	
	Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão		Relacionamento com a Comunidade	DEICE	
			Políticas de Atendimento aos discentes	Políticas para ensino, pesquisa e extensão	PROEN, PROEXT, PROPESQ
				Políticas de Atendimento aos discentes	PROEN
Políticas de Gestão	Políticas de Pessoal	Políticas de Gestão	Políticas de Gestão de Pessoas	PROGEP	
	Organização e Gestão da Instituição		Organização Administrativa	DINST	
				Governança, riscos e controle	DINST
				Gestão Financeira e Orçamentária	PROAD
Infraestrutura	Infraestrutura física	Infraestrutura	Políticas de Infraestrutura	DITI, PROAD, DIEN	

Fonte: IFAP.

2.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS POR DIMENSÃO

Definidas as dimensões institucionais, são sintetizados abaixo os principais objetivos estratégicos norteadores das ações de futuro do IFAP.

Dimensão 1. Planejamento e Avaliação

- Sistematizar e acompanhar o planejamento participativo associado à avaliação institucional
- Avaliar sistemática e continuamente a qualidade do trabalho institucional e identificar o nível de satisfação dos usuários.

Dimensão 2. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

- Identificar demandas educacionais com base no desenvolvimento de arranjos produtivos, sociais e culturais locais.
- Ampliar as atividades de internacionalização a partir de demandas educacionais.

Dimensão 03. Comunicação com a Sociedade

- Estabelecer e ampliar os canais de comunicação com servidores e estudantes
- Ampliar as ações de divulgação das ofertas de vaga em todas as modalidades de curso.
- Promover eventos que aproximem o IFAP da sociedade

Dimensão 04. Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão e Pós-graduação

- Realizar Processos seletivos, diversificando as formas de acesso para promover a inclusão social.
- Adequar o número de vagas ofertadas às exigências legais, ampliando a oferta em consonância com o desenvolvimento socioeconômico regional e às condições estruturais do IFAP.
- Acompanhar e aperfeiçoar processos de ensino aprendizagem visando garantir a permanência e o êxito
- Desenvolver ações de acompanhamento e aperfeiçoamento do registro e controle acadêmico
- Ampliar e fortalecer ações de inclusão de minorias sociais e pessoas com necessidades educacionais específicas.
- Fortalecer a política de expansão e atualização do acervo da biblioteca e ampliar sua atuação junto à comunidade
- Ampliar a atuação das ações de educação a distância
- Ampliar e fortalecer os Programas e Projetos de Extensão
- Ampliar os mecanismos de inserção dos alunos e egressos ao mundo do trabalho
- Incentivar a criação de projetos de pesquisa aplicada à inovação com foco na transferência de tecnologias para a sociedade
- Fortalecer a produção e publicação de pesquisas
- Implantar programas de incubação de empresas.
- Expandir e Fortalecer os Programas de Pós-graduação do IFAP

Dimensão 5. Políticas de Atendimento ao Discente

- Ampliar e fortalecer as ações de assistência social para os alunos
- Sistematizar ações de assistência à saúde dos discentes.
- Estimular a formação de organização estudantil.
- Garantir atendimentos especializados aos discentes PNE.

Dimensão 06. Políticas de Gestão de Pessoas

- Aprimorar processos de seleção e contratação e de mobilidade de servidores
- Capacitar servidores em programas de pós-graduação
- Promover ações de Desenvolvimento de Equipes
- Promover ações de avaliação e desenvolvimento de servidores na carreira
- Promover ações de promoção à segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho

Dimensão 07. Gestão Administrativa

- Desenvolver e implementar a gestão de processos e fluxos institucionais
- Garantir o funcionamento, tomada de decisão e autonomia dos Colegiados e órgãos de assessoramento.
- Fortalecer a transparência dos atos de gestão
- Adequar a estrutura organizacional e documentos institucionais

Dimensão 8. Governança, Riscos e Controle

- Fortalecer a política de governança administrativa
- Fortalecer a política de governança em TI

Dimensão 9. Engenharia e Infraestrutura

- Construir e reformar com o fim de ampliação e manutenção.
- Desenvolver ações que garantam a sustentabilidade ambiental
- Garantir o atendimento à legislação relacionada à acessibilidade arquitetônica
- Aumentar a segurança dos bens patrimoniais do IFAP
- Ampliar e atualizar a infraestrutura material e lógica das TI.
- Informatizar processos administrativos e acadêmicos da Instituição mediante aperfeiçoamento do SUAP.

Dimensão 10. Sustentabilidade Financeira

- Buscar a eficiência econômico-financeira do IFAP

2.5. METAS, AÇÕES E INDICADORES

Definidas as dimensões de Desenvolvimento Institucionais, assim como os objetivos estratégicos que norteiam as práticas educacionais e administrativas do IFAP, passam a ser apresentadas as metas, ações e respectivos indicadores de desempenho para o período 2019 a 2023 ■

Quadro 05: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Planejamento e Avaliação.

OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar e acompanhar o planejamento participativo associado à avaliação institucional • Avaliar sistemática e continuamente a qualidade do trabalho institucional e identificar o nível de satisfação dos usuários
META	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e acompanhar o Planejamento Anual Participativo • Institucionalizar a construção e divulgação do relatório de gestão institucional e por <i>campus</i> • Incentivar e aumentar a participação da comunidade no processo de autoavaliação institucional
AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Criar mecanismos de participação da comunidade acadêmica na elaboração do Planejamento Institucional • Adequar a articulação entre o planejamento institucional e os processos de avaliação • Realizar pesquisas de identificação de demandas locais que subsidiem o planejamento • Utilizar os resultados de avaliação institucional para readequar o planejamento • Institucionalizar o Planejamento Anual • Instituir mecanismos periódicos de acompanhamento dos resultados para agilizar medidas gerenciais • Estabelecer Planos operacionais para alcance dos objetivos e metas institucionais • Criar e institucionalizar projeto de divulgação de relatórios periódicos de gestão • Articular os relatórios de Gestão aos processos de avaliação institucional • Submeter os relatórios à análise do Colégio de Dirigentes e dos Colegiados superiores para deliberações • Implementar ações educacionais e administrativas decorrentes das deliberações dos colegiados e outras instâncias de decisão. • Rever planejamento institucional frente às demandas surgidas dos Relatórios de Gestão • Avaliar as ações de ensino, pesquisa, extensão e assistência aos alunos e sua consonância com o planejamento institucional. • Readequar os instrumentos de autoavaliação institucional • Ampliar os meios de divulgação dos resultados da avaliação • Ampliar os atores da avaliação institucional • Instituir projeto de Avaliação com metodologias qualitativas e quantitativas • Realizar reuniões de apresentação dos resultados da avaliação e pontos de fragilidade e potencialidades aos colegiados superiores • Subsidiar relatório de avaliação com informações provenientes das avaliações realizadas pelo INEP e pelos exames nacionais de avaliação
INDICADORES	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de representatividade dos atores • Índice dos atores quanto à sua participação no planejamento, por meio da avaliação institucional • Percentual de unidades com relatório de gestão elaborado e divulgado. • Percentual de participação de docentes no processo de autoavaliação institucional • Quantidade de processos de autoavaliação e diagnóstico institucional realizados

Fonte: IFAP 2018.

Quadro 06: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.

OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar demandas educacionais com base no desenvolvimento de arranjos produtivos, sociais e culturais locais • Ampliar as atividades de internacionalização a partir de demandas educacionais
META	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisas e gerar informações sobre as demandas de ofertas educacionais, pesquisa, inovação e extensão nos locais de abrangência do IFAP • Ampliar e fortalecer as ações de acompanhamento da permanência e do êxito dos estudantes • Fortalecer a identidade do IFAP no Estado do Amapá • Ampliar o número de acordos de cooperação e parcerias com instituições estrangeiras • Ampliar o número de estudantes e servidores em mobilidade internacional
AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Criar Comitê ou órgão interno de pesquisa de demandas sociais em todos os locais de atuação do IFAP • Elaborar relatórios de pesquisa sobre potencialidades de desenvolvimento econômico, tecnológico, social, cultural nos locais de atuação do IFAP • Elaborar análises de demanda por oferta de ensino, pesquisa e inovação e extensão existentes nos municípios do Estado do Amapá • Desenvolver projetos que favoreçam o diálogo entre diferentes pessoas e/ou grupos de diversas precedências sociais, étnicas, religiosas e culturais • Desenvolver projetos que favoreçam o diálogo com empresas e organizações locais. • Análise da contribuição dos cursos do IFAP para a melhoria das condições e da qualidade de vida das comunidades onde atua • Ofertar cursos que estejam alicerçados por necessidade de demandas locais • Oferecer programas de apoio à permanência e ao êxito • Identificar e atuar nas principais causas de evasão • Identificar e atuar nas principais causas de retenção • Oferecer programas de auxílio ao estudante em situação de vulnerabilidade • Oferecer serviços de saúde e psicológico • Oferecer programas de ensino, pesquisa e extensão com bolsas • Oferecer programas de nivelamento e monitoria • Investir na capacitação docente • Instituir práticas de ensino e aprendizagem que promovam a satisfação dos alunos • Difundir o conhecimento sobre a Lei de Criação dos Institutos e sua função social • Divulgar e promover discussões acerca do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Plano Pedagógico Institucional • Promover fóruns para que a comunidade acadêmica conheça o Regimento Geral do IFAP, os regimentos dos campi e a organização administrativa, entre outras informações relevantes • Realizar projetos de pesquisa e extensão junto à comunidade • Realizar integração entre as Escolas locais e o IFAP • Analisar demandas por cooperação • Realizar contatos e visitas a instituições internacionais com possibilidade de parcerias • Realizar acordos de cooperação para capacitação, execução de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão em parceria • Realizar convênios para viabilizar projetos de pesquisa, extensão e ensino para alunos do IFAP • Realizar convênios para oferta de cursos de pós-graduação a servidores e alunos • Realizar seleção para intercâmbio de servidores e alunos com fins específicos

INDICADORES

- Quantidade de relatórios de demandas de oferta de ensino, pesquisa e extensão elaborados
- Índice de permanência e êxito
- Índice de Satisfação Geral em Relação à Instituição
- Quantidade de parcerias ou convênios de internacionalização ativos
- Quantidade de servidores em mobilidade internacional
- Quantidade de alunos em mobilidade internacional

Fonte: IFAP 2018.

Quadro 07: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Comunicação com a Sociedade.

OBJETIVO

- Estabelecer e ampliar os canais de comunicação com servidores e estudantes
- Ampliar as ações de divulgação das ofertas de vaga em todas as modalidades de curso
- Promover eventos que aproximem o IFAP da Sociedade

META

- Institucionalizar diferentes meios de comunicação com servidores e alunos de forma a incentivar o diálogo com a Gestão do IFAP
- Instituir Setor de Comunicação com o Mercado vinculado à Diretoria de Comunicação
- Estabelecer e ampliar os canais de comunicação externa com a sociedade
- Ampliar e fortalecer tecnologias de comunicação interna e externa
- Sistematizar e ampliar a realização de eventos institucionais, de natureza técnico-científica, artístico-culturais e desportiva com a comunidade interna e externa

AÇÕES

- Criar e difundir boletim interno de informações institucionais
- Criar e/ou fortalecer mecanismos de interação e comunicação interna
- Criar mecanismos para tornar claro à comunidade a função social do IFAP e os documentos institucionais
- Possibilitar acesso à comunidade a mecanismos de transparência institucional, avaliações institucionais e ouvidoria
- Alterar organograma para instituir setor de comunicação com o mercado
- Contratar ou alocar pessoal para realizar o trabalho
- Definir as competências e atribuições da atividade
- Definir estratégias para divulgar ao mercado suas ofertas e sua função social
- Realizar campanhas de divulgação do IFAP, com parceria de servidores e alunos
- Produzir materiais promocionais de divulgação
- Incentivar visitas de estudantes das escolas de ensino fundamental ao IFAP
- Promover ações de campo em escolas, empresas e comunidade
- Realizar pesquisas de identificação do público alvo do IFAP
- Coletar informações para subsidiar a oferta de novos cursos e programas

AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar o site institucional • Aprimorar as redes sociais institucionais • Instituir mecanismos de comunicação em massa por meio da internet e de dispositivos móveis • Realizar prospecção de todas as ações dos campi para divulgar nos canais de comunicação • Dar acesso à comunidade aos mecanismos de transparência, avaliações institucionais e ouvidoria • Adequar os canais quanto às informações sobre processos seletivos institucionais. • Fazer pesquisas de imagem do IFAP na comunidade • Produzir materiais gráficos de divulgação das ações institucionais externamente • Aprimorar funcionalidades do SUAP • Sistematizar reuniões e fóruns de trabalho • Diminuir ou eliminar o uso de papel • Instituir sistema de documentação e tramitação de processos internos de forma online • Planejar e executar eventos científicos, tecnológicos, artísticos, culturais e desportivos • Registrar eventos • Comunicar eventos à comunidade educacional por meio dos canais de comunicação interno e externo
INDICADORES	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de informativos enviados a alunos e servidores • Quantidade de campanhas internas de comunicação desenvolvidas para alunos e servidores • Organograma constando nova atividade • Número de Escolas e empresas visitadas por ano • Número de ações de comunicação realizadas • Registros de melhorias do site • Índice de satisfação da comunidade educacional acerca da comunicação • Número de reclamações acerca das disponibilidade e clareza das informações prestadas • Número de visitas às redes sociais e ao site institucional • Número de relatórios de pesquisa sobre imagem • Qtd de processos online em relação a processos físicos tramitando • Custos com papel e tonner • Qtd de atas ou registros de reuniões realizadas • Índice de satisfação em relação às funcionalidades do SUAP • N° de novas funcionalidades instaladas no SUAP • Quantidade de eventos realizados

Fonte: IFAP 2018.

Quadro 08: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Políticas para o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-graduação.

<p>OBJETIVO</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar Processos Seletivos, diversificando as formas de acesso para promover a inclusão social • Adequar o número de vagas ofertadas às exigências legais, ampliando a oferta em consonância com o desenvolvimento socioeconômico regional e às condições estruturais do IFAP • Acompanhar e aperfeiçoar processos de ensino e aprendizagem visando garantir a permanência e o êxito • Desenvolver ações de acompanhamento e aperfeiçoamento do registro e controle acadêmico • Ampliar e fortalecer ações de inclusão de minorias sociais e pessoas com necessidades educacionais específicas • Fortalecer a política de expansão e atualização do acervo da biblioteca e ampliar sua atuação junto à comunidade • Fortalecer o acesso à formação para mulheres em Vulnerabilidade Social • Ampliar a atuação das ações de educação a distância • Ampliar e Fortalecer os programas e projetos de extensão • Ampliar os mecanismos de inserção dos alunos e egressos ao mundo do trabalho • Incentivar a criação de projetos de pesquisa aplicada à inovação com foco na transferência de tecnologias para a sociedade • Fortalecer a produção e publicação de pesquisas • Implantar programas de incubação de empresas • Expandir e fortalecer os Programas de Pós-graduação do IFAP
<p>META</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a demanda global pelos cursos do IFAP. • Ampliar a oferta educacional em cursos e programas • Aumentar taxas de conclusão e diminuir retenção e evasão de alunos • Aumentar a consistência dos dados de matrículas no SUAP e no SISTEC • Ampliar ações do NAPNE • Ampliar ações e projetos da Assistência Estudantil • Aumentar a relação de exemplares por título das bibliografias em todos os níveis e modalidades de ensino • Ampliar as ações do Mulheres Mil e Rede Brasil Mulher • Ampliar a oferta de cursos, disciplinas e programas institucionais de Educação a Distância. • Ampliar a utilização de tecnologias educacionais para fortalecimento das ações de educação a distância • Aumentar o número de projetos de extensão com apoio institucional • Ampliar o número de projetos de extensão em programas ou projetos com recursos externos • Instituir a oferta de serviços oferecidos à comunidade • Ampliar o número de convênios com instituições para oferta de estágio e intercâmbio • Instituir política e ações de acompanhamento dos egressos • Instituir a prática profissional em empresas como parte de projetos interdisciplinares de ensino • Ampliar o número de projetos de pesquisa aplicada envolvendo servidores do IFAP • Ampliar o número de Projetos de iniciação científica envolvendo alunos do IFAP • Elevar o número de publicações em periódicos com Qualis B2 ou superior e em periódicos internacionais. • Elevar a quantidade de livros publicados pela Editora do IFAP

META	<ul style="list-style-type: none"> • Criar repositório institucional • Implantar projetos de hospedagem para incubação de ideias de novos negócios • Expandir a oferta de vagas para programas de Pós-graduação Lato-sensu, com base nas demandas regionais • Expandir a oferta de vagas para programas de pós-graduação Stricto sensu, com base nas demandas regionais • Aumentar o número de parcerias interinstitucionais para ampliação da oferta de vagas em programas de pós-graduação e intercâmbios
AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer processo de seleção do ingresso de estudantes • Readequar processo de seleção para a inclusão social • Redimensionar número de vagas para pessoas com necessidades especiais • Sensibilizar o público quanto às ofertas de vaga para minorias • Sistematizar divulgação do processo de seleção nos locais de oferta • Desenvolver projetos em parceria com outros órgãos do IFAP para difundir o conhecimento sobre a função social do Instituto e seus cursos. • Aumentar a oferta de cursos em todos os níveis e modalidades, em conformidade com a disponibilidade de recursos para isso • Institucionalizar e tornar eficiente e ágil o processo de chamada de novos alunos para vagas ociosas ou não preenchidas. • Tornar eficiente o processo de inscrição ao processo seletivo • Produzir editais de concursos com linguagem acessível e inteligível ao público alvo • Adequar a estrutura física e o quantitativo de pessoal docente e administrativo para a implementação de novos cursos ou aumento da oferta de vagas • Adequar o percentual de oferta de vagas em EJA, formação de professores e ensino médio integrado integral às exigências legais • Ofertar cursos de Formação Inicial e continuada em todos os eixos de oferta de cursos dos campi • Implementar cursos que estejam em consonâncias com as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental, previamente levantadas. • Adequar os períodos de ingressos de novos alunos em cada nível e modalidade de curso • Adequar os turnos de oferta dos alunos, considerando os recursos disponíveis • Ajustar projetos de cursos para se tornar mais eficientes e atraentes ao público alvo • Readequar e fortalecer acompanhamento pedagógico para a aprendizagem dos alunos • Rever projetos pedagógicos dos cursos no intuito de ajustar perfil profissional para as demandas do mundo do trabalho • Incentivar e promover atividades complementares dos cursos • Instituir projetos interdisciplinares • Introduzir maior flexibilidade aos currículos dos cursos • Sistematizar as práticas laboratoriais • Adequar e supervisionar os procedimentos de avaliação dos alunos, atendendo aos critérios de avaliação contínua, formativa e cumulativa • Qualificar continuamente o corpo docente para o uso de metodologias atrativas e motivadoras • Intensificar os programas de orientação educacional: apoio psicopedagógico, serviço de saúde, recuperação, nivelamento e assistência estudantil. • Desenvolver e acompanhar projetos de educação inclusiva • Fortalecer a monitoria • Promover visitas técnicas e atividades de campo • Ajustar o SUAP às necessidades de registro e controle acadêmico

AÇÕES

- Implementar sistema de atendimento eletrônico do aluno
- Automatizar e promover maior eficiência aos processos de seleção de alunos e de matrícula
- Implantar Controle eletrônico de documentação
- Automatizar processo de alimentação do SISTEC, do Censo da educação básica e da educação superior e outros sistemas de controle da educação
- Ampliar e fortalecer projetos e ações de inclusão de pessoas com deficiências ou necessidades educacionais específicas
- Ampliar a fortalecer projetos e ações de inclusão de minorias
- Manter o efetivo acompanhamento do desempenho e das necessidades dos alunos com necessidades especiais
- Desenvolver projetos de sensibilização da comunidade educacional para aceitação das diferenças
- Participar ativamente na elaboração de editais de oferta de vagas
- Oferecer incentivos e bolsas para a permanência e o êxito de estudantes com necessidades especiais e minorias
- Instituir biblioteca virtual
- Redimensionar política de coleção para todos os cursos, em todos os níveis e modalidades
- Instituir sistema de controle da movimentação do acervo físico
- Readequar espaços físicos da biblioteca
- Desenvolver projetos de fomento à leitura
- Informatizar o acervo e possibilitar consulta, reserva e empréstimo de forma virtual
- Desenvolver projeto de atualização anual do acervo físico
- Oferecer Cursos de Formação Inicial e Continuada a Mulheres em Vulnerabilidade Social
- Readequar a estrutura organizacional institucional para fortalecer programas institucionais internos na modalidade a distância
- Ampliar a oferta de novos cursos a distância em todos os níveis e modalidades
- Atualizar e dar suporte e segurança ao Moodle
- Capacitar docentes e técnicos para utilização dos recursos da educação a distância
- Monitorar o desempenho das atividades discentes e docentes envolvidas em educação a distância
- Instituir processo de produção e distribuição de material didático para atender à demanda real
- Instituir e capacitar pessoal para o uso de TICs no processo de ensino e aprendizagem
- Promover o acesso a recursos didáticos digitais, softwares, simuladores e outras tecnologias educacionais
- Fomentar o desenvolvimento e registros de projeto de extensão nos campi
- Planejar, executar e oferecer apoio estrutural e financeiro para a realização de programas, projetos, atividades e ações de extensão
- Prospectar outras formas de financiamento de projetos de extensão do Campus
- Promover a articulação com outras instituições nacionais e internacionais para o intercâmbio de projetos de extensão que viabilizem a aplicação de tecnologias.
- Fomentar, fortalecer e garantir o apoio institucional para a submissão de projetos com recursos em editais externos e em convênios
- Planejar e executar projeto de prestação de serviços à comunidade, considerando o parque tecnológico e laboratorial dos campi, os grêmios estudantis, os projetos técnicos de alunos e docentes, etc
- Ampliar o número de parcerias firmadas com o setor público e privado
- Ampliar os convênios com as escolas de educação básica da rede pública
- Institucionalizar visitas de acompanhamento dos estagiários

AÇÕES

- Instituir programa de acompanhamento e avaliação dos egressos dos cursos, em todos os níveis e segmentos
- Promover eventos com entidades de classe e os egressos dos cursos
- Promover eventos de preparação do estudante final de curso para o mundo do trabalho
- Desenvolver projetos interdisciplinares em todos as turmas e cursos com previsão de ação de extensão
- Fomentar e divulgar política de propriedade intelectual
- Criar mecanismos para proteção dos ativos de propriedade industrial em âmbito institucional
- Fomentar o desenvolvimento de projetos de iniciação científica junto ao corpo docente e coordenações de curso
- Direcionar recursos para oferta de bolsas de iniciação científica
- Fomentar a inclusão de alunos em grupos de pesquisa de servidores
- Promoção de Feiras e eventos para exposição de trabalhos de iniciação científica
- Realização de projetos integradores articulados à iniciação científica e à extensão
- Fomentar a produção e publicação de trabalhos científicos em todos os campi
- Desenvolver política de apoio à publicação de pesquisas docentes e de alunos em periódicos Qualis B2 ou superior e em periódicos internacionais
- Tornar a editora do IFAP operacional
- Fomentar a produção de livros pela Editora
- Adequar a estrutura organizacional e física para dotar a Editora de capacidade operacional
- Capacitar servidores sobre os procedimentos para publicação
- Desenvolver e implantar projeto de repositório institucional
- Fomentar o cadastro de títulos acadêmico-científicos no repositório institucional
- Dar ampla divulgação ao repositório no meio científico
- Desenvolver e executar projeto de hospedagem para incubadoras de empresas
- Obtenção de recursos direcionados a esta finalidade
- Obtenção de espaço físico, recursos e estrutura organizacional para executar o projeto
- Promover ações de estímulo ao empreendedorismo
- Planejar oferta de vagas para a pós-graduação lato sensu
- Fomentar a elaboração de projetos de pós lato sensu, com base nas demandas locais e na verticalização do ensino
- Planejar oferta de vagas para a pós-graduação stricto sensu
- Fomentar a elaboração de projetos de pós lato sensu, com base nas demandas locais e na verticalização do ensino
- Submeter projetos aos órgãos educacionais competentes para aprovação
- Garantir a manutenção do curso, por meio do atendimento dos referenciais mínimos de qualidade
- Prospectar acordos e convênios interinstitucionais para oferta de vagas em programas de pós-graduação
- Promover intercâmbio para ações de ensino, pesquisa e extensão com outras instituições nacionais e internacionais

INDICADORES

- Relação Candidatos por vaga
- Índice de efetividade
- Relação de alunos por docentes em tempo integral
- Relação de alunos por professor
- Relação de ingressos por número total de alunos
- Percentual de vagas em cursos técnicos integrados
- Percentual de vagas em Proeja
- Percentual de vagas em cursos de formação de professores
- Quantidade de eixos de atuação em programas de formação inicial e continuada e certificação profissional
- Taxa Média de Conclusão de curso
- Taxa de ocupação de vagas
- Taxa de saída com êxito
- Índice de Efetividade Acadêmica
- Taxas de Retenção
- Taxas de Reprovação
- Taxa de Evasão
- Qtd de atividades automatizadas de registro e controle acadêmico
- N° de matrículas no sistema acadêmico em relação ao número de matrículas do censo (educação básica e superior)
- N° de matrículas no sistema acadêmico em relação ao número de matrículas do Sistec
- N° de docentes do sistema acadêmico em relação ao número de docentes registrados no Sistec e no censo
- Quantidade de ações e projetos desenvolvidos
- N° de alunos mapeados e acompanhados pelo NAPNE em todos os níveis e modalidades de curso
- Número de projetos realizados
- Número de bolsas concedidas para portadores de deficiências e necessidade educacional específica e minorias
- Relação de exemplares por título.
- Quantidade de títulos emprestados (físico) ou acessado (virtual)
- Percentual de alunas com índice de vulnerabilidade social concluintes
- Percentual de disciplinas de cursos presenciais que utilizam a Educação à distância
- Número de Planos de Disciplina que apresentam ações de educação a distância
- Percentual de cursos com oferta ordinária na modalidade à distância em relação ao número de cursos ofertados pelo IFAP.
- Número de novas tecnologias implantadas para apoio das atividades de educação a distância
- Qtd de projetos de extensão desenvolvidos institucionalmente
- Qtd de projetos de ação social
- N° de servidores envolvidos com extensão
- Qtd de projetos de extensão desenvolvidos com fomento externo
- Percentual de recursos externos captados em projetos de extensão em relação ao recurso total da extensão
- Percentual de recursos externos captados em projetos de pesquisa e inovação

INDICADORES	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de registros de propriedade depositados ou registrados no INPI • Quantidade de projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos • Quantidade de programas de inovação tecnológica • Percentual de recursos externos captados em projetos de pesquisa e inovação • Número de servidores envolvidos com projetos de pesquisa e inovação • Quantidade de projetos de iniciação científica e tecnológica desenvolvidos • Número de trabalhos publicados em periódicos <i>Qualis B2</i> ou superior e periódicos internacionais • Índice acumulado de publicações dos docentes • Quantidade de livros publicados pela Editora • Número de títulos cadastrados no repositório • Quantidade de incubadoras implantadas e em funcionamento • Taxa de sucesso de empresas incubadas • Número de cursos ofertados • Nível de Satisfação dos usuários • Número de cursos ofertados • Nível de Satisfação dos usuários • Conceito dado pelos órgãos de regulação • Número de parcerias firmadas
--------------------	--

Quadro 09: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Políticas de Atendimento ao Discente.

OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e Fortalecer as ações de assistência social para os alunos • Estimular a formação de Organização Estudantil • Garantir atendimentos especializados aos discentes PNE.
META	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar ao máximo a caracterização socioeconômica dos alunos • Aumentar a oferta de auxílios e bolsas para alunos em vulnerabilidade social, inclusive necessidades educacionais específicas • Ampliar o número de campanhas de saúde. • Fomentar a formação de agremiações entre os alunos. • Aumentar o ingresso, permanência e êxito dos discentes PNE.

AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Mapear todos os alunos ingressantes no Instituto, identificando o perfil socioeconômico de cada um • Estruturar instrumentos de coleta de informações sobre o perfil • Planejar as ações de assistência, tendo como base o levantamento do perfil socioeconômico dos alunos ingressantes e veteranos. • Ajustar fluxo de processos para aprovação tempestiva dos editais para concessão de auxílios • Assegurar a utilização integral do recurso destinado à oferta de bolsas e auxílios • Avaliar as ações de assistência • Adequar os tipos de programas e de ações de assistência às demandas institucionais • Planejamento e execução de projetos que contribuam para a formação socio-profissional dos alunos, como jogos estudantis, eventos culturais exposições científicas e participação em eventos internos e externos • Planejar e executar ações de saúde com os alunos. • Ampliar e fortalecer programas de apoio à saúde do discente • Criar fóruns de discussão e incentivo à formação de agremiações • Oferecer espaço físico e estrutura de apoio para as atividades da agremiação • Incentivar a participação das agremiações em conselhos e comissões de análise e deliberações acerca da gestão do IFAP • Oferecer audiolivros nas bibliotecas das unidades do Ifap • Ampliar os recursos de Tecnologia Assistiva nos espaços de aprendizagem, incluindo Laboratórios • Assegurar a acessibilidade na plataforma Moodle
INDICADORES	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de estudantes ingressantes com caracterização socioeconômica realizada • Percentual de estudantes atendidos com auxílios e bolsas em relação ao número de alunos matriculados • Quantidade de alunos com necessidades educacionais específicas ou transtorno funcional identificados e beneficiados em programas de assistência • Quantidade de apoios para eventos e atividades extracurriculares • Número de programas de saúde realizados • Percentuais de campi com agremiações em funcionamento • Percentual de estudantes PNE concluintes

Fonte: IFAP 2018.

Quadro 10: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Políticas de Gestão de Pessoas.

OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar processos de seleção, contratação e mobilidade de servidores • Capacitar servidores em programas de pós-graduação • Promover ações de desenvolvimento de equipes • Promover ações de avaliação e desenvolvimento de servidores na carreira • Promover ações de promoção à segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho
-----------------	--

METAS

- Aumentar a eficiência na realização de concursos públicos para contratação de quadro efetivo de servidores docentes e técnico-administrativos
- Aumentar a eficiência na realização de processos de remanejamento de servidores docentes e técnico-administrativos.
- Elevar o percentual de docentes e técnico-administrativos com maior titulação de pós-graduação.
- Elevar o percentual de servidores técnico-administrativos com maior titulação de graduação.
- Fortalecer e ampliar as ações de formação continuada das equipes técnicas.
- Aumentar a integração dos servidores para execução de projetos e ações em equipe
- Institucionalizar programa de ambientação e integração de novos servidores.
- Ampliar a qualificação de servidores por meio da participação em eventos técnico-científicos e de benchmarking.
- Ampliar o alcance das ações de desenvolvimento na carreira
- Aumentar o número de projetos de promoção à saúde ou qualidade de vida no trabalho nos campi
- Ampliar a participação dos servidores nas ações de acompanhamento da saúde e nos exames médicos periódicos.
- Aumentar o nível de satisfação dos servidores em relação ao atendimento e aos projetos realizados pela Progep
- Ampliar o quadro de estagiários em todos os *campi*.

AÇÕES

- Readequar processo de seleção para torna-lo mais célere e com menores possibilidades de contestação.
- Informatizar processo de acompanhamento dos resultados do concurso
- Definir e implantar normas de remoção de servidores entre as unidades do IFAP
- Readequar procedimentos de redistribuição de servidores para outras unidades da federação
- Tornar transparente processos e resultados do remanejamento de servidores.
- Prospectar convênios para formação de servidores em programas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu
- Promover concursos para oferta de vagas para servidores em programas de pós-graduação oferecidos pelo IFAP em seus diversos campi.
- Prover os servidores de apoio administrativo para realização dos programas de pós-graduação internamente ou externamente ao IFAP
- Sensibilizar os servidores quanto à necessidade de qualificação para projeção de carreira.
- Readequar critérios e procedimentos para concessão de benefícios a servidores para qualificação em programas de pós-graduação.
- Prospectar convênios para formação de servidores em cursos de graduação.
- Realizar convênios para intercâmbios de servidores em instituições de ensino superior nacionais e internacionais.
- Fomentar a participação de servidores técnico-administrativos em cursos de graduação presencial ou a distância, promovidos ou não pelo IFAP.
- Prover os servidores de apoio administrativo para realização de cursos de graduação internamente ou externamente ao IFAP
- Sensibilizar os servidores quanto à necessidade de qualificação para projeção de carreira.
- Prospectar necessidades de qualificação de pessoal nos campi.
- Planejar e executar projetos de formação continuada individualizados e em equipes.
- Avaliar a eficácia dos programas de treinamento em relação aos objetivos propostos.
- Garantir o apoio administrativo para viabilizar programas de capacitação externos.
- Promover cursos de capacitação para o desenvolvimento de projetos em equipe.
- Desenvolver estrutura organizacional ad-hoc para realização de projetos de natureza técnica ou administrativa no âmbito do IFAP
- Promover eventos de integração dos servidores.

AÇÕES

- Criar e institucionalizar programas de boas vindas aos novos servidores e ambientação aos setores de trabalho
- Qualificar os novos servidores em ferramentas institucionalizadas de trabalho, como o SUAP
- Fomentar e planejar apoio administrativo a servidores com necessidade de realização de visitas técnicas a outras instituições para qualificação e benchmarking.
- Adequar procedimentos para agilizar realização de avaliação de desempenho de servidores no prazo de concessão de progressão ou promoção na carreira
- Orientar e capacitar os servidores quanto às exigências de carreira
- Adequar os instrumentos de avaliação de desempenho funcional dos servidores
- Readequar projetos de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho nos campi
- Criar e implantar programa de prevenção a riscos ambientais
- Implantar a CIPA
- Promover projetos de capacitação de servidores em primeiros socorros
- Realizar estudo de viabilidade de implantação de unidade médica-hospitalar para atender demandas de saúde de servidores no campus.
- Realizar estudo de viabilidade de implantação de unidade de apoio psicossocial e nutricional para servidores de todos os campi
- Promover ações para evitar ou diminuir os riscos de doenças do trabalho, especialmente riscos ergonômicos e depressão
- Controle da participação dos servidores nos exames médios periódicos realizados pelo Setor de Saúde
- Readequar posturas de atendimento
- Capacitar pessoal da Progep para atendimento.
- Rever estrutura de atendimento
- Informatizar processos de atendimento
- Desenvolver programa de estágio nos campi
- Contratar e acompanhar a atividade dos estagiários dos campi

AÇÕES

- Avaliação da satisfação dos participantes
- Número de reclamações e ações judiciais
- Índice de satisfação dos processos de remanejamento
- Percentual de docentes com titulação máxima de mestrado ou doutorado
- Índice de titulação do corpo docente
- percentual de servidores técnico-administrativos com titulação máxima em mestrado e doutorado
- Percentual de docentes e técnico-administrativos atendidos em cursos de pós-graduação.
- Percentual de técnicos-administrativos com titulação mínima em graduação
- Quantidade de cursos de capacitação para servidores executados.
- Quantidade de visitas técnicas realizadas
- Percentual de servidores atendidos com capacitação
- Quantidade de cursos de capacitação para equipes de projetos
- Quantidade de equipes adhocráticas estabelecidas
- Quantidade de eventos de integração realizados
- Número de servidores ambientados em relação ao número de servidores totais admitidos
- Número de servidores atendidos em demandas de eventos e visitas técnicas externos

AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Número de projetos de promoção à saúde. • Índice de satisfação dos servidores em relação aos projetos de qualidade de vida no trabalho • Número de servidores com exames médios periódicos realizados • Percentual de unidades com técnico de segurança do trabalho, psicólogo, médico e nutricionista • Percentual de servidores participantes do Exame Médico Periódico. • Índice de satisfação dos servidores em relação aos serviços oferecidos pela Progep • Quantidade de serviços realizados a servidores. • Quantidade de estagiários atuando nos campi do IFAP
--------------	--

Quadro 11: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Gestão Administrativa.

OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e implementar a gestão de processos e fluxos institucionais • Garantir o funcionamento, tomada de decisão e autonomia dos Colegiados e órgãos de assessoramento • Fortalecer a transparência dos atos de gestão
META	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar e implantar a descrição e a modelagem dos processos em todos os setores e instâncias institucionais do IFAP • Garantir a realização de reuniões e o encaminhamento de deliberações • Fortalecer a transparência e a agilidade de publicização dos atos dos colegiados superiores • Fortalecer os processos de autonomia e descentralização • Atualizar regimentos, normas e regulamentações
AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer modelo de gestão para revisão e aperfeiçoamento das atividades e atribuições administrativas, de forma a torna-las mais eficazes • Fomentar a discussão e readequação de processos de trabalho • Rever e adequar regulamentações • Padronizar e modelar processos de trabalho • Aprovar e divulgar alterações em processos e regulamentações <p>Formalizar e tornar operacional o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFAP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer e intensificar divulgação das decisões do Colégio de Dirigentes e dos Conselhos Superiores • Formalizar e fortalecer a autonomia dos órgãos colegiados nos Campi • Fortalecer os Conselhos superiores em relação a: representatividade, realização, registro e divulgação das reuniões. <p>Manter gravações das reuniões disponíveis para a comunidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar publicidade às decisões em menor tempo possível • Planejar e promover fóruns de gestão nos campi para discussão e deliberação sobre ações e projetos a executar, em sintonia com as políticas e decisões institucionais.

AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a participação da comunidade acadêmica nas instâncias de decisão, por meio de processos de eleitorais democráticos • Aperfeiçoar a estrutura organizacional de modo a fortalecer a autonomia dos campi • Instituir comitês para atualização de regulamentações, normas e regimentos internos • Manter comissões permanentes de revisão de regulamentos e normas internas. • Realizar capacitações sobre as modificações estabelecidas • Dar ampla divulgação das novas regulamentações e normas internas.
INDICADORES	<ul style="list-style-type: none"> • Número de processos descritos, padronizados e/ou modelados. • Planos estratégicos e operacionais definidos e documentados. • Quantidade de reuniões dos órgãos colegiados superiores e câmaras realizadas • Quantidade de reuniões dos órgãos de assessoramento. • Média de dias entre a realização das reunião e a disponibilidade das atas dos conselhos. • Periodicidade de atualização das informações no site institucional. • Registros de processos eleitorais. • Número de atas de fóruns realizados. • Registros de atualizações de organogramas. • Número de regulamentos, normas e regimentos atualizados.

Fonte: Fonte: Produzido pela Comissão de Elaboração do PDI.

Quadro 12: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Governança, Risco e Controle.

OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a política de governança administrativa • Fortalecer a política de governança em TI
METAS	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o alcance da política e das práticas de governança administrativa • Implantar a política e incentivas práticas de governança em TI.

METAS	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de orientação à gestão sobre possibilidade de riscos administrativos • Promover qualificação da gestão sobre administração pública e riscos administrativos • Desenvolver manuais e modelar processos de trabalho para evitar riscos • Instituir comitê de ética • Fortalecer ações da ouvidoria • Criar política de governança em TI • Planejar e executar ações de governança em TI
INDICADORES	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de processos disciplinares finalizados com penalidade • Percentual de dimensões estratégicas com risco monitorado • Percentual de recomendações da CGU atendidos • Número de servidores em gestão qualificados sobre Gestão da Administração pública e riscos administrativos. • Percentual de demandas de ouvidoria atendidas • Quantidade de relatórios de governança desenvolvidos • Quantidade de planos estratégicos de TI desenvolvidos e atualizados

Fonte: Fonte: Produzido pela Comissão de Elaboração do PDI

Quadro 13: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Engenharia e Infraestrutura

OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Construir e reformar com o fim de ampliação e manutenção • Desenvolver ações que garantam a sustentabilidade ambiental • Garantir o atendimento à legislação relacionada à acessibilidade arquitetônica • Aumentar a segurança dos bens patrimoniais do IFAP • Ampliar e atualizar a infraestrutura material e lógica das TI • Informatizar processos administrativos e acadêmicos da Instituição mediante aperfeiçoamento do SUAP
META	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar o planejamento, execução e controle de construções e reformas para ampliação e manutenção da infraestrutura física • Desenvolver e executar projeto de reuso de águas e tratamento de efluentes • Implantar programa de eficiência energética nas unidades • Planejar e executar planos de acessibilidade arquitetônica nas unidades • Implantar sistema de monitoramento por câmeras • Melhorar a infraestrutura de TI das Unidades • Ampliar o desenvolvimento do SUAP e reduzir a utilização de softwares de terceiros

AÇÕES

- Planejar ações de construção e reforma, com base no plano de expansão de vagas
- Executar expansão e reforma, com base na disponibilidade orçamentária
- Realizar processos licitatórios para contratação de empresas
- Acompanhar o andamento das obras
- Adequar ambientes quanto à dimensão e conforto
- Desenvolver projeto de reuso de água e tratamento de efluentes.
- Licitar e contratar empresas para execução do projeto
- Analisar relação custo/benefício da ação proposta
- Planejar e implantar infraestrutura para utilização de energia renováveis.
- Implantar sistemas de iluminação e refrigeração inteligentes
- Instituir procedimentos de realização de serviços elétricos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental.
- Planejar e executar planos de acessibilidade arquitetônica
- Adequar acessos, circulação e sinalização à necessidades de acessibilidade arquitetônica
- Adequar ambientes administrativos
- Adequar ambientes educacionais
- Licitar e contratar empresas de prestação de serviços
- Planejar e executar a implantação de sistemas de monitoramento por câmeras
- Licitar e contratar empresas de prestação de serviços de segurança eletrônica
- Instituir política de segurança por monitoramento de câmeras
- Dar ampla divulgação sobre o sistema
- Atualizar e adequar ambientes acadêmicos quanto a equipamentos de informática, softwares, sistemas e rede lógica
- Adequar sistema de internet e wifi.
- Adequar sistema de telefonia e comunicação
- Adequar o sistema de vídeos e webconferências para atividades educacionais e administrativas
- Instituir infraestrutura para melhoria uso de TICs nas salas de aula.
- Instituir infraestrutura para desenvolvimento de webaulas
- Implantar módulo de requerimento online
- Implantar processos seletivos online.
- Implantar registro e controle acadêmicos automatizados
- Implantar módulo de eventos
- implantar módulo de serviços de TI
- Implantar módulo de controle de bens patrimoniais
- Implantar módulo de controle pedagógico

INDICADORES	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de unidades atendidas com ampliação ou manutenção da infraestrutura física • Percentual de unidades com tratamento de efluentes implantado • Percentual de unidades adequadas para reuso de águas pluviais • Percentual de unidades com programas de eficiência energética implantado. • Percentual de unidades com plano de acessibilidade arquitetônica implantado • Percentual de unidades com sistema de monitoramento por câmeras • Índice de continuidade de serviços de internet • Relação alunos por computador • Total de investimentos em infraestrutura em cada campus • Percentual de módulos SUAP requisitados e desenvolvidos
--------------------	---

Fonte: IFAP 2018.

Quadro 14: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Sustentabilidade Financeira.

OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar a eficiência econômico-financeira do IFAP
META	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoar metodologias de planejamento e acompanhamento de investimentos e despesas • Garantir a manutenção educacional e administrativa das unidades do IFAP • Aperfeiçoar o acompanhamento patrimonial e a aquisição de materiais das unidades • Prospectar novas fontes de recursos.
AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar controles para acompanhamento de contratos • Adequar mecanismos de acompanhamento da execução financeira • Implantar acompanhamento da execução financeira e orçamentária em todas as unidades para tomada de decisão da gestão. • Institucionalizar metodologias de planejamento e acompanhamento de investimentos e despesas • Dotar unidades de transporte para viagens a serviço, visitas técnicas e aulas de campo. • Manter apoio administrativo para manutenção limpeza, iluminação e segurança • Manter apoio administrativo para a manutenção de equipamentos. • Adequar quadro de pessoal terceirizado quanto ao número de servidores e diversidade de funções. • Prover unidades de recursos financeiros para a gestão do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades estudantis

AÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Dotar ambientes educacionais e administrativos com mobiliários e equipamentos específicos • Fortalecer controle patrimonial nos ambientes educacionais e administrativos • Realizar ações/visitas/reuniões políticas para obtenção de recursos • Desenvolver projetos para obtenção de recursos para financiar programas educacionais
INDICADORES	<ul style="list-style-type: none"> • Gastos correntes por aluno • Percentual de gastos com pessoal • Percentual de gastos com outros custeios • Total de investimento • Percentual de gastos de outros custeios com contratos continuados com locação de mão de obra • Percentual de gastos de outros custeios com contratos continuados sem locação de mão de obra • Percentual de gastos de outros custeios com contratos não continuados • Percentual de unidades com acompanhamento patrimonial realizado • Percentual de receitas extras aportadas

Fonte: IFAP 2018.

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

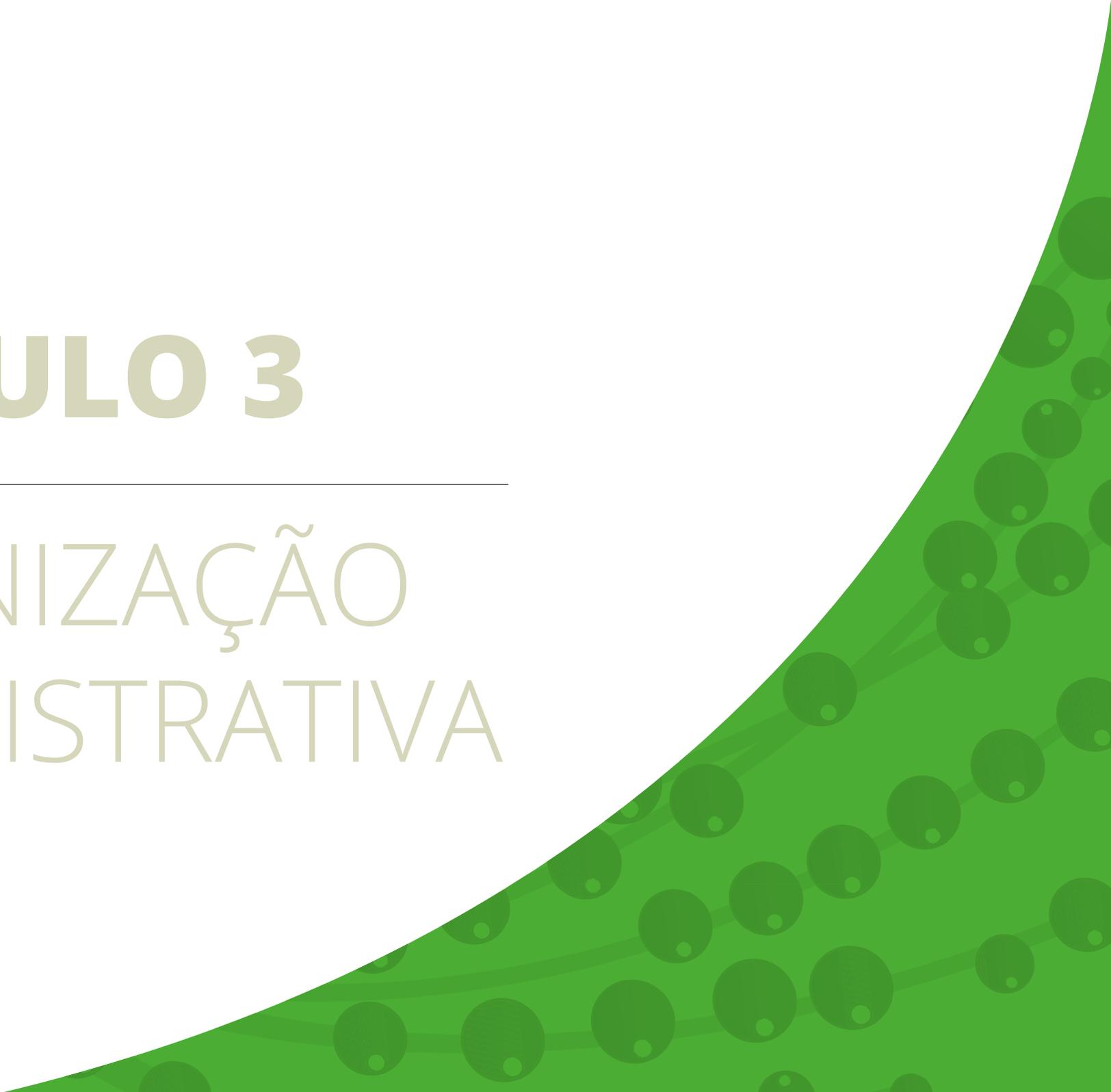




FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO FAP

3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá caracteriza-se pela gestão democrática e colegiada, com participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica. A organização do Instituto por meio de colegiados tem como preocupação fundamental a preservação desse caráter de gestão democrática, concretizando nos colegiados a representatividade dos segmentos e a operacionalidade dos processos.

3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O IFAP é uma Instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem sede e foro em Macapá, autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. É organizado em estrutura *multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada por Campi e Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

É composto por oito unidades, sendo: Reitoria, Campus Macapá, Campus Santana, Campus Porto Grande, *Campus* Laranjal do Jari, Campu Avançado Oiapoque, Centro de Referência de Educação a Distância Pedra Branca do Amapari e o Polo Amapá.

O Estatuto e o Regimento Geral do IFAP são os grandes balizadores da estrutura de funcionamento em termos de sua organização e gestão. De acordo com o Estatuto, a estrutura organizacional básica atual da Instituição é a seguinte:

» Reitoria:

» Órgãos Colegiados:

» Da Administração Geral

- Conselho Superior (CONSUP);
- Colégio de Dirigentes (CODIR); e
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)

» Da Administração de cada *Campi*

- Colegiado de Cursos; e
- Conselho de Classe.

» Órgãos Executivos:

- Diretoria Executiva da Reitoria;
- Chefia de Gabinete;

» Pró-Reitorias:

- Pró-Reitoria de Ensino;

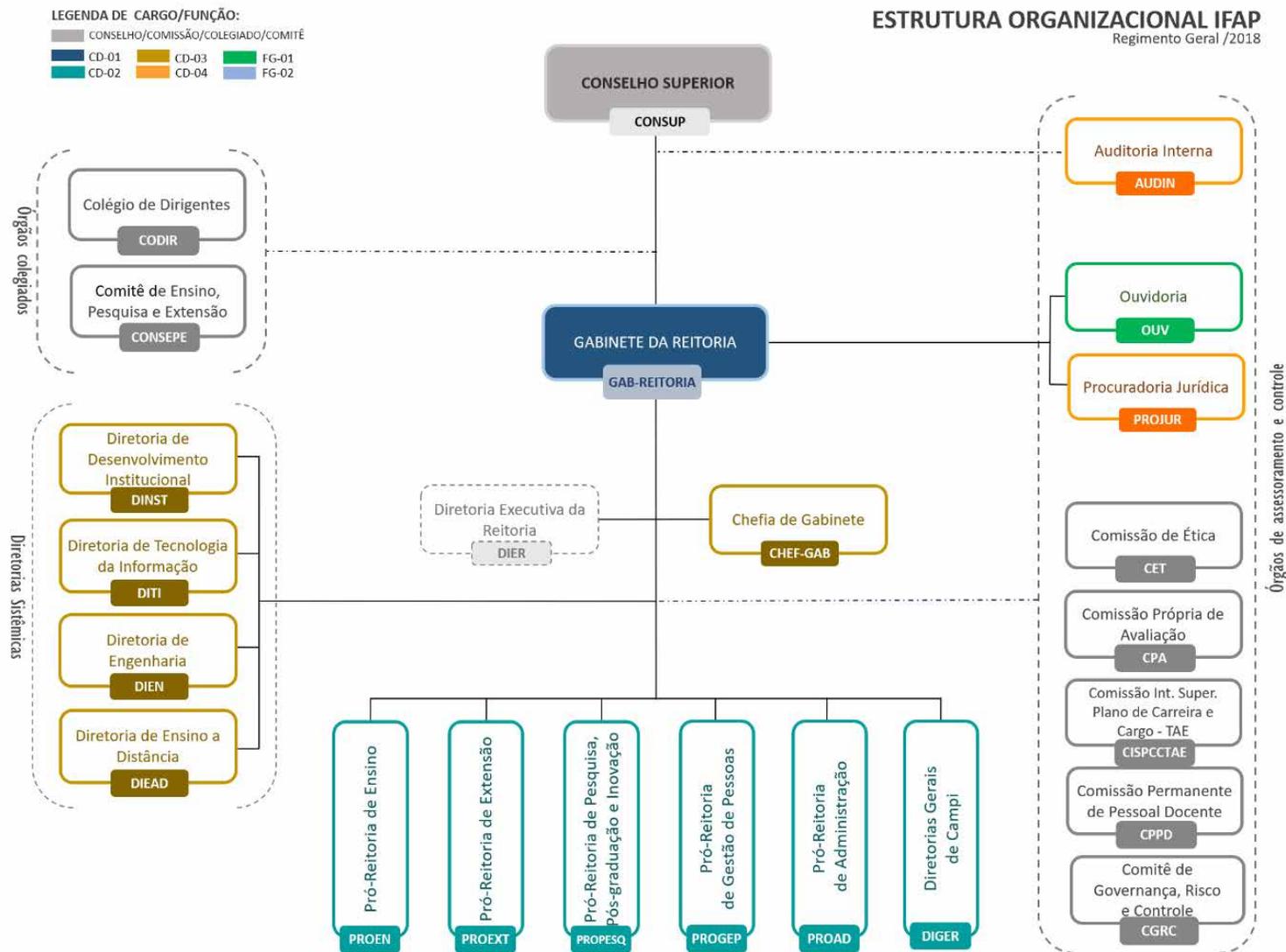
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- Pró-Reitoria de Extensão;
- Pró-Reitoria de Administração; e
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.
- » Diretorias Sistêmicas:
 - Diretoria de Desenvolvimento Institucional;
 - Diretoria de Tecnologia e Informação;
 - Diretoria de Educação a Distância; e
 - Diretoria de Engenharia.
- » Diretorias Gerais de *Campi*
- » Órgãos de Assessoramento e Controle:
 - Auditoria Interna;
 - Procuradoria Federal;
 - Ouvidoria;
 - Comissão de Ética (CET);
 - Comissão Própria de Avaliação (CPA);
 - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE);
 - Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
 - Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC).

A administração do Instituto Federal do Amapá é feita pela Reitoria e pela Direção Geral dos *campi*, com apoio dos órgãos colegiados, conforme a estrutura organizacional, especificada na Resolução nº 52/CONSUP/IFAP/2018, que define a integração e a articulação das diversas unidades, setores e órgãos, numa visão sistêmica de gestão. A estrutura multicampi possibilita a descentralização e a autonomia para os *campi* na operacionalização de suas ações. Cada *campus* possui regimento interno próprio, organizados conforme as diretrizes institucionais, elaboradas a partir do Estatuto e Regimento Geral e emanadas do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

3.2 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

A estrutura organizacional e competências da Reitoria, seus Colegiados e de todos os *campi* está definida no respectivo Regimento Interno do IFAP, de acordo com o perfil de cada unidade.

Figura . Estrutura Organizacional do IFAP



Fonte: Site do IFAP (<http://www.IFAP.edu.br/index.php/quem-somos/organograma>)

3.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

Os colegiados do IFAP, distribuídos pelos dois níveis de sua estrutura, são:

I. Da administração geral:

- a) Conselho Superior (CONSUP);
- b) Colégio de Dirigentes (CODIR);
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

O Conselho Superior é o órgão máximo da instituição, de caráter consultivo e deliberativo. É composto pelo(a) Reitor(a) como presidente, e por representantes do Colégio de Dirigentes, dos Docentes, dos Técnicos Administrativos, dos Discentes, dos Egressos, das Entidades Cívicas e do Ministério da Educação como membros. A sua composição detalhada e suas competências estão definidas nos artigos 8º e 9º, respectivamente, do Estatuto do IFAP (Resolução nº 13/2016//CONSUP/IFAP).

O Colégio de Dirigentes integra a administração geral da Instituição e tem funções normativas e consultivas sobre matéria administrativa, sendo composto pelo(a) Reitor(a) como presidente, e os Pró-Reitores, Diretores Gerais dos *campi* e Diretores Sistêmicos como membros. A composição e as competências desse Colegiado estão definidas nos artigos 10 e 11 do Estatuto do IFAP (Resolução nº 13/2016//CONSUP/IFAP).

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão consultivo e propositivo para ações e políticas institucionais referentes às atividades de matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, sendo composto pelo(a) Reitor(a), como presidente; pelo(a) Pró-Reitor(a) de Ensino, Pró-Reitor(a) de Extensão, Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; e representantes de Coordenação de Curso (por *campi*), do corpo docente (por *campi*), do corpo discente, dos técnicos administrativos, e da Sociedade Civil vinculada à instituições de fomento à pesquisa e/ou extensão. A sua composição detalhada e suas competências estão definidas nos artigos 5º e 6º, respectivamente, do Regimento Geral do IFAP (Resolução nº 52/2018//CONSUP/IFAP).

II. Da administração de cada *Campi*:

- a) Colegiado de Cursos;
- b) Conselho de Classe.

Os Colegiados de Cursos são órgãos deliberativos, em nível de curso, que acompanham as atividades didático-pedagógicas do respectivo curso e têm sua constituição, de acordo com a natureza (técnico ou superior), estabelecida em Regimento Interno dos *Campi*. A sua composição detalhada e suas competências estão definidas nos artigos 7º ao 9º,

respectivamente, do Regimento Geral do IFAP (Resolução nº 52/2018//CONSUP/IFAP).

O Conselho de Classe é o órgão responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar das turmas dos Cursos Técnicos de nível médio, tendo como finalidade a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem através do diagnóstico e da busca de soluções que visem à efetividade da proposta defendida no Projeto Político Pedagógico da Instituição. A composição e as competências desse Conselho estão definidas nos artigos 10 ao 14 do Regimento Geral do IFAP (Resolução nº 52/2018//CONSUP/IFAP).

3.4 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

No âmbito do IFAP, o apoio às atividades acadêmicas pode dar-se por meio de Órgãos Colegiados e Órgãos Executivos, além de setores e serviços.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, integrante da administração geral do IFAP como Órgão Colegiado, tem dentre suas funções consultivas e propositivas o estabelecimento de diretrizes e definição de prioridades nos campos do ensino, pesquisa e extensão, podendo apreciar, deliberar, propor e recomendar, conforme os limites de sua atuação, sobre matéria didático pedagógica.

Com atribuições de Órgão Executivo, a Pró-Reitoria de Ensino e toda sua equipe está voltada ao atendimento do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, seja na ótica de planejamento, gestão e acompanhamento da execução pedagógica para os cursos técnicos de nível médio e de graduação, seja como registro acadêmico, assistência estudantil, educação inclusiva, e assessoramento às bibliotecas.

As atividades acadêmicas também contam com o apoio da Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação/DITI (Órgão Executivo) para a criação e operacionalização de sistemas de gestão acadêmica e assessoramento aos usuários de todas as unidades do IFAP.

No âmbito dos *Campi*, as atividades acadêmicas são apoiadas por meio de Órgãos Colegiados e Órgãos Executivos, e também por setores e serviços.

O Colegiado de Curso, dentre outras atividades de apoio acadêmico estabelecida em Regimento Interno de cada *Campi*, acompanha o desenvolvimento do Plano de Cursos e do Projeto Pedagógico de Curso e de outros instrumentos pertinentes, no âmbito de sua competência. Também articula a participação de professores na implementação dos instrumentos pedagógicos e a integração entre diversos componentes curriculares ofertados.

O Conselho de Classe avalia o processo de ensino-aprendizagem e propõe alternativas de caráter didático-pedagógico para solução dos problemas detectados após cada bimestre letivo, dentre outras atividades de apoio estabelecidas em Regimento Próprio ou no Regimento Interno de cada *Campi*.

Especificamente, o Departamento de Ensino, como Órgão Executivo, além de outras atribuições decorrentes de normativas internas, tem como competências, atendidas as decisões dos órgãos superiores, a responsabilidade pela implementação, acompanhamento e avaliação, através da macropolítica aprovada pela Pró-Reitoria de Ensino do IFAP, na dimensão do Ensino Profissional Básico, Técnico, Tecnológico em todas as modalidades e níveis de ensino dos cursos de Licenciatura e cursos de Tecnologia; pela administração das atividades acadêmicas curriculares e pela administração da vida escolar do estudante, desde o seu ingresso até a sua formatura. Neste sentido, o Departamento de Ensino planeja suas ações em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAP. Sua equipe básica é composta pela Coordenação Geral de Ensino, Coordenação Pedagógica, Seção de Gerenciamento de Registro Escolar e Acadêmico, Coordenações de Cursos, Setor de EAD, Setor de Laboratórios, Setor de Assistência Estudantil, Setor de Biblioteca, Setor Técnico Pedagógico, Setor de Desporto, dentre outros setores a depender da estrutura de cada *Campi*.

Sendo Órgão Executivo, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) também apoia as atividades acadêmicas, pois ministra aulas nas diversas licenciaturas que hoje compõem o quadro de cursos do IFAP, prestando constantemente orientação aos pais, professores e servidores que atendem os alunos com necessidades educacionais específicas. Promove cursos de capacitação: seminários, fóruns, cursos de Libras, oficinas, encontro dos Napnes e palestras para formação continuada do corpo docente, discente e comunidade externa, entre outras atividades de apoio estabelecidas no Regimento Interno dos *Campi*.

A Seção de Gerenciamento da Tecnologia da Informação (SETI) com o apoio da Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação (DITI), também realiza potencial apoio às atividades educacionais especialmente no que se refere ao gerenciamento, manutenção e garantia dos acessos de sistemas acadêmicos.

Demais setores e colaboradores que prestam serviços ao IFAP exercem indiretamente potencial apoio às atividades acadêmicas, a exemplo das contratações de fornecimento de refeição aos alunos dos cursos em tempo integral, bem como a limpeza e conservação do espaço escolar, que é realizada por funcionários terceirizados.

3.5 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

O IFAP mantém relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas, por meio de mecanismos institucionais de interação com o mundo do trabalho e a prática social. Neste sentido, as ações, programas e projetos da Instituição têm, desde a sua fundação, contemplado uma vasta rede que integra as comunidades local e regional, atendendo afirmativamente as diferentes demandas das diversas áreas de conhecimento.

As atividades de ensino reforçam as parcerias com a comunidade por meio da oferta de cursos que atendem as necessidades regionais; os programas de incentivo à permanência, que impactam social e economicamente a sociedade; e os programas de assistência estudantil, que viabilizam a permanência e o êxito dos estudantes nas atividades acadêmicas e extracurriculares, bem como sua participação em eventos científicos, tecnológicos, culturais e esportivos.

FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP



Portanto, as relações sociais construídas com diferentes interesses e expectativas, fazem com que o IFAP seja um agente estratégico na estruturação de diretrizes regionais e de formação dos indivíduos e comunidades, com base em demandas reais, contribuindo para o desenvolvimento, tanto com relevância aos aspectos sociais, culturais quanto econômicos em sua região de atuação.

Sua aproximação aos diversos atores da sociedade, por meio da extensão, permite que a Instituição, de certa forma, esteja trilhando um caminho para atender as demandas a ela direcionadas em seu espaço social. Por meio de Programas especiais como, por exemplo, MEDIOTEC, Mulheres Mil e editais de projetos extensionistas, utilizando recursos da matriz orçamentária institucional e de outros órgãos de fomentos, são desenvolvidas ações que promovem uma aproximação do IFAP à sociedade, atuando como agente das políticas públicas e sociais, buscando potencializar e fortalecer, entre outros, as ações de educação, assistência social, saúde, organizações populares, movimentos sociais.

A formalização de parceiras para ações de Extensão, oferece a sustentação necessária para as ações planejadas e contribui para aumentar a relação de atividades, podendo assumir o caráter de ação contínua, periódica ou pontual.

Programas de atendimento ao discente, parcerias com a comunidade, instituições de ensino e empresas trazem diversos benefícios à população, promovem o enriquecimento intelectual e o planejamento estratégico de ações mutualísticas, com vistas ao desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico. Ações que visam à promoção de parcerias por meio de Cooperações Técnicas e Convênios fazem parte da política de extensão e da política da pesquisa, pós-graduação e inovação do IFAP.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação é responsável pela articulação com instituições de fomento à pesquisa, pós-graduação e inovação nacionais e internacionais visando implementar e/ou consolidar parcerias e convênios.

O IFAP busca promover e manter, por meio do Setor de Relações internacionais, vinculado a Pró-Reitoria de Extensão, parcerias com instituições de ensino superior e outros organismos internacionais que visam fortalecer as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e o alcance dos objetivos estratégicos no âmbito da internacionalização ■

CAPÍTULO 4

PLANO DE COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE VISUAL



4. PLANO DE COMUNICAÇÃO VISUAL

A dinâmica atual dos sujeitos sociais, configurados como pessoas físicas ou jurídicas, apresenta para as instituições novos desafios relacionados a seus processos comunicacionais. Neste cenário, a comunicação institucional assume papel estratégico e sua atuação passa a ser um elemento indispensável em qualquer planejamento. Este é o caso do Instituto Federal do Amapá ao propor por exemplo, o Plano de Comunicação Social visando delinear a longo prazo as estratégias de comunicação dentro da perspectiva da instituição.

A função da comunicação institucional no âmbito do IFAP é a difusão, de forma contínua de sua missão, visão e valores. Para o cumprimento desta tarefa, é necessário o planejamento, a execução e o gerenciamento de ações voltadas ao público interno e externo da instituição, permitindo a consolidação da imagem institucional perante a sociedade e percepção como sua atuação responde aos anseios sociais.

Outro ponto importante, na nova configuração assumida pelo campo comunicacional, é a substituição do esquema clássico de comunicação composto por um emissor, um receptor e um comportamento deste último como consequência da mensagem comunicada. Esse ciclo foi substituído, e as redes sociais são um contundente exemplo disso, por uma noção de comunicação que necessita ser entendida como um relacionamento da instituição com seus públicos. No caso do IFAP, este público é diverso e complexo, sendo inclusive mais adequado chamarmos de “públicos”. Em diversos momentos, a instituição precisa alcançar estes públicos em sua totalidade e de forma simultânea, como nos processos seletivos discentes, por exemplo, cuja comunicação tem o desafio de atingir pais, adolescentes, docentes e imprensa.

Dessa forma, manter um relacionamento comunicacional contínuo com esses públicos é essencial para que a instituição amplie sua legitimidade entre os agentes sociais das regiões nas quais estão baseadas e para que sua função social seja melhor compreendida por outras instituições e pelos cidadãos que compõem as comunidades nas quais ela atua.

Uma comunicação institucional estratégica, deve ter a capacidade de produzir conteúdos de qualidade, além de amplificar seu alcance, através da consolidação de um relacionamento com a imprensa e com seus públicos internos e externos. Executado com eficiência, este desenho comunicacional tem capacidade de diminuir o impacto negativo de momentos de crises de imagem, facilitando a implementação do protocolo de gerenciamento de crises, aspecto esse que será abordado ao longo deste documento.

4.1 HISTÓRICO

O documento que rege a comunicação no IFAP é a Política de Comunicação Institucional. Para o desenvolvimento da comunicação institucional o Ifap dispõe atualmente da seguinte estrutura: O Departamento de Informação, Comunicação e Eventos (Deice), vinculado ao Gabinete da Reitoria, sendo o principal órgão gestor dos conteúdos, canais e ações de comunicação; a Seção de Gerenciamento de Comunicação Social (Secom) do campus Macapá, sendo esta também responsável pelo gerenciamento da comunicação do Campus Avançado Oiapoque; O campus Laranjal do Jari possui o Setor de Comunicação Social (Setcom) de maneira semelhante ao campus Santana, cuja a comunicação também é gerida por seu Setcom. A expansão do Ifap, os diferentes públicos e as diferentes realidades atendidas mostram a necessidade de uma organização sistêmica que estabeleça entre as unidades responsáveis pela comunicação uma visão coordenada e interativa, tanto em vista do atendimento dos públicos quanto a busca por informações, quanto das demandas pertinentes à comunicação institucional.

O Deice possui, internamente, a seguinte organização:

- **Coordenação de Comunicação:** esta coordenação atua na produção de conteúdos jornalísticos, ações de assessoria de comunicação e gestão dos canais de comunicação institucionais.
- **E-sic:** O Sistema eletrônico de Informações ao Cidadão é o dispositivo criado pela Lei de Acesso à Informação que cuida dos trâmites envolvidos na produção de respostas a questionamentos elaborados pelos cidadãos aos *campi* através do ambiente específico;
- **Setor de Mídia e Programação Visual:** Planeja e executa ações que envolvem a identidade visual institucional; padroniza e orienta o uso da identidade visual institucional; executa a criação de projetos gráficos para campanhas e eventos institucionais; auxilia e aprova projetos gráficos para campanhas e eventos institucionais dos campi; executa a diagramação de projetos gráficos editoriais da reitoria; auxilia e aprova a diagramação de projetos gráficos editoriais dos *campi*;
- **Setor de Relações Públicas e Eventos:** é responsável por elaborar estratégias de relacionamento da instituição com públicos externos e internos, auxiliar no gerenciamento de crises no que diz respeito ao relacionamento com a opinião pública, organizar e coordenar solenidades nas quais o gestor máximo da instituição esteja presente, bem como, supervisionar o cerimonial dos demais eventos organizados pelas unidades que compõem a instituição.

No que se refere aos servidores, cujas atribuições atualmente vinculam-se à comunicação institucional, o IFAP possui 04 (quatro) jornalistas, 02 (dois) técnicos audiovisuais, (02) programadores visuais e (01) diagramador.

4.2 PRINCÍPIOS E VALORES DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do IFAP pauta-se em princípios e valores que dizem respeito tanto aos aspectos

técnicos e tecnológicos quanto aos envolvidos nas atividades de produção de conteúdos comunicacionais, assim como na qualidade da informação que deve pautar-se na verdade, na ética, na promoção humana, na cidadania e na utilidade pública, com o fito de contribuir e difundir as realizações institucionais ligadas a educação, ciência, tecnologia e inovação. Nesse sentido, seguem abaixo os princípios e valores da comunicação institucional do IFAP:

- Ser ética, responsável e transparente no planejamento e execução das ações de comunicação organizacional;
- Ser ágil, clara e precisa na divulgação de informações para os públicos interno e externo;
- Ser confiável, diligente e prestativa no atendimento dos diversos grupos de relacionamento (funcionários, profissionais dos meios de comunicação e demais atores envolvidos);
- Ser focada, eficiente e organizada para atingir os objetivos e resultados esperados;
- Atuar na defesa dos interesses da instituição, resolver gerenciar situações de crises de imagem;
- Fazer uso planejado e responsável dos recursos e otimizar os custos das ações de comunicação;
- Primar pela impessoalidade da imagem institucional e pela imparcialidade no relato dos fatos e acontecimentos, na difusão da informação;
- Ser competitiva, técnica e proativa na exploração de mídias espontâneas, no relacionamento com os meios de comunicação e com as fontes internas da entidade;
- Ser dinâmica, moderna e inovadora, o que significa estar sintonizada com as novas tecnologias de informação e contribuir com as estratégias de gestão e de mudanças na cultura organizacional;
- Ser envolvente, motivadora e solidária, o que significa ter capacidade de sensibilizar e mobilizar o público interno e a comunidade em ações de responsabilidade social e ambiental patrocinadas pela entidade;
- Ser democrática, interativa e participativa, de modo a estimular a incorporação de todos os atores internos na implantação do plano de comunicação, garantindo-lhes representação e participação decisória no seu desenvolvimento, avaliação e atualização.

4.3 COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O IFAP é uma instituição complexa que atua na oferta de cursos em diversos eixos tecnológicos, em várias modalidades e formas de ensino, incluindo Cursos Formação Inicial e Continuada (FIC); Cursos Técnicos, de Ensino Superior e Pós-Graduação. O espectro de públicos com os quais precisa se relacionar cotidianamente é bastante amplo. As rotinas relacionadas às atividades comunicacionais do IFAP são pensadas para atender a essa diversidade. É necessário porém, que conste neste PDI, de forma objetiva, as competências e atribuições de responsabilidade dos setores que cuidam da comunicação institucional. Abaixo, listamos de maneira bastante abrangente, tais características.

- Implantar, coordenar e executar a política de comunicação institucional;

- Atender às demandas de informação e de entrevistas dos veículos de comunicação local, regional e nacional (assessoria de imprensa);
- Promover a integração entre o IFAP e a comunidade, através dos meios de comunicação internos e externos;
- Promover a divulgação das atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão;
- Produzir conteúdo e gerenciar os veículos oficiais de comunicação institucional (site, mídias sociais, etc.);
- Realizar a cobertura jornalística de eventos institucionais, de atividades acadêmicas proporcionando visibilidade às diversas áreas de atuação institucional;
- Assessorar campanhas de comunicação institucional em parceria com os demais setores da instituição;
- Facilitar o acesso às informações de interesse institucional por meio dos veículos oficiais de comunicação institucional.

4.4 GERENCIAMENTO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Os principais indicadores do IFAP como área construída, número de unidades, quadro de servidores e número de alunos cresceram exponencialmente ao longo dos últimos anos. Essa evolução traz um aumento também do fluxo de demandas comunicacionais. Nesse sentido, a comunicação passa a se apresentar como um setor estratégico dentro do desenvolvimento institucional. Tal constatação coloca em cena a necessidade de incrementos no espaço físico, no parque de equipamentos e nos recursos humanos que trabalham diretamente no atendimento das demandas comunicacionais. Para melhor gerir esses fluxos de comunicação, é necessário que os setores responsáveis por essa tarefa, em cada uma das unidades do IFAP, sejam padronizados no que diz respeito ao seu organograma, à sua infraestrutura, às suas rotinas e aos parâmetros técnicos de produção de conteúdos comunicacionais e de relacionamento com a imprensa.

Essa padronização tem potencial de tornar mais sólida a administração dos canais de comunicação institucionais como site e os perfis em redes sociais. Isso é estratégico por aumentar a base de seguidores do IFAP nesses ambientes digitais de comunicação, tendo efeito positivo em função de diminuir a dependência institucional dos meios de comunicação tradicionais, dando, portanto, maior autonomia ao próprio IFAP na gestão e produção de seu conteúdo.

Para alcançar esse formato de gestão é importante padronizar a estrutura física de equipamentos e softwares dos Setores de Comunicação Social em todos os campi, bem como suas equipes que devem ser compostas por, no mínimo, 3 servidores (jornalista, programador visual e técnico administrativo). Dentro dessa composição, as demandas de comunicação dos Centros de Referências (CR's) e dos *campi* Avançados serão canalizadas para que os Setores de Comunicação das unidades às quais eles são vinculados atendam.

A formação continuada dos servidores que atuam nos setores responsáveis pela comunicação institucional é um ponto importante também em função das rápidas mudanças pelas quais os processos e as tecnologias comunicacionais têm passado. Nesse sentido, a promoção cursos de capacitação em todas as áreas de atuação da comunicação, para todos os

servidores lotados nos setores de comunicação das unidades, é algo que deve ser observado pela gestão da instituição.

Como forma de potencializar o investimento do IFAP na formação de seus servidores da área da comunicação, os mesmos devem oferecer regularmente aos demais servidores e estudantes cursos FIC para que a cultura comunicacional da instituição seja ampliada no sentido de que cada servidor e estudante compreenda seu papel de agente de comunicação e que esteja apto, notadamente no que diz respeito aos servidores, a produzir conteúdos comunicacionais dentro de padrões mínimos de qualidade tornando a comunicação institucional mais rica e descentralizada.

4.5 SEGMENTAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: CANAIS E PÚBLICOS

A partir dos diversos serviços oferecidos, é imprescindível segmentar a comunicação e canais de acordo com o público.

4.5.1 CANAIS

- Explorar canais de comunicação de acordo com o conteúdo, serviço e público que irá receber;
- Incentivar utilização dos canais digitais, estreitando e acelerando o diálogo e promovendo responsabilidade ambiental;
- Promover parcerias com veículos, para que com projetos de extensão, possamos ter mais canais de comunicação descentralizada;
- Promover melhoria da comunicação interna, para que a comunidade IFAPiana seja porta-voz da instituição, dentro e fora dela;
- Propor orçamento para veiculação de campanhas institucionais do IFAP em veículos de massa (Tv e Rádio);
- Lançar a revista institucional periódica em forma impressa e digital;
- Estreitar a relação com a imprensa.

4.5.2 CANAIS DE COMUNICAÇÃO JÁ EXISTENTES:

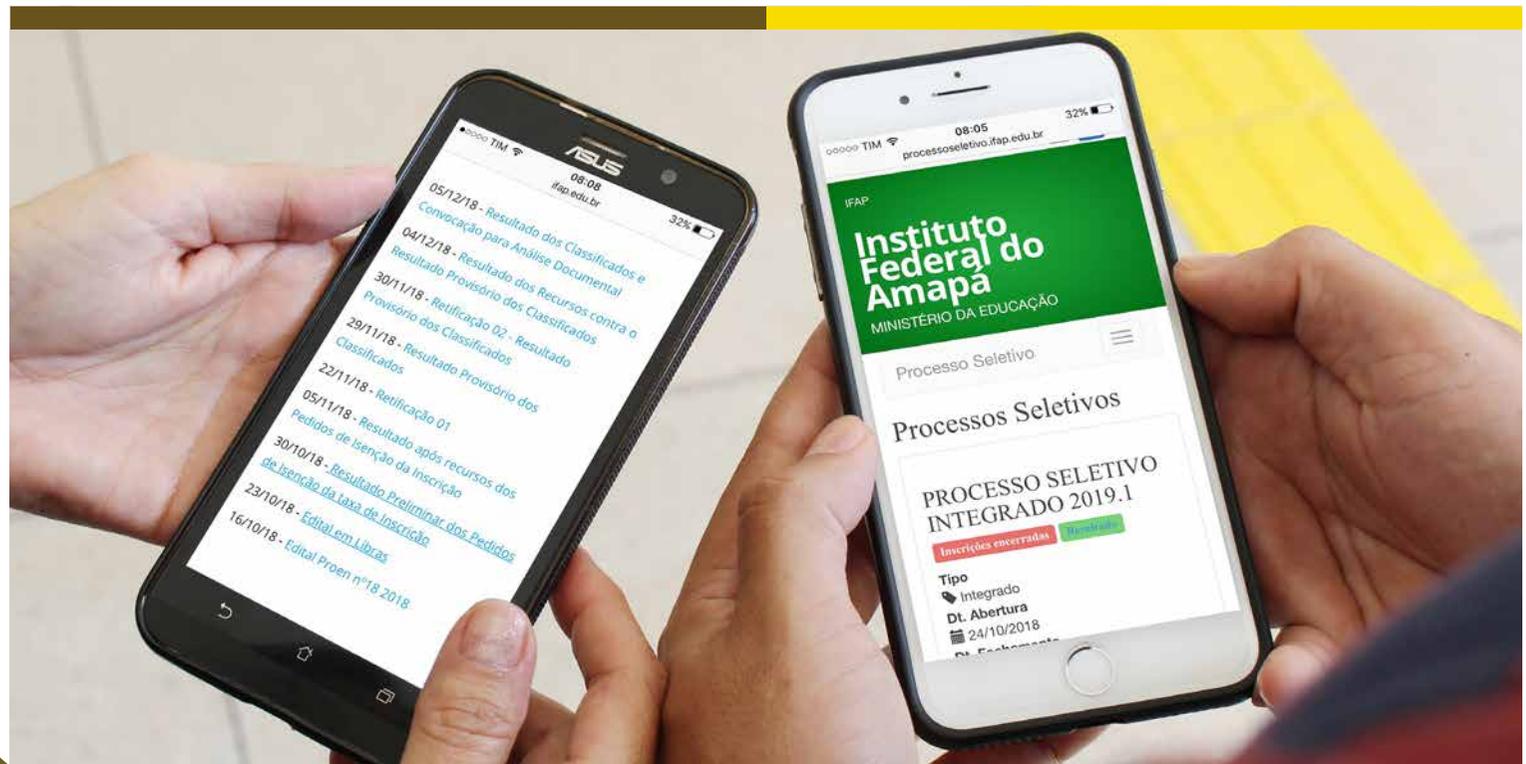
- Portal IFAP
- E-mail
- Newsletter
- Mídias sociais (Facebook e Youtube)
- Comunicações Oficiais Escritas
- Murais dos *Campi*

- Material Gráfico (Revistas, Folders, Panfletos, Livreto)
- Papel de Parede dos Computadores
- Programa de Rádio IFAP no AR, no Campus Avançado Oiapoque;
- Programa de Rádio “Conexão Instituto Federal”

4.5.3 CANAIS DE COMUNICAÇÃO A SEREM IMPLEMENTADOS:

- Digital Signage (Tv´s espalhadas nas unidades)
- Tv e Rádio (publicidade)
- Mídia Exterior (Outdoor nos municípios e nas instalações das unidades)
- Instagram
- Mural Braille

FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP



4.6 PÚBLICOS

A definição dos públicos é fator chave para o êxito das ações de comunicação. Considerando que cada público tem sua importância e suas responsabilidades, é preciso identificar a forma adequada para abordar cada um dos envolvidos.

- Identificar público-alvo: quem é usuário dos serviços oferecidos pelo IFAP, como alunos e futuros alunos;
- Identificar público-potencial: quem possibilitará a entrada de usuários ao IFAP, como pais dos alunos, egressos, empresas, órgãos de controle, imprensa, setor produtivo, órgãos de fomento, poder público estadual e Rede Federal;
- Proporcionar à comunidade IFAPiana, conhecimentos teóricos que a capacite a analisar, diagnosticar e propor estratégias de comunicação interna e externa, assim como ser porta-voz consciente da instituição;

4.7 COMUNICAÇÃO DESCENTRALIZADA

Com a nova dinâmica da comunicação institucional, todos podem se tornar agentes de comunicação do IFAP, podendo levar o seu cotidiano dentro da instituição aos seus canais de comunicação com a sociedade, assim como aos nossos canais oficiais. Por isso, faz parte deste planejamento, a promoção de capacitações e orientações constantes a respeito da comunicação institucional para que qualquer servidor e aluno possa ser este agente multiplicador das informações institucionais.

4.8 COMUNICAÇÃO INCLUSIVA

É de extrema importância que a comunicação institucional atinja em sua plenitude, pessoas com necessidades específicas, ressaltando o caráter inclusivo da instituição. Para se alcançar isso, propomos:

- Aperfeiçoar ferramentas de links e conteúdos acessíveis.
- Aperfeiçoar ferramentas de transcrição de conteúdos publicados no portal do IFAP para deficientes visuais;
- Produzir vídeo-editais com tradução em Libras;
- Enviar emails em formatos acessíveis para pessoas com deficiência visual;
- Disponibilizar peças gráficas institucionais em murais de avisos com tradução em Braille

4.9 EVENTOS

- Regulamentação e Manual de eventos institucionais e formaturas;
- Acompanhamento de resultados dos eventos realizados;

- Fomento da padronização da imagem institucional;

4.10 IDENTIDADE VISUAL

Toda instituição, organização, empresa, pessoa, possui sua marca, sua identidade que a identifica onde ela esteja e a faça ser lembrada. O fortalecimento da identidade visual do Instituto Federal do Amapá é ponto importante para se alcançar os objetivos comunicacionais da instituição.

- Padronizar identidade visual institucional;
- Gerenciar e manter o uso correto da identidade visual institucional, pelas unidades, através de seus servidores e alunos;
- Implantar setores de programação visual nas unidades, dentro dos setores de comunicação, para correto desempenho das atividades relacionadas;

4.11 PESQUISA

A informação é base para a tomada de decisões das estratégias de comunicação. Com constantes mudanças no cenário educacional, consideramos vital manter e oportunizar pesquisa e coleta de dados profissional para nortear as ações de comunicação institucionais, assim como fomentar a coleta de dados em eventos e ações nas unidades e reitoria, realizada de forma organizada, pelos próprios servidores;

4.12 SERVIÇO DE INFORMAÇÃO DO CIDADÃO

- Disponibilizar a expandir o conhecimento do E-sic por parte do usuário e aperfeiçoar seu atendimento ■

CAPÍTULO 5

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



5. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal do Amapá tem como objetivo a oferta de educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade referenciada no contexto da sociedade atual, marcada pelo desenvolvimento científico e tecnológico, pela globalização e por profundas transformações nas relações de trabalho. Tal contexto tem por consequência a necessidade de se realizarem transformações também nas formas de se pensar e conduzir a formação dos sujeitos, ressignificando assim as relações entre a educação e o trabalho.

Nesta perspectiva, a educação deve acompanhar as mudanças da chamada sociedade globalizada ou do conhecimento com base no processo educativo pautado na formação de sujeitos emancipados, conscientes e dotados de capacidade crítica para tomada de decisão e resolução de problemas na vida social e produtiva, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região.

Desta forma, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFAP assume um papel relevante para atingir os objetivos propostos pela instituição, uma vez que será um instrumento norteador e basilar das concepções filosóficas, epistemológicas e educacionais que direcionará as estratégias institucionais do ensino, da pesquisa e da extensão.

Assim, pensar no PPI como instrumento balizador é reconhecer sua identidade própria gerada da reestruturação da educação profissional e tecnológica a partir de uma nova concepção, cujo princípio está na articulação entre educação, ciência, trabalho, cultura e tecnologia. Esta articulação tem por objetivo promover uma formação humana que ultrapassa os limites do simples fazer profissional, preocupando-se com a formação integral dos indivíduos, tendo em vista as novas demandas sociais e do mundo do trabalho.

5.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E EPISTEMOLÓGICOS QUE NORTEIAM A PRÁTICA EDUCATIVA DO IFAP

A educação e as metodologias de ensino têm sido concebidas de diferentes maneiras, de acordo com as ideias vigentes sobre a própria educação e o tipo de formação humana considerada necessária em cada momento histórico. Como reflexo disto, tem-se um arcabouço de teorias educacionais que, com os seus desdobramentos filosóficos e pedagógicos próprios, direcionam o processo ensino aprendizagem de acordo com as concepções de homem e sociedade que acreditam melhor atender aos seus objetivos.

Diante das significativas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas no mundo contemporâneo, configura-se um novo contexto histórico e com ele novas necessidades de formação dos sujeitos, a fim de atender aos perfis profissionais exigidos pela sociedade globalizada. Desta forma, a economia globalizada e os

constantes avanços tecnológicos mundiais afetam diretamente as relações entre a educação e o trabalho, suscitando que as instituições escolares estabeleçam novas configurações para o processo ensino aprendizagem.

Esta nova realidade exige, pois, que as escolas revejam suas metodologias de ensino, sua organização curricular e seus processos de gestão, no sentido de se tornarem espaços verdadeiramente formativos, participativos e democráticos. É necessário, ainda que a comunidade escolar compreenda que as concepções de formação humana, currículo, avaliação e prática pedagógica estão diretamente relacionadas aos aspectos políticos, históricos, sociais e culturais que estão em uso no contexto em que está inserida a escola, sendo, portanto, influenciada por ele.

Diante disso, o IFAP reafirma sua concepção de ser humano, entendendo-o como um ser histórico-social que atua no mundo concreto de forma consciente para projetar e satisfazer suas necessidades subjetivas e sociais, construindo e reconstruindo conhecimentos.

Por sua vez, a concepção de sociedade assumida pela instituição é aquela na qual se acredita ser fruto de uma construção humana em âmbito coletivo, que se estrutura ao longo de gerações, reorganizando seus conceitos e paradigmas na medida em que acontece o desenvolvimento físico e intelectual dos sujeitos, estabelecendo relações coletivas em busca da satisfação das necessidades intrínsecas do ser humano.

Considerando as concepções de ser humano e sociedade na sua construção histórica o IFAP, como instituição formadora consciente de seu papel social, de formar cidadãos e trabalhadores capazes de compreender o mundo e seus pares, a fim de melhor compreenderem a si mesmos, pauta sua prática educativa na superação da fragmentação curricular e do ensino descontextualizado. A proposta educacional da instituição deve, portanto, constituir-se como propulsora para a formação integral dos sujeitos, contribuindo para que se tornem cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, éticos e solidários.

Com base nestes pressupostos, as concepções e práticas relacionadas ao fazer pedagógico dos cursos ofertados pelo IFAP serão orientadas pelos seguintes princípios filosóficos:

- Concepção de ser humano como um ser dotado de potencialidades, com capacidade de autossuperação e de agir ativamente para transformar a realidade onde está inserido;
- Concepção de sociedade como organismo vivo, reconstruída a cada momento histórico pelos sujeitos, considerando as relações de interesse e necessidades da coletividade, numa perspectiva de construção de sociedade igualitária, justa e fraterna;
- Compreensão de educação como um processo de construção humana que resulta na produção de conhecimentos, cultura, valores e atitudes, contribuindo para o desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento, com repercussão na melhoria da qualidade de vida da sociedade;
- Visão do educando como um ser dotado de necessidades em todas as suas dimensões: física, cognitiva, social,

emocional, moral e espiritual que devem ser consideradas e desenvolvidas pelo processo educativo assumido pela instituição;

- Valorização do conhecimento enquanto grande capital da humanidade e fundamental para a sobrevivência e desenvolvimento de uma sociedade.

Neste sentido, a disseminação do conhecimento é a função principal das instituições educacionais, objetivando a formação integral do indivíduo e a produção da ciência, tecnologia e cultura.

5.2 CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A escola, enquanto instituição social vem sendo questionada acerca do seu papel ante as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas no mundo contemporâneo. Em decorrência destas transformações, configura-se um novo contexto educacional, no qual se coloca para a escola e seus sujeitos o desafio de promover a apropriação de conhecimentos para interpretação do mundo e de formar indivíduos éticos e autônomos, capazes de exercer a cidadania de forma ativa e com responsabilidade social.

Assim, torna-se necessária a compreensão de que as mudanças ocorridas na sociedade globalizada afetam diretamente o espaço escolar. As diversas teorias educacionais e seus diferentes posicionamentos sobre o ensino e aprendizagem foram construídos a partir do modo como os indivíduos se estabeleceram em sociedade através do tempo. Tais teorias desenvolveram um conjunto de concepções e valores que direcionam o fazer pedagógico no cotidiano escolar, sendo constituídos como paradigmas aceitos para a prática da educação.

Neste sentido, a abordagem teórico-metodológica que orienta a prática escolar do IFAP deve reunir elementos críticos capazes de desenvolver uma educação pública, democrática e de qualidade referenciada. Para que isto se torne possível, a instituição escolar deve adotar pressupostos educacionais que superem o ensino memorista e conteudista típico do ensino tradicional, promovendo a práxis no processo educativo.

A partir deste entendimento, a proposta pedagógica do IFAP posiciona-se favorável à promoção de uma prática educativa crítica/reflexiva, contextualizada e transformadora, que tenha clareza sobre como pretende desenvolver seu processo educativo. Este deve estar alicerçado em valores éticos e humanos com vistas a garantir o cumprimento da missão institucional.

Assim, a proposta do IFAP é oferecer uma formação crítica, humana e contextualizada, cercada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação do ser humano na busca de caminhos de vida mais digna.

Portanto, uma vez que o aprendiz compreende que é possível ser um agente transformador da realidade, ele intervém diretamente na sua construção como sujeito social, interagindo com seus saberes, sua história e suas relações históricas culturais.

O IFAP, como instituição de educação profissional e tecnológica direciona sua orientação pedagógica na superação do modelo tecnicista, com ênfase no saber fazer e no desenvolvimento de competências. Tal superação se faz necessária por se entender que estas concepções estão ligadas a um fazer pedagógico pragmatista, focado na simples formação para a execução de atividades repetitivas e descontextualizadas que não favorecem o pensamento crítico e o desenvolvimento integral dos indivíduos. Sobre este aspecto, Araújo (2010) afirmam que:

[...] Há que se considerar ainda que a pedagogia das competências orientando a educação profissional é algo irrealizável, principalmente quando se considera que a sociedade do capital periodicamente se recicla, sempre demandando novas competências, novos saberes, novas habilidades, o que implicaria um escola em eterna refacção das competências previstas em seus currículos [...] (ARAÚJO, 2010, p. 58).

Diante da constatação de que o desenvolvimento de competências não é algo plenamente realizável e nem capaz de promover a formação desejada, tem-se como desafio a construção de uma proposta de educação profissional que atenda aos pressupostos de formação crítica, que tenha por horizonte o trabalho como princípio educativo e se fundamenta nas concepções de politecnia e formação humana integral.

De acordo com Saviani (2003), no ensino fundamental o trabalho deve aparecer de forma implícita, isto é, em função da incorporação de exigências mais genéricas da vida em sociedade, enquanto no ensino médio os mecanismos que caracterizam o processo de trabalho devem ser explicitados. No ensino médio, além do sentido ontológico do trabalho, toma especial importância seu sentido histórico, posto que é nesta etapa da educação básica que se explicita mais claramente o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva.

Neste contexto, tomando como base a construção de um projeto de ensino integrado que, enquanto reconhece e valoriza a diversidade, supera a dualidade histórica entre formação básica e formação profissional, apresenta-se a compreensão do trabalho considerando seu duplo sentido:

- **Ontológico:** Como práxis humana e, então como forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;
- **Histórico:** Que no sistema capitalista transforma-se em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis produtiva que, baseados em conhecimentos existentes, produz novos conhecimentos.

Assim, a institucionalização desta proposta educacional, implica em romper com a dualidade estrutural que historicamente separou o ensino propedêutico da formação profissional no Brasil. Deve-se partir de uma construção crítica que atenda uma perspectiva de revisão de paradigmas e conceitos que envolvam a questão do ensino, principalmente no ensino médio, para eliminar a indesejável oposição entre conhecimento geral e conhecimento específico.

Diante disso, na educação profissional, não é possível conhecer a realidade somente a partir dos conhecimentos específicos, pois eles não dão conta de explicar o todo. Somente na relação com a formação geral é que eles têm sentido enquanto conhecimentos específicos no contexto da formação técnica.

Nesta perspectiva, as referências teórico-metodológicas citadas permitem consolidar o papel sociopolítico da instituição, por meio de um projeto educacional que reafirme a formação humana, cidadã e profissional, entendendo-se que esta precede a qualificação para a laborabilidade.

Enfim, o IFAP busca conduzir seu trabalho pedagógico pautado numa concepção educacional transformadora, com respeito à liberdade, a favor da democracia, considerando o saber viver e conviver de forma respeitosa com as inúmeras diferenças na promoção de uma educação de qualidade e da construção de uma sociedade com equidade.

5.3 CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM

O currículo, ensino e aprendizagem devem ter como direcionamento a organização e orientação teórico-metodológica que consolida a prática educativa escolar. É preciso considerar que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos estudantes, mais sim uma construção de seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, culturais e políticas, intelectuais e pedagógicas.

Assim, o entendimento sobre concepção curricular deve passar pela necessidade de constituir a escola como um ambiente e espaços educativos que ampliem a aprendizagem, reafirmando-a como lugar do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, sendo estas condições imprescindíveis para a constituição da cidadania.

A construção de um currículo integrado de educação profissional exige a participação de todos que lidam diretamente com o ensino, uma vez que o trabalho coletivo e participativo na escola deve promover a construção de um projeto pedagógico numa perspectiva de ruptura com a hierarquia dos conteúdos e componentes curriculares.

Neste sentido a proposta curricular do IFAP é concebida, a partir da concepção de um currículo balizada nas teorias críticas, acompanhando o modelo de currículo integrado que defende a educação omnilateral, com uma proposta

de educação politécnica, visando a formação cidadã.

Nesse modelo, a finalidade é oferecer uma educação que contemple as diversas áreas do conhecimento produzida pela atividade humana. Para Kuenzer (2002), o objetivo de uma educação integrada é “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura” (p. 43-44).

Assim, o IFAP, assume o currículo integrado, como sustentação de um aporte histórico-crítico que contribua para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e global, sobre a ótica de uma sociedade democrática e solidária.

A concepção de currículo integrado tem como base os conceitos de politecnicidade e de formação integrada, previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, é consolidada pela Lei nº 11.741/2008, que compreende a educação como totalidade social nas múltiplas mediações que caracterizam os processos educativos. Uma forma de superar, historicamente, a divisão social do trabalho (manual e intelectual).

Portanto, a organização curricular está pautada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e de sua qualificação para o mundo do trabalho, de acordo com que está descrito no art. 2º da LDB nº 9.394/1996. Sendo assim, é compromisso do IFAP construir uma organização curricular com participação da comunidade acadêmica (docente, técnico, discente) e que contemple todas as áreas do conhecimento e da formação profissional.

Quanto às diretrizes pedagógicas concebidas em uma dimensão contextualizada do processo ensino aprendizagem, ocorrerão vinculadas à apropriação dos significados culturais, exigindo o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a formação do educando. Neste sentido, será necessário:

- Primar pela formação de um profissional crítico reflexivo;
- Garantir a interdisciplinaridade, transdisciplinares e contextualização nos currículos dos cursos ofertados pelo IFAP;
- Respeitar os princípios da diversidade, equidade e multiculturalidade;
- Adotar mecanismos de manutenção de eficiência e qualidade na implementação das propostas curriculares;
- Estabelecer sistema de acompanhamento e avaliação de egressos;
- Aplicar o princípio da verticalização do ensino conforme a legislação brasileira.

5.4 POLÍTICAS DE ENSINO

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é tomada como um elemento central das



novas políticas educacionais tendo em vista as próprias transformações econômicas e sociais. Nesse sentido, de acordo com o art. 2º da Lei de Criação dos Institutos Federais nº 11.892/2008:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

As ações de ensino dos Institutos devem priorizar a verticalização do ensino, propiciando condições de diálogo e a articulação entre os seus diferentes níveis e modalidades, desde a educação básica à superior, proporcionando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como efetivar seu compromisso com as políticas de inclusão social e tecnológica. Essa organização pedagógica verticalizada é um dos fundamentos dos Institutos Federais.

Dessa maneira, uma das características da política de ensino dos IFs é oferecer cursos técnicos de nível médio, nas formas integrada, subsequente e concomitante; cursos de formação inicial e continuada; superiores de tecnologia,

licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como programas de pós-graduação Lato e Stricto Sensu.

Neste sentido, o IFAP deverá:

- Ampliar o número de vagas e criar cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, de acordo com a demanda regional, priorizando o avanço e a garantia da qualidade do ensino e a estrutura física, didática e pedagógica, de forma que todos os campi se adequem à Lei nº 11.892/2008, que garante o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para os cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica;
- Ministrando cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Implantar e modernizar todos os espaços de ensino e aprendizagem, levando em consideração a qualidade dos mesmos, bem como atender à demanda dos cursos, da pesquisa e da extensão e ao avanço tecnológico, científico e cultural das regiões. Os espaços implantados devem oferecer condições, inclusive climáticas e de infraestrutura, adequadas ao trabalho pedagógico, de pesquisa e extensão e ao público com necessidades educacionais específicas;
- Efetivar as ações previstas na política de acesso, permanência e êxito do IFAP;
- Criar mecanismos de promoção dos conhecimentos fundamentais (nivelamento) para os estudantes ingressantes no Instituto, em todas as modalidades e formas de ensino;
- Adequar os espaços e tempos escolares às necessidades dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- Capacitar os servidores para o desenvolvimento das atividades acadêmicas direcionadas às pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Capacitar os servidores para o desenvolvimento das atividades na modalidade de ensino a distância;
- Implantar ações que promovam o ingresso, permanência e saída exitosa de estudantes oriundos de segmentos socioeconômicos em vulnerabilidade social e grupos historicamente excluídos e estudantes com necessidades educacionais específicas;
- Atualizar, periodicamente, o acervo bibliográfico impresso e digital da Instituição, principalmente quando houver a solicitação de material bibliográfico por parte da comunidade acadêmica e quando forem criadas novas demandas;
- Criar Políticas de Assistência ao educando que promovam atividades acadêmicas como monitorias, tutorias, iniciação científica e intercâmbio científico-cultural;
- Fomentar a implantação de programas de pós-graduação, mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado estimulando a atividade de pesquisa científica;
- Implementar um programa permanente de avaliação e acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Articular parcerias com empresas e outras organizações, possibilitando a oferta de estágio curricular e outras atividades

que aproximem o estudante de sua área de atuação, especialmente através da oferta regular de visitas técnicas.

- Estimular o trabalho de pesquisa e investigação científica, mirando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, desenvolvendo o entendimento do ser humano e do meio em que vive.

No IFAP a Pró-Reitoria de Ensino é o setor responsável por planejar, executar e acompanhar as políticas de ensino, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação, promovendo e avaliando ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e, igualmente, a inclusão de jovens e adultos no pleno direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Também se responsabiliza pela formulação de diretrizes internas, de modo a integrar o ensino, orgânica e sistemicamente, de acordo com os princípios, objetivos e a missão Institucional, e leis que regem o sistema educacional, especificamente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Considerando que o IFAP é uma instituição pluricurricular e multicampi, a Proen adota o modelo de gestão sistêmica, organizando-se administrativa e pedagogicamente para atender às especificidades relativas a acesso, permanência e êxito discentes, à administração acadêmica, à avaliação e a organização e regulação do processo de ensino e aprendizagem. O seu trabalho, portanto, efetiva-se alinhado aos princípios da gestão democrática, primando pelo diálogo permanente com a comunidade acadêmica, visando a identificação de necessidades e o aprimoramento contínuo dos processos pedagógicos.

O objetivo da política de ensino adotada pelo IFAP é formar profissionais que, em uma perspectiva integral, sejam capazes de adotar formas diversificadas de atuação no desempenho técnico, ético e político, como cidadão emancipado, contribuindo com o desenvolvimento da sociedade, promovendo sintonia entre as ofertas e as demandas advindas dos arranjos produtivos econômicos, sociais e culturais de cada localidade do estado do Amapá.

Assim, a Instituição deve se articular a uma política nacional para o ensino, a partir de uma visão realista da situação atual, em termos das características do sistema, dos problemas existentes e dos recursos públicos disponíveis para superá-los. Tal política não pode restringir-se ao âmbito dos institutos federais, mas precisa contemplar o conjunto heterogêneo das instituições públicas e privadas e sua inserção nos diversos contextos regionais, reconhecendo a necessidade de diversificação e flexibilidade nas parcerias público-privadas decorrentes da complexidade do sistema.

Em atenção às especificidades das demandas socioeducativas, as áreas formativas que compõem o ensino e demais áreas de atuação do IFAP são especificadas a seguir.

No âmbito do IFAP, as políticas de ensino são institucionalizadas e regulamentadas por formas e modalidades de ensino:

- Formas de ofertas no Ensino Médio: Integrada, Subsequente e Concomitante;
- Formas de ofertas no Ensino Superior: Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura;
- Modalidade: Presencial e a Distância.

5.4.1 POLÍTICA DE ENSINO PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

O ensino técnico é de suma importância no processo de desenvolvimento do país. Nesse contexto, a Lei nº 11.892/2008, que cria os institutos federais, determina que 50% das vagas dos IFs sejam destinadas à formação técnica, prioritariamente integrada, atendendo à exigência legal, e reconhecendo as demandas desse tipo de formação requerida pelo público de jovens e adultos. Neste sentido a oferta de cursos técnicos no IFAP é regida pela LDB nº 9.394/1996, o Decreto nº 5.154/2004 e a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, além de outras regulamentações estabelecidas pelo Ministério da Educação.

A educação profissional técnica de nível médio segue os princípios prescritos na Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que trata sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. O artigo 6º da referida Resolução estabelece como princípios norteadores a:

- I. Relação e articulação entre a formação desenvolvida no ensino médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- II. Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- III. Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- IV. Articulação da Educação Básica com a EPT, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
- V. Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
- VI. Indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem;
- VII. Interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;
- VIII. Contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;
- IX. Articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;
- X. Reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos

globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade;

XI. Reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII. Reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

XIII. Autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV. Flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos políticos-pedagógicos;

XV. Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI. Fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII. Respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Com a finalidade de proporcionar habilitação profissional aos egressos do ensino fundamental e a discentes matriculados no ensino médio ou de egressos, de acordo com o art. 7º da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, às formas de oferta do ensino técnico podem ser:

I - a articulada, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas:

a) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio, ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da educação básica;

b) concomitante, ofertada a quem ingressa no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino;

c) concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado;

II - a subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o ensino médio.

5.4.1.1 DIRETRIZES PARA OS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA INTEGRADA, MODALIDADE EJA

Os cursos técnicos de nível médio na modalidade EJA foram introduzidos no IFAP desde 2012, em observância ao Decreto nº 5.840/2006 que instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e, preconiza no Art. 2º, parágrafos 1 e 2, a oferta de 10% do total da oferta das vagas e que estejam incluídas no PDI.

Art. 2º As instituições federais de educação profissional deverão implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007.

§ 1º As instituições referidas no caput disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.

§ 2º A ampliação da oferta de que trata o § 1º deverá estar incluída no plano de desenvolvimento institucional da instituição federal de ensino.

O PROEJA apresenta-se como uma iniciativa que visa à inclusão social emancipatória dos sujeitos que não tiveram a oportunidade de acesso à educação básica ou não a concluíram na faixa etária considerada regular. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral do educando.

É importante destacar que novas ofertas estão previstas obedecendo ao Plano de Metas do IFAP para proporcionar uma educação básica vinculada à formação profissional na contribuição da inserção desse sujeito na sociedade para exercer plenamente sua cidadania, exatamente como postula o documento base do PROEJA de nível médio que visa garantir:

[...] condições para que todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sua origem socioeconômica, tenham acesso, permanência e êxito na educação básica pública, gratuita, unitária e com qualidade para as faixas etárias regulares, e que garanta o direito de aprender por toda a vida a jovens, homens e mulheres, independente dos níveis conquistados de escolaridade, firma-se a concepção de que a formação pode contribuir para a integração sociolaboral dos diversos conjuntos populacionais, e mais do que isso, para que se constitua, efetivamente, direito de todos (BRASIL, 2007, p. 34)

O IFAP pretende garantir a oferta desta modalidade de educação de jovens e adultos, desenvolvendo um trabalho que deve se pautar no conhecimento desse público e sua realidade e, principalmente no respeito ao ser e aos

saberes destes educandos e suas vivências, pois estes são princípios que orientam o trabalho no PROEJA, por isso, esse conhecimento não pode ser desconsiderado.

Todos esses saberes devem ser considerados no processo educativo, articulados com os novos conhecimentos que se produzem tanto no âmbito escolar, quanto no meio social, na perspectiva da aplicação prática. (BRASIL, 2007, p.29).

Portanto, de acordo com o Documento Base do PROEJA (Brasil, 2007) é preciso construir práticas pedagógicas que levem em consideração o contexto de vida dos educandos jovens e adultos, suas condições sociais, econômicas, psicológicas e culturais.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a carga horária mínima total dos cursos PROEJA será de 2.400 horas, articulados com o ensino médio na forma integrada, devendo ser assegurado, cumulativamente, o mínimo de 1.200 horas para a formação no ensino médio, acrescidas de 1.200 horas voltadas à formação profissional técnica de nível médio.

Neste sentido, a organização curricular do PROEJA, conforme o Documento Base, deverá superar os “modelos curriculares tradicionais, disciplinares e rígidos”, (BRASIL, 2007, p. 48), buscando construir práticas que levem em consideração a realidade histórica, social e econômica, bem como as necessidades dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Ainda de acordo com o Documento Base, o currículo destinado ao PROEJA, deverá considerar os seguintes aspectos:

(...)

- a) A concepção de homem como ser histórico-social que age sobre a natureza para satisfazer suas necessidades e, nessa ação produz conhecimentos como síntese da transformação da natureza e de si próprio (RAMOS, 2005, p. 114);
- b) A perspectiva integrada ou de totalidade a fim de superar a segmentação e desarticulação dos conteúdos;
- c) A incorporação de saberes sociais e dos fenômenos educativos extra-escolares; “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelo educando por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames” (BRASIL, 1996, §2º, Art. 38, LDB);
- d) A experiência do aluno na construção do conhecimento; trabalhar os conteúdos estabelecendo conexões com a realidade do educando, tornando-o mais participativo;
- e) O resgate da formação, participação, autonomia, criatividade e práticas pedagógicas emergentes dos docentes;
- f) A implicação subjetiva dos sujeitos da aprendizagem;
- g) A interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a interculturalidade;
- h) A construção dinâmica e com participação;
- i) A prática de pesquisa (adaptado de MACHADO, 2005) (BRASIL, 2007, p. 49).

De acordo com essas considerações a estrutura do currículo pode abordar diversas formas de organização e

estratégias metodológicas, como a Abordagem embasadas na perspectivas de complexos temáticos; Abordagem por meio de esquemas conceituais; Abordagem centrada em resoluções de problemas; Abordagem mediada por dilemas reais vividos pela sociedade e Abordagem por áreas do Conhecimento, todas estão descritas no Documento Base (BRASIL, 2007, p. 50-52).

5.4.2 POLÍTICAS DE ENSINO PARA A GRADUAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, capítulo IV, art. 45, cita que “A Educação Superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”.

A oferta dos Cursos de Graduação do IFAP está prevista no artigo 43 da LDB, que cita as finalidades da educação superior:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

A Lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), consoante a LDB, propõe, na seção III, título 6, art. 7º, que trata dos objetivos dos Institutos Federais e versa sobre os níveis de educação superior. Assim, estão previstos os seguintes cursos:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Esta oferta é ratificada pelo Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), instituído pela Lei nº 13.005/2014, nas Metas 12, 13 e 14, que tratam, respectivamente: da elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior, por meio da expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; da elevação da qualidade da Educação Superior e ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício; e, finalmente, da elevação gradual do número de matrículas pós-graduação stricto sensu.

Segundo a Lei nº 11.892/2008, em seu § 3º do art. 2º, os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, sendo procedimento da avaliação de cursos de grande relevância para a qualidade do desenvolvimento curricular nesse nível da educação nacional.

Organizada e executada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a avaliação dos cursos compreende três grandes ações: a avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior por região e Unidade da Federação; a avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta de cursos superiores; e a avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior.

A concepção curricular dos cursos de graduação busca uma sólida formação profissional, em bases éticas e humanísticas, articulando os conhecimentos teóricos e práticos específicos com uma formação geral, tal como preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e Legislações para os cursos de graduação. Dessa forma, o desenho curricular dos cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelado deve atender às seguintes normativas:

- a) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;
- b) políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002 e na Resolução

CNE/CP nº 2/2012; e

c) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1/2012.

O atendimento a esses preceitos deve propiciar formação, reflexão e debate acerca da raça, da diversidade, das diferenças geracionais, do convívio ético e do meio ambiente, os quais serão essenciais para a atuação do profissional egresso.

As diretrizes curriculares dos cursos de graduação do IFAP, procuram agir em conformidade com o que preconiza a LDB em seu artigo 43:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Quanto aos aspectos sociais, o IFAP assume o compromisso de incluir pessoas com necessidades específicas e de demais sujeitos que vivem ou viveram em situações históricas de negação de direitos (negros, indígenas e quilombolas, entre outros).

A organização pedagógica e curricular dos cursos de graduação presenciais, regularmente autorizados, desde que prescritas em seu Projeto de Curso, podem ofertar disciplinas na modalidade a distância, de forma integral ou parcial, contanto que não ultrapassem 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, em atendimento à Portaria MEC nº 1.134/2016.

5.4.2.1 DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (BACHARELADO E LICENCIATURA)

O Parecer CNE/CES nº 583/2001 chama a atenção para o fato de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996:

[...] assegura ao ensino superior maior flexibilidade na organização curricular dos cursos, atendendo à necessidade de uma profunda revisão de toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a formação em nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada; bem como à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos.

Quanto ao currículo dos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), esclarece-se que se divide em núcleos, devendo cumprir a função de promover o diálogo entre a teoria e a prática, bem como propiciar a práxis interdisciplinar, aliando-a às peculiaridades regionais nas quais os cursos se inserem.

5.4.2.2 DOS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIAS

Os cursos de tecnologia foram criados pela Lei nº 5.692/1971 (art. 23, §2.º), ratificada pelas Leis nº 9.131/1995 e nº 9.394/1996 e pelo Decreto nº 2.406/1997, e regulamentado pela Portaria Ministerial MEC nº 1.647/1999, e pela Resolução CNE/CP nº 03/2002.

Os cursos de tecnologia são programas de curta duração (no mínimo, dois anos), destinados aos estudantes que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. O tecnólogo tem formação voltada para uma área bastante específica, desenvolvendo determinados conhecimentos técnicos e acadêmicos, bem como o aperfeiçoamento da prática profissional para se inserir rapidamente no mundo do trabalho, em sua área de formação.

A denominação desses cursos, tendo definidas as diretrizes, pode ser Curso Superior de Tecnologia, acrescido da área profissional e da modalidade/habilitação proposta, ou pode ser Graduação Tecnológica, acrescida da área profissional e da modalidade pretendida. A atenção deve voltar-se à formação do tecnólogo, para garantir-lhe o acesso crítico aos conhecimentos específicos da área de atuação e ao desenvolvimento da cidadania.

Dessa forma e de acordo com o Parecer CNE/CP nº 29/2002,
O objetivo é o de capacitar o estudante para o desenvolvimento de competências profissionais que se traduzam na aplicação, no desenvolvimento (pesquisa aplicada e inovação tecnológica) e na difusão de tecnologias, na gestão de processos de produção de bens e serviços e na criação de condições para articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para responder, de forma original e criativa, com eficiência e eficácia, aos desafios e requerimentos do mundo do trabalho.

Os cursos de educação profissional de nível tecnológico, de acordo com o art. 2º da Resolução CNE/CP nº 3/2002, devem:

- I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
- IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

5.4.2.3 DOS CURSOS DE LICENCIATURA (FORMAÇÃO DE PROFESSORES)

A formação de professores no IFAP se dá por meio da oferta de licenciaturas e cursos de formação pedagógica, consoante o que prescreve a Lei nº 11.892/2008, em seu artigo 7º, alínea b: “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.”

A licenciatura está inserida na política da instituição, voltando-se para o atendimento à educação profissional e tecnológica, a qual, por sua vez, também contempla a formação de professores, tendo por foco a educação básica e as demandas da escola brasileira, sobretudo, da escola pública.

No IFAP, os cursos de licenciatura estão estruturados em disciplinas semestrais, com duração mínima de quatro anos. De acordo com a Resolução CNE/CP nº 2/2015, é exigida a duração mínima de 3.200 horas, em carga horária cursada para a sua integralização, as quais devem ser compostas por:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;
- II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;
- III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

A Resolução CNE/CP nº 2/2015, em seu art. 3º e § 6, estabelece a necessidade de implantação e desenvolvimento de um projeto de formação dos profissionais do magistério por parte das Instituições de Ensino Superior:

Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional.

[...]

§ 6º O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a consolidação de fóruns estaduais e distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração, e deve contemplar:

I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;

II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;

III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido;

IV - as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos;

V - a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras);

VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, os professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público têm assegurado o direito de ter reconhecidos seus saberes profissionais ou de participar em processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente.

A mesma resolução estabelece que, até 2020, os docentes em efetivo exercício da profissão deverão possuir formação pedagógica. Nesse sentido, a formação dos profissionais do magistério no IFAP ocorrerá nos seguintes moldes:

I - cursos de extensão;

II - cursos de aperfeiçoamento

- III- cursos de graduação de licenciatura;
- IV - cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados;
- V - cursos de segunda licenciatura;
- VI - cursos de especialização.

5.4.2.4 DOS CURSOS DE BACHARELADO

Os princípios que orientam a formação de bacharéis no IFAP encontram-se explicitados na LDB nº 9.394/1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, por curso de graduação, e no Decreto nº 9.235/2017, em coerência com o desenho dos institutos federais, delineado pela Lei nº 11.892/2008.

5.4.3 POLÍTICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

As políticas e ações institucionais da educação a distância guardam uma relação direta com as atividades afeitas ao ensino e, por extensão, vinculam-se à Pró-Reitoria de Ensino. No entanto, uma vez que a EaD delinea suas ações como um guarda-chuva, estende seu raio de atuação para as demais pró-reitorias e diretorias sistêmicas, evidenciando a sua dinamicidade e seu potencial de capilaridade e intersecção.

De acordo com a LDB, em seu artigo 80, a educação a distância é uma estratégia de ensino e aprendizagem que, em consonância com os sistemas de ensino e política de democratização do ensino, visa a universalizar o conhecimento, através da utilização, principalmente, de recursos da informática. Nesse sentido, o desenvolvimento de habilidades e de competências relativas ao uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) demandadas pela sociedade para o exercício profissional e para atuação cidadã, também norteia a introdução das atividades da educação a distância nos projetos pedagógicos dos cursos presenciais, em conformidade com os marcos regulatórios específicos.

Em conformidade com o art. 1º do Decreto nº 9.057/2017:

[...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A EaD tem como referenciais os seguintes marcos regulatórios:

- Lei nº 9.394/1996, que enuncia em seu artigo 80 a inclusão da EAD em todos os níveis e modalidades de ensino e de



educação continuada como missão do poder público;

- Decreto nº 9.057/2017, que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394/1996;
- Portaria Normativa MEC nº 11/2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057/2017;
- Portaria MEC nº 1.134/2016, que regulamenta o artigo 81 da Lei nº 9.394/1996, recepcionado pelo Decreto nº 9.057/2017;
- Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio.

No IFAP, a Educação a Distância ocorre através da mediação realizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com normativas e diretrizes regulamentadas e institucionalizadas, de modo a garantir o acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem por parte das equipes acadêmicas e pedagógicas.

Dada a especificidade de cada curso e seu modelo pedagógico, os projetos pedagógicos dos cursos a distância

ou dos cursos presenciais devem prever a metodologia utilizada para a modalidade a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057/2017 ou com a Portaria MEC nº 1.134/2016, em se tratando de cursos superiores, ou com a Resolução CNE/CP nº 6/2012 para os cursos técnicos, considerando ainda as normativas internas vigentes, tais como aquela relacionada a Instrução Normativas para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos do IFAP.

5.5 POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

A política institucional de pesquisa, pós-graduação e inovação no âmbito do IFAP constitui um processo educativo voltado para a investigação como uma atividade indissociável do processo de ensino e aprendizagem. Junto com o ensino e a extensão, os eixos formativos da pesquisa e da inovação tecnológica procuram ter estreito vínculo com a sociedade. Esses eixos e as temáticas a serem desenvolvidas têm relação com os conteúdos trabalhados nos currículos dos cursos, o que resulta na formação de profissionais capazes de identificar problemas, propor causas, possíveis soluções e executar propostas inovadoras em seu ambiente de trabalho e produção.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – Propesq constitui-se como o órgão responsável pela gestão institucional do IFAP no âmbito da Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Essa Pró-Reitoria atua de forma alinhada com os eixos estratégicos da instituição para dar sustentação a estes processos, considerando o avanço do conhecimento e contribuindo com o desenvolvimento científico e tecnológico, numa perspectiva local e global.

Configura-se, ainda, como órgão assessor da Reitoria, responsável pela coordenação, fiscalização e superintendência das atividades de Pesquisa integradas ao Ensino e à Extensão do IFAP, contemplando os objetivos de:

- Fomentar pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica;
- Desenvolver projetos de pesquisa e inovação tecnológica;
- Estabelecer parcerias para pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica;
- Promover publicação científica.

Diante de todas as contribuições coletivas em torno destas Políticas, construiu-se o documento com os itens a seguir:

5.5.1 A PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

A proposta de implantação dos Institutos Federais foi alicerçada sobre concepções e diretrizes que estabelecem estreita articulação com o conjunto de políticas para a Educação Profissional e Tecnológica. Nesse contexto, toda ação dessa proposta educacional deverá contemplar a preparação dos indivíduos para atender às demandas do mercado,

além de assumir a formação humana e cidadã, contribuindo para a permanente atualização ante os avanços e desafios do desenvolvimento nacional e global.

Para tanto, os Institutos devem orientar os processos formativos em curso e a serem implementados com base em premissas que assegurem a necessária articulação entre Ciência, Educação e Tecnologia, e, conseqüentemente, entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento nacional e internacional, com destaque na pesquisa aplicada à sua atuação no plano local e regional.

Devem, portanto, ofertar uma educação que possibilite aos indivíduos gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, permitindo-lhes “problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu locus de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional” (BRASIL. Ministério da Educação. SETEC, Brasília, 2008; CONCEFET- FORPOG-MEC 2008).

Nesta visão estrutural de concepção da organização pedagógica do trabalho educativo a articulação com as forças sociais da região deve possibilitar a intervenção direta de ações de ensino, pesquisa e extensão. Nesse entendimento, Pacheco (2008), “[...] baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual”.

Nessa perspectiva, parece estar então o maior diferencial das práticas de pesquisa, pós-graduação e inovação a serem assumidas pela Rede Federal, enfatizando o desenvolvimento de pesquisas aplicadas de acordo com as demandas do desenvolvimento local e regional. Nesse projeto educacional, a Propesq em sua atuação deve embasar seu trabalho em alguns princípios que consolidam seu papel estratégico de atuação no âmbito institucional.

5.5.2 DIRETRIZES PARA A PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Propesq deve ter como princípio a vinculação estreita com a Educação, Ciência e Tecnologia. Suas diretrizes devem embasar-se no incentivo à pesquisa no âmbito do IFAP considerando os diversos níveis de modalidade de ensino, técnicas/tecnológicas na promoção e construção do conhecimento e no engajamento de servidores em atividades de iniciação à pesquisa técnico científica, bem como garantir processo de produção científica.

Assim, considerando a necessidade premente de desenvolvimento institucional na área da Educação, Ciência e Tecnologia, a Propesq segue o que trata a legislação no que concerne às diretrizes para a pesquisa, pós-graduação e

inovação tecnológica para os Institutos Federais contidas na Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, no art. 6º, Incisos VIII e IX, estabelece que cada Instituto deverá:

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção, cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

E no art. 7º, Incisos III e VI, alínea d e e estabelecem:

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

VI – ministrar em nível de educação superior:

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Seguindo as recomendações da Lei nº 11.892/08, para a Pesquisa e Inovação Tecnológica, o IFAP, por meio da Propesq, apresenta em seu Plano Estratégico as seguintes diretrizes para institucionalizar ações visando a implantação/consolidação da pesquisa e da pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) para discentes e servidores:

- Articular a pesquisa em todos os níveis e modalidades de Ensino;
- Regulamentar as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação;
- Construir/consolidar a cultura de pesquisa, no contexto dos campi, contribuindo para que a pesquisa aplicada e a inovação sejam práticas permanentes como fonte de retroalimentação curricular;
- Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;
- Estabelecer as linhas de pesquisa de interesse institucional atendendo às necessidades e às realidades da comunidade interna e externa;
- Desenvolver Programas Institucionais de estímulo à Produção Científica e Tecnológica voltada para a Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- Desenvolver ações e parcerias com diversas instituições e apoiar o relacionamento com agências de fomento visando a garantia do pleno desenvolvimento de projetos de pesquisa, pós-graduação e inovação;
- Promover a cooperação técnico-científica e educacional para captação de cursos de pós-graduação aos servidores, como desenvolvimento de programas em conjunto com instituições de ensino e pesquisa, nacionais e internacionais;
- Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, de acordo com os indicadores e com as prioridades institucionais;

- Estimular a socialização e divulgação interna e externa da produção científica do IFAP, por meio da realização de eventos ou em periódicos científicos de circulação nacional e internacional;
- Implantar, regulamentar, estruturar fisicamente e favorecer a captação de bolsistas para o desenvolvimento de ações do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e o Núcleo de Tecnologias Assistivas (NTA), em conformidade com a Legislação Federal;
- Apoiar e zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção dos pesquisadores, das criações, licenciamento, inovações e outras formas de tecnologia;
- Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais em pesquisa colaborativa com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais, nacionais e estrangeiras.

5.5.3 OS EIXOS DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

5.5.3.1 PESQUISA

A atitude de pesquisar é inerente ao humano. É a indagação e busca pelo novo que geram conhecimentos e possibilitam o desenvolvimento tecnológico. O estudo científico tem produzido ciências e tecnologias, por meio da geração de procedimentos, produtos, métodos e estratégias para proporcionar qualidade de vida.

Os desafios contemporâneos exigem mudanças na forma de pensar e agir. A formação profissional de qualidade torna-se crucial para o pretendido desenvolvimento da sociedade. A pesquisa está inserida dentro de determinados parâmetros históricos, sociais e culturais que contemplam uma determinada concepção de mundo, que deve ser compreendida pelos agentes que compõem a instituição. Portanto, discutir o papel da pesquisa no interior do IFAP é discutir qual o seu relacionamento com a sociedade, com o aprimoramento da ciência e, conseqüentemente, com o desenvolvimento do país.

Para isso, uma concepção que leve em conta a pesquisa como base propulsora para a educação e a produção de conhecimento, deve refletir sobre a natureza desta pesquisa, a consecução de ações pedagógicas interdisciplinares, bem como as possibilidades de financiamento que estimule e favoreça o papel determinante na produção do conhecimento.

Os programas de iniciação científica devem apresentar benefícios na oferta dos cursos, tornando-se instrumentos de estímulos e transcendendo os saberes da estrutura curricular, o desenvolvimento de competências e habilidades para a resolução de problemas e, em especial, possibilitando o aprimoramento da comunicação oral e escrita.

Para que isso ocorra em uma concepção democrática de educação necessita de uma reflexão sobre a construção da produção científica, bem como a disseminação do conhecimento científico, na valorização do espaço escolar e não na mera transmissão do saber.

Assim, a experiência deve ser vista sob dois aspectos: em relação aos conhecimentos prévios do educando e em termos de organização e dinâmica de novas vivências. Deve ser experimentada continuamente na interação do sujeito com o mundo, alicerçado na reflexão e, a partir de uma postura subsidiada na transposição didática, o conhecimento deverá ter a devida reflexão crítica.

Diante desse contexto, a pesquisa compreende as seguintes concepções:

- a) Pesquisa Básica: é relacionada às atividades de investigação teórica e/ou experimental de novos fenômenos naturais e seus fundamentos.
- b) Pesquisa Aplicada: é relacionada às atividades que utilizam o conhecimento gerado por meio de Pesquisa Básica para resolver problemas voltados para aplicações concretas, incluindo as atividades de inovação, as quais visam contribuir para o desenvolvimento de soluções práticas na forma de produtos ou de processos, além daquelas focadas na melhoria das condições educacionais no IFAP.

5.5.3.1.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES

- Pesquisa sintonizada com o PDI;
- Pesquisa com função estratégica, perpassando todos os níveis de ensino;
- Desenvolvimento de pesquisas para o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com impactos nos arranjos produtivos locais (APL's) e contribuição para o desenvolvimento local, regional e nacional;
- Estímulo à pesquisa comprometida com a inovação tecnológica e a transferência de tecnologia para a sociedade;
- Estímulo à pesquisa pura.

5.5.3.1.2 OBJETIVOS

- Mobilizar a comunidade interna, visando ao permanente debate sobre pesquisa científica e tecnológica para o melhor entendimento, conscientização e mobilização em relação a sua importância;
- Estimular a produção do conhecimento de forma interdisciplinar, visto que a pesquisa possibilita a interlocução entre áreas do conhecimento, favorecendo novas formas de desenvolvimento dos saberes;
- Desenvolver ações integradas com o Ensino e Extensão, contemplando as demandas da sociedade e estabelecendo mecanismos possíveis de inter-relação do saber acadêmico com o saber popular;
- Estimular a realização de atividades de pesquisa e de inovações tecnológicas;
- Organizar as atividades de pesquisa em projetos, vinculadas às linhas e grupos de pesquisa;
- Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de

conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;

- Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa;
- Alocar recursos para a pesquisa, de acordo com as prioridades institucionais;
- Estimular a socialização e divulgação interna e externa da produção científica do IFAP;
- Articular e apoiar o relacionamento com agências de fomento, de forma a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, especializações, mestrados e doutorados;
- Estimular o estabelecimento de acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes de pesquisa, visando aprimorar a qualidade da pesquisa e a formação dos envolvidos.

5.5.3.2 PÓS-GRADUAÇÃO

A formação quantitativa e qualitativa de profissionais especializados no campo da Educação, Ciência e Tecnologia é uma das etapas mais importantes para o amadurecimento de determinada área do conhecimento científico em qualquer país, formando um expressivo contingente de recursos humanos especializados para atuação competente no âmbito teórico e prático.

Diante disso, pode-se afirmar que a pós-graduação é dos melhores caminhos do sistema brasileiro no âmbito da Educação, Ciência e Tecnologia, contribuindo significativamente para a construção de um retrato mais fiel das diversidades brasileiras graças à sistematização e à institucionalização da prática científica de investigação, ao mesmo tempo que forma novas gerações de pesquisadores.

Compreende-se por pós-graduação a ministração de cursos, em caráter permanente ou eventual, a fim de desenvolver e aprofundar a formação acadêmica, científica, cultura ou técnico-profissional de egressos de cursos de graduação.

Esse ensino constitui-se em dois formatos distintos: a pós-graduação lato sensu, caracterizada pelos cursos de aperfeiçoamento e especialização, e a pós-graduação stricto sensu, caracterizada pelos cursos de mestrado e doutorado.

a) Cursos de Pós-graduação Lato Sensu: denominados cursos de especialização, os programas de nível superior, posterior a graduação, com o intuito de proporcionar uma educação continuada, cujos objetivos sejam o aprimoramento da formação acadêmica, a atualização de conteúdos e aperfeiçoamento profissional nas diferentes áreas do conhecimento destinados às dimensões do mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia do país.

b) Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu: a pós-graduação stricto sensu tem por objetivos fornecer formação mais ampla e aprofundada em uma área de conhecimento, qualificando profissionais para atuarem nas atividades do magistério superior e no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, nos campos das Ciências, das Letras, das

Artes e da Filosofia. Essa modalidade compreende-se em dois níveis: o mestrado e o doutorado.

O mestrado visa ampliar e aperfeiçoar a competência didática, científica, cultural e profissional dos graduados, e pode ser considerado como uma fase preliminar do doutorado ou como nível final de formação na pós-graduação. E pode ser designado de mestrado acadêmico ou mestrado profissional, sendo que o mestrado profissional enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional.

Enquanto que o doutorado visa proporcionar formação científica e cultural aprofundada capacitando profissionais para desenvolver, de forma independente, atividades de pesquisa, bem como para atuar na formação de outros profissionais de elevada qualificação científica e técnico-profissional, dentro de uma área específica de conhecimento.

Os cursos de pós-graduação são identificados pela área do conhecimento, baseando-se nas condições e nos requisitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível de Superior (Capes) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Sendo que sua oferta é uma das metas previstas neste PDI e conforme previsto na Lei nº 11.892/2008, a qual estabelece dentre outras finalidades e objetivos para os Institutos Federais: Ministrando em nível de Educação Superior cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

5.5.3.2.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES

- Ensino de pós-graduação de acordo com o PDI;
- Formação de recursos humanos para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT);
- Formação de profissionais para a pesquisa aplicada, a inovação tecnológica, a transferência de tecnologia para a sociedade e o exercício profissional especializado em estreita observação das demandas dos Arranjos Produtivos Locais e setores produtivos regionais;
- Promoção de espaços para diálogos e trocas de experiências entre os diversos atores da pesquisa a fim de divulgar a produção científica;
- Incentivo a publicações científicas nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia.

5.5.3.3 INOVAÇÃO

É dos aspectos mais característicos do nosso tempo que a ciência, a tecnologia e a inovação têm assumido no conjunto da vida social, de modo que as atividades científicas nos diversos níveis de ensino foram efetivamente revalorizadas. O instituto tem lugar importante nos chamados Sistemas Nacionais de Inovação, conceito amplamente usado hoje para abarcar as complexas interações entre as diversas instituições intervenientes no processo de desenvolvimento científico, tecnológico e inovador, e seus respectivos espaços socioculturais, os quais funcionam como elementos potencializadores dos processos de inovação.

Além dos Institutos Federais, os Sistemas Nacionais de Inovação são integrados por governos (em suas diversas esferas de atuação), universidades, centros e institutos de pesquisa, empresas, instituições financeiras, agências reguladoras e de fomento. Visam a transformação do conhecimento novo produzido no âmbito das instituições de pesquisa científica em tecnologias voltadas diretamente para atividades produtivas, mas, também, voltadas para o enfrentamento de desafios sociais, como instrumentos do processo de desenvolvimento solidário, democrático e sustentável.

É nesse sentido que o IFAP tem procurado manter permanente diálogo com as políticas nacional e estadual de Ciência e Tecnologia. A inovação alimenta-se do conhecimento; ela não é possível sem que o conhecimento avance. O compromisso da instituição com a produção do conhecimento é praticamente contemporâneo à sua fundação. Não obstante aos resultados satisfatórios da produção do conhecimento científico, mostra-se necessário que o Instituto contribua de forma mais efetiva para a disponibilização deste conhecimento em prol do desenvolvimento do país. Esta ação vem sendo materializada na estruturação econômica, política e legal no Brasil do conceito da inovação.

Direitos Sui generis

- a) Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;
- b) Desenvolvimento Tecnológico: trabalho sistemático sobre o patrimônio genético ou sobre o conhecimento tradicional associado, baseado nos procedimentos existentes, obtidos pela pesquisa ou pela experiência prática, realizado com o objetivo de desenvolver novos materiais, produtos ou dispositivos, aperfeiçoar ou desenvolver novos processos para exploração econômica;
- c) Transferência de Tecnologia: É um conjunto de atividades e processos por meio do qual uma tecnologia (embutida ou “personificada” nos produtos, em novos processos ou ainda em forma explicitada de conhecimentos, habilidades, direitos legais, etc.) é passada de um usuário a outro, também podendo ser indivíduos, organizações ou países.
- d) Propriedade Intelectual: é a área do Direito que, por meio de leis, garante a inventores ou responsáveis por qualquer

produção do intelecto – seja nos domínios industrial, científico, literário ou artístico – o direito de obter, por um determinado período de tempo, recompensa pela própria criação. Eis os objetos de Propriedade Intelectual a serem protegidos:

Direitos de Autor e Conexos

- Direito de Autor: Obras literárias, artísticas e científicas, programas de computador (para mais informações, consulte: Lei nº 9.610/1998 e Lei nº 9.609/1998).
- Direito Conexos: Interpretações artísticas e execuções, fonogramas e transmissões por radiodifusão (para mais informações, consulte a Lei nº 9.610/1998).

Propriedade Industrial

- Marcas: Sinal distintivo, visualmente perceptível, podendo ser: Marca de produto ou serviço; Marca de certificação e Marca Coletiva (para mais informações, consulte a Lei nº 9.279/1996).
- Patentes: invenções e Modelos de Utilidade (para mais informações, consulte a Lei nº 9.279/1996).
- Indicações Geográficas: Indicação de procedência ou a denominação de origem (para mais informações, consulte a Lei nº 9.279/1996).
- Desenho Industrial: forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial (para mais informações, consulte a Lei nº 9.279/1996).
- Proteção de Novas Variedades de Plantas: nova cultivar ou a cultivar essencialmente derivada de qualquer gênero ou espécie vegetal (para mais informações, consulte a Lei nº 9.456/1997, e o Decreto nº 2.366/1997).
- Topografia de Circuito Integrado: Compreende uma série de imagens relacionadas que representa a configuração tridimensional das camadas que compõem um circuito integrado e na qual cada imagem represente, no todo ou em parte, a disposição geométrica ou arranjos da superfície do circuito integrado em qualquer estágio de sua concepção ou manufatura (para mais informações, consulte a Lei nº 11.484/2007).
- Conhecimentos Tradicionais: parcela do conhecimento, de prática isolada ou coletiva, e desenvolvida de forma isolada ou em uma determinada comunidade, que não necessariamente está formalizado pela Ciência (para mais informações, consulte a Lei nº 13.123/2015).
- Manifestações Folclóricas: produções de elementos característicos do patrimônio artístico tradicional criado e mantido por uma comunidade ou por indivíduos refletindo as tradicionais expectativas artísticas de uma comunidade ou indivíduo (para mais informações, consulte a Lei nº 13.123/2015).

5.5.3.3.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES

- Acesso e Transferência de Tecnologia: objetiva a elaboração, o acesso e a transferência de tecnologia através de novos métodos, produtos e serviços no intuito da elevação efetiva da qualidade social, seja através da assistência técnica e tecnológica a inventores independentes e setores produtivos, ou ainda através de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas voltadas para a pesquisa e inovação, objetivando a comercialização de bens intangíveis devidamente protegidos no âmbito da propriedade intelectual;
- Desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais em pesquisa colaborativa com outras instituições de ensino, organizações da sociedade civil e entidades governamentais, nacionais e estrangeiras;
- Contribuição à inovação tecnológica nas empresas pelo estabelecimento de parcerias de extensão tecnológica.

5.5.3.3.2 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O principal instrumento para a coordenação da política de inovação tecnológica e transferência de tecnologia do IFAP é o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Trata-se de um órgão vinculado à Propesq e tem por finalidade promover o desenvolvimento de políticas de incentivo à cultura da inovação, bem como a adequada proteção às invenções geradas no âmbito do IFAP. Desta forma, o NIT/IFAP enquanto setor executor desta política, possui como objetivos:

- Desenvolver e zelar pela política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia.
- Avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições da Lei nº 10.973, 2 de dezembro de 2004 (Lei da Inovação), Lei nº 13.243 de 11 de janeiro de 2016 e suas alterações.
- Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.
- Avaliar acordos, contratos ou convênios a serem firmados entre o IFAP e instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que tenham relação direta com o processo de inovação tecnológica.
- Promover as ações de transferência de tecnologia e licenciamento no âmbito nacional e internacional, mediante celebração de instrumentos contratuais, com a aprovação da Reitoria.
- Fortalecer redes de cooperação entre IFAP e empresas.
- Estimular a incubação de empresas visando o desenvolvimento tecnológico e a Transferência de Tecnologia.

5.5.4 AÇÕES DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Diante de tudo que foi exposto, o planejamento estratégico do IFAP, por meio da Propesq, implementa ações para viabilizar um modelo de gestão eficiente da pesquisa, da pós-graduação e da inovação que vise maximizar os

recursos materiais, humanos e financeiros de modo a ampliar esses três eixos, além de favorecer o aumento de sua aplicabilidade social. Dessa forma, o IFAP deve empreender ações que considerem os seguintes aspectos:

- A autonomia como condição sine qua non para a prática da pesquisa e da inovação tecnológica.
- O financiamento realizado prioritariamente com recursos próprios e por agências governamentais como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP).
- Concessão de bolsas de incentivo à pesquisa e inovação tecnológica para discentes e docentes.
- A formulação de propostas interdisciplinares que incentivem ações científicas e críticas em qualquer momento do processo pedagógico.
- O incentivo às pesquisas aplicadas que visem novas tecnologias. A manutenção de biblioteca com acervo apropriado às práticas de pesquisa e inovação, vinculados ao ensino e à extensão, com acesso às tecnologias de comunicação e inovação.
- A construção de periódicos de divulgação para a exposição dos resultados no âmbito local, nacional e internacional.
- Incentivo a publicações científicas para divulgação dos trabalhos de pesquisa e inovação em andamento ou concluídos.
- Realização de eventos acadêmicos que reúnam pesquisadores nacionais e estrangeiros para a troca de experiências e integração.
- Departamentos de Pesquisa dos campi (ou equivalentes) e Comitês de Ética em Pesquisa com a finalidade de autorizar e acompanhar o desenvolvimento dos projetos de pesquisa e inovação.
- Implantação e implementação de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e, ainda, assinaturas de termos de cooperação e de convênios para ofertas de vagas de mestrado e doutorado.

5.6 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão é o processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e a sociedade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Dentre as finalidades e características atribuídas aos Institutos Federais na Lei nº 11.892, os incisos VII, VIII e IX do art. 6º estabelecem:

- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Em suas finalidades observa-se o estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, se relacionando com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade.

O art. 7, que explicita os objetivos dos Institutos Federais, em seu inciso IV, aborda de maneira mais direta a extensão, afirmando que é objetivo do instituto federal desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. O inciso V complementa o anterior, enfocando a necessidade de se estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Se constituem como objetivos da Extensão:

- Promover a cultura da educação para a convivência, o respeito às diferenças, a inclusão, permanência e saída exitosa das pessoas com necessidades educacionais específicas para o mundo do trabalho, buscando a quebra de todas as barreiras sejam elas atitudinais, emocionais, psicológicas, físicas e sociais, visando o fortalecimento da Ação Humanística Inclusiva Institucional.
- Atuar no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.
- Desenvolver projetos de extensão tecnológica que promovam a geração de novas tecnologias, incluindo a promoção, produção e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.
- Incentivar a cultura empreendedora e a manifestação criativa entre alunos, egressos, servidores, docentes, estimulando a criação de negócios inovadores nas diversas áreas do saber, objetivando uma formação acadêmica ampla, ética, social e ambientalmente responsável.
- Promover a realização e a formalização de cursos de extensão voltados aos profissionais já inseridos no mundo de trabalho para fortalecer a conexão da comunidade acadêmica com os desafios profissionais com vistas à inovação de produtos, processos e métodos de gestão de organizações públicas e privadas locais;

5.6.1 DIRETRIZES DA EXTENSÃO:

- I. a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade configurada pelo diálogo, a troca de conhecimento, a participação e o contato com as questões sociais complexas contemporâneas;
- II. a formação cidadã dos estudantes marcada e constituída pela vivência, dos seus conhecimentos de modo interprofissional e interdisciplinar, valorizada e integrada ao currículo;
- III. a produção de mudanças no IFAP e nos demais setores da sociedade a partir da construção de conhecimentos;



FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP

IV. a articulação ensino-extensão-pesquisa ancoradas num processo pedagógico único, interdisciplinar, educativo, científico e político.

5.6.2 PRINCÍPIOS DA EXTENSÃO, QUE ESTRUTURAM SUA CONCEPÇÃO E PRÁTICA:

- I. a contribuição na formação integral dos estudantes, estimulando formação do estudante como cidadão crítico e responsável;
- II. o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade;
- III. a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social do IFAP, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico racial, direitos humanos e educação indígena;
- IV. a promoção da reflexão ética sobre a dimensão social do ensino e da pesquisa;
- V. o incentivo à atuação da comunidade acadêmica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico social e cultural;
- VI. o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social do IFAP;
- VII. a atuação na produção e construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, atualizado e coerente com a realidade brasileira.

5.6.2.1 ÁREAS TEMÁTICAS

- Educação
- Inclusão
- Internacionalização
- Inovação
- Comunicação
- Cultura
- Desenvolvimento Regional
- Direitos Humanos e Justiça
- Desporto
- Meio Ambiente
- Saúde
- Empreendedorismo
- Tecnologia e Produção
- Estágio
- Acompanhamento de Egressos

As ações de extensão são desenvolvidas a partir de programas, projetos e atividades de extensão, e estas são inerentes às dimensões da extensão na Rede Federal de educação. Para melhor compreensão define-se:

5.6.2.1.1 PROGRAMA:

Programa: constitui-se em um conjunto articulado de projetos e outras atividades de extensão, preferencialmente multidisciplinar e associado à pesquisa e ao ensino. Possui caráter orgânico institucional; integração no território ou grupos populacionais; clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.

5.6.2.1.2 PROJETO

Projeto: é o conjunto de atividades processuais e contínuas, de caráter esportivo, social, artístico, cultural, ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser associado a um programa ou desenvolvido de forma isolada.

5.6.2.1.3 PROJETOS TECNOLÓGICOS

Projetos Tecnológicos: atividades desenvolvidas em parceria com instituições públicas ou privadas, que tenha interface e aplicação tecnológica.

5.6.2.1.4 PROJETOS SOCIAIS

Projetos Sociais: compreende atividades transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com comunidades e apropriadas pelas mesmas, que representem soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

5.6.2.1.5 PROJETOS CULTURAIS

Projetos culturais, artísticas e esportivas: Compreende atividades referentes à elaboração de atividades culturais, artísticas e esportivas.

5.6.2.1.6 CURSO

Curso: ação pedagógica de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular, pode ser ofertado nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Para os efeitos deste regulamento, os cursos de extensão são classificados como:

- Curso de Atualização: Objetiva atualização e ampliação dos conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área específica do conhecimento.
- Curso de Formação Continuada ou Qualificação Profissional: objetiva aprimorar ou aprofundar habilidades técnicas em uma área específica do conhecimento.
- Curso de Formação Inicial ou de Formação Inicial e Continuada: objetiva oferecer formação inicial e/ou continuada em uma área profissional específica do conhecimento, sendo desenvolvidas também competências ligadas à formação geral, tais como Ética, Cidadania, Matemática e Português. .
- Curso PROEJAFIC: Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de educação de jovens e adultos. Prevê a integração da formação inicial e continuada de trabalhadores com Ensino Fundamental ou com Ensino Médio, na modalidade EJA.
- Curso de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento: destinado a profissionais técnicos de nível médio ou graduados ,na respectiva

área de conhecimento ou correlata. Tem por objetivo ampliar conhecimentos sistematizados e divulgar técnicas..

5.6.2.1.7 EVENTOS

Eventos: atividades que implicam na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com público específico, do conhecimento ou do produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico dos envolvidos, conservado ou reconhecido pelo IFAP. Estão incluídos nesta categoria: campanhas, palestras, ciclos de estudos, circuitos, concertos, espetáculos, shows, exposições públicas, colóquios, conferências, congressos, encontros, exposições, feiras, festivais, fóruns, jornadas, lançamentos de publicações ou produtos, mesas redondas, jornadas, dias de campo, mostras, rodadas, reuniões, semanas, seminários, simpósios, debates, torneios, campeonatos dentre outros.

5.6.2.1.8 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Prestação de serviço: realização de trabalho oferecido pela Instituição ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público ou outros), e que envolve atividades de consultoria, assessoria, laudos técnicos e etc, com agregado tecnológico para o mundo produtivo e de caráter não rotineiro.

São ainda atividades de extensão aquelas relacionadas ao Estágio e Emprego, Visitas Técnicas, Egressos. Empreendedorismo, Fóruns e Similares:

5.6.2.1.9 ESTÁGIO E EMPREGO

Estágio e Emprego: compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio;

5.6.2.1.10 VISITAS TÉCNICAS

Visitas Técnicas: interação da Instituição com o mundo de trabalho, com o objetivo de verificar in loco o ambiente de trabalho, o processo produtivo e de gestão das empresas e instituições, bem como a prospecção de oportunidades de estágio e empregos.

5.6.2.1.11 EGRESSOS

Egressos: contempla o conjunto de procedimentos que visa apoiar egresso, identificar cenários junto ao mundo produtivo e retrolimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão;

5.6.2.1.12 EMPREENDEDORISMO

Empreendedorismo: representado pelo apoio à formação empreendedora através de atividades de capacitação, orientação e acompanhamento, tais como cooperativas, empreendimentos solidários e empresas juniores, de modo a aproveitar novas oportunidades e recursos de maneira inovadora.

5.6.3 INTERNACIONALIZAÇÃO

Internacionalização é o processo que integra as atividades relacionadas à mobilidade acadêmica, programas acadêmicos internacionais, pesquisas e projetos desenvolvidos em caráter colaborativo entre instituições de mais de um país, bem como um processo que envolve mudanças organizacionais, inovação curricular, desenvolvimento profissional do corpo acadêmico e administrativo, aperfeiçoamento da mobilidade acadêmica que refletirão na excelência docente, na pesquisa e demais atividades acadêmicas.

A construção de ações institucionais, numa perspectiva internacional, permitirá a criação de ambientes acadêmicos heterogêneos, fundamentados em variadas origens étnicas, com diferentes línguas e culturas, propícios para implantação de hábitos institucionais de diálogo intercultural. A interculturalidade, portanto, servirá à tolerância da diversidade cultural que existe dentro de países, comunidades e instituições, refletindo numa convivência local e global de respeito e tolerância mútuos.

5.6.3.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES:

- I. Fortalecimento e desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, no cenário regional, nacional e internacional, em consonância com as diretrizes da política de internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
- II. Promoção das atividades da instituição, por meio da criação de mecanismos transparentes de compartilhamento de conhecimentos, seja no ensino, na pesquisa e na extensão.
- III. Estímulo ao intercâmbio cultural com o propósito de compartilhamento de culturas, a fim de contribuir para o

respeito às diversidades culturais no mundo, por meio da construção de espaços de diálogos entre as diversas culturas.

IV. Ferramenta para o intercâmbio de conhecimentos e aperfeiçoamento de estudantes, professores, técnicos administrativos e gestores a partir do reconhecimento de que todos os sujeitos diretamente envolvidos nas ações de ensino, pesquisa e extensão da Instituição aprimorarão suas habilidades e competências em razão da repercussão sobre as atividades institucionais.

V. Ferramenta para o incremento da inovação a partir do desenvolvimento de projetos conjuntos, imprescindíveis para as instituições na busca por soluções de problemas de âmbito global.

VI. Prática de solidariedade entre os povos para o encorajamento e estímulo ao desenvolvimento de valores humanísticos e diálogos interculturais.

5.6.3.2 OBJETIVOS:

I. Promover a internacionalização do ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, por meio de colaborações, acordos, parcerias e intercâmbios internacionais em ciência e tecnologia, com base na qualidade e nos princípios éticos, a fim de ampliar a visibilidade interna e externa das atividades do Instituto Federal do Amapá com vistas a soluções de problemas locais/globais.

II. Promover a cultura de internacionalização entre os membros da comunidade interna do IFAP no intuito de fortalecer e inserir a imagem institucional no cenário mundial.

III. Promover o ensino de uma ou mais línguas adicionais aos servidores, discentes e à comunidade externa, com vistas à mobilidade acadêmica e às ações de cooperação internacional, dentre as quais: programas acadêmicos, pesquisas e projetos, desenvolvidos em caráter colaborativo, produção acadêmica, compartilhamento de tecnologias, inovação curricular, redação, tradução de documentos oficiais, entre outros.

IV. Sistematizar as atividades de ensino e aprendizagem de línguas e de experiências interculturais inerentes às ações de internacionalização no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão do IFAP.

V. Estimular a criação de ambientes plurilinguísticos e multiculturais entre a comunidade interna do IFAP e internacional.

VI. Promover o fortalecimento e o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no cenário internacional.

VII. Fortalecer e expandir as ações acadêmicas do Instituto por meio dos processos de cooperação e intercâmbio internacionais no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

VIII. Fomentar o desenvolvimento institucional com o aperfeiçoamento das atividades-fim e meio.

XI. Promover a formação de estudantes, professores, técnicos administrativos e gestores com o objetivo de fortalecer o perfil de internacionalização que se pretende para os sujeitos participantes das ações desta política.

X. Promover eventos que possibilitem o debate e o aperfeiçoamento sobre a política de internacionalização da Instituição.

XI. Sensibilizar a comunidade interna para os benefícios da internacionalização no processo educacional.

XII. Estimular o intercâmbio cultural nas atividades de cooperação com as instituições estrangeiras e parceiras a fim de

promover a prática de solidariedade entre os povos e a cultura da paz.

XIII. Incentivar atividades de cooperação que incrementem o setor de inovação do Instituto a partir do desenvolvimento de projetos conjuntos.

XIV. Proporcionar o desenvolvimento de iniciativas institucionais integradas ao ensino, à pesquisa e à extensão, priorizando atividades extracurriculares e os estudos de línguas.

5.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

É de vital importância que as Instituições Federais de Educação Técnica e Tecnológica, otimizem e promovam o desenvolvimento de ações educacionais permitindo, de maneira efetiva, o acesso à educação de qualidade, na sua gestão. Isso removerá as barreiras para que se efetive uma aprendizagem eficaz, alicerçada nos seguintes princípios: atitudinais, educacionais, conceituais e arquitetônicos, se construindo, assim, a tão sonhada escola inclusiva.

Partindo desses princípios, a visão de escola inclusiva se concretiza promovendo educação, principalmente a profissional de forma acessível, independentemente de sua deficiência: se social, intelectual ou física. Para que se processe a educação inclusiva, é essencial haver uma série de revisões, a saber: de valores éticos, morais, sociais, paradigmáticos, nas quais todo e qualquer cidadão possa, plenamente, ocupar o lugar que lhe cabe como ser humano.

Nesta perspectiva, é que o IFAP, como Instituição Federal de Educação Profissional no Estado, reconhece a necessidade de abrir seu espaço educacional para as pessoas com necessidades educacionais específicas, através de ações articuladas com outras instituições de ensino e setores empresariais e, principalmente, através da colocação dessas pessoas no mercado de trabalho do estado do Amapá, de maneira justa e digna.

5.7.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFAP

A partir de uma discussão iniciada nos anos 60 sobre a educação especial, profissionais, pais e pessoas com deficiência, em meados dos anos 80 iniciam em nível internacional um movimento para ações educativas de integração das pessoas com deficiência, no lugar das práticas vigentes na época, as quais enfatizavam a ideia de “educação especial”, o que de certa forma segregava a pessoa com deficiência. Sequencialmente, desponta um movimento oriundo dos EUA: “Regular Education Initiative” (REI), objetivando a inclusão, na escola comum, de crianças com alguma deficiência. Esse movimento assinalava a ineficácia da educação especial, propondo unificar a educação especial e a regular num único sistema educativo.

O REI foi a primeira manifestação significativa a favor da prevalência de um único sistema educativo para todos, na

medida em que também defendia a minimização da separação por língua, gênero, grupo étnico, outros. Vale acrescentar que tais separações ocorriam somente após criteriosa reflexão.

A discussão prosseguiu de tal maneira que, já no final do século passado, falava-se na necessidade de um novo paradigma, o qual entendia que a dificuldade manifestada por alguns estudantes não pertenciam propriamente aos mesmos, mas sim pelas formas de ensinar das escolas. Já na década de 90, ocorre um dos Marcos decisivos na Educação Inclusiva que foi a Conferência Mundial, em Salamanca (Espanha, 1994) na qual aprova-se a Declaração de Salamanca, uma referência internacional da educação inclusiva, difunde-se o conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE), que se refere a todas as crianças e jovens cujas as carências se relacionam com as deficiências ou dificuldades escolares.

Dentro de todo este cenário, é preciso que se considere o fato de que a parcela da população brasileira atingida por algum tipo de deficiência é significativa. Os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010) informam que aproximadamente 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, ou seja, 23,9% da população.

Diante deste retrato da deficiência no Brasil, a acessibilidade tornou-se o ditame principal nas relações da sociedade para com estes cidadãos. Todavia, por mais que se tenha ciência deste panorama, por mais que haja regulamentos que determinem a eliminação de barreiras, sua aplicação ainda se verifica muito restrita. A Educação Inclusiva só terá sucesso através da acessibilidade, condição precípua e inadiável que permite às pessoas com deficiência, seja definitiva ou temporária, participarem de atividades que incluem o uso de edifícios, serviços e informações em condições de segurança, conforto e autonomia.

Podemos definir acessibilidade como o direito de ir e vir de todas as pessoas, com autonomia e independência, isto é, o direito básico garantido pela Constituição Brasileira. Entretanto, em desconhecimento da norma ou falta de bom senso, pessoas com deficiências, idosos e obesos encontram obstáculos no acesso a edifícios públicos e privados. Há ainda que se considerar que o problema de acessibilidade não é só de pessoas com deficiência, o Brasil está envelhecendo, vale conferir alguns números e projeções do IBGE. Em 2007, o País tinha uma população de aproximadamente 17,4 milhões de pessoas com mais de 60 anos.

Em 2023, teremos (ou seremos) cerca de 32 milhões de idosos no Brasil. Na Educação Profissional no Brasil, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o cumprimento do decreto federal nº 2.208/1997 que atendia à Educação Profissionalizante para pessoas com necessidades especiais, posteriormente o Conselho Nacional de Educação, aprovou o Parecer CNE/CEB nº 16/1999 e Resolução nº 4/1999 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional do Nível Técnico.

No âmbito do MEC, constituem as políticas inclusivas: para pessoas com necessidades especiais; de direitos

humanos para crianças e adolescentes; políticas de gênero e diferença sexual; políticas de inclusão étnico-racial; políticas para inclusão étnico-racial das comunidades indígenas; políticas de inclusão de jovens e adultos à EPT; políticas inclusivas para educação do campo. Estas buscam consolidar o direito das pessoas com necessidades educacionais específicas, promovendo sua emancipação e sua inclusão nos sistemas de ensino. Entende-se assim que escola inclusiva é aquela em que a ninguém será negado o direito de estudar e toda a comunidade escolar estará em condições de viver e conviver com as diferenças.

A Constituição Federal de 1988 sancionou amplas garantias e regulamentou os direitos de equidade e cidadania das pessoas com deficiência. O acesso e permanência das pessoas com necessidades específicas no ensino regular faz-se necessária, especialmente a partir da aprovação da LDBEN nº 9.394/1996, que trata, no seu capítulo V, da educação das pessoas com necessidades educativas específicas, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A execução adequada de uma política educacional dirigida às pessoas com necessidades específicas no sentido de adequar-se estruturalmente cria condições próprias, de forma a possibilitar o acesso tanto para cadeirantes, quanto a um cego por meio do piso tátil e sinalização em Braille e será conduzida com a inclusão escolar que é um procedimento de habilitação do sistema educacional para proporcionar ensino de qualidade para todos, o que implica em tornar as unidades escolares eficientes em toda a sua estrutura, o IFAP, enquanto Instituição que oferta ensino profissional, tem como dever cumprir os dispositivos legais e político filosóficos que dispõem sobre a educação inclusiva, especialmente:

1. O Decreto Federal nº 2.208/1997, o Parecer CNE/CEB nº 16/1999 e a Resolução CNE/CEB nº 4/1999 “que estabelecem normas para a educação profissional de pessoas com necessidades especiais”, considerando-se como tal aquelas advindas de deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, de altas habilidades ou de condutas típicas e pessoa com mobilidade reduzida.
2. Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.098/2000 e nº 10.436/2002, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, impulsionando uma política nacional de acessibilidade;
3. Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que regulamenta a inclusão da Libras como unidade curricular, a formação do professor, do instrutor e do tradutor/intérprete de Libras, a certificação da proficiência em Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular visando à inclusão de estudantes surdos.
4. Decreto nº 6.094/2007, cujas diretrizes garantem o acesso e permanência no ensino regular e atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.
5. Decreto nº 5.840/2006, que institui, no âmbito federal, O Programa Nacional de Integração a Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, que abrangerá os seguintes Cursos e Programas: I. Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (PROEJA) II. Educação profissional técnica de nível médio.

6. Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado, consolidando a Política da Educação Inclusiva garantindo um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidade. Este necessita estar articulado com as demais políticas públicas, bem como a garantir a implementação da Lei nº 12.764/2012 que institui a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autista, e atendendo ao propósito da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Deste modo esta lei e o Decreto compõem as diretrizes da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

5.7.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO IFAP

Nos Institutos de Educação Ciência e Tecnologia, o Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, em 2001, iniciou seu desafio em busca da inclusão para todos, através de ações que proporcionasse o acesso, a permanência e a saída com êxito de todo estudante, independente de sua condição física, emocional, intelectual ou social. Para isso, propõe-se a disseminação de uma política direcionada à transformação dos sistemas educacionais em sistemas inclusivos, que contemplem a diversidade com vistas à igualdade, por meio de estrutura física, recursos materiais e humanos e apoio à formação de gestores e educadores nas escolas públicas.

Para melhor operacionalizar as ações do TEC NEP, a SETEC constituiu as Gestões: Nacional, Regional e Estadual, sendo implantados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) nos Campi das Instituições que são responsáveis pelo desenvolvimento das ações inclusivas no âmbito dos Institutos e entornos, atuando em parcerias com entidades governamentais e associações não governamentais em consonância com o MEC. Sob a perspectiva da justiça e responsabilidade social, os Institutos Federais assumem, em suas ações, nova dimensão, a fim de fortalecer a importância da profissionalização adequada a pessoas com necessidades educacionais específicas mediante o cumprimento de legislações que protejam a cidadania de que todos têm direito. Isso implica dizer que, na atualidade, a Rede Federal de EPT tem o compromisso de disseminar, cada vez mais, propostas de inclusão plena.

No Pifa, o tema a respeito de políticas Inclusivas é uma preocupação permanente e são operacionalizadas ações, que de forma contínua e responsável, possibilitam cada vez mais, condições de acesso, permanência exitosa no percurso formativo da inserção socioprofissional de grupos em desvantagem social.

O IFAP vem se estruturando de forma a instrumentalizar seus profissionais e a comunidade escolar em geral, para atuar de forma eficiente na inclusão, através do desenvolvimento do Programa TEC NEP/MEC/SETEC, por meio da criação, pela portaria Institucional do NAPNE aprovada no Conselho Superior do IFAP, objetivando principalmente criar na Instituição a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade, buscando

a implementação da quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Para a efetivação desta política de inclusão elegeram-se as ações a partir do desenvolvimento de um processo contínuo de sensibilização e capacitação de pessoal, objetivando a apropriação de referenciais teóricos e o intercâmbio de saberes e práticas interinstitucionais e no âmbito do IFAP, por intermédio das seguintes ações:

- Realização de Encontros de Educação Inclusiva;
 - Consolidação dos NAPNE existentes nos Campi Macapá e Laranjal do Jari e implantação dos NAPNE dos *Campi* Santana e Porto Grande, da mesma forma no Campus Avançado de Oiapoque, e o Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari;
 - Efetivação das salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a aquisição de materiais didáticos e pedagógicos adaptados, tecnologias assistivas e contratação de profissionais especializados (professores de Educação Especial, intérpretes para Libras, transcritores para produção de textos Braille, revisores para textos Braille);
 - Oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, visando à capacitação de servidores técnicos e docentes do IFAP;
 - Criação de mecanismos para a realização de cursos e minicursos para docentes e técnicos, destacando-se o curso de LIBRAS em atenção a Lei nº 10.436/2002 que “dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais”;
 - Organização de Ciclos de Estudos, workshops, Encontros Estaduais e Fóruns;
 - Disponibilização para técnicos e docentes e discentes o “Acervo Circulante sobre Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas”;
 - Organização e disponibilização do “Espaço Aberto de Estudos sobre Educação Inclusiva”, com recursos audiovisuais e bibliográficos para apoio a projetos e atividades acadêmicas voltadas para as questões de Pessoas Necessidades Educacionais Específicas;
 - Adequação arquitetônica na estrutura física do Campus Macapá e construção dos novos Campi valendo-se do desenho universal de acessibilidade;
 - Aquisição de material bibliográfico sobre a inclusão de Portadores de Necessidades Educacionais Específicas (PNEE), bem como criação e ampliação de acervo adaptado (braille, fonte ampliada, libras, “livro falado”) da biblioteca do IFAP;
 - Elaboração de projetos nas diversas áreas para atender às seguintes especificidades: Transtornos Globais do Desenvolvimento; deficiências físicas; deficiências intelectuais; deficiências visuais; surdos; altas habilidades e superdotados; idosos; PROEJA; diversidade sexual; indígenas; quilombolas; afrodescendentes e menores em risco social;
 - Implantação e disponibilização da biblioteca do “Livro Falado” para atender prioritariamente estudantes cegos e de baixa visão de Instituição de Ensino de Rede Pública e Particular;
- Oferta de cursos preparatórios para os PNEE candidatos a exames seletivos para cursos do IFAP;
- Oferta de cursos livres e de qualificação profissional em articulação com as Unidades Especializadas do Estado e Município.

Para tornar concretas tais ações, os NAPNE do IFAP buscarão a estruturação da base de apoio por meio dos seguintes procedimentos:

- a. Estabelecimento de parceria com os Órgãos Especializados objetivando o apoio às atividades programadas pelas

Coordenações, e Diretorias para a efetivação dos cursos profissionalizantes voltados para as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas;

- b. Formalização de parcerias com empresas e Instituições Públicas governamentais e não governamentais;
- c. Captação de recursos financeiros junto às Instituições de fomento;
- d. Organização do Banco de Dados de PNEE (estudantes e servidores do IFAP);
- e. Acompanhamento dos Projetos de quebra de barreiras arquitetônicas, sob a responsabilidade dos setores competentes do IFAP;
- f. Articulação com as Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa e de Extensão de projetos, programas e atividades voltadas para os PNEE do IFAP e da comunidade externa;
- g. Coordenação e acompanhamento do aparelhamento com material pedagógico e equipamentos específicos para a execução dos programas, projetos e atividades programadas;
- h. Divulgação permanente das ações desenvolvidas, valendo-se dos meios oferecidos pelo IFAP;
- i. A Implementação de ações indicadas pela Lei nº 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, ademais a disciplina de Educação em Direitos Humanos como práticas educativas para todos, conforme Resolução CNE/CP nº 1/2012;
- j. Implantação de Programas e Projetos para inclusão de apenados;
- k. Implantação de Programas e Projetos para o aprendizado do BRAILLE, escrita
- l. alternativa, modos, meios e formatos de comunicação alternativas e habilidades de orientação e mobilidade, às pessoas com deficiência visual e aquelas com cegueira;
- m. Implantação de Programas e Projetos para o aprendizado da língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a promoção da identidade linguística da comunidade surda;
- n. Implantação de Programas e Projetos para desenvolver Tecnologias Assistivas aos deficientes físicos, aos paralisados cerebrais e a todos que delas necessitarem na Instituição.

Assim, tomando-se por base esses procedimentos, ações e encaminhamentos é que o IFAP, obedecendo à institucionalização da Educação Inclusiva, buscará alcançar, considerando artigo 24 da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Decreto nº 7.611/2011, condições de atender, de forma otimizada, Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. A fim de tornar profícuo este processo de inclusão. O IFAP, norteado pelas Ações Afirmativas, atenderá as exigências legais para a reserva de vagas culminada com a criação dos seguintes critérios e diretrizes para as políticas de inclusão:

- Reserva para pessoas com deficiência, negros e índios: 5% para candidatos com deficiência, 10% para negros e índios que preferencialmente tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino;
- Reserva para estudantes oriundos de escola pública: 50% para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em instituições públicas de ensino;
- Para o acesso aos cursos do PROEJA, serão aplicados mecanismos em conformidade com a natureza do referido programa;

- Para o acesso aos cursos de FIC para trabalhadores, serão criados mecanismos alternativos em conformidade com a natureza dos cursos e as políticas de inclusão.

5.8 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

5.8.1 PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

As diretrizes que vão nortear as ações acadêmicas no âmbito do IFAP originam-se a partir da concepção de mundo pautada na justiça, equidade, liberdade, fraternidade, ética e democracia, bem como, a partir de princípios filosóficos e teórico-metodológicos, elencados anteriormente neste documento, inter-relacionados ao propósito de ofertar educação de qualidade, a fim de contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional. Assim, a prática educativa ofertada pelo IFAP deve proporcionar a verticalização do ensino, articulando o diálogo entre os diversos níveis e modalidades da educação básica e superior, oportunizando ainda, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

5.8.2 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

De acordo com Silva (2008), o trabalho é o princípio educativo que orienta a escola, mas ressalva que “não a partir de uma visão estreita, de caráter economicista, ligado a uma função meramente industrial, mas, sim, tomando a dimensão ontológica do trabalho”. Sendo assim, o princípio pedagógico ou educativo é a razão de todo processo escolar, é a perspectiva real e de longo alcance assumida pelos estudantes e pelos professores.

Desse modo, os princípios essenciais e que norteiam as práticas no IFAP são:

- Considerar o estudante como o centro do processo educativo para que possa desenvolver seu potencial de aprendizagem;
- Reconhecer os saberes prévios dos estudantes e conectá-los aos novos propiciados pelo conhecimento científico adquiridos na escola;
- Conhecer os interesses dos estudantes a fim de planejar melhor as aulas e relacioná-las com os acontecimentos do cotidiano;
- Estimular a motivação intrínseca ao ser humano para que descubra em si mesmo suas potencialidades cognitivas;
- Entender a natureza social do conhecimento, incentivando o trabalho coletivo de modo a aprenderem a viver em grupos sociais;
- Estimular constantemente a busca pelo conhecimento científico de modo a compreender as suas demandas sob a ótica da ciência;
- Contribuir para formação profissional flexível, com ênfase na compreensão da construção de arranjos produtivos locais;
- Entender avaliação como um processo relacionado com a plenitude do aprendizado;

- Orientar o corpo profissional docente com diversas formas de construção do conhecimento, fazendo uso da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade entre as diversas áreas do saber;
- Reconhecer a diversidade como fonte de riqueza para o processo de aprendizagem, tendo o diálogo como fundamento de respeito aos direitos humanos.

Sendo assim, os princípios acima mencionados, bem com aqueles implícitos ao processo de ensino e aprendizagem norteiam as práticas pedagógicas no âmbito do IFAP. Nesta perspectiva de princípios, o processo ensino e aprendizagem vem expressar uma relação dialógica permitindo articulação entre ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis e modalidades de ensino ofertado pelo IFAP.

O que está posto para o Instituto Federal do Amapá é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a (re)construção do lugar que queremos.

O modelo Institucional do IFAP leva em consideração a proposta pedagógica histórico-crítico assentada em um conceito de educação profissional e tecnológica tendo o ser humano sua referência.

Trata-se, pois, de uma formação que tem o objetivo de colocar o currículo no estabelecimento de relações com o conhecimento científico-tecnológico e sócio-histórico. Para isso, combina conhecimentos gerais e específicos de modo a articular teoria e prática, escola e sociedade contemplando:

- os arranjos produtivos locais (APLs);
- o universo da ciência contemporânea;
- as novas tecnologias e suas possibilidades de uso;
- as relações sócio-históricas que os homens estabelecem na sociedade e no trabalho;
- e as diferentes formas de linguagem presentes nos espaços sociais, políticos e produtivos.

Nesse contexto, o IFAP ofertará uma proposta de formação que contemple as características socioeconômicas locais e regionais, com o objetivo de formar profissionais comprometidos e conscientes de seu papel transformador, de forma a promover o redimensionamento dos setores produtivos.

5.8.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação em sua trajetória no contexto escolar, por um longo período assumiu uma função de controle, refletindo uma prática considerada tradicional e conservadora. Contemporaneamente a avaliação deve ter caráter formativo e diagnóstico

sobressaindo-se em relação à avaliação norteada meramente pelo controle/quantificação, ou seja, o processo avaliativo deve ser utilizado como princípio para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades.

Nesse sentido, para Saul (2006) e Hoffmann (2005) o papel da avaliação da aprendizagem deve constituir uma oportunidade real de demonstrar o que os sujeitos sabem e como sabem, sendo possível detectar a consistência do saber adquirido sobre o qual será consolidado o conhecimento.

De acordo com Luckesi, “a avaliação tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si, ela subsidia um curso, uma ação que visa construir um resultado previamente definido”. (LUCKESI, 2006, p. 85).

Porém, para que tal resultado seja alcançado faz-se necessário conceber e praticar a avaliação como uma oportunidade a mais de ter acesso ao conhecimento. Deve-se transformá-la em um meio pelo qual os sujeitos que aprendem expressam seu saber não sobre o imediato, mas sim sobre o saber acumulado integrado habitualmente aos modos de agir em um estado de formação que é dinâmico.

Assim, pode-se afirmar que a avaliação em seu aspecto geral é parte integrante das práticas educativas desenvolvidas pelo IFAP, pois ao basear-se em modelos avaliativos humanistas apresentam indicativos da necessidade de mudanças no planejamento das ações e correção dos rumos, contribuindo sobremaneira no processo de formação do futuro profissional.

Nessa perspectiva, o processo avaliativo, se traduz contínuo/dinâmico e não pontual, ao passo que visa diagnosticar tanto o progresso dos discentes, como as dificuldades e defasagens, e assim, a partir de uma reflexão conjunta entre os agentes educativos, visa iniciar a busca de novos caminhos e intervenções para que a aprendizagem se concretize.

A prática educativa desenvolvida no IFAP baseia-se numa avaliação diagnóstica, formativa e somativa, deixando de ter função apenas de constatação e apreensão de conteúdo. A avaliação diagnóstica proporciona informações acerca das capacidades dos estudantes em face de novos conhecimentos que lhe vão ser propostos, a formativa permite constatar se os estudantes estão de fato atingindo os objetivos pretendidos e, finalmente a somativa apresenta-se com o objetivo determinar o grau de domínio e progresso do estudante em uma área de aprendizagem.

Para avaliar a eficiência e eficácia dos processos desenvolvidos no âmbito do IFAP será adotado um sistema multidimensional que inclui, entre outros, os seguintes aspectos:

- Avaliação da aprendizagem do estudante;
- Avaliação das estratégias de ensino;
- Avaliação do desempenho docente;
- Avaliação do plano de curso e do currículo.

A avaliação da aprendizagem é entendida como um meio para verificação dos níveis de assimilação do conhecimento, da formação de atitudes e do desenvolvimento de habilidades que se expressam através das competências requeridas para a qualificação profissional nas diversas áreas do conhecimento e habilitações correspondentes. Desta forma, para o Instituto, avaliar é um processo de busca, análise, identificação e reflexão sobre o desenvolvimento do estudante, o trabalho dos professores e demais profissionais da escola.

A avaliação das estratégias de ensino é entendida como o mecanismo para diagnosticar e identificar, no desenvolvimento do currículo, os meios, instrumentos, mecanismos e recursos que melhor se ajustam à confirmação da aprendizagem do estudante.

A avaliação do desempenho docente assume função diagnóstica para favorecer ao professor, a percepção da eficácia, eficiência e os impactos de seu trabalho no planejamento, organização, aplicação e avaliação de suas atividades, em função da especificidade do curso em que trabalha. Assim, a avaliação tem um sentido amplo e pode ser realizada de diversas formas utilizando instrumentos variados.

A avaliação do currículo escolar é entendida como o instrumento que, no processo de contextualização com o mundo do trabalho e a realidade concreta, favorece a percepção dos pontos de distorção e evidencia a necessidade de reformulações dos currículos, objeto de estudos, além da redefinição de objetivos educacionais, perfis profissionais e outros aspectos inerentes ao processo de formação do cidadão.

Além das abordagens supracitadas sobre o processo de avaliação e dos instrumentos avaliativos, o IFAP possui regulamentações específicas para cada nível, forma e modalidade de ensino e nelas estão contidas as sistemáticas de avaliação a serem desenvolvidas nos diversos cursos ofertados pelos Campi do IFAP.

5.8.4 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional é um procedimento didático-pedagógico que contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, em que os estudantes devem ser estimulados desde o início de seu curso a interagir guiados por uma motivação epistemológica. Nessa perspectiva, compreende as ações de prática profissional as atividades como os projetos, mostras científicas, estudos de caso, pesquisas individuais e/ou em grupo, prestação de serviços, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, exercícios profissionais efetivos, o intercâmbio estudantil, os projetos integradores, a residência pedagógica em que o estudante possa relacionar teoria e prática a partir dos conhecimentos (re)construídos no respectivo curso bem como as necessidades profissionais de formação humana omnilateral e exigências da realidade

em que a Instituição Educacional está inserida.

Entende-se como atividade curricular complementar, a atividade não integrante nas práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares, oficinas ou seminários obrigatórios e outras atividades afins ao curso, devidamente comprovada pelo estudante e aprovada pelo coordenador do curso.

Os objetivos gerais das atividades curriculares complementares são os de flexibilizar o currículo obrigatório, aproximar o estudante da realidade social e profissional e propiciar-lhe a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre o Instituto e a sociedade, por meio da sua participação em atividades que visem à formação profissional aliada ao desenvolvimento de valores humanísticos.

O estágio supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando os cursos de ensino regular no IFAP. Este poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares e do Plano/Projeto Pedagógico do Curso e poderá ser desenvolvido no interior do IFAP, empresas e escolas públicas ou privadas, desde que ofereçam as condições necessárias ao desenvolvimento de uma experiência investigativa, reflexiva e prática na área de formação do estudante.

5.8.4.1 PRÁTICA PROFISSIONAL VIA PROJETO

A Prática Profissional dos cursos técnicos de nível médio pode ser desenvolvida através de projetos de pesquisa ou extensão. A atividade deve cumprir a mesma carga horária estabelecida para o estágio, bem como deve ser executada seguindo o Plano Pedagógico do Curso, em conformidade com as normas instituídas em regulamentação própria.

5.8.4.2 INOVAÇÕES SIGNIFICATIVAS QUANTO A FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

O termo flexibilidade do latim *flexibilitate* é a qualidade de ser flexível e traz a ideia de maleável e de aptidão para diferentes atividades ou aplicações (FERREIRA, 1975). Por sua vez, Silva (1998) argumenta que é precisamente no campo educacional que se estabelece uma “batalha” em torno dos significados: “Estão em jogo, nessa luta, os significados do social, do humano, do político, do econômico, do cultural e, naquilo que concerne, do educativo”.

O IFAP traz em sua proposta curricular, desenvolver os componentes básicos com base na integralidade, com vistas à formação profissional inclusiva, reflexiva e prática.

Para atingir a integralidade é essencial que a proposta curricular adote caráter de transversalidade através da articulação dos componentes curriculares no início de cada curso, como aporte atividades.

5.8.4.3 INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

As Diretrizes Curriculares Nacionais norteiam os parâmetros de integralização dos cursos, estes estabelecidos no Plano/Projeto Pedagógico específico de cada curso e nas regulamentações internas da instituição.

A integralização curricular a todos os cursos apresenta os seguintes parâmetros básicos:

- Aprovação em todos os componentes curriculares;
- Cumprimento da carga horária das atividades complementares;
- Aprovação no estágio curricular supervisionado, quando for o caso;
- Aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, quando for o caso;
- Participação da solenidade de conclusão de colação de grau, quando for o caso.

De acordo com esses requisitos o curso estará concluído e o estudante poderá receber o diploma correspondente, desta forma ocorrendo a integralização.

5.8.5 AVANÇOS TECNOLÓGICOS

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) está inter-relacionada a todas as áreas do conhecimento e, sobretudo no campo da educação, ela fornece diversos aspectos pertinentes à construção do conhecimento e do processo de ensino/aprendizagem.

Neste sentido, o IFAP, tanto em seu aspecto pedagógico como administrativo, propiciará à comunidade escolar a participação em ações, eventos e projetos de inovação tecnológica com o objetivo de fomentar a construção de novas práticas de ensino através da inclusão digital, pesquisa, extensão e ensino à distância, possibilitando e potencializando, dessa forma, o aproveitamento de conhecimento de todos os segmentos ligados direta ou indiretamente ao Instituto.

Com isso, o IFAP colocará as novas tecnologias da informação e comunicação a serviço da formação global dos diferentes sujeitos envolvidos nesse processo facilitando e aperfeiçoando o uso da tecnologia, considerando a construção de valores essenciais ao desenvolvimento humano e tecnológico, ao desempenho ético, crítico e técnico de uma profissão e a percepção da competência transformadora do cidadão ■

CAPÍTULO 6

PLANO DE OFERTA DE VAGAS



6. PLANO DE OFERTAS DE VAGAS

As informações apresentadas a seguir, são frutos de ampla discussão realizada nos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, consolidadas por um Grupo de Trabalho instituído pela Pró-Reitoria de Ensino, com representantes dos departamentos de ensino de cada unidade do IFAP, com a participação conjunta das Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e Diretoria Sistêmica de Educação a Distância, que culminaram no Plano de Ofertas de vagas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Entre as atribuições das Pró-Reitoria de Ensino, de Extensão e de Pesquisa Inovação e Pós-Graduação, está atuação no planejamento estratégico e operacional do IFAP, com vista a subsidiar a definição das prioridades educacionais dos Campi, articulando o fortalecimento do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, zelando pela garantia da qualidade na oferta dos serviços levando em conta os arranjos produtivos locais, as eventuais alterações das demandas e oportunidades regionais, respeitando os percentuais de oferecimento de vagas estabelecidos pela lei de criação dos Institutos Federais e os indicadores pactuados no Termo de Acordo de Metas e Compromissos IFAP/MEC. Assim sendo, o efetivo oferecimento dos cursos elencados neste capítulo, deverão passar por avaliação do Colégio de Dirigentes do IFAP e atender plenamente aos quesitos supracitados.

6.1 EIXOS TECNOLÓGICOS OFERTADOS PELO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ

6.1.1 AMBIENTE E SAÚDE

O eixo tecnológico de AMBIENTE E SAÚDE compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental. Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde—doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais. Pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais, são características comuns deste eixo.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: biossegurança, leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal;

legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Laranjal do Jari

6.1.2 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL

O eixo tecnológico de DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL compreende tecnologias relacionadas a atividades sociais e educativas. Abrange planejamento, execução, controle e avaliação de ações sociais e educativas; construção de hábitos saudáveis de preservação e manutenção de ambientes e patrimônios, de respeito às diferenças interculturais e de promoção de inclusão social; integração de indivíduos na sociedade; e a melhoria de qualidade de vida.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; ciência e tecnologia; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Pólo em EAD do Município do Amapá

6.1.3 GESTÃO E NEGÓCIOS

O eixo tecnológico de GESTÃO E NEGÓCIOS compreende tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão. Abrange planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações e instituições públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação; busca da qualidade, produtividade e competitividade; utilização de tecnologias organizacionais; comercialização de produtos; e estratégias de marketing, logística e finanças.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; línguas estrangeiras; ciência e tecnologia; tecnologias sociais e empreendedorismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campi Laranjal do Jari, Macapá, Porto Grande, Santana, Campus Avançado do

Oiapoque, Centro de Referência em EAD de Pedra Branca do Amapari e Pólo em EaD do Município do Amapá.

6.1.4 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O eixo tecnológico de INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO compreende tecnologias relacionadas a infraestrutura e processos de comunicação e processamento de dados e informações. Abrange concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e às telecomunicações; especificação de componentes ou equipamentos; suporte técnico; procedimentos de instalação e configuração; realização de testes e medições; utilização de protocolos e arquitetura de redes; identificação de meios físicos e padrões de comunicação; desenvolvimento de sistemas informatizados; e tecnologias de comutação, transmissão e recepção de dados.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campi Laranjal do Jari, Macapá e Santana.

6.1.5 INFRAESTRUTURA

O eixo tecnológico de INFRAESTRUTURA compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte. Abrange planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para obras civis, topografia, geotécnica, hidráulica, recursos hídricos, saneamento, transporte de pessoas e bens e controle de trânsito e tráfego.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; desenho técnico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Macapá

6.1.6 PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA

O eixo tecnológico de PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e à industrialização de alimentos e de bebidas. Abrange planejamento, operação, implantação e gerenciamento de processos físicos, químicos e biológicos de elaboração ou industrialização de produtos de origem vegetal e animal; aquisição e otimização de máquinas e implementos; análise sensorial; controle de insumos e produtos; controle fitossanitário; distribuição e comercialização.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Macapá

6.1.7 PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN

O eixo tecnológico de PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN compreende tecnologias relacionadas a representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, mobilizadas de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas. Abrange criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento aplicadas em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e projetos de produtos industriais.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico e estético; ciência e tecnologia; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Santana

6.1.8 PRODUÇÃO INDUSTRIAL

O eixo tecnológico de PRODUÇÃO INDUSTRIAL compreende tecnologias relacionadas a sistemas de produção, técnicas e tecnologias de processos físico-químicos e relacionados à transformação de matéria-prima e substâncias, integrantes de linhas de produção. Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento de tecnologias industriais; programação e controle da produção; operação do processo; gestão da qualidade; controle de insumos; e aplicação de métodos e rotinas.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade e produtividade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Macapá

6.1.9 RECURSOS NATURAIS

O eixo tecnológico de RECURSOS NATURAIS compreende tecnologias relacionadas a extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais e utilização de tecnologias de máquinas e implementos.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Laranjal do Jari, Porto Grande e Centro de Referência em EaD de Pedra Branca do Amapari

6.1.10 SEGURANÇA

O eixo tecnológico de SEGURANÇA compreende tecnologias relacionadas à infraestrutura e aos processos de prevenção e proteção de indivíduos e patrimônio. Abrange segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho.

A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos

técnicos; raciocínio lógico; ciência e tecnologia e inovação; empreendedorismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; cidadania e direitos humanos; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Macapá

6.1.11 TURISMO HOSPITALIDADE E LAZER

O eixo tecnológico de TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, gastronomia, serviços de alimentação e bebidas, entretenimento e interação. Abrange planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer, integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; historicidade e cultura; línguas estrangeiras; ciência, tecnologia e inovação; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; ética profissional.

Unidades do IFAP com oferta: Campus Avançado do Oiapoque

6.2 PERCENTUAIS MÍNIMOS LEGAIS

Considerando a Lei de nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais e dá outras providências, o Instituto Federal do Amapá, garantirá neste Plano de Desenvolvimento Institucional, a oferta de pelo menos 50% das vagas dos Institutos Federais em cursos técnicos de nível médio e pelo menos 20% em cursos destinados a licenciaturas e formação de professores.

Considerando o DECRETO de Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006, que institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, o Instituto Federal do Amapá, garantirá neste Plano de Desenvolvimento Institucional, a oferta de pelo menos 10% do total de vagas disponíveis ao longo do ano, para Jovens e Adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade regular, priorizando os candidatos que estão a mais tempo afastados da sala de aula e/ou mais idade.

Considerando o Plano de Logística Sustentável do IFAP – PLS, aprovado pelo Conselho Superior através das Resolução de nº 25/2017/CONSUP/IFAP, DE 10 DE MARÇO DE 2017, considerando ainda, o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS) no âmbito da Agenda 2030, para atendimento às metas da Câmara Temática Parcerias e Meios de Implementação (CTPMI), da Comissão Nacional (CNODS) sobre Sustentabilidade, o Instituto Federal do Amapá, garantirá neste Plano de Desenvolvimento Institucional, a oferta de pelo menos 10% do total de Cursos de Formação Inicial e Continuada, Projetos de Pesquisa e Extensão para ações de Sustentabilidade, com significativo impacto social.

6.3 PLANO DE OFERTAS

6.3.1 CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO REGULAR

A educação profissional técnica integrada ao ensino médio, conforme definida no inciso I, do art. 36-B, da Lei de Diretrizes e Bases - LDB, é a educação desenvolvida na forma articulada ao ensino médio. De acordo com o inciso I, do art. 7 da Lei nº. 11.892/2008, essa forma de oferta destina-se aos concluintes do ensino fundamental e ao público da educação de jovens e adultos - EJA.

Cabe ressaltar que as expressões cursos integrados, cursos técnicos integrados ou ensino médio integrado referem-se ao que a LDB denomina de educação profissional técnica de nível médio na forma articulada ao ensino médio. O Parecer CNE/CEB nº. 11/2012 explicita que, no ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, a formação geral do estudante deve se tornar inseparável da formação profissional, que deve focar o trabalho como princípio educativo, objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular.

Em outras palavras, os cursos técnicos integrados se fundamentam na ideia de ensino médio integrado no sentido da formação humana integral, politécnica e multidimensional. Portanto, não se está falando somente de uma integração da matriz curricular entre os componentes da formação básica e da formação técnica. Essa integração é fundamental na medida em que cada componente e cada conteúdo curricular deve ser planejado num todo e não como uma matriz de disciplinas fragmentadas.

O Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio possibilita numa única matrícula reunir os conhecimentos do ensino médio às competências da educação profissional. O Instituto Federal do Amapá, oferece a formação básica do ensino médio de forma integrada à formação profissional. A duração média é de três anos.

Tabela 17: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Laranjal do Jari.

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO REGULAR - PRESENCIAL						
CAMPUS LARANJAL DO JARI						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Técnico em Administração	40	40	40	40	40	200
Técnico em Logística (*Novo)	-	40	40	40	40	160
Técnico em Florestas	40	40	40	40	40	200
Técnico em Serviços Jurídicos (*novo)	-	40	40	40	40	160
Técnico em Meio Ambiente	40	40	40	40	40	200
Técnico em Informática	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	160	240	240	240	240	1140
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 18: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Macapá

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO REGULAR - PRESENCIAL						
CAMPUS MACAPÁ						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Técnico em Alimentos	35	35	40	40	40	190
Técnico em Edificações	40	40	40	40	40	200
Técnico em Estradas	40	40	40	40	40	200
Técnico em Mineração	35	35	40	40	40	190
Técnico em Química	35	35	40	40	40	190
Técnico em Redes de Computadores	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	225	225	240	240	240	1170
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 19: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Porto Grande

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO REGULAR - PRESENCIAL						
CAMPUS PORTO GRANDE						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Técnico em Administração (*novo)	-	40	40	40	40	160
Técnico em Agroecologia	40	40	-	-	-	80
Técnico em Alimentos (*novo)	-	-	-	40	40	80
Técnico em Agronegócio	40	40	40	40	40	80
Técnico em Agropecuária	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	120	160	120	160	160	600
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 20: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Presencial, Campus Santana

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO REGULAR - PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Técnico em Comércio Exterior	35	35	35	35	35	175
Técnico em Marketing	35	35	35	35	35	175
Técnico em Propaganda e Publicidade	35	35	35	35	35	175
Total de Vagas por período	105	105	105	105	105	525
TOTAL GERAL DE VAGAS						

6.3.2 CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), instituído através do DECRETO de Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006 tem como objetivo a escolarização e a formação profissional de jovens e adultos. O programa é destinado para quem concluiu apenas o ensino fundamental e deseja adquirir o Certificado do Curso Técnico em nível médio.

Os cursos de educação profissional de nível médio são integrados ao ensino médio e duram em média três anos letivos. A idade mínima para participar do programa é de 21 anos e não há idade máxima. O Proeja é um programa do Ministério da Educação (MEC), realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e com a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A educação profissional técnica integrada ao ensino médio, conforme definida no inciso I, do art. 36-B, da Lei de Diretrizes e Bases - LDB, é a educação desenvolvida na forma articulada ao ensino médio. De acordo com o inciso I, do art. 7 da Lei nº. 11.892/2008, essa forma de oferta destina-se aos concluintes do ensino fundamental e ao público da educação de jovens e adultos - EJA.

Cabe ressaltar que as expressões cursos integrados, cursos técnicos integrados ou ensino médio integrado referem-se ao que a LDB denomina de educação profissional técnica de nível médio na forma articulada ao ensino médio. O Parecer CNE/CEB nº. 11/2012 explicita que, no ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, a formação geral do estudante deve se tornar inseparável da formação profissional, que deve focar o trabalho como princípio educativo, objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular.

O Proeja foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.

O programa teve inicialmente como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Por meio do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2016, é ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)**.

Tabela 21: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Laranjal do Jari

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA - PRESENCIAL						
CAMPUS LARANJAL DO JARI						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Agronegócio	40	40	40	40	40	200
Técnico em Cooperativismo (*novo)	40	40	40	40	40	200
Técnico em Logística (*Novo)	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	120	120	120	120	120	200
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 22: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Macapá

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA - PRESENCIAL						
CAMPUS MACAPÁ						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Análises Químicas (*novo)	-	-	40	40	40	120
Técnico em Informática (*novo)						160
Técnico em Segurança do Trabalho (*novo)	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	40	80	120	120	120	480
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 23: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Porto Grande

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA - PRESENCIAL						
CAMPUS PORTO GRANDE						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Administração (*novo)	-	40	40	40	40	160
Técnico em Agronegócio	40	-	-	-	-	40
Técnico em Agropecuária (*novo)	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 23: Cursos Técnicos Integrados à Educação de Jovens e Adultos, Presencial, Campus Santana

CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA - PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Administração (*novo)	40	40	40	40	40	200
Técnico em Logística	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
TOTAL GERAL DE VAGAS						

6.3.3 CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES

No âmbito dos **cursos técnicos** , algumas instituições têm cursos subsequentes e concomitantes, para alunos que pretendam obter educação profissional. Concomitante significa coexistente, que acontece ao mesmo tempo, e por isso o curso técnico concomitante permite que o aluno ingresse no curso enquanto está cursando o ensino médio. Por outro lado, o curso técnico subsequente é destinado a alunos que já concluíram o ensino médio.

É oferecido somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. Para o ingresso nesta modalidade, o interessado pode utilizar processo seletivo próprio do IFAP. Após concluído o curso, o estudante receberá diploma de profissionalização em nível técnico.

A tarefa de construção da qualidade educacional é complexa, considerando os diferentes aspectos e as dimensões do processo educativo, destacando-se, entre eles: cultura e contexto em que a instituição está situada; existência de projeto político-pedagógico e de planos de cursos construídos coletivamente e monitorados; uso adequado dos resultados da avaliação externa e interna das práticas educativas; condições físicas, materiais e pedagógicas da escola; criação de instrumentos que possibilitem a participação da comunidade na definição dos rumos da educação; respeito à pluralidade de pensar e aos projetos individuais e coletivos apresentados no ambiente escolar; autonomia, participação e transparência na gestão; investimento em formação e na valorização profissional; autonomia profissional, cooperação profissional, responsabilização coletiva e compreensão de que a construção dos indicadores de qualidade é fruto de acordos e pactos entre os diversos segmentos da comunidade escolar.

Tabela 25: Cursos Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Pólo Amapá

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
PÓLO EM EAD AMAPÁ						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Administração - EAD	35	35	35	35	35	175
Técnico em Secretaria Escolar - EAD	35	35	35	35	35	175
Total de Vagas por período - EAD	70	70	70	70	70	350
TOTAL GERAL DE VAGAS						

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL**CAMPUS LARANJAL DO JARI**

Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Florestas	40	40	40	40	40	200
Técnico em Informática - EAD	40	40	40	40	40	200
Técnico em Informática	40	40	40	40	40	200
Técnico em Meio Ambiente	40	40	40	40	40	200
Técnico em Meio Ambiente - EAD	40	40	40	40	40	200
Técnico em Agronegócio (*Novo).	40	40	40	40	40	200
Técnico em Enfermagem (*Novo).	40	40	40	40	40	200
Técnico em Logística – EAD (*Novo).	40	40	40	40	40	200
Técnico em Serviços Públicos – EAD - (*Novo)	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	360	360	360	360	360	
TOTAL GERAL DE VAGAS						1800

Tabela 27: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Macapá

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS MACAPÁ						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Alimentos	35	35	35	40	40	185
Técnico em Cerâmica	40	40	40	40	40	200
Técnico em Edificações	40	40	40	40	40	200
Técnico em Estradas	40	40	40	40	40	200
Técnico em Geoprocessamento – EAD (*Novo)	40	40	40	40	40	200
Técnico em Informática para Internet – EAD (*Novo)	-	40	40	40	40	160
Técnico em Recursos Naturais – EAD (*Novo)	-	-	-	40	40	80
Técnico em Química	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	235	275	275	320	320	1425
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 28: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EAD DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Administração - EAD	40	-	40	-	40	120
Técnico em Controle Ambiental – EAD (*Novo)	40	40	-	40	-	120
Técnico em Meio Ambiente - EAD	-	-	40	-	40	80
Técnico em Logística – EAD (*Novo)	-	-	-	40	-	40
Técnico em Recursos Humanos – EAD (*Novo)	-	40	-	-	40	80
Técnico em Serviços Públicos - EAD	-	-	40	-	-	40
Total de Vagas por período	80	80	120	80	120	500
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 29: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Porto Grande

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS PORTO GRANDE						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Administração (*novo)	40	40	40	40	-	160
Técnico em Agropecuária	40	40	40	40	40	200
Técnico em Agronegócio EAD	40	40	40	40	40	200
Técnico em Agronegócio – Presencial	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	160	160	160	160	120	760
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 30: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Santana

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Finanças - EAD	40	40	40	40	40	200
Técnico em Informática - EAD	-	40	40	40	40	160
Técnico em Logística	-	-	40	40	40	120
Técnico em Serviços Públicos - EAD	-	40	40	40	40	160
Total de Vagas por período	40	120	160	160	160	640
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 31: Técnicos Subsequente, EaD e Presencial, Campus Avançado Oiapoque

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTE - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS AVANÇADO DO OIAPOQUE						
Cursos	2019.2	2020.2	2021.2	2022.2	2023.2	Total de Vagas
Técnico em Administração (*Novo)	40	-	40	-	40	120
Técnico em Comércio (*Novo)	40	-	40	-	40	120
Técnico em Comércio Exterior	-	-	40	-	-	40
Técnico em Contabilidade	-	-	-	-	-	-
Técnico em Finanças (*Novo)		40	-	40	-	80
Técnico em Logística	40	-	-	40	-	80
Técnico em Recursos Humanos	-	40	-	40	-	80
Técnico em Vendas (*Novo)	-	40	-	-	40	80
Técnico em Turismo	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	160	160	160	160	160	800
TOTAL GERAL DE VAGAS						

6.3.3 CURSOS SUPERIORES

Nos termos da lei que institui os Institutos Federais (Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), somos equiparados às universidades federais. Isto é, somos instituições de ensino superior. O que nos difere é a especialidade na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Neste sentido, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, possuem autonomia para a também ofertar cursos superiores de Tecnólogos, Licenciaturas, Bacharelados e Engenharias.

6.3.3.1 TECNÓLOGOS

É um curso de graduação, que abrange métodos e teorias orientadas a investigações, avaliações e aperfeiçoamentos tecnológicos com foco nas aplicações dos conhecimentos a processos, produtos e serviços. Desenvolve competências profissionais, fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, com vistas ao desempenho profissional responsável, consciente, criativo e crítico. Como todo curso de nível superior, o curso dessa natureza é aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio, ou equivalente, e que tenham sido classificados em processo seletivo. Os graduados nos CST denominam-se tecnólogos e são profissionais de nível superior com formação para a produção e a inovação científico-tecnológica e para a gestão de processos de produção de bens e serviços. Os tecnólogos podem prosseguir os estudos fazendo cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

6.3.3.2 LICENCIATURAS

A licenciatura forma educadores e é o curso ideal para quem quer seguir carreira como professor em escolas de ensino fundamental e médio. Durante o curso, além das disciplinas específicas da matéria, o aluno tem aulas sobre didática e pedagogia, os Institutos Federais, através da sua Lei de Criação, são orientados a reservar no mínimo 20% do total de vagas disponíveis, para cursos na área de formação de professores para a Educação Básica.

6.3.3.3 BACHARELADOS

O bacharelado é uma formação de nível superior que confere grau de bacharel. Com duração média entre 3 e 6 anos, o curso de bacharelado prepara profissionais generalistas com sólidos conhecimentos sobre a base de uma profissão. O bacharelado forma profissionais focados no mercado de trabalho.

Tabela 32: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari

CURSOS SUPERIORES- EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS LARANJAL DO JARI						
Cursos	2019.1	2020.1	2021.1	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Bacharelado em Administração	40	40	40	40	40	200
Bacharelado em Ciência da Computação (*novo)	-	40	40	40	40	160
Bacharelado em Enfermagem (*novo)	-	-	40	40	40	120
Tecnólogos em Gestão Ambiental	40	-	40	-	40	120
Licenciatura em Ciências Biológicas	40	40	40	40	40	200
Licenciatura em Letras (*novo)	-	40	40	40	40	160
Engenharia Florestal (*novo)	-	40	40	40	40	160
Total de Vagas por período	120	200	280	240	280	1.120
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 33: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Macapá

CURSOS SUPERIORES- EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS MACAPÁ						
Cursos	2019.1	2020.1	2021.1	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Tecnologia em Alimentos	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Construções de Edifícios	40	-	-	-	-	40
Tecnologia em Mineração	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Redes de Computadores	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Sistemas para Internet – EAD (*novo)	-	-	40	40	40	120
Licenciatura em Física	40	40	40	40	40	200
Licenciatura em Informática	40	40	40	40	40	200
Licenciatura em Letras/Inglês	40	40	40	40	40	200
Licenciatura em Química	40	40	40	40	40	200
Licenciatura em Matemática	40	40	40	40	40	200
Licenciatura Integrada em Matemática, Ciências e Linguagens (Semi-presencial) (*Novo)	-	-	40	40	40	120
Engenharia Civil (*Novo)	-	35	35	35	35	140
TOTAL DE VAGAS POR PERÍODO	360	395	435	435	435	2.060
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 34: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Porto Grande

CURSOS SUPERIORES- EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS PORTO GRANDE						
Cursos	2019.1	2020.1	2021.1	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Engenharia Agrônômica	40	40	40	40	40	200
Medicina Veterinária	-	40	40	40	40	160
Total de Vagas por período	40	80	80	80	80	360
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 35: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Santana

CURSOS SUPERIORES - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019.1	2020.1	2021.1	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Tecnologia em Comércio Exterior	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Marketing	40	40	40	40	40	200
Tecnologia em Recursos Humanos	-	40	40	40	40	160
Licenciatura em Matemática	-	40	40	40	40	160
Total de Vagas por período	80	120	120	120	120	720
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 36: Técnicos Superiores, EaD e Presencial, Campus Avançado Oiapoque

CURSOS SUPERIORES - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS AVANÇADO DO OIAPOQUE						
Cursos	2019.1	2020.1	2021.1	2022.1	2023.1	Total de Vagas
Tecnologia em Comunicação	-	40	40	40	40	160
Total de Vagas por período	-	40	40	40	40	160
TOTAL GERAL DE VAGAS						

6.4 CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Os Cursos e Programas de Formação Inicial e Continuada de profissionais são ofertados pelos institutos federais e tem por objetivo a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização em todos os níveis de ensino, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica (Art. 3º da Lei 11.892/2008).

Os cursos de Formação Inicial caracterizam-se como o ponto de partida para o ingresso no mercado de trabalho, habilitando o indivíduo à atuação em determinada área do conhecimento. Já a Formação Continuada é compreendida como um processo permanente de aperfeiçoamento e atualização das experiências profissionais adquiridas, onde o trabalhador tem a oportunidade de ampliar suas competências profissionais.

O Projeto Político Pedagógico Institucional elenca como objetivos da Formação Inicial e Continuada, os seguintes:

- Implementar programas de formação inicial e continuada para os trabalhadores do mercado formal e informal;
- Democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica para os segmentos diferenciados da sociedade, em parcerias com empresas, instituições, associações e organizações não governamentais;
- Ofertar cursos para o público de desempregados, micros e pequenos empresários, além daqueles que não tiveram acesso à escolarização em tempo regular;
- Adotar mecanismos de articulação da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores à Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida no Instituto Federal do Amapá;
- Implementar medidas, no âmbito da instituição, que assegurem aos programas de Educação de Jovens e Adultos trabalhadores a qualidade necessária à formação profissional desse segmento da população.

No âmbito do IFAP, as políticas e acompanhamento da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada, estão na incumbência da Pró-Reitoria Extensão.

Tabela 37: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Centro de Referência Pedra Branca do Amapari

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - 160 HS						
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EAD DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Agente de Desenvolvimento Socioambiental	20	20	20	20	20	100
Assistente em Administração – Educação de Jovens e Adultos	20	-	-	20	20	60
Empreendedorismo e Inovação	20	-	20	20	-	60
Gestão Estratégica em Políticas Públicas	-	20	20	-	20	60
Práticas e Técnicas Sustentáveis	-	20	20	-	-	40
Operador de tratamento de resíduos sólidos	20	20	-	20	20	80
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 38: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Santana

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU- PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Área de Comércio Exterior	40	-	40	-	40	80
Área de Informação e Comunicação	-	40	-	40	-	80
Área de Propaganda e Publicidade	-	40	-	40	-	80
Área de Línguas	40	-	40	-	40	80
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 39: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Polo Amapá

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - 160 HS						
PÓLO EM EAD DO MUNICÍPIO DO AMAPÁ						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Auxiliar Administrativo	40	40	40	40	40	200
Inglês Instrumental	40	40	40	40	40	200
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 40: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Laranjal do Jari

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - 160 HS						
CAMPUS LARANJAL DO JARI						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Normatização de Trabalhos Acadêmicos	40	40	40	40	40	200
Educação Ambiental	40	40	40	40	40	200
Exame Nacional do Ensino Médio - Preparatório	80	80	80	80	80	400
Horticultura	30	30	30	30	30	150
Instrumentos Musicais	-	40	40	40	40	200
LIBRAS	40	40	40	40	40	200
Estatística no Programa R	20	-	20	-	20	60
Paisagismo	30	30	30	30	30	150
Práticas de Ciências para Ensino de 6º ao 9º num espaço sem laboratórios.	30	30	30	30	30	150
Reciclagem	30	30	30	30	30	150
Xadrez Básico	20	20	20	20	20	100
Técnicas de Laboratórios de Biologia	30	30	30	30	30	150
Técnicas de Laboratórios de Química	30	30	30	30	30	150
Total de Vagas por período	420	420	460	440	460	2260
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 41: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Macapá

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - 160 HS						
CAMPUS MACAPÁ						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Área de Química e Alimentos	-	40	40	40	-	120
Auxiliar Administrativo – Educação de Jovens e Adultos	40	40	40	40	40	200
Ciências Exatas	40	40	-	40	40	160
Espanhol Básico - EAD	40	-	40	-	40	120
Francês Básico - EAD	40	-	40	-	40	120
Informática Básica - EAD	40	40	40	40	40	200
Libras - EAD	40	40	40	40	-	160
Sustentabilidade	-	40	40	40	40	160
Total de Vagas por período	120	120	120	120	120	1.240
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 42: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Porto Grande

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - 160 HS						
CAMPUS PORTO GRANDE						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Agricultura Agroflorestal	40	-	-	40	-	80
Agricultura Orgânica	-	40	-	-	40	80
Apicultura	-	40	-	-	40	80
Auxiliar Administrativo – Educação de Jovens e Adultos	-	-	40	-	-	80
Cultivação e Beneficiação da Mandioca	-	-	40	-	-	80
Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	40	-	-	40	-	80
Total de Vagas por período	80	80	80	80	80	400
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 43: Cursos de Formação Inicial e Continuada, Campus Avançado Oiapoque

CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - 160 HS						
CAMPUS AVANÇADO DO OIAPOQUE						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Departamento de Pessoal	30	30	30	30	30	150
Direito do Consumidor	-	25	25	25	25	100
Educação Financeira	-	20	20	20	20	80
Empreendedorismo - EJA	40	40	40	40	40	200
Francês Básico	-	25	-	25	-	50
Francês Intermediário	-	25	-	25	-	50
Gestão Financeira	20	20	20	20	20	100
Informática Básica	-	30	30	30	30	120
Inglês Básico	25	25	25	25	25	125
Inglês Intermediário	25	25	25	25	25	125
Leitura e Produção de Textos Científicos	30	30	30	30	30	150
LIBRAS Básico	25	-	-	-	-	25
LIBRAS Intermediário	25	-	-	-	-	25
LIBRAS Avançado	-	25	-	-	-	25
Marketing Internacional	30	30	30	30	30	150
Matemática	-	25	-	25	25	75
Redação para o ENEM	30	30	30	30	30	150
Total de Vagas por período	280	405	305	380	330	1700
TOTAL GERAL DE VAGAS						

6.5. PÓS-GRADUAÇÃO

6.5.1 LATO SENSU

De acordo com a Resolução de nº 1 de 06 de abril de 2018 do Conselho Nacional de Educação, os cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização são programas de nível superior, de educação continuada, com os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país.

Os cursos de especialização são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação, que atendam às exigências das instituições ofertantes. Estes cursos de especialização poderão ser oferecidos presencialmente ou a distância, observadas a legislação, as normas e as demais condições aplicáveis à oferta, à avaliação e à regulação de cada modalidade, desde de que previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional de cada IES.

Poderão ser incluídos na categoria de curso de pós-graduação lato sensu aqueles cuja oferta se ajuste aos termos desta Resolução, mediante declaração de equivalência pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

De acordo com a Lei que cria os Institutos Federais, somos equiparados às Universidades na oferta de cursos superiores, o que nos respalda legalmente para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu. No âmbito do IFAP, as políticas e acompanhamento da oferta de cursos de Pós-Graduação, estão na incumbência da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

Tabela 44: Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Laranjal do Jari

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS LARANJAL DO JARI						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Agro extrativismo Sustentável e Desenvolvimento Rural	30		30		30	90
Logística				30	30	60
BIOTECNOLOGIA		30		30		60
Formação Pedagógica para Docência na Educação EBPT		30		30		60
Novas Tecnologias na Educação TIC's			30		30	60
Total de Vagas por período	30	60	60	90	90	340
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 45: Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Macapá

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS MACAPÁ						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Área de Alimentos	-	-	40	40	40	120
Área de Geociências - EAD	-	40	-	-	-	40
Área de Letras	-	-	-	-	40	40
Ciência dos Materiais	-	35	35	35	-	105
Ensino da Física e Matemática	-	-	40	40	-	80
Ensino da Química	40	40	-	40	-	80
Gestão da Educação a Distância - EAD	-	40	-	-	-	80
Informática na Educação	40	-	40	-	40	120
Total de Vagas por período	80	155	155	155	120	665
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 46: Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Porto Grande

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS PORTO GRANDE						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Área de Agronomia	-	-	-	-	40	40
Total de Vagas por período	-	-	-	-	40	40
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 47: Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Santana

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - EAD E PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
Gestão de Recursos Humanos	-	30	30	30	30	120
Comércio Exterior - EAD	-	-	-	30	30	60
Total de Vagas por período	-	30	30	60	60	180
TOTAL GERAL DE VAGAS						

Tabela 48: Pós-Graduação Lato Sensu, EaD e Presencial, Campus Santana

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU- PRESENCIAL						
CAMPUS SANTANA						
Cursos	2019	2020	2021	2022	2023	Total de Vagas
ProfEPT. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Mestrado	16	16	16	16	16	80
Total de Vagas por período	16	16	16	16	16	80
TOTAL GERAL DE VAGAS						

6.5.2 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

As pós-graduações stricto sensu compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos (art. 44, III, Lei nº 9.394/1996.).

Ao final do curso o aluno obterá diploma.

Os cursos de pós-graduação stricto sensu são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação - Resolução CNE/CES nº 1/2001, alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002. De acordo com a Resolução de nº 7 de 11 de dezembro de 2017 do Conselho Nacional de Educação, constituem programas institucionais de pós-graduação stricto sensu os cursos de mestrado e doutorado regulares, pertencentes ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), submetidos à deliberação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e homologados pelo Ministro da Educação.

- 1º Os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade.
- 2º Os cursos de mestrado e doutorado se diferenciam pela duração, complexidade, aprofundamento e natureza do

trabalho de conclusão.

- 3º A conclusão em cursos de mestrado não constitui condição necessária ao ingresso em cursos de doutorado.
- 4º É admitido o uso de língua estrangeira nas atividades dos cursos de mestrado e doutorado, incluindo trabalhos, dissertações e teses.

No âmbito do IFAP, as políticas e acompanhamento da oferta de cursos de Pós-Graduação, estão na incumbência da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

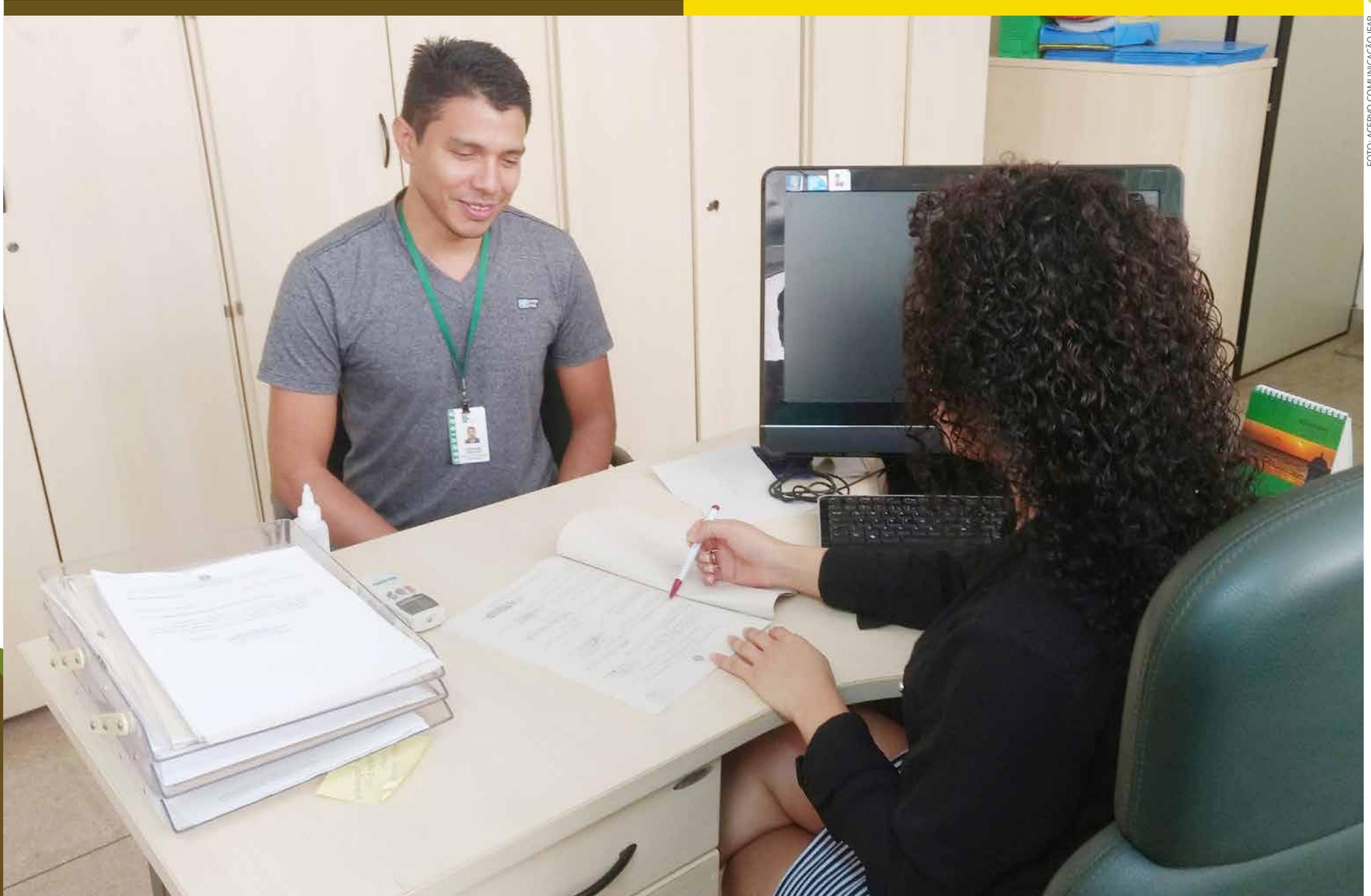
6.6 ACOMPANHAMENTO DA OFERTA DE VAGAS

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional, em consonância com as Pró-Reitorias de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, é responsável pelo acompanhamento o cumprimento do plano de ofertas de vagas pelas unidades, com o intuito de atender as exigências legais, e garantir ao ingresso, a possibilidade do acesso, permanência e êxito da Instituição.

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional em articulação com os setores de atividades meio da Instituição, visando o melhor cumprimento e acompanhamento das atividades, políticas de desenvolvimento e projetos estratégicos do IFAP, também atuarão no sentido de garantir infraestrutura e pessoal para êxito das ofertas apresentadas neste plano com vistas a elevação da escolaridade da população, o desenvolvimento regional e uma formação cidadã crítica e reflexiva. ■

CAPÍTULO 7

PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS



7. PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

A política de Gestão de Pessoas está pautada na formação de um ambiente que possibilite a valorização do servidor por meio da qualificação e capacitação profissionais ofertadas aos servidores de todas as unidades do IFAP. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) tem por competência a prestação de serviços em matéria envolvendo pessoal e assuntos correlatos, como:

Analisar e emitir parecer em processos de solicitações dos servidores, com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos (Lei nº 8.112/90), legislação de carreiras, resoluções, instruções normativas, orientações normativas, resoluções, entre outros; efetuar estudos sobre legislação de pessoal/carreiras; zelar pelo cumprimento e observância das normas referentes a direitos e deveres dos servidores;

Assessorar a Procuradoria Jurídica quanto a procedimentos judiciais relacionados a pessoal; propor alterações das normas internas relacionadas a pessoal;

Planejar, coordenar, dirigir, acompanhar e avaliar as atividades de controle de cargos, lotação, pagamento e registro funcional dos servidores do IFAP, em articulação permanente com o Sistema de Pessoal da Administração Federal (SIAPE).

Coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas a cadastro, aposentadoria, pensão dos servidores, lotação, remoção, atualização de registros cadastrais e de pessoal;

Executar no sistema SIAPE processos de provimento e vacância de cargos, redistribuição, cessão, exercício provisório, colaboração técnica, licenças, afastamentos, dentre outros;

Manter atualizado o registro dos servidores nas fichas cadastrais;

Demonstrar os cargos existentes no quadro de pessoal permanente e temporário;

Elaborar e controlar o cronograma de férias dos servidores; alimentar os Sistemas SIAPE, SISAC, SICAJ, E-Pessoal, SIGAC, SUAP, etc;

Coordenar, controlar e acompanhar a vida funcional dos servidores, no que se refere a afastamentos, férias, licenças entre outros; apresentar relatórios gerenciais de suas atividades;

Analisar, implementar e acompanhar as concessões de progressão por capacitação, por mérito profissional, incentivo à qualificação, retribuição por titulação, progressão por avaliação e aceleração da promoção;

Analisar e executar os processos relativos à licença para capacitação e os afastamentos para capacitação dos servidores do IFAP; Estabelecer canais de comunicação e de articulação com a Comissão Interna de Supervisão de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação visando à troca de informações acerca do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos do IFAP e às atividades de capacitação, de modo a preservar a correlação entre o exercício do cargo e as ações de capacitação de interesse do servidor para fins de licença, afastamento e solicitação de progressão;

Analisar e executar os processos relativos à avaliação de estágio probatório e concessão de estabilidade aos servidores do IFAP; Estabelecer canais de comunicação e de articulação com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), visando à troca de informações acerca do Plano de Carreira dos Cargos Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFAP e às atividades de capacitação, de modo a preservar a correlação entre o exercício do cargo e as ações de capacitação de interesse do servidor, para fins de licença, afastamento e solicitação de progressão por avaliação;

Coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas à folha de pagamento; coordenar, supervisionar, controlar e executar atividades relativas à aposentadoria e pensão;

manter atualizados registros financeiros de pessoal no sistema SIAPE;

prestar informações aos servidores sobre os procedimentos adotados para os cálculos de pagamento de diferenças das diversas gratificações e adicionais;

processar a folha de pagamento, incluindo benefícios como: auxílio transporte, auxílio alimentação, assistência pré-escolar, ressarcimento a assistência à saúde, progressão, férias funcional, aposentadoria e pensão;

implementar concessão de adicionais de insalubridade, periculosidade, noturno, serviços extraordinários, quintos, décimos, indenizações, gratificações; executar as atividades relativas aos processos de exercício anterior;

Prestar assessoramento para a execução de concursos públicos e processos seletivos para a admissão de pessoal para o quadro permanente e temporário do IFAP, como o levantamento da força de trabalho, análise do banco de professor equivalente e do quadro de referência TAE, análise dos requisitos de ingressos nas carreiras que compõem o quadro de pessoal.

A PROGEP tem por objetivo desenvolver políticas de qualificação e capacitação profissionais a fim de alcançar os servidores de todas as unidades do IFAP, utilizando-se da possibilidade de concessão de afastamentos, licenças, bolsas-auxílio, cursos in company ou ainda de capacitações externas de forma a subsidiar e promover maior nível de capacitação e qualificação do corpo técnico e docente. De modo geral, as ações da PROGEP estão pautadas na promoção de qualificação do servidor, da qualidade de vida e melhorias no ambiente de trabalho, com o intuito de aprimorar as

relações institucionais e com isso promover condições favoráveis à fixação de servidores nas mais diversas unidades.

A estrutura da Pró-Reitoria é composta por uma Direção de Seleção, Ingresso e Carreira (DISIC), um Departamento de Administração de Pessoas (DEAPS), três Coordenações, sendo estas: Coordenação Cadastro de Pessoal (COCAP), Coordenação de Pagamento de Pessoal (COPAP), Coordenação de Acompanhamento de Carreira (COAC) e Seção de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (SASQT), que são responsáveis pelos processos de admissão de servidores, administração de pessoal, desenvolvimento, qualificação, capacitação, atenção à saúde, qualidade de vida, aposentadoria e pensões, carreira e ainda as mais diversas atividades relacionadas às carreiras de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e Técnico-Administrativos em Educação.

A PROGEP busca desenvolver ações ligadas à qualidade de vida do servidor, para isso ofertou no ano de 2018 exames periódicos, com o intuito de incentivar o cuidado com a saúde e a própria promoção de acesso a vários exames sem custos para os servidores.

Dentro das ações da Seção de Saúde e Qualidade de Vida, temos ainda a implementação da Unidade SIASS/IFAP no Campus Santana, a qual fará atendimento aos servidores do Ifap e dos demais órgãos que vieram a firmar convênios. Tal estrutura contará com uma equipe multiprofissional formada por servidores de carreira TAE, como Médico, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Assistente Social, Psicólogo, Psiquiatra e Odontólogo.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas tem ainda como foco a integração dos servidores lotados nas unidades mais distantes da Reitoria, para isso prioriza em seu planejamento as visitas aos Campi, tanto nas Reitorias Itinerantes quanto em outras atividades de rotina promovidas pela PROGEP.

7.1 COMPOSIÇÃO

A Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU), definiu o modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais, sendo previsto para o IFAP 380 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 423 Técnico-Administrativos em Educação, dos quais 168 são de cargos de nível superior classe E, 201 cargos de nível intermediário classe D e 41 cargos de nível auxiliar classe C.

Atualmente o IFAP possui um quadro composto por 643 servidores efetivos e professores substitutos distribuídos em suas sete unidades, quais sejam: Campus Avançado Oiapoque, Campus Macapá, Campus Porto Grande, Campus Laranjal do Jari, Centro de Referência EaD Pedra Branca do Amapari, Campus Santana e ainda a Reitoria. Esse total é

proveniente da realização de admissão através de concursos públicos para os cargos efetivos e de processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos.

7.1.1 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O perfil do corpo docente do IFAP é composto conforme tabelas abaixo:

Tabela 48: Perfil do Corpo Docente por Regime de Trabalho

PERFIL DO CORPO DOCENTE POR REGIME DE TRABALHO		
REGIME DE TRABALHO	QTD	PERCENTUAL
20h	03	1%
40h	08	3%
DE	272	96%
TOTAL	283	100%

Tabela 49: Formação do Corpo Docente

FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE		
TITULAÇÃO	QTD	PERCENTUAL
GRADUAÇÃO	11	4%
APERFEIÇOAMENTO	2	1%
ESPECIALIZAÇÃO	103	36%
MESTRADO	157	55%
DOCTORADO	10	4%
TOTAL	283	100%

7.1.2 PERFIL DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

O perfil dos técnico-administrativos do IFAP é composto conforme tabelas abaixo:

Tabela 50: Perfil dos Técnicos-Administrativos

PERFIL DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS		
CARGO	QTD	PERCENTUAL
CARGOS DE NÍVEL C	39	12%
CARGOS DE NÍVEL D	157	48%
CARGOS DE NÍVEL E	128	40%
TOTAL	324	100%

Tabela 51: Formação dos Técnicos Administrativos

FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS		
TITULAÇÃO	QTD	PERCENTUAL
ENSINO MÉDIO OU TÉCNICO	65	20%
ENSINO FUNDAMENTAL	04	1%
GRADUAÇÃO	58	18%
ESPECIALIZAÇÃO	163	50%
MESTRADO	33	10%
DOCTORADO	1	1%
TOTAL	324	100%

7.2 PLANO DE CARREIRA DOCENTE

Os servidores docentes do IFAP possuem um Plano de Carreira definido na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, sendo estruturada em cinco classes: D I, D II, D III, D IV e Titular.

A progressão funcional por desempenho acadêmico é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, respeitado o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e mediante aprovação em avaliação de desempenho individual.

A promoção por desempenho acadêmico é a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente respeitado o interstício de 24 (vinte e quatro) meses e mediante aprovação em avaliação de desempenho individual.

As progressões e promoções docentes estão regulamentadas internamente no IFAP pela Resolução nº 16/2014/CONSUP. Serão requeridas por meio de formulário próprio, com ficha de avaliação, contendo ainda certificados, declarações, certidões e documentos comprobatórios das atividades do docente (originais e cópias) para que ocorra a instrução do processo que será avaliado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD – que emitirá parecer em até 60 (sessenta) dias.

Aceleração da promoção: os docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo, que atenderem os requisitos de titulação, farão jus ao processo de aceleração da promoção. A Aceleração da Promoção também é regulamentada internamente pela Resolução nº 16/2014/CONSUP, deverá ser requerida por formulário próprio e conter original e cópia do diploma da pós-graduação concluída, o processo de aceleração será avaliado pela CPPD em até 60 (sessenta) dias.

Tabela 52: Aceleração da Promoção Docente

ACELERAÇÃO DA PROMOÇÃO DOCENTE		
CLASSE ATÉ A SOLICITAÇÃO	CLASSE APÓS ACELERAÇÃO	TÍTULO
D I (qualquer nível)	D II 01	Especialista
D I e D II (qualquer nível)	D III 01	Mestre ou Doutor

7.3 PLANO DE CARREIRA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Os servidores técnico-administrativos do IFAP possuem plano de carreira definido na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. A carreira TAE está estruturada em cinco níveis de classificação – A, B, C, D e E, classificados de acordo com requisitos de escolaridade, níveis de responsabilidade, conhecimentos, experiência e atribuições específicas. O quadro funcional do Instituto Federal do Amapá é composto por servidores de níveis C, D e E.

O desenvolvimento na carreira ocorre pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento, por meio de progressão por capacitação profissional e progressão por mérito profissional, respeitado o interstício de 18 meses em cada progressão, as quais podem ser definidas da seguinte forma:

Progressão por mérito profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

A progressão por capacitação profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção, pelo servidor, de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses, sendo que cada certificado terá no mínimo 20 (vinte) horas.

Tabela 53: Carga Horária necessária para cada progressão

CARGA HORÁRIA NECESSÁRIA PARA CADA PROGRESSÃO		
CLASSE C	CLASSE D	CLASSE E
Nível I (exigência mínima do cargo)	Nível I (exigência mínima do cargo)	Nível I (exigência mínima do cargo)
Nível II (60 horas)	Nível II (90 horas)	Nível II (120 horas)
Nível III (90 horas)	Nível III (120 horas)	Nível III (150 horas)
Nível IV (120 horas)	Nível IV (150 horas)	Nível IV (180 horas)

Dentre os benefícios da carreira TAE está a concessão de incentivo à qualificação, quando da obtenção de titulação de educação formal superior a exigida pelo cargo de ingresso, com acréscimo de percentual sobre a remuneração do servidor na forma definida pelo Anexo IV da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005:

Tabela 54: Nível de Escolaridade Formal Superior ao Previsto para o Exercício do Cargo

NÍVEL DE ESCOLARIDADE FORMAL SUPERIOR AO PREVISTO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO (Curso Reconhecido pelo MEC)	ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO DIRETA	ÁREA DE CONHECIMENTO COM RELAÇÃO INDIRETA
Ensino Fundamental Completo	10%	-
Ensino Médio Completo	15%	-
Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio com Curso Técnico Completo	20%	10%
Curso de Graduação Completo	25%	15%
Especialização com carga horária igual ou superior a 360H	30%	20%
Mestrado	52%	35%
Doutorado	75%	50%

7.4 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA DOCENTES, TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E PROFESSOR SUBSTITUTO

A seleção dos candidatos para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre a partir da publicação de edital de concurso público para as áreas de ensino conforme a demanda dos cursos ofertados pelo IFAP, considerando ainda as possíveis vacâncias que possam surgir. O concurso público será composto de três etapas, sendo a primeira por prova escrita de conhecimentos específicos, a segunda por prova de desempenho didático e a última por prova de títulos.

A prova de conhecimentos específicos consiste na elaboração de uma redação, cujo tema será sorteado (conforme definido em edital), considerando a área de atuação objeto da seleção. A prova de desempenho didático consiste na avaliação dos candidatos quanto à atuação pedagógica em sala de aula. Quanto à terceira fase da

seleção, a prova de títulos tem por objetivo pontuar a experiência profissional do professor, bem como valorizar a sua formação acadêmica. Após a homologação do concurso, com a respectiva publicação no DOU, as nomeações ocorrerão conforme a lista de classificados e ainda considerando as possíveis reservas de vagas para cotas, bem como os limites estabelecidos no modelo de referência da Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016.

Os Técnico-Administrativos em Educação serão selecionados por meio de concurso público de prova objetiva. Os requisitos de escolaridade e a experiência profissional de cada cargo estão previstos na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Quanto aos critérios eliminatórios e classificatórios, restrições e possíveis definições relacionadas aos cargos, serão definidos no edital do certame.

As provas objetivas são compostas por um conjunto de questões de Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico, Informática, Legislação e Conhecimentos Específicos selecionados de acordo com conhecimentos necessários para desempenhar as atribuições de cada cargo. Após a homologação do concurso, as nomeações serão realizadas conforme a disponibilidade de vagas seguindo a ordem de classificação do concurso e levando em consideração as demandas das unidades do IFAP, bem como os limites estabelecidos no modelo de referência da Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016.

A contratação de professor substituto está prevista na Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993 e pode ocorrer para suprir a ausência de professor efetivo em razão de: vacância do cargo, afastamento ou licença, de acordo com o Art. 14 do Decreto no 7.485, de 18 de maio de 2011, ou nomeação para ocupar cargo de Reitor, Pró-Reitor e Diretor de Campus. O número total de contratação de professor substituto não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do número de professores efetivos em exercício na instituição. O regime de trabalho do professor substituto fica limitado a 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais. O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União.

7.5 PLANO DE EXPANSÃO DO QUADRO DOCENTE E DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Com base na totalidade dos cargos vagos disponíveis, no modelo de dimensionamento dos Institutos Federais, estabelecido pela Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016, publicada em 11 de maio de 2016, no Banco de Professor Equivalente, instituído pelo Decreto no 7.312, de 22 de setembro de 2010 e com alterações promovidas pela Portaria Conjunta MPDG e MEC no 405, de 14 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2016, e ainda o Quadro de Referência dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pelo Decreto no 7.311, de 22 de setembro de 2010, para admissão de docentes e técnicos administrativos, projeta-se a execução de:

Tabela 54: Plano de Expansão do Quadro Docente e Técnico-Administrativos

ADMISSÃO DE SERVIDORES	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
DOCENTE	33	19	21	14	10	97
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	47	13	17	14	8	99

Com relação ao preenchimento de cargos Técnico-Administrativos, previstos a partir de 2019, está condicionado à liberação de códigos de vaga pela SETEC/MEC e atualização do Decreto no 7.311, de 22 de setembro de 2010. Já o preenchimento dos docentes está condicionado ao alcance da Relação Alunos Professores - RAP, início de novos cursos e, a partir de 2020, disponibilidade de códigos pela SETEC/MEC.

7.6 PLANO DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

O desenvolvimento dos servidores, no âmbito do IFAP está dividido em duas ações, que são basicamente capacitação de curta duração e qualificação. A coordenação e organização dessas ações está atribuída à Diretoria de Seleção, Ingresso e Carreira (DISIC), vinculada a esta Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. No que concerne especificamente à qualificação, conta-se ainda com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESQ), que possui atuação nas seleções de doutorado e mestrado, além dos convênios firmados junto a instituições que ofertam vagas em nível Pós-Graduação Stricto Sensu.

Tanto a capacitação quanto a qualificação estão pautadas no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, o qual institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal, autárquica e fundacional e regulamenta os artigos 87 e 102, incisos IV e VII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Internamente a política de capacitação dos servidores foi regulamentada pela Resolução nº 29/2017/CONSUP, de 13 de março de 2017, a qual tem por objetivo promover e facilitar a capacitação e qualificação dos servidores do IFAP, contribuindo para aprimorar os conhecimentos, habilidades e o próprio desempenho pessoal e profissional do servidor em atuação nas mais diversas unidades e ainda considerando as atividades exercidas pelo servidor.

Tendo como base as disposições da Resolução nº 29/2017/CONSUP, a PROGEP tem elaborado suas ações considerando a necessidade de promover e incentivar a qualificação e capacitação dos servidores, para isso tem desenvolvido as seguintes ações:

- Plano anual de capacitação;
- Contratação de empresas para promoverem cursos de capacitação in company;
- Análise e viabilidade dos pedidos de capacitação externa formalizados pelos servidores;
- Divulgação e indicação de cursos EaD que possam atender os servidores;
- Ampliação da oferta dos cursos in company para alcançar o maior número de servidores, incluindo os que estão lotados nas unidades mais distantes, com redução dos custos de deslocamento para outros estados;
- Concessão de afastamento parcial e total para participação em curso de pós-graduação na modalidade stricto sensu;
- Licença Capacitação;
- Parcerias e convênios para oferta de cursos de mestrado e doutorados interinstitucionais.

Os recursos de capacitação estão centralizados na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, na busca por um gerenciamento desse recurso de forma que seja possível capacitar o maior número de servidores de forma mais econômica, primando essencialmente pela capacitação e qualificação de qualidade e com eficácia.



FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP

7.7 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO IFAP

A Seção de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (SASQVT) foi instituída em 2018, quando da reestruturação da então Diretoria de Gestão de Pessoas que passou a ser uma Pró-Reitoria. Atualmente a Seção de Saúde e Qualidade de Vida tem um supervisor e está em fase de formação da equipe multiprofissional, a qual contará com Médico, Enfermeiro, Técnico em enfermagem, Engenheiro de segurança do trabalho, Assistente social, Psicólogo, Psiquiatra, Odontólogo, entre outros profissionais, cuja atuação se dará na unidade SIASS/FUNASA, localizada no Campus Santana, ainda em fase de implantação final.

Uma das ações em fase de desenvolvimento é a realização neste ano de exames periódicos, além de eventos para os servidores.

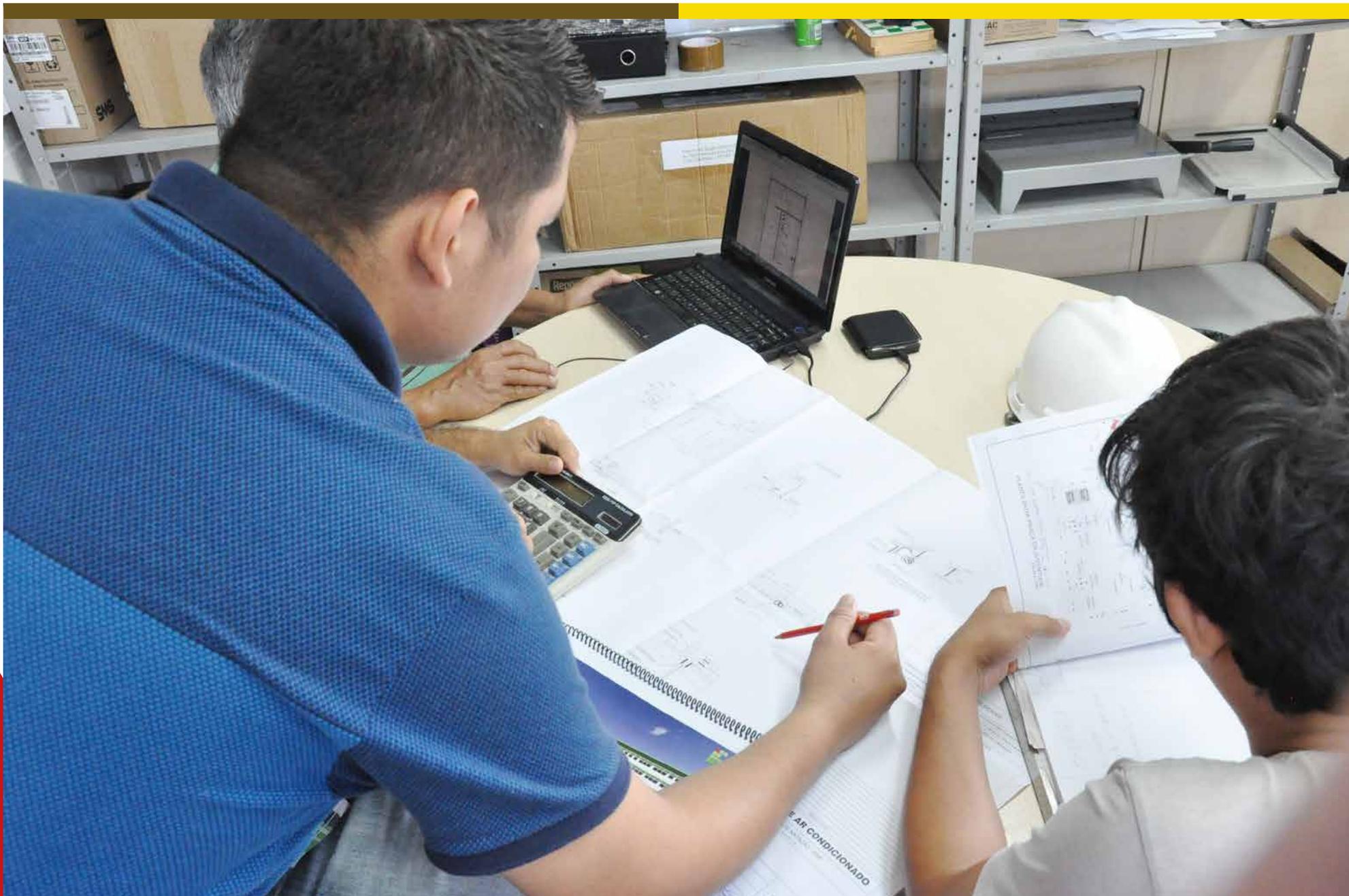
7.8 AÇÕES EXECUTADAS COM BASE NO PDI 2014 - 2018

- Realização de Concursos Públicos para contratação de docentes e técnico-administrativos, bem como de processos seletivos para contratação de professores substitutos;
- Aumento da força de trabalho do IFAP, promovendo cerca de 300 admissões de servidores efetivos;
- Realização de cursos de capacitação in company, capacitações externas e EaD;
- Implantação e estruturação da Seção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho;
- Implantação da Unidade SIASS;
- Concessão de afastamento para participação de servidores em programas de doutorados e mestrados, por meio de editais de afastamento que beneficiaram técnicos e docentes;
- Concessão de bolsa-auxílio pós-graduação em dois editais que contemplaram servidores com o referido auxílio;
- Contratação de estagiários para auxiliar as unidades administrativas da Reitoria, do Campus Macapá e do Campus Laranjal do Jari;
- Processos de remoção interna para adequação da força de trabalho nas unidades do IFAP ■

CAPÍTULO 8

PLANO DE INFRAESTRUTURA





8. PLANO DE INFRAESTRUTURA

O Instituto Federal do Amapá - IFAP, nos últimos anos, vem se estruturando gradativamente na área de planejamento e gestão, de modo a criar uma cultura administrativa que se antecipe às oportunidades conjunturais. Destarte, a construção da sede da reitoria, com área estimada em 3.654 m² (três mil seiscentos e cinquenta e quatro metros quadrados), que atenderá a comunidade interna e externa, que darão suporte às pró-reitorias, diretorias sistêmicas, ao gabinete da reitoria, assessorias e departamentos. Bem como, as ações de planejamento das aquisições para os campi: Laranjal do Jarí, Macapá, Porto Grande, Santana, Oiapoque e do Centro de Referência de Pedra Branca, como apresentados nas planilhas abaixo. A construção destes empreendimentos, dependerá dos esforços políticos e econômicos para efetivar as ações.

8.1 EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA REITORIA E UNIDADES DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO	QTD DE M ² A SEREM CONSTRUÍDOS
TOTAL DE M ² DO PISO TÉRREO	1.338
TOTAL DE M ² DO 1º PISO	712
TOTAL DE M ² DO 2º PISO	774
TOTAL DE M ² DO 3º PISO	830
TOTAL DE M² DO PRÉDIO DA REITORIA	3.654

Valor Total estimado para a construção do prédio da Reitoria: R\$ 17.000.000,00

PISO TÉRREO

Recepção e Hall de Entrada	>> Setor Redes e Infraestrutura
Auditório com camarim, banheiros, depósito, rampas de acesso)	>> Gerência de Redes/Datacenter
02 salas de Reuniões para videoconferência	>> Assistentes de Redes e Infraestrutura
Sala Multiuso (Mini Auditório)	>> Governança em TI
Copa	>> Atendimento ao Usuário
Banheiro Masculino	Almoxarifado
Banheiro Feminino	Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado
Área de Lavagem	Serviços Gerais
Área de Convivência	Coordenação de Transporte
Diretoria de Tecnologia da Informação	Protocolo Geral
>> Sistema de Informação	Elevadores
>> Sistema Acadêmico	Acesso à Escadas
>> Sistema Administrativo	Área Técnica
>> Assistentes da TI	Espaço de Circulação
TOTAL DE M² DO PISO TÉRREO: 1.338	

1º PISO**Pró-Reitoria de Extensão**

>> Sala do Pró-Reitor de Administração

>> Sala do Pró-Reitor de Extensão

>> Sala de Reuniões

>> Sala de Reuniões

>> Diretoria Executiva de Planejamento e Gestão

>> Diretoria de Extensão

>> Departamento de Planejamento de Compras e Contratações

>> Coordenação de Estágio e Egressos

>> Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças

>> Coordenação de Ações Empreendedoras

>> Departamento de Licitações e Contratos

>> Setor de Inovação Tecnológica

>> Coordenação de Adm. e Logística

>> Setor de Ações Inclusivas

>> Departamento de Planejamento

>> Setor de Relações Internacionais

>> Coordenação Orçamentária e Financeira

>> Coordenação da Escola de Conselhos

>> Coordenação de Projetos e Orçamentos

>> Coordenação do Centro de Estudos de Línguas

>> Coordenação de Fiscalização

>> Coordenação do Plano de Cultura

>> Coordenação de Manutenção e Serviços

Pró-Reitoria de Administração**Espaço de Circulação**

>> Sala do Pró-Reitor de Administração

TOTAL DE M² 1º PISO: 712

2º PISO

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Coordenação de Ensino Superior

Sala do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Coordenação de Políticas Educacionais

>> Diretoria Administrativa de Pessoal

Diretoria de Cursos Superiores

>> Coordenação de Acompanhamento de Carreira

Coordenação de Políticas Educacionais

>> Coordenação de Pagamento de Pessoal

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

>> Coordenação de Cadastro de Pessoal

Sala do Pró-Reitor de Pesquisa

>> Seção de Legislação de Gerenciamento de Normas e Procedimentos Judiciais

Sala de Reunião

Pró-Reitoria de Ensino

Diretoria de Pesquisa e Inovação

Sala do Pró-Reitor de Ensino

Coordenação de Pós-Graduação

Sala de Reunião

Coordenação de Pesquisa e Inovação

Diretoria de Ensino Técnico

Coordenação de Apoio à Pesquisa e Pós-Graduação

Diretoria de Cursos Superiores

Espaço de Circulação

TOTAL DE M² 2º PISO: 774

3º PISO

Sala de Reunião do Conselho Superior e Colégio de Dirigentes	Procuradoria Jurídica
Reitoria	>>Sala do Procurador Federal
>>Sala do Reitor + Sala de Visita + WC	>>Assistente
>>Sala Chefia de Gabinete	Auditoria Interna
>>Área do Gabinete	>>Sala da Auditoria
>>Departamentos de Expedientes	>>Assistentes
>>Assessorias Especiais	Comissão de Processo Administrativo e Comissão de Ética
Departamento de Informação e Comunicação	>>Sala de Reunião da Comissão
>>Setor de Programação Visual	Comissão CPPD
>>Setor de Organização de Eventos	>>Sala de Reunião da Comissão
>>Setor de Mídias Virtuais	Comissão de Concursos e Processos Seletivos
>>Setor de Imprensa e Publicações	>> Sala de Reunião da Comissão
Editora do IFAP (Propesq)	Diretoria Sistêmica de Educação a Distância
>>Sala do Diretor	>>Sala do Diretor de EaD
>.Setor de Programação Visual	>>Coordenação de Apoio ao Centro de Referência
>>Setor de Revisão de Textos	>>Setor de Apoio Pedagógico
>>Sala de Reuniões	>>Setor de Suporte de Tecnologia da Informação

3º PISO

>>Setor de Apoio à Produção de Material Didático	Diretoria Sistêmica de Engenharia
Diretoria Sistêmica de Desenvolvimento Institucional	>>Sala do Diretor de Engenharia
>>Sala do Diretor de Desenvolvimento Institucional	>>Setor de Arquitetura
>>Setor de Planejamento Institucional	Setor de e-Sic
>>Coordenação de Avaliação Institucional	>Ouvidoria
>>Coordenação do Observatório do Mundo do Trabalho	Espaço de Circulação
>>Setor de Apoio às Coordenações	

TOTAL DE M² 3º PISO: 830*Planta da Obra em anexo*



Quadro 23. Infraestrutura de Obras Campus Laranjal do Jari

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	EXECUÇÃO ESTIMADA	QTD DE M ² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Bloco de Ensino II	Construção de 12 novas salas de aula com 64 m ² cada, em dois andares, a fim de possibilitar a expansão de oferta de vagas nos cursos implantados e nos que serão implantados, incrementando o ensino, a pesquisa e a extensão.	0	768	0	0	ON 4.990.000	0	0
Bloco Administrativo II	Duplicação do novo bloco de ensino em dois andares	0	400	0	0	ON 2.500.000	0	0
Auditório/Museu/Passarela	Para comportar 260 pessoas com salas de exposição e museu	2.205.144,44	709,30	ON	ON 1.000.000	ON 800.000	0	0
Sala da TI/Monitoramento/ Garagem e Almojarifado	Para abrigar a frota de veículos/ guarda de materiais do Campus	653.173,64	156,87	ON	ON	0	0	0
Convivência/ Refeitório	Proporcionar a convivência entre pessoas no Campus e possibilitar fazer refeições	0	400		0	ON 500.000	0	0
Serviços de Terraplenagem	Em todo o terreno do Campus	0	800	ON 3.000.000	0	0	0	0
Reforma Geral e Adaptações com rbanização, stationamento e passarelas	Nas dependências do Campus	0	xxx	0	RE 2.900.000	0	0	0
Piscina Semiolímpica com cobertura de 25 m x 12,5m x 2,5m	Proporcionar esporte e lazer aos estudantes e possibilitar o desenvolvimento de projetos com a comunidade	0	781,25	0	ON 900.000	0	0	0
Pista de Atletismo 500m x 10 m com 4 Raias, cada Raia com 1,50m de largura e linhas de 5cm	Proporcionar esporte e lazer aos estudantes e possibilitar o desenvolvimento de projetos com a comunidade	0	5000	0	ON 7.000.000	0	0	0

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	EXECUÇÃO ESTIMADA	QTD DE M ² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Piso Tátil, em Placas e 25 cm x 25 cm	Atender aspectos de acessibilidade a de acordo com as exigências de NR 9050	0	400	10.000	0	0	0	0
TOTAL OBRAS CAMPUS LARANJAL DO JARI		2.858.318,08	8.549,25	310.000	4.200.000	12.790.000	500.000	0
CUSTO TOTAL OBRAS CAMPUS LARANJAL DO JARI R\$ 20.658.318,08								

8.1.3 INFRAESTRUTURA DE OBRAS CAMPUS MACAPÁ



FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP

Quadro 24. Infraestrutura de Obras Campus Macapá

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	Execução Estimada	Qtd de m ² a serem construídos	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Conclusão da Construção do Bloco de Garagem/ Almojarifado	Para abrigar a frota de oito veículos oficiais/guarda de materiais adquiridos pelo IFAP	1.400.000,00	1.203,20	0	0	0	0	0
Construção do Bloco de Ensino II (Ampliação de Salas de Aulas e Administrativo)	Possibilitar a expansão de oferta de vagas nos cursos implantados e nos que serão implantados, incrementando o ensino, a pesquisa e a extensão.	0	6.800	0	ON 4.000.000	ON 4.800.000	0	0
Construção Do Bloco F (Laboratórios,	Praticar a teoria, fortalecendo o ensino, a pesquisa e a extensão	0	2.800	0	ON 2.000.000	ON 2.550.000	ON 300.000	0
Pista de Atletismo, 500m x 10 m contendo 4 Raias, cada raia medindo 1, 50m de largura e linhas de 5 cm de largura.	Proporcionar esporte e lazer aos estudantes e possibilitar o desenvolvimento de projetos com a comunidade	0	5.000	0	0	0	ON 1.700.000	0
Piscina semiolímpica com cobertura 25 m x 12,5m e 2,5m	Proporcionar esporte e lazer aos estudantes e possibilitar o desenvolvimento de projetos com a comunidade	0	781,25	0	0	ON 900.000	0	0
Campo de Futebol, Medindo 100 m de Comprimento por 50m de Largura	Proporcionar esporte e lazer aos estudantes e possibilitar o desenvolvimento de projetos com a comunidade	0	5.000	ON 1.250.000	0	0	0	0
Urbanização da Área Externa e Construção do Pórtico de Entrada	Resfriamento com plantio de árvores, estacionamento e construção definitiva do pórtico de entrada do campus	0	22.900	ON 3.000.000	ON 3.500.000	0	0	0

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	Execução Estimada	Qtd de m ² a serem construídos	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Urbanização da Área Externa e Construção do Pórtico de Entrada	Resfriamento com plantio de árvores, estacionamento e construção definitiva do pórtico de entrada do campus	0	22.900	ON 3.000.000	ON 3.500.000	0	0	0
Reforma da Biblioteca	Facilitar a verticalização do ensino, da pesquisa e da extensão nos cursos ofertados	0	1.000	0	0	0	RE 500.000	0
Construção do Bloco da TI	Coordenação, implantação geral do sistema de informática do campus	0	2.500	0	0	0	ON 1.2000.000	0
Construção do Bloco dos Cursos da EaD com Banheiros	Para expandir a oferta de cursos na modalidade EAD	0	2.800	0	0	0	ON 900.000	0
Galpão Edificações/Mineração/Estrada		0	2.000	0	0		ON 6.600.000	0
TOTAL OBRAS CAMPUS MACAPÁ		1.400.000,00	48.454	4.250.000	9.500.000	9.250.000	10.600.000	0
CUSTO TOTAL OBRAS CAMPUS MACAPÁ R\$ 35.000.000,00								



Quadro 25. Infraestrutura de Obras Campus Porto Grande

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	EXECUÇÃO ESTIMADA	QTD DE M² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Construção de Passarela Coberta, Piso Tátil salas de aula, Sala de onitoramento e posteamento e rruamento	Para proporcionar acesso ao prédio, e construção de 4 salas de aulas Para acolhimento de 160 estudantes em cada turno.	1.656.349,09	777,80	ON	0	0	0	0
Construção da segunda etapa do muro	Prédio, e construção de 4 salas de aulas para acolhimento de 160 estudantes em cada turno.	0	16.950	ON	0	0	0	0
Patrimonial e Urbanização externa do campus	Para a proteger o terreno do campus	0	600	3.500.000	0	0	0	0
Garagem		0	600	ON 1.500.000	0	0	0	0
Laboratório de Solose Plantas	Estrutura física 20X30 para atender os cursos	0	600	ON 1.500.000	0	0	0	0
Laboratório de Viveiro de Mudás	Estrutura física 20X30 para atender os cursos	0	600	0	ON 1.500.000	0	0	0
Laboratório Vivo de Produção Vegetal	Estrutura física 20X30 para atender os cursos	0	600	ON 250.000	0	0	0	0
Laboratório Vivo de Compostagem e Vermicompostagem	Estrutura física 80x10 para atender os cuross	0	80	0	ON 1.500.000	0	0	0
Laboratório de Cultivo Hidropônico	Estrutura física 20X30 para atender os cursos	0	600	0	ON 250.000	0	0	0
Laboratório de Fitotecnia e Fitossanidade	Estrutura física 20X30 para atender os cursos	0	80	ON 1.500.000	0	0	0	0
Laboratório de Forragicultura	Estrutura física 20X30 para atender os cursos	0	600	0	0	0	0	0
Piscina Semi-olímpica com cobertura 25 m x 12,5m x 2,5m	Proporcionar esporte e lazer aos estudantes e possibilitar o desenvolvimento de projetos com a comunidade	0	781,25	0	0	0	ON 1.000.000	0

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	EXECUÇÃO ESTIMADA	QTD DE M ² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Garagem, Almoxarifado e Sala para Terceirizados	Abrigar a frota de veículos do Campus, incluindo máquinas pesadas; guardar materiais de consumo;	0	1500	0	0	0	ON 1.900.000	0
TOTAL OBRAS CAMPUS PORTO GRANDE		1.656.349,09	39.841,25	8.250.000	3.250.000	0	2.900.000	0
CUSTO TOTAL OBRAS CAMPUS PORTO GRANDE R\$ 16.056.349,09								

8.1.5 INFRAESTRUTURA DE OBRAS CAMPUS SANTANA

FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP



Quadro 26. Infraestrutura de Obras Campus Santana

IDENTIFICAÇÃO	DETALHAMENTO DO AMBIENTE	EXECUÇÃO ESTIMADO INICIO 2019	QTD M ² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Construção de passarela coberta, piso tátil e reforma da fachada do auditório	Para acesso ao prédio principal.	797.806,11	237,00	ON	0	0	0	0
Novo Bloco de Salas de Aulas - 12 salas	Para acolhimento de 480 estudantes em cada turno	0	800	ON 2.000.000	0	0	0	0
Novo Bloco de Salas Administrativas - 10 Salas	Para acomodar coordenações de cursos e de programas	0	400	ON 1.000.000	0	0	0	0
Ampliação da Biblioteca	Para atender a verticalização do ensino	0	400	0	ON 1.000.000	0	0	0
Bloco de Desenvolvimento Empreendedor - 4 Salas	Para atendimentos de cursos voltados para a área de pesquisa e extensão	0	400	0	ON	0	0	0
Pórtico de Entrada	Para identificação externa do campus	0	200	0	ON	0	0	0

IDENTIFICAÇÃO	DETALHAMENTO DO AMBIENTE	EXECUÇÃO ESTIMADO INICIO 2019	QTD M² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Bloco de Artes	Para o fomento da arte, da cultura e do lazer	0	500	ON 1.250.000	0	0	0	0
Bloco da Saúde - 3 salas	Para atendimento de estudantes, servidores	0	500	ON 1.250.000	0	0	0	0
Piso Tátil de Alerta	Para dar maior autonomia a pessoas com necessidades especiais relativas à visão, bem como para atender as exigências da NBR 9050	0	100	AM 250.000	0	0	0	0
Bloco X - garagem, almoxarifado e sala terceirizados	Para abrigar a frota de veículos Oficiais	0	400	0	ON 1.000.000	0	0	0
Centro de Convenções	Para possibilitar eventos de ensino, pesquisa e extensão locais, estaduais e/ou regionais de grande porte	0	800	0	ON 2.000.000	0	0	0
Piscina semiolímpica 25 X 12,5 m + área circulação	Para fomentar o esporte e o lazer de estudantes e fomentar parcerias com órgãos que visem ao desenvolvimento de projetos voltados à comunidade	0	600	0	ON	0	0	0
TOTAL OBRAS CAMPUS SANTANA		797.806,11	5.100	5.750.000	7.000.000	0	0	0
CUSTO TOTAL OBRAS CAMPUS SANTANA R\$ 13.547.806,11								



Quadro 26. Infraestrutura de Obras Campus Avançado Oiapoque

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	EXECUÇÃO ESTIMADA	QTD DE M² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Auditório/Serviço de Subestação Passarela	Para comportar 254 pessoas com salas de exposição e museu	1.614.615,60		0	1	0	0	0
Ginásio Multiuso Garagem/ Almojarifado/ Sala de Monitoramento	Para proporcionar esporte e lazer aos estudantes e possibilitar o desenvolvimento de projetos com a comunidade	1.855.305,89		0	0	0	0	0
Bloco de Laboratório com Banheiros: Multidisciplinar (Física, Química, Matemática e Biologia), Laboratório de Processamento de Pescado e de Alimentos, com ampliação para banheiros masculinos e femininos e Almojarifado.	Para a prática da a teoria, fortalecendo o ensino, a pesquisa e a extensão, relacionados às componentes de Física, Química, Matemática e Biologia	0		1	1	ON 1.039.500	0	0
Bloco pedagógico – ampliação vertical	06 salas de aula e 1 sala para os servidores	0		1	1	ON 1.190.000	0	0
TOTAL OBRAS CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE		3.469.921,49			1	2.229.500	0	0
CUSTO TOTAL OBRAS CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE R\$ 5.699.421,49								

8.1.7 INFRAESTRUTURA DE OBRAS CENTRO DE REFERÊNCIA PEDRA BRANCA DO AMAPARI

Quadro 28. Infraestrutura de Obras Campus Pedra Branca do Amapari

IDENTIFICAÇÃO	ÁREAS	EXECUÇÃO ESTIMADA	QTD DE M ² A SEREM CONSTRUÍDOS	PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES				
				2019	2020	2021	2022	2023
Construção do centro de referência 2ª etapa	Construção do prédio do Centro de Referência Pedra Branca	0	3.800	ON 5.000.000	ON 2.500.000	ON 2.000.000	0	1
Adaptação e ampliação do prédio	Adaptação do prédio do Centro de Referência Pedra Branca	0	100	AM 250.000	1	0	0	1
TOTAL OBRAS CENTRO DE REFERÊNCIA PEDRA		0	3.900	ON 5.250.000	ON 2.500.000	ON 2.000.000	0	1
CUSTO TOTAL OBRAS CENTRO DE REFERÊNCIA PEDRA BRANCA R\$ 9.750.000								

Legenda: >>ON (Obra Nova); >> RE (Reforma); >> AM (Ampliação)



8.2 QUADRO CONSOLIDADO DE OBRAS IFAP

Quadro 29. Quadro Consolidado de Obras IFAP

UNIDADE DO IFAP	EXECUÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL DE OBRAS POR UNIDADE R\$
Reitoria	93.592,58	8.906.407,42	5.000.000	3.000.000	0,00	0,00	17.000.000,00
Campus Laranjal do Jari	2.858.318,08	310.000	4.200.000	12.790.000	500.000	0,00	20.658.318,08
Campus Macapá	1.400.000,00	4.250.000	9.500.000	9.250.000	10.600.000	0,00	35.000.000,00
Campus Porto Grande	1.656.349,09	8.250.000	3.250.000	0,00	0,00	2.900.000	16.056.349,09
Campus Santana	797.806,11	5.750.000	7.000.000	0,00	0,00	0,00	13.547.806,11
Campus Avançado Oiapoque	3.469.921,49	0,00	0,00	2.229.500	0,00	0,00	5.699.421,49
Centro de Referência Pedra Branca	0,00	5.250.000	2.500.000	2.000.000	0,00	0,00	9.750.000,00
TOTAL DE OBRAS POR ANO	10.275.987,35	27.466.407,42	28.950.000	27.269.500	11.100.000	2.900.000	107.961.894,77

8.3 INFRAESTRUTURA FÍSICA EXISTENTE NAS UNIDADES DO IFAP

Quadro 31. Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Macapá

CAMPUS MACAPÁ							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m2 por ano)				
	Qtd	Área (m2)	2019	2020	2021	2022	2023
Auditório	01	556,2	-	-	-	-	-
Banheiros	30	343,69	207,36	343,69	-	-	-
Biblioteca	01	840,62	-	-	-	-	-
Setor Administrativo	21	689,3	-	300,00	-	-	300,00
Laboratório tipo I (Edificações/Mineração)	01	567,22	-	2.269,24	-	-	-
Laboratório tipo II (Química/Alimentos)	01	606,73	-	2.269,24	-	-	-
Laboratório tipo III (Informática)	04	534,2	-	2.136,84	-	-	-
Laboratório tipo IV (Biologia)	01	250,72	-	-	-	-	-
Laboratório tipo V (Física / Matemática)	02	248,62	-	-	-	-	-
Coord. Info. (DTI)	01	117,55	-	117,55	-	-	-
Salas de Aula	24	1.492,8	-	1.492,80	-	-	-
Setor Pedagógico	13	398,66	-	398,66	-	-	-

CAMPUS MACAPÁ

Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m2 por ano)				
	Qtd	Área (m2)	2019	2020	2021	2022	2023
Almoxarifado	01	124,08	600,00		-	-	-
Sala de Coordenação	16	438,4	-	438,40	-	-	-
Sala de Reunião	03	86,29	-	-	-	-	-
Refeitório	01	200,00		-	-	-	-
Ginásio Poliesportivo	01	2.150,08	-	-	-	-	-
Garagem	01	519,00	-	-	-	-	-
Área de Convivência	01	1.241,7	-	-	-	-	-
Assistência ao Estudante	-	-	166,00	-	-	-	
Estacionamento	01	3.600,00	-	2.250,00	-	-	
Urbanização/Arborização	-	-	2.500,00	2.500,00	-	-	
Passarelas Cobertas	01	900,00	-	-	-	-	
Reformas e Adaptações Gerais (laboratórios, salas administrativas e pedagógicas, etc...)	06	5.000,00	-	-	-	-	
Campo de Futebol	-	-	-	-	5.000,00	-	
Piscina Semiolímpica	-	-	-	-	1.800,00	-	

CAMPUS MACAPÁ							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m2 por ano)				
	Qtd	Área (m2)	2019	2020	2021	2022	2023
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	5.000,00	-
Laboratório tipo VI (Alimentos / Informática)*	-	-	-	-	-	586,98	586,98
Galpão Edificações/Mineração/Estrada	-	-	-	-	-	2.000,00	-

* Construção do Bloco F no campus Macapá em função da expansão dos laboratórios de Informática e Alimentos, visto que atualmente (2018) o Bloco E contempla sete cursos, a saber, Licenciatura em Química, Técnico e Tecnológico em Alimentos, Técnico em Mineração, Técnico em Edificações, Tecnológico em Construção de Edifícios e Técnico em Estrada. Necessitando de Blocos próprios. [Segmento linguístico solto, do ponto de vista da coesão e da clareza, em relação ao conjunto textual anterior] [; situação que evidencia, pois, a necessidade de construção de mais Blocos].

Quadro 31. Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Porto Grande

CAMPUS PORTO GRANDE							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m² por ano)				
	Qtd	Área (m²)	2019	2020	2021	2022	2023
Auditório	01	248,74	-	-	-	-	-
Banheiros	30	216,28	-	-	-	-	-
Biblioteca	01	75,02	-	-	-	-	-
Setor Administrativo	3	44,39	-	-	-	-	-

CAMPUS PORTO GRANDE

Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m ² por ano)				
	Qtd	Área (m ²)	2019	2020	2021	2022	2023
Laboratório tipo I (Anatomia e Filosofia)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo II (Informática)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo III (Química)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo IV (Biologia)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo (Especiais 1)	01	232,50	-	-	-	-	-
Laboratório tipo (Especiais II)	01	232,50	-	-	-	-	-
Salas de Aula	12	727,26	-	-	-	-	-
Novas Salas de Aulas	04	-	507,56	-	-	-	-
Sala de Monitoramento	01	-	18,24	-	-	-	-
Setor Pedagógico	01	14,57	-	-	-	-	-
Almoxarifado	01	85,44	-	-	-	-	-
Sala de Coordenação	01	14,54	-	-	-	-	-
Sala de Reunião	01	60,02	-	-	-	-	-
Refeitório/Vivência	01	235,87	-	-	-	-	-

CAMPUS PORTO GRANDE

Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m ² por ano)				
	Qtd	Área (m ²)	2019	2020	2021	2022	2023
Ginásio Poliesportivo	01	862,20	-	-	-	-	-
Garagem	01	481,82	-	-	-	-	-
Assistência ao Estudante	01	30,70	-	-	-	-	-
Estacionamento	01	1.534,00	-	-	-	-	-
Urbanização/Arborização	-	-	-	-	2.500,00	-	-
Passarelas Cobertas	01	-	249,93	-	-	-	-
Edificações/Agrícola/Suínos	01	370,00	-	-	-	-	-
Edificações/Agrícola/Frango	01	301,04	-	-	-	-	-
Edificações/Agrícola/Ovinos	01	166,20	-	-	-	-	-
Campo de Futebol	-	-	-	-	5.000,00	-	-
Piscina Semiolímpica	-	-	-	-	1.800,00	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	-	-	5.000,00	-

Quadro 32. Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Santana

CAMPUS SANTANA							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acréscimo em m ² por ano)				
	Qtde	Área (m ²)	2019	2020	2021	2022	2023
Auditório	01	248,74	-	-	-	-	-
Banheiros	30	216,28	-	-	-	-	-
Biblioteca	01	75,02	-	-	-	-	-
Setor Administrativo	3	44,39	-	-	-	-	-
Laboratório tipo I (Línguas)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo II (Informática)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo III (Química)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo IV (Biologia)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo V (Física)	01	60,62	-	-	-	-	-
Laboratório tipo (Especiais 1)	01	232,50	-	-	-	-	-
Laboratório tipo (Especiais II)	01	232,50	-	-	-	-	-
Salas de Aula	12	727,26	-	-	-	-	-
Sala de Monitoramento	01	-	18,24	-	-	-	-

CAMPUS SANTANA

Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista - Expansão (acréscimo em m ² por ano)				
	Qtde	Área (m ²)	2019	2020	2021	2022	2023
Setor Pedagógico	01	14,57	-	-	-	-	-
Almoxarifado	01	85,44	-	-	-	-	-
Sala de Coordenação	01	14,54	-	-	-	-	-
Sala de Reunião	01	60,02	-	-	-	-	-
Refeitório/Vivencia	01	235,87	-	-	-	-	-
Ginásio Poliesportivo	01	862,20	-	-	-	-	-
Garagem/Almoxarifado	01	481,82	-	-	-	-	-
Assistência ao Estudante	01	30,70	-	-	-	-	-
Estacionamento	01	1.534,00	-	-	-	-	-
Urbanização/Arborização	01	2.500,00	-	-	-	-	-
Passarelas Cobertas	01	-	283,80	-	-	-	-
Campo de Futebol	-	-	-	--	5.000,00	-	-
Piscina Semiolímpica	-	-	-	--	1.800,00	-	-
Pista de Atletismo	-	-	-	--	-	5.000,00	-

Quadro 33. Demonstrativo da Infraestrutura Física Existente no Campus Avançado Oiapoque

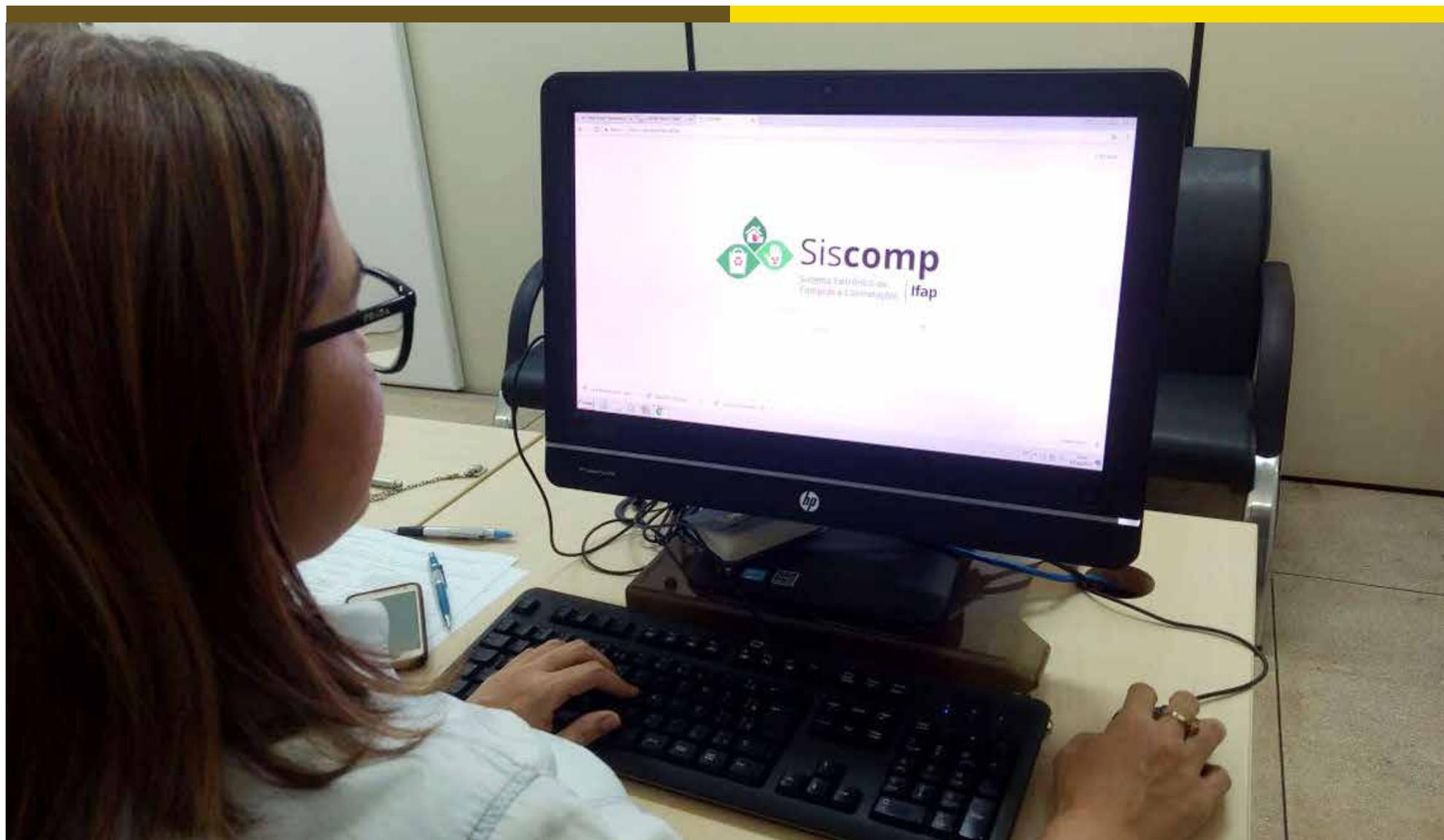
CAMPUS OIAPOQUE							
Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista - Expansão (acréscimo em m ² por ano)				
	Qtd	Área (m ²)	2019	2020	2021	2022	2023
Auditório	01	248,74	-	-	-	-	-
Banheiros	30	216,28	-	-	-	-	-
Biblioteca	01	75,02	-	-	-	-	-
Setor Administrativo	3	44,39	-	-	-	-	-
Laboratório tipo II (Informática)	01	60,62	-	-	-	-	-
Salas de Aula	12	727,26	-	-	-	-	-
Novas Salas de Aulas	04	-	507,56	-	-	-	-
Sala de Monitoramento	01	-	18,24	-	-	-	-
Setor Pedagógico	01	14,57	-	-	-	-	-
Almoxarifado	01	85,44	-	-	-	-	-
Sala de Coordenação	01	14,54	-	-	-	-	-
Sala de Reunião	01	60,02	-	-	-	-	-
Refeitório/Vivencia	01	235,87	-	-	-	-	-

CAMPUS OIAPOQUE

Especificação/Ambientes	Situação Atual		Situação Prevista – Expansão (acrécimo em m ² por ano)				
	Qtd	Área (m ²)	2019	2020	2021	2022	2023
Ginásio Poliesportivo	01	862,20	-	-	-	-	-
Garagem	01	481,82	-	-	-	-	-
Assistência ao Estudante	01	30,70	-	-	-	-	-
Estacionamento	01	1.534,00	-	-	-	-	-
Urbanização/Arborização	-	-	-	-	2.500,00	-	-
Passarelas Cobertas	01	-	249,93	-	-	-	-

CAPÍTULO 9

ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS



9. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Na discussão dos aspectos financeiros e orçamentários vivenciados pelas instituições públicas é fundamental ter a compreensão de que as necessidades sociais são ilimitadas e os recursos são escassos. A condição de desigualdade entre esses fatores exige do Estado a definição de prioridades, na perspectiva da aplicação eficiente dos recursos públicos.

Para tanto, é preciso valer-se do planejamento como instrumento no qual a sociedade, por meio de seus representantes e instituições, pode identificar potencialidades e limitações, de modo a coordenar recursos e esforços para realizar, diretamente por intermédio das estruturas do Estado, e por indução à iniciativa privada, as ações necessárias para atingir os objetivos nacionais e as metas governamentais.

Desse modo, salienta-se que o principal instrumento de organização do sistema público de recursos, que é o orçamento público, está condicionado por leis de iniciativa do Poder Executivo, estabelecidas pelo Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais.

O Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para os gastos relacionados a investimentos, manutenção do funcionamento institucional e outros dispêndios vinculados aos programas de duração continuada.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), dispondo sobre as alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Levando-se em conta o princípio da universalidade, a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, autarquias, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Diante desses condicionamentos, prever o volume de recursos orçamentários dentro de uma perspectiva de futuro é algo complexo, principalmente em uma instituição que depende da aprovação de instâncias superiores para a definição e liberação dos recursos públicos.

9.1 CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, autarquia federal, para cumprir, de um lado, uma série de compromissos impostos por diversos atores sociais e, de outro, os objetivos institucionais, de diversas naturezas, conta em quase sua totalidade com recursos financiados pelo Governo Federal, por meio de programas, ações e projetos vinculados ao Ministério da Educação, seja direta ou indiretamente.

No caso dos órgãos que compõem a Rede Federal de Educação Tecnológica, no processo de discussão e definição dos recursos orçamentários para compor o Projeto de Lei do Orçamento Anual (PLOA), é utilizada a Matriz CONIF.

Considerada uma ferramenta importante e justa, atualmente utilizada, para distribuir recursos entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e também para os diversos Campi que compõem esses órgãos, a Matriz CONIF cumpre a etapa, executada pelo Fórum de Pró-reitores de Administração (FORPLAN) com a aprovação do Conselho de Reitores e a homologação por parte da Secretaria Profissional e Tecnológica, que precede a definição do Orçamento de Custeio e Capital (OCC), bem como a definição da PLOA e posteriormente da LOA pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do exercício seguinte.

A Matriz compreende três momentos distintos. O primeiro trata da definição dos critérios a serem considerados na forma de rateio dos recursos. O segundo diz respeito à coleta de dados tendo como base o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). A terceira etapa é o processo de cálculo feito por meio de um rol de fórmulas.

Dentre alguns conceitos e regras da metodologia utilizada para nortear a Matriz é preestabelecida a divisão de três grupos. O primeiro grupo é caracterizado pelos Campi que estão no estágio da Pré-expansão da Rede Federal, tendo a condição de serem unidades existentes anteriormente ao final do ano de 2006, somadas às unidades criadas na fase I da expansão, que apresentam mais de 5 anos de funcionamento. O segundo grupo é composto pelas unidades da Expansão nas fases I, II, II/2, III com menos de 5 anos de funcionamento, sendo as instituições classificadas em expansão, expansão agrícola, expansão capital e Campi avançados. Por fim, o último grupo representa a Reitoria, caracterizada como unidade estratégica e referencial para implementação das políticas, programas e projetos.

Além disso, existem também a distinção de blocos complementares para distribuição do recurso. Atualmente, estão sendo contemplados os cursos de Ensino a Distância, a política de assistência estudantil, as atividades de pesquisa aplicada e extensão.

A principal fonte de dados para calcular a distribuição de recursos é o SISTEC. Em um determinado período do ano, os

dados são extraídos, tendo como referência dois semestres letivos para serem utilizados na Matriz CONIF.

A classificação dos Campi que compõem os Institutos Federais também é levada em consideração. Como diversas unidades apresentam estágios diferentes em termos de constituição e funcionamento, no momento do processo de levantamento de cálculo da Matriz, a SETEC fornece informações dessa natureza, pois isso influencia diretamente na definição dos patamares de recursos destinados a determinada unidade.

A Matriz CONIF também é composta por Anexos que tratam de distintas ponderações e pesos diferenciados para determinada natureza de cursos, principalmente aqueles relacionados a área da Agropecuária. Considerando os aspectos destacados anteriormente, após todos os cálculos de equalização, ponderação e bonificação teremos as matrículas totais.

Consideram-se essencialmente as matrículas de cursos: Técnicos, FIC, Superiores, Pós-Graduação, incluindo a oferta do Ensino a Distância (EaD), não sendo consideradas matrículas de programas específicos. Para o EaD é definido que 80% do total do recurso é distribuído pelo número de matrículas totais e 20% distribuído de forma linear. Para a Assistência Estudantil são levadas em consideração, além do número de matrículas, algumas variáveis que representam desenvolvimento regional e social. No caso dos recursos destinados para a Pesquisa e a Extensão, 50% é calculado linearmente por Instituto Federal e 50% calculados linearmente por Campi.

Cabe destacar, ainda, que os principais fatores de equalização são a carga horária do curso, bem como os dias letivos. Em relação aos fatores de ponderação, é considerado o peso dos cursos, no qual foi classificado e aprovado pelo CONIF, de acordo com catálogos publicados pelo Ministério da Educação. Destaca-se que os principais pesos são os seguintes: peso 1, caracterizado para os cursos com menor demanda de gastos; peso 1,75, para os cursos com demanda média de gastos; e peso 2,50, para cursos com alto custo para funcionamento.

Além disso, os cursos de cunho agropecuário possuem uma bonificação de 50% nos quantitativos de matrículas. Como norteador do montante orçamentário, são considerados o recurso do ano anterior, a taxa de crescimento das matrículas e o índice de atualização dos valores pelo IPCA. Importante mencionar que muitas ações do Instituto são realizadas graças à verbas oriundas de emendas parlamentares por meio da Bancada Federal Amapaense.

9.2 ESTRUTURA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO IFAP

Considerando a complexidade de gestão de uma instituição multicampi e para atender às necessidades da comunidade, respeitando a autonomia administrativa de cada campi, é necessário estabelecer diretrizes orçamentárias e

estruturas de governança eficientes, além de efetivar a atuação em rede para a otimização dos processos e resultados. Embora a Lei Orçamentária Anual (LOA) preveja orçamento próprio para cada unidade, é preciso destacar que se trata de uma metodologia adotada pela União para previsão e distribuição dos recursos a cada Instituto Federal e que, principalmente, o IFAP é uma instituição pública federal com missão e valores únicos e que tem, prioritariamente, os recursos públicos como forma de financiamento.

É necessário compreender, ainda, que cada campi possui especificidades quanto a diversas condições: número de alunos, número de servidores, estrutura física, tempo de funcionamento, qualificação dos servidores e gestores, orçamento, cursos ofertados, localização, arranjos produtivos locais, política e cultura, dentre outros.

Por meio da adoção do modelo de gestão em rede colaborativa, solidária e sustentável entre as unidades administrativas, o Ifap busca garantir mais eficiência no gasto público, atuação mais transparente, justa e com mais responsabilidade social.

9.3 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Considerando a expansão do IFAP, em especial as implantações de novos campi, o Ifap vem apresentando crescente aumento no número de alunos, servidores e na infraestrutura, no entanto, essa evolução não vem sendo acompanhada pela Matriz Orçamentária, conforme demonstração na tabela a seguir:

Tabela 55: Orçamento e cronograma de execução 2014 - 2018

GRUPO DE DESPESA	2014	2015	2016	2017	2018
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 7.298.574,00	R\$ 11.541.121,00	R\$ 12.625.046,00	R\$ 15.546.942,00	R\$ 15.252.381,00
ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE	R\$ 1.226.051,00	R\$ 2.180.927,00	R\$ 2.210.510,00	R\$ 3.381.729,00	R\$ 3.657.586,00
INVESTIMENTOS	R\$ 21.979.962,00	R\$ 14.980.730,00	R\$ 6.012.272,00	R\$ 3.344.328,00	R\$ 2.007.000,00
TOTAL:	R\$ 30.504.587,00	R\$ 28.702.778,00	R\$ 20.847.828,00	R\$ 22.272.999,00	R\$ 20.916.967,00

Para previsão orçamentária dos próximos 5 anos e cronograma de execução para os anos de 2019 a 2023, tem-se os seguintes dados:

Tabela 56: Previsão Orçamentária e cronograma de execução 2019 - 2023

GRUPO DE DESPESA	2019	2020	2021	2022	2023
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 18.302.857,00	R\$ 20.133.142,00	R\$ 22.146.456,00	R\$ 24.361.102,00	R\$ 26.797.211,00
ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE	R\$ 3.840.465,00	R\$ 4.032.488.565,00	R\$ 4.113.138,00	R\$ 4.195.401,00	R\$ 4.279.309,00
INVESTIMENTOS	R\$ 56.115.952,77	R\$ 44.162.076,00	R\$ 47.489.996,00	R\$ 25.630.835,00	R\$ 6.811.200,00
TOTAL:	R\$ 78.259.274,77	R\$ 4.096.783.783,00	R\$ 73.749.590,00	R\$ 54.187.338,00	R\$ 37.887.720,00

TOTAL:						
R\$ 56.115.952,77						R\$ 44.162.076,00
R\$ 47.489.996,00						R\$ 25.630.835,00
R\$ 25.630.835,00						R\$ 6.811.200,00
OBRAS						TOTAL P/ UG
	2019	2020	2021	2022	2023	
REITORIA	9.000.000,00	5.000.000,00	3.000.000,00			17.000.000,00
CAMPUS LARANJAL	3.168.318,08	4.200.000,00	12.790.000,00	500.000,00		20.658.318,08
CAMPUS MACAPÁ	5.650.000,00	9.500.000,00	9.250.000,00	10.600.000,00		35.000.000,00
CAMPUS AV. OIAPOQUE	3.469.921,49		2.229.500,00			5.699.421,49
CAMPUS PORTO	9.906.349,09	3.250.000,00			2.900.000,00	16.056.349,09
CENTRO DE REF. PEDRA BRANCA	5.250.000,00	2.500.000,00	2.000.000,00			9.750.000,00
CAMPUS SANTANA	6.547.806,11	7.000.000,00				13.547.806,11
	42.992.394,77	31.450.000,00	29.269.500,00	11.100.000,00	2.900.000,00	
EQUIPAMENTOS						TOTAL P/ UG
	2019	2020	2021	2022	2023	
REITORIA	250.000,00	135.000,00	500.000,00	1.800.000,00	700.000,00	3.385.000,00
CAMPUS LARANJAL	1.079.235,00	1.045.000,00	585.000,00	250.000,00		2.959.235,00
CAMPUS MACAPÁ	4.255.000,00	2.615.000,00	3.020.000,00	2.387.000,00		12.277.000,00
CAMPUS AV. OIAPOQUE	440.000,00	510.000,00	275.000,00	605.000,00	250.000,00	2.080.000,00
CAMPUS PORTO	3.159.323,00	5.416.276,00	3.851.496,00	3.949.835,00	1.222.200,00	17.599.130,00
CENTRO DE REF. PEDRA BRANCA	126.000,00	51.800,00				177.800,00
CAMPUS SANTANA	3.814.000,00	2.939.000,00	9.989.000,00	5.539.000,00	1.739.000,00	24.020.000,00
	13.123.558,00	12.712.076,00	18.220.496,00	14.530.835,00	3.911.200,00	

Reforça-se que, considerando que a Matriz Orçamentária tem periodicidade anual e que outras variáveis influenciam o orçamento do Ifap, a referida estimativa não assegura a disponibilidade Orçamentária, que fica sujeita a determinações do Mec ■

CAPÍTULO 10

POLÍTICA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS





10. POLÍTICA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

10.1 FORMAS DE INGRESSOS

O acesso aos cursos de formação inicial e continuada, técnicos, de graduação e pós-graduação estão de acordo com as legislações e políticas educacionais vigentes, regulamentos institucionais, obedecendo aos trâmites dos editais, que estabelecem requisitos para cada nível ou modalidade de ensino.

Os ingressos no Instituto Federal do Amapá, em todos os níveis e modalidades de ensino, são regulamentados por editais, respeitando-se, sempre, as reservas de vagas e a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. As modalidades e níveis de ensino ofertados nos processos seletivos do IFAP serão:

- a. Integrado ao Ensino Médio: para ingressar nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, incluindo aqueles na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o aluno deverá ter concluído, sem dependências, o Ensino Fundamental. Para esse nível em especial, os processos seletivos ocorrerão sempre da seguinte maneira: no primeiro semestre haverá seleção do Ensino Médio regular e no segundo semestre da Educação de Jovens e Adultos (- PROEJA);
- b. Concomitante ao Ensino Médio: para ingressar nos Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio, incluindo aqueles na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o aluno deverá ter concluído o Ensino Fundamental, além de estar matriculado e cursando, sem dependências, o Ensino Médio. Atualmente, esta modalidade é ofertada pelo Instituto Federal do Amapá apenas em Programas Federais e/ou Cooperação Técnica com outra entidade ou órgãos públicos;
- c. Subsequente ao Ensino Médio: para ingressar nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, o aluno deverá ter concluído, sem dependências, o Ensino Médio. Nesse nível, os processos seletivos do IFAP ocorrerão sempre para entrada no segundo semestre do ano;
- d. Graduação: para ingressar nos cursos de graduação, o aluno deverá ter concluído, sem dependências, o Ensino Médio, ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) – e se inscrever através do Sistema de Seleção Unificado (Sisu) – para o IFAP, esta entrada se dará sempre no primeiro semestre do ano letivo;
- e. Pós-graduação Lato e Stricto Sensu: são cursos constituídos de programas de estudo em níveis superiores aos estabelecidos para os cursos de graduação. Eles têm como fim a complementação, o aprofundamento de conhecimentos e a formação de recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do mercado de trabalho. Além disso, devem conferir um nível elevado de padrão técnico, científico e profissional ao exercício das funções correspondentes à área de formação;

Tabela 01. Compromisso com Processo Seletivo 2019 – 2023

AÇÃO	PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO
Avaliação da Viabilidade do Sistema de Seleção;	A partir de 2019
Publicação dos Editais em LIBRAS;	A partir de 2019
Visita técnica da Comissão Central aos campi para acompanhar o processo e o atendimento ao candidato;	A partir de 2019
Ampliar o direcionamento da comunicação no processo de divulgação;	A partir de 2019
Aquisição de equipamentos eletrônicos para melhorias no processo seletivo;	A partir de 2019
Institucionalizar pontos de inscrições e orientações nos campi do IFAP e lugares estratégicos dos municípios;	A partir de 2019
Utilização do nome social em todos os processos seletivos do IFAP;	A partir de 2019
Aumentar o percentual de vagas nas cotas para alunos de escolas públicas, indígenas e quilombolas;	A partir de 2021
Criar cotas para candidatos nos entornos das unidades em situação de vulnerabilidade social;	A partir de 2020
Evento de recepção dos ingressos em todas as unidades do IFAP.	A partir de 2019

10.2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A partir da publicação do Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010, o IFAP instituiu sua política de assistência estudantil com vistas ao atendimento de estudantes matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino. O intuito é trabalhar os aspectos educacionais e biopsicossociais que interferem no processo educativo, minimizando dificuldades e favorecendo a permanência e êxito desses estudantes. Isso deve contribuir para o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, princípio



estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A política tem como foco o desenvolvimento de ações voltadas para o apoio pedagógico, apoio psicológico e social, atendimento e orientação familiar, atendimento às necessidades educacionais, ações de promoção da saúde e apoio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para a promoção da igualdade e inclusão social e educacional. Nesse intuito, cada campus tem uma equipe multiprofissional responsável pelo planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das ações.

Dessa maneira, em 2017, através da Resolução de número 104 de 27 de novembro de 2017, o Conselho Superior do IFAP aprovou a Regulamentação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. Trata-se do arcabouço de diretrizes e procedimentos que orientam a elaboração e implementação de ações voltadas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados nos cursos da instituição, visando contribuir para a sua permanência e êxito através da melhoria do desempenho escolar, da qualidade de vida e da inclusão social.

São usuários da Política de Assistência Estudantil do IFAP os estudantes regularmente matriculados, que preencham os requisitos estabelecidos em cada programa e frequentes nos cursos oferecidos pela instituição nas modalidades: Ensino Técnico de Nível Médio (integrado, subsequente, concomitante e PROEJA); Cursos Superiores de Graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogo) e Cursos de Formação Inicial e Continuada nas modalidades presencial e a distância.

A Política de Assistência Estudantil (PAE), atende ao Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No âmbito do IFAP ela é regida pelos seguintes princípios:

- I. Afirmação da educação técnica e tecnológica como uma política de Estado;
- II. Gratuidade de ensino;
- III. Universalização da assistência ao estudante;
- IV. Democratização do acesso às ações de assistência estudantil com divulgação dos critérios de participação, dos auxílios, serviços, programas e projetos, bem como dos recursos oferecidos pela instituição;
- V. Busca pela igualdade de condições de permanência e êxito dos estudantes;
- VI. Garantia da qualidade dos serviços prestados aos estudantes;
- VII. Orientação humanística para a formação cidadã;
- VIII. Supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas;
- IX. Defesa da justiça social e respeito à diversidade;
- X. Pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central nas relações interpessoais.

A Política de Assistência Estudantil do IFAP, tem por objetivo democratizar as condições de permanência e a

saída com êxito dos estudantes. Ela contribui para a produção de conhecimento e melhoria do desempenho no processo formativo, para a qualidade de vida familiar e comunitária e para a equidade e justiça social.

A assistência estudantil dialoga com o tripé ensino, pesquisa e extensão, permitindo ao ingresso o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade.

Tabela 02. Compromisso com a Assistência Estudantil 2019 – 2023

AÇÃO	PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO
Institucionalizar o Programa Nacional de Alimentação Escolar no IFAP;	2020
Criar a comissão da Alimentação Escolar no IFAP;	2019
Inserir nutricionistas para atuarem como responsáveis técnicos do PNAE;	2019
Criar nos <i>campi</i> os Fóruns da Assistência Estudantil;	2019
Ampliar o atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas;	2019
Incentivar com capacitação a criação de Empresas Juniores;	2019
Incentivar o protagonismo estudantil através dos Grêmios, Diretórios Centrais dos Estudantes e outros movimentos estudantis;	2019
Garantir a participação dos discentes no Encontro Nacional do Ensino Médio;	2019
Garantir à participação dos discentes no Fórum Nacional do PROEJA;	2019
Garantir à participação dos discentes no Encontro Nacional da Assistência Estudantil;	2019

AÇÃO	PRAZO DE IMPLEMENTAÇÃO
Abrir editais de bolsa atleta para fortalecer a atuação dos esportes no âmbito do IFAP;	2019
Participar e financiar a participação dos nossos alunos nos Jogos Escolares;	2019
Participar e financiar a participação dos nossos alunos nos Jogos dos Institutos Federais;	2019
Participar e financiar a participação dos nossos alunos nos Jogos Universitários;	2019
Fomentar e ampliar a participação dos nossos alunos, priorizando os alunos em vulnerabilidade social nos projetos de Pesquisa, Inovação e Sustentabilidade	2019
Fomentar e ampliar a participação dos nossos alunos, priorizando os alunos em vulnerabilidade social nos projetos de Extensão;	2019
Fomentar e ampliar a participação dos nossos alunos em cursos de idiomas, priorizando os alunos em vulnerabilidade social;	2019
Garantir a participação alunos na organização de eventos institucionais;	2019
Garantir a participação dos alunos na construção das políticas de Assistência Estudantil do IFAP;	2019
Melhorar os espaços de convivências no entorno das unidades	2019

10.3 REGULAMENTO DISCENTE DO IFAP

Os direitos e deveres dos discentes das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, estão elencados na Resolução nº 56 de 02 de Agosto de 2017, aprovada pelo Conselho Superior do IFAP.

O regulamento estabelece as normas disciplinares discentes de todas as unidades de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, com seus direitos, deveres, proibições e medidas educativas/disciplinares.

O corpo discente é constituído pelos estudantes regularmente matriculados nos cursos e/ou disciplinas isoladas, com trancamento de matrícula, ou inscritos em atividades e programas de ensino, pesquisa ou extensão da Instituição, quaisquer que sejam suas formas e duração, em todos os níveis de ensino, incluindo os programas de mobilidade estudantil, assim como os cursos ofertados por meio de Programas Federais.

Nenhum membro do corpo discente poderá eximir-se do cumprimento das normas dispostas neste regulamento alegando desconhecê-las. Art. 3º Os comportamentos mencionados neste regulamento são critérios de seleção para representação da Instituição em eventos, viagens, visitas técnicas, competições esportivas, olimpíadas de conhecimento, bolsas de estudo, programas de mobilidade estudantil e atividades de ensino, pesquisa e extensão extracurriculares.

10.4. PROGRAMAS FEDERAIS DE APOIO AO DISCENTE

10.4.1 PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA

O Programa de Bolsa Permanência (PBP) é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor, estabelecido pelo Ministério da Educação, é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

Para os estudantes indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal. Ademais, os estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de licenciaturas interculturais para a formação de professores também farão jus à bolsa de permanência durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na IFES, a bolsa de permanência até o limite máximo de seis meses.

Uma grande vantagem da Bolsa Permanência concedida pelo Ministério da Educação é ser acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, a exemplo da bolsa do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa



Institucional de Bolsas de Iniciação.

No Instituto Federal do Amapá o processo de seleção e acompanhamento dos alunos bolsistas, está na gerência da Pró-Reitoria de Ensino e sua política está prevista para aprovação no primeiro semestre de 2019.

Vale mencionar que a execução deste programa está condicionada à publicação de editais específicos pelo Ministério da Educação.

10.4.2 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID)

O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. A intenção do programa é unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas, a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas em que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) esteja abaixo da média nacional, de 4,4. Entre as propostas do Pibid está o incentivo à carreira do magistério nas áreas da educação básica com maior carência de professores com formação específica: ciência e matemática de quinta a oitava séries do ensino fundamental e física, química, biologia e matemática para o ensino médio.

No Instituto Federal do Amapá o processo de seleção e acompanhamento dos alunos bolsistas, está na gerência da Pró-Reitoria de Ensino através do Departamento de Graduação.

Vale mencionar que a execução deste programa está condicionada à publicação de editais específicos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

10.4.3 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PARA OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO PIBIC-JR

O PIBIC-Jr/IFAP é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior do IFAP – destinado exclusivamente aos estudantes dos Cursos do Ensino Técnico (Integrado e Subsequente), regularmente matriculados e assíduos nos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP).

Esse Programa tem por finalidade estimular e apoiar o desenvolvimento do pensamento científico e da iniciação

à pesquisa aplicada, enquanto instrumentos de complementação para a formação profissional dos alunos do IFAP, com real apoio dos servidores do quadro efetivo, que atuam de forma direta junto ao Ensino.

A pesquisa aplicada, a qual envolve cuidados e interesses locais, objetiva gerar conhecimentos que, colocados em prática, poderão colaborar na solução de problemas específicos. Os resultados desta pesquisa revertem-se em benefícios em forma de produtos e processos.

Estão elencados como principais objetivos do PIBIC-Jr/IFAP:

- Propiciar à instituição um instrumento de formulação de política de pesquisa para a iniciação científica no ensino técnico;
 - Promover uma maior articulação entre o ensino técnico, graduação e a pós-graduação;
 - Envolver os pesquisadores na atividade de formação e iniciação científica;
 - Ampliar as oportunidades de aprendizagem para o aluno de ensino técnico, por meio de sua introdução ao mundo da pesquisa científica;
 - Permitir que pesquisadores produtivos envolvam estudantes do ensino técnico no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa na instituição;
 - Promover o aumento da produção científica;
 - Promover o envolvimento de novos pesquisadores;
 - Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de ensino médio, mediante suas participações em projetos de pesquisa, introduzindo o jovem aluno no domínio do método científico;
 - Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;
- Despertar no bolsista uma nova mentalidade em relação à pesquisa;

No Instituto Federal do Amapá o processo de seleção e acompanhamento dos alunos bolsistas, está na gerência da Pró-Reitoria Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

10.4.4 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação dos cursos do IFAP, mediante a participação em projetos de pesquisas orientados por pesquisadores atuantes e qualificados, possibilitando ao iniciante a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento da criatividade e pensar cientificamente, decorrentes das condições criadas pelo

confronto direto com os problemas de pesquisa e ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica.

Esse Programa tem por finalidade estimular e apoiar o desenvolvimento do pensamento científico e da iniciação à pesquisa aplicada, enquanto instrumentos de complementação à formação profissional dos alunos do IFAP, com real apoio dos servidores do quadro efetivo, que atuam de forma direta junto ao Ensino.

A pesquisa aplicada, a qual envolve cuidados e interesses locais, objetiva gerar conhecimentos que, colocados em prática, poderão colaborar na solução de problemas específicos. Os resultados desta pesquisa revertem-se em benefícios em forma de produtos e processos.

No Instituto Federal do Amapá o processo de seleção e acompanhamento dos alunos bolsistas, está na gerência da Pró-Reitoria Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

10.4.5 PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora.

A Residência Pedagógica articulada aos demais programas da CAPES compõem a Política Nacional. Esta apresenta como premissa básica o entendimento de que a formação de professores nos cursos de licenciatura deve assegurar aos seus egressos habilidades e competências que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de educação básica.

Estão elencados como principais objetivos a seguir:

- Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;
- Induzir a reformulação da formação prática nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;
- Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo alinhamento entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores;

- Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Do fluxo de funcionamento do Programa Residência Pedagógica:

- As IES serão selecionadas por meio de edital público nacional para apresentarem projetos institucionais de residência pedagógica.
- O Programa será desenvolvido em regime de colaboração com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Assim, as Intuições de Ensino Superior participantes deverão organizar seus projetos Institucionais em estreita articulação com a proposta pedagógica das redes de ensino que receberão os seus licenciandos.
- O regime de colaboração será efetivado por meio da formalização de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o Governo Federal, por meio da CAPES e o os estados, por intermédio das secretarias de educação de estado ou órgão equivalente. A participação do governo municipal se efetivará por meio de Termo de Adesão ao ACT, firmado por suas secretarias de educação.

No Programa de Residência Pedagógica serão concedidas as seguintes modalidades de bolsa:

- 1.** Residente: para discentes com matrícula ativa em curso de licenciatura que tenham cursado o mínimo de 50% do curso ou que estejam cursando a partir do 5º período;
- 2.** Coordenador Institucional: para docente da IES responsável pelo projeto institucional de Residência Pedagógica;
- 3.** Docente Orientador: para o docente que orientará o estágio dos residentes estabelecendo a relação entre teoria e prática;
- 4.** Preceptor: para o professor da escola de educação básica que acompanhará os residentes na escola-campo.

No Instituto Federal do Amapá o processo de seleção e acompanhamento dos alunos bolsistas, está na gerência da Pró-Reitoria de Ensino através do Departamento de Graduação.

Vale mencionar que a execução deste programa está condicionado à publicação de editais específicos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

10.5. NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE)

O NAPNE é o setor de assessoramento, propositivo e consultivo que acompanha e desenvolve ações voltadas para a educação inclusiva nos campi do IFAP.

São finalidades do NAPNE:

- 
- I.** Incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional e profissionalizante de pessoas com necessidades educacionais específicas na instituição;
 - II.** Contemplar e implementar as Políticas Nacionais de Educação Inclusiva conjuntamente com outros setores da instituição;
 - III.** Incentivar, participar e colaborar no desenvolvimento de parcerias com instituições que atuem com interesse na educação/atuação/inclusão profissional para pessoas com necessidades educacionais específicas;
 - IV.** Participar do ensino, pesquisa e extensão nas questões relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades específicas nos âmbitos estudantil e social;
 - V.** Promover a divulgação de informações e resultados de estudos sobre a temática, no âmbito interno e externo dos campi, articulando ações de inclusão em consonância com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
 - VI.** promover a cultura da educação para a convivência, aceitação e respeito à diversidade;
 - VII.** integrar os diversos segmentos que compõem a comunidade, propiciando sentimento de corresponsabilidade na construção da ação educativa de inclusão na Instituição;
 - VIII.** Garantir, de acordo com a legislação vigente, a prática democrática e a inclusão como diretriz do campus;
 - IX.** Buscar a quebra de barreiras educacionais, comunicacionais, arquitetônicas e atitudinais na Instituição;
 - X.** Promover formações e capacitações relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas.

O NAPNE dispõe no âmbito do IFAP de acessibilidade e infraestrutura necessária, de acordo com o decreto 5.296/2004 para sua instalação, suporte administrativo e apoio para seus trabalhos, bem como, atende os aspectos legais estabelecidos na portaria 3.284/2003 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

O NAPNE é um espaço institucional acessível, de acordo com a Norma Brasil 9050 da ABNT, com sala específica para receber, acolher e garantir o atendimento educacional especializado das pessoas com necessidades específicas na instituição.

No âmbito do IFAP, os NAPNE'S são compostos por uma coordenação indicada pela Direção Geral do Campus, uma equipe mínima multidisciplinar e representação da comunidade escolar interna e externa nomeados por portaria da Direção Geral.

As atividades do NAPNE integram o conjunto de atividades pedagógicas do Campus, sendo pensadas de acordo com o planejamento geral.

No Instituto Federal do Amapá o processo de acompanhamento das ações de inclusão está na gerência da Pró-Reitoria de Extensão, através do Setor de Inclusão e Acessibilidade ■



FOTO: ACERVO COMUNICAÇÃO IFAP

LIBRAS

CAPÍTULO 11

AValiação E
ACOMPANHAMENTO
DO DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL



11. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

11.1 ÓRGÃOS EXECUTORES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Para conduzir e analisar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional, o IFAP conta com diferentes ferramentas de gestão. Os colegiados são uma delas. A compilação desses órgãos é um importante diferencial e um estímulo para a comunidade acadêmica. São ferramentas integradoras que favorecem a comunicação, a coordenação e o controle dos elementos diferentes que formam o Instituto.

Outro importante instrumento é a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que coordena a autoavaliação institucional, desempenhando papel fundamental no processo de avaliação e acompanhamento do plano estratégico da instituição, conforme detalhado na seção 11.2.

A CPA tem ação de assessoramento em relação à administração da instituição e seus órgãos colegiados, embora, para fins de apoio administrativo, seja assessorada pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional.

O planejamento do IFAP também inclui como objetivo de caráter estratégico, a viabilização de dados, informações e conhecimento, envolvendo tanto a disponibilização da infraestrutura necessária quanto a divulgação da cultura de utilização da informação para qualificar a tomada de decisões e o desenvolvimento dos processos institucionais. O alcance desse objetivo tem impacto direto no processo de acompanhamento do desenvolvimento institucional, visto que o IFAP adere parâmetros estratégicos para sua gestão.

O IFAP desenvolve os seus processos avaliatórios através de um sistema de avaliação Institucional o qual é constituído de acordo com a estrutura estabelecida no Regimento da Comissão Própria de Avaliação, baseada no artigo 11 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, regulamentada pela portaria nº 2051, de 19 de julho de 2004 e com resolução aprovada pelo Conselho Superior do IFAP.

Comissão Própria de Avaliação.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus de Macapá.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus de Laranjal do Jari.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus de Santana.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus de Porto Grande.

Subcomissão Própria de Avaliação do Campus Avançado Oiapoque.

A Coordenação de Avaliação Institucional, a qual compõe a estrutura da Diretoria de Desenvolvimento

Institucional do IFAP, desenvolverá a função de articuladora das Comissões Próprias de Avaliação, consolidando as informações geradas por essas comissões na forma de relatório institucional que subsidiará o encaminhamento das decisões estratégicas da instituição e na elaboração do Relatório de Gestão.

A Comissão Própria de Avaliação será formada por Portaria específica, após a escolha por votação secreta dos representantes de cada segmento (Docente, Técnicos Administrativos e Discentes).

11.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional deve observar a natureza e a peculiaridade da forma de fazer educação na Rede Federal de Educação Tecnológica, levando em conta as diversas modalidades de ensino praticadas pelo IFAP: ensino técnico, nas modalidades integrado, subsequente, concomitante e PROEJA; ensino superior, Programas de pós-graduação, bem como Programas pactuados com o IFAP.

A avaliação e a autoavaliação institucional constituem-se em um processo de análise integral que permite o autoconhecimento, o realinhamento, a reestruturação das ações, visando o aproveitamento institucional através dos seguintes eixos: elevação dos resultados acadêmicos, a melhoria da qualidade do ensino técnico, da pesquisa e da extensão e o combate à evasão escolar no âmbito do IFAP.

A aplicação dos valores e preceitos instituídos pelo SINAES (criado pela Lei n. 10.861/2013), que tem a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação das instituições de Ensino Superior. Para isso, será necessário a criação de mecanismo para avaliar as diversas modalidades de ensino implementadas no IFAP, deixando a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA) realizar estudos para definir a metodologia que será empregada para acompanhar a avaliação das modalidades de ensino que não se enquadram na modalidade de ensino superior.

11.3 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

No processo de autoavaliação, o IFAP é constituído de parâmetros e indicadores para subsidiar e interpretar os dados coletados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) através do assessoramento da Coordenação de Avaliação Institucional/Diretoria de Desenvolvimento Institucional. Este servirá para emitir juízos e julgamentos que possibilite a reflexão e as mudanças no processo de condução da instituição.

Os indicadores, dimensões ou variáveis globais que devem ser avaliados são: o ensino, a produção acadêmica, a produção dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio em todas as suas modalidades e a produção

dos alunos dos cursos técnicos subsequentes, a extensão e a gestão administrativa, ou seja, o aluno, o professor, a gestão administrativa, a infraestrutura e o currículo.

Em relação aos docentes, deve-se avaliar: a titulação, a forma de ingresso, situação funcional e regime de trabalho e a qualificação docente em função administrativa;

Quanto aos discentes, deve-se avaliar: participação em projetos na condição de bolsistas, colaboradores, voluntários, participação em atividades de extensão, participação em conselhos, colegiados e reuniões estudantis, os resultados obtidos pelos nossos alunos no ENADE e no ENEM;

Em relação à infraestrutura, deve-se avaliar: estado de conservação dos equipamentos e mobiliários. condições ambientais de trabalho, equipamentos disponíveis para trabalhos dos funcionários.

Em relação a gestão, deve-se avaliar: procedimentos de distribuição de disciplinas (Coordenações de cursos), acompanhamento das atividades planejadas nos cursos, acompanhamento do coordenador de curso no desenvolvimento das disciplinas, orientação para alunos ingressantes, atendimento dos servidores aos educandos, incentivo à qualificação, incentivo à atuação em colegiados e conselhos, elaboração / execução de projetos e programas, ações para soluções de problemas pedagógicos dos discentes, avaliação da existência e da qualidade do Plano Político Pedagógico, avaliação do acervo .

Em relação ao Ensino/Currículo, deve-se avaliar: planejamento do professor e da Coordenação de curso, procedimentos didáticos, instrumentos didáticos, instrumentos de avaliação mais utilizados, coerência da avaliação com os objetivos, com a relação entre professores e alunos, com a relação ensino/ aprendizagem, com o encadeamento lógico das disciplinas.

Em relação ao pessoal técnico administrativo, deve-se avaliar: titulação, forma de ingresso, qualificação/ aperfeiçoamento, desempenho, e número de servidores.

Além disso, temos as Notas Técnicas 062/2014 e 065/2014 que tratam da definição da estrutura do Relato Institucional e do roteiro para o Relatório de Autoavaliação Institucional, na devida ordem.

Portanto, a autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFAP, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação, mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e propiciando sua adequação pelos responsáveis. envolvidos.

A Nota Técnica nº 14/2014 do Ministério da Educação tem como objetivo uniformizar o entendimento sobre os indicadores do instrumento de Avaliação Institucional Externa, coordenado pelo INEP, no ano de 2012, a revisão do Instrumento de Avaliação Institucional Externo foi utilizado na avaliação in loco realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A revisão do Instrumento de Avaliação Institucional Externa ocorreu em observância ao disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institucionaliza o SINAES; ao Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que define como competência do INEP elaborar os instrumentos de avaliação, e à Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, consolidada e republicada em 29 de dezembro de 2010, que atribui à DAES/INEP as decisões sobre os procedimentos de avaliação.

11.4 DIMENSÕES NORTEADORAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional do IFAP segue os princípios e dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A CPA organiza os métodos e ferramentas para a autoavaliação, em cumprimento às dimensões sugeridas pelo Sinaes e às diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

Dimensão 1: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e para a gestão, e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Dimensão 3: a responsabilidade social, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Dimensão 4: a comunicação com a sociedade.

Dimensão 5: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Dimensão 6: a organização e a gestão, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, e a participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios.

Dimensão 7: a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação.

Dimensão 8: o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Dimensão 9: as políticas de atendimento aos estudantes.

Dimensão 10: a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação, em todos os seus níveis e modalidades. ■

CAPÍTULO 12

GOVERNANÇA,
RISCOS E CONTROLE

12. GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE

Os controles internos, no âmbito do Instituto Federal do Amapá (doravante IFAP), devem ser executados por todos os servidores ou colaboradores que tenham por competência a condução de atividades ou tarefas relacionadas aos macroprocessos finalísticos e de apoio desenvolvidos na instituição.

Cumpra-se observar que o comando dos controles internos deve ser realizado de forma integrada à gestão do risco, uma vez que esses elementos são interdependentes, tendo em vista que a identificação de riscos fomenta a implementação/aperfeiçoamento dos controles internos, acarretando em novos contextos organizacionais, os quais podem desencadear novos riscos. Cabe salientar que os controles internos e a gestão de riscos não se constituem um fim em si mesmos, estes devem se orientar pela busca incessante da missão institucional.

Destarte, formam o primeiro nível de defesa de todas as ações constituídas, cujo objetivo operacionalizar e salvaguardar os objetivos institucionais, bem como mitigar riscos.

São exemplos de controles internos:

Lista de procedimentos de processos de licitações, dispensas e inexigibilidades; planos departamentais; editais para concessão de bolsas de assistência estudantil, acadêmicas, de pesquisa ou de extensão; processo de matrícula de discentes, dentre outros.

No âmbito da IFAP, o segundo nível de defesa dos objetivos institucionais com promoção de ações que diminuam os riscos das atividades compete ao Comitê de Governança, Riscos e Controles, composto pelo Reitor, Pró-Reitores e demais dirigentes que formam o Colégio de Dirigentes.

A presidência do Comitê será exercida pelo ocupante do cargo de Reitor(a).

São competências do Comitê de Governança, Riscos e Controles:

- a) indicar membro à Comissão de Gestão de Riscos do Instituto Federal do Amapá (IFAP);
- b) propor políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e Institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;
- c) promover o desenvolvimento contínuo e a integração dos agentes públicos, incentivando a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;
- d) primar a observância às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;
- e) supervisionar o mapeamento e avaliação dos riscos-chave que podem comprometer a prestação de serviços de

- interesse público e monitorar as recomendações e orientações deliberadas pelos órgãos de controle interno e externo;
- f) liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, além de ofertar suporte necessário para sua efetiva implementação no órgão ou entidade;
 - g) estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;
 - h) emitir recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

O terceiro nível no fundamental papel de defesa da política de gestão de risco compete a Auditoria Interna, a qual é responsável por “proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeiro nível de defesa, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização) e da supervisão dos controles internos (segundo nível de defesa, executada por instâncias específicas, como comitês de risco e controles internos)” (art. 2º, inc. II, da IN Conjunta MP/CGU 01/2016).

É competência da Auditoria Interna promover avaliações e assessoramento, com o objetivo de aprimorar os controles internos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, de forma que estes sejam mais eficientes e eficazes a fim de mitigar os principais riscos ao alcance dos objetivos do IFAP.

A instituição da política de gestão de risco não altera a vinculação organizacional da Auditoria Interna ao Conselho Superior bem como a vinculação técnica ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle/Controladoria-Geral da União (CGU). Contudo, acresce às atribuições da Auditoria Interna o apoio ao Comitê de Governança, Risco e Controle, sem prejuízo da tecnicidade necessária ao desenvolvimento das ações de auditoria interna.

12.1 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

O Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno será responsável por acompanhar a Comissão de Gestão de Riscos (CGR).

A Gestão de Riscos do Instituto Federal do Amapá está orientado por três documentos, definidos a seguir:

Política de Gestão de Riscos: define as regras de alto nível (estratégico), as quais representam os princípios básicos incorporados pelo IFAP em sua gestão, no que se refere à Gestão de Riscos.

Plano de Gestão de Riscos: documento que especifica, no nível operacional, os controles a serem utilizados para alcançar a estratégia definida na Política de Gestão de Riscos do IFAP. Estes serão elaborados pela Comissão de Gestão

de Riscos e aprovados pelo Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno. Relatório de Gestão de Riscos: tem a finalidade de avaliar e monitorar o Plano de Gestão de Riscos do Instituto Federal do Amapá do IFAP.

12.2 DIRETRIZES PARA GESTÃO DE RISCOS NA INSTITUIÇÃO

A Política de Gestão de Riscos objetiva incorporar a visão de riscos à tomada de decisão no Instituto Federal do Amapá e para efeito de sua implementação o Plano de Gestão de Risco pretende:

- a) gerar uma cultura organizacional voltada para a mitigação e a contingência dos riscos, sobretudo, os de natureza operacional, de modo a proporcionar maior eficácia aos processos e rotinas da instituição;
- b) apresentar métodos de ação orientados para a mitigação e contingência de riscos que possam incidir e afetar o alcance dos objetivos traçados, em particular, no tocante ao Plano de Desenvolvimento Institucional e ao Planejamento Estratégico da instituição.

Caberá à Comissão de Gestão de Riscos, com o apoio do Núcleo de Qualidade Interna (NQI), o mapeamento dos processos e subprocessos institucionais. Ao conhecer o fluxo das atividades internas é possível detectar eventos cuja ocorrência prejudique o alcance dos objetivos institucionais do IFAP, previstos em seu estatuto. De acordo com a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, os riscos podem ser:

- a) Riscos operacionais: eventos que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;
- b) Riscos de imagem/reputação do órgão: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores) em relação à capacidade do órgão ou da entidade em cumprir sua missão institucional;
- c) Riscos legais: eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão ou entidade; e
- d) Riscos financeiros/orçamentários: eventos que podem comprometer a capacidade do órgão ou entidade de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações;

Quanto à origem os riscos podem ser classificados como:

- a) Riscos externos: são os riscos associados ao ambiente onde a organização opera. Em geral, a organização não tem controle direto sobre estes eventos, todavia, mesmo assim, ações podem ser realizadas quando necessário.
- b) Riscos internos: são os riscos associados à própria estrutura da organização, seus processos, governança, quadro de

pessoal, recursos ou ambiente de tecnologia.

No âmbito do IFAP, o risco será classificado de acordo com seu grau de exposição, obtido a partir da relação entre impacto e probabilidade de ocorrência do risco, tendo como referência a ISO 31.000, conforme o quadro a seguir:

IMPACTO	PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	GRAU DE EXPOSIÇÃO
Alto	Alta	Alto
Médio	Alta	Alto
Baixo	Alta	Médio
Alto	Média	Alto
Médio	Média	Médio
Baixo	Média	Médio
Alto	Baixa	Médio
Médio	Baixa	Médio
Baixo	Baixa	Baixo

Todos os riscos identificados devem ter ações de contingência associadas. Para os riscos com grau de exposição alto, também precisam ser definidas ações de mitigação.

O risco operacional pode ser considerado alto, médio ou baixo, em função da complexidade e diversidade de setores do IFAP. Para riscos considerados baixos e médios é importante a identificação e tratamento adequados para que estes não se agravem.

As metodologias e ferramentas para apoiar a gestão de riscos necessitam ser definidas no Plano de Gestão de Riscos. A articulação com os responsáveis pela Gestão de Riscos deve ser realizada pela CGR.

A efetividade da gestão de riscos será aferida por instrumentos de controle, elaborados pela CGR, e aprovados pelo Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno.

O monitoramento e tratamento dos riscos devem ser contínuos, e a identificação e avaliação dos riscos realizadas anualmente.

12.3 RESPONSABILIDADES

A Alta Gestão do IFAP reconhece e destaca a importância estratégica da política institucional de gestão de riscos, de tal forma a tornar mais seguras e efetivas as ações de enfrentamento ao risco, além de seu monitoramento ser a base para a geração da cultura de prevenção na Instituição. A responsabilidade no plano operacional compete aos gestores por nível de hierarquia, observando-se que, na incidência de riscos, todos da unidade possuam conduta pró-ativa para alertar os responsáveis dos perigos e consequências, em caso de não adoção de medidas corretivas ou saneadoras.

São responsabilidades dos atores envolvidos no processo de gerenciamento de riscos:

I. Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno:

- a. Gerenciamento do Plano de Gestão de Riscos.
- b. Determinação de medidas mitigadoras, monitoramento e comunicação de ações e situações.
- c. Revisão e submissão ao Conselho Superior.

II. Comissão de Gestão de Riscos:

- a. Elaboração e implantação do Plano de Gestão de Riscos, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do IFAP.
- b. Tratamento e monitoramento contínuo dos riscos.
- c. Divulgação, atualização e gerência sobre as questões que envolvem a gestão de riscos.

III. Gestor do Risco:

- a. Assegurar que o risco seja gerenciado de acordo com a política de gestão de riscos.
- b. Monitorar o risco ao longo do tempo, de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos.
- c. Garantir que as informações adequadas sobre o risco estejam disponíveis em todos os níveis da Instituição.

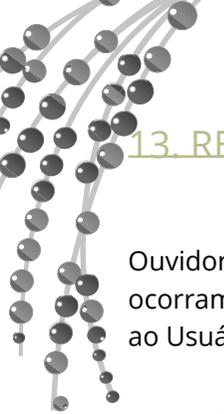
IV. Proprietário do Risco:

- a. Monitorar, no âmbito de sua atuação, os riscos mapeados.
- b. Comunicar sobre situações que envolvam risco.
- c. Aplicar medidas de mitigação necessárias.

O IFAP busca, através do uso de instrumentos de gestão de risco e controle, atuar cada vez mais, na oferta de excelência na prestação de serviços públicos de qualidade com celeridade e transparência, outrossim aumentar o nível de confiança da comunidade na Instituição, bem como o atendimento aos dispositivos legais. ■

CAPÍTULO 13

RELACIONAMIENTO
COM A SOCIEDADE



13. RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

O relacionamento do Ifap com a comunidade ocorre por meio dos Serviços de Informações ao Usuário, da Ouvidoria e da Carta de Serviços ao Usuário. Em vista disso, há uma organização institucional para que as respostas ocorram no tempo hábil, já que no ano de 2017, o Ifap aprovou em seu Conselho Superior, a Revisão da Carta de Serviços ao Usuário, através da Resolução nº 66/CONSUP/IFAP, de 28 de agosto de 2017.

O Ifap é uma instituição de ensino, e por isso, é imprescindível que mantenha, em seus serviços, estreitas relações com a comunidade local e regional. Esse fator é determinante para que a instituição cumpra seu papel de auxiliar o desenvolvimento das cidades no qual suas unidades (*Campi* e Reitoria) estão instaladas. A Instituição oferece ensino gratuito e de qualidade, fomentando a pesquisa e as ações de extensão. Diante disso, defende-se o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão como a base para a preparação dos sujeitos para o exercício da cidadania.

13.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Instalado em 2015, através da Portaria nº 255/GR/IFAP, de 12/03/2015, a Ouvidoria do IFAP é o órgão competente para o atendimento das comunidades internas e externas. É responsável por receber, examinar e encaminhar sugestões, elogios, reclamações, solicitações e denúncias tanto da comunidade interna como da sociedade em geral, referentes a procedimentos e ações de pessoas, setores e órgãos dos *campi* e da Reitoria.

A Ouvidoria se propõe a atuar em defesa dos princípios fundamentais da administração pública: a legalidade, a legitimidade, a impessoalidade, a moralidade, a economia e a publicidade. Nesse sentido, auxilia o cidadão em suas relações com o IFAP, funcionando como canal facilitador ao atendimento das demandas da comunidade interna e externa à instituição.

Quando o cidadão apresenta uma comunicação verbal ou escrita a essa Ouvidoria, deve ser feito o registro como manifestações no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV).

Para isso, existem cinco tipos de manifestação, são elas:

- **Sugestão:** Ideia ou proposta para o aprimoramento do trabalho. Recebida a sugestão, a Ouvidoria deve realizar análise prévia e, se for o caso, encaminhá-la às áreas responsáveis para providências. Será considerada conclusiva a resposta que oferece ao interessado a análise prévia realizada, bem como as medidas requeridas às áreas internas, ou a justificativa no caso de impossibilidade de fazê-lo.

Elogio: Reconhecimento ou satisfação pelo serviço público prestado ou à disposição. É conclusiva a resposta que contenha informação sobre o recebimento e, se for o caso, o encaminhamento.

Solicitação: A simples solicitação de uma informação ou pedido de cópias ou vistas de documentos e/ou processos.

• **Reclamação:** Manifestação de desagrado/protesto sobre um serviço prestado pelo servidor ou administrador público. No caso da reclamação ou solicitação, entende-se por conclusiva a resposta que encerra o tratamento da manifestação, oferecendo solução de mérito ou informando a impossibilidade de seu prosseguimento.

• **Denúncia:** São as manifestações encaminhadas pelo cidadão a respeito de atos administrativos que contenham indícios de irregularidades praticadas por gestor público jurisdicionado. À denúncia recebida pela Ouvidoria, desde que contenha elementos mínimos de autoria e materialidade, será oferecida resposta conclusiva no prazo máximo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por mais 10 (dez).

A Ouvidoria ainda possui local próprio ressaltando que os e-mails recebidos no endereço ouvidoria@ifap.edu.br devem ser, por esse órgão, registrados, desde que com anuência de quem originou o e-mail, no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (E-OUV).

O Ifap também dispõe no site institucional o Serviço de Informações ao Cidadão, onde o usuário pode acessar formulários a serem entregues presencialmente, bem como realizar requisições *online*.

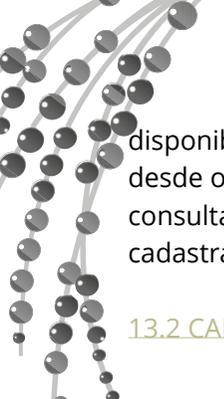
Estão disponíveis os seguintes formulários:

- Formulário para pedido de acesso à informação Pessoa Natural
- Formulário para pedido de acesso à informação Pessoa Jurídica
- Formulário de reclamação PF
- Formulário de reclamação PJ
- Formulário de Recursos PF
- Formulário de Recursos PJ

Para requisições *online*, o Serviço de Informações ao Cidadão conta com *link* para o e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Por meio desse sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail, entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

O e-SIC, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 - Art. 30, inciso III), também



disponibiliza relatórios estatísticos contendo, em tabelas e gráficos, dados a respeito dos pedidos e recursos realizados desde o início da vigência da Lei (16 de Maio de 2012), bem como informações gerais sobre os solicitantes. É possível consultar dados consolidados (para toda a Administração Pública Federal) ou dados específicos de um órgão/entidade cadastrado no e-SIC.

13.2 CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO

A Carta de Serviços ao Usuário do IFAP tem como intuito informar à comunidade o que é o IFAP, quais serviços são prestados, bem como a busca pela excelência na prestação de serviços ao público. A divulgação das ações através da transparência pública dos trabalhos realizados pela Instituição também é vislumbrada na elaboração deste documento. A proposta inicial da Carta de Serviços ao Usuário foi idealizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), Decreto nº 6.932 de 11 de agosto de 2009. Este documento tem como fundamento a divulgação de todas as informações relacionadas aos serviços prestados aos cidadãos nessa Instituição.

Nesse sentido, a constituição da presente Carta de Serviços ao Usuário do Ifap subsidiou-se no afluxo das informações essenciais da Instituição com o intuito de fornecer conhecimento aos cidadãos que utilizam dos serviços por ela prestados, de promover o acesso a essas informações, bem como de estabelecer a transparência e o compromisso com elevado padrão de qualidade no atendimento. Este documento está disponível no site www.ifap.edu.br, na aba Carta ao Usuário. Planejamento 2019 - 2023: Atualizar anualmente os serviços prestados pelas unidades do Ifap, bem como, atualizar as informações dos responsáveis por cada setor.

13.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

O Ifap está em fase de elaboração dos mecanismos para verificação da satisfação dos produtos e serviços, especialmente no que concerne aos usuários externos.

O instrumento atualmente utilizado é a avaliação conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), o qual é instituída por meio da Portaria com representação de todos os segmentos do IFAP incluindo a comunidade externa.

13.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações concernentes a esta unidade jurisdicionada estão disponibilizadas no site da instituição www.ifap.edu.br, menu Central de Conteúdos, aba Publicações. Através deste caminho é possível acessar os Relatórios de Gestão, Relatórios de Auditoria CGU, Plano de Ação, Relatório da CPA, resoluções e os demais documentos produzidos internamente ou documentos de órgãos externos que regulamentam as ações do IFAP ■

ANEXOS

ANEXO I

ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

1.1 Unidades da Reitoria

Chefia de Gabinete da Reitoria

Diretorias Sistêmicas

Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DINST)

Diretoria de Tecnologia da Informação (DITI)

Diretoria de Engenharia (DIEN)

Diretoria de Educação a Distância (DIEAD)

Pró-Reitorias

Pró-Reitoria de Ensino (PROEN)

Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPESQ)

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)

Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

1.2 Campi Ifap

Campus Agrícola Porto Grande

Campus Laranjal do Jari

Campus Santana

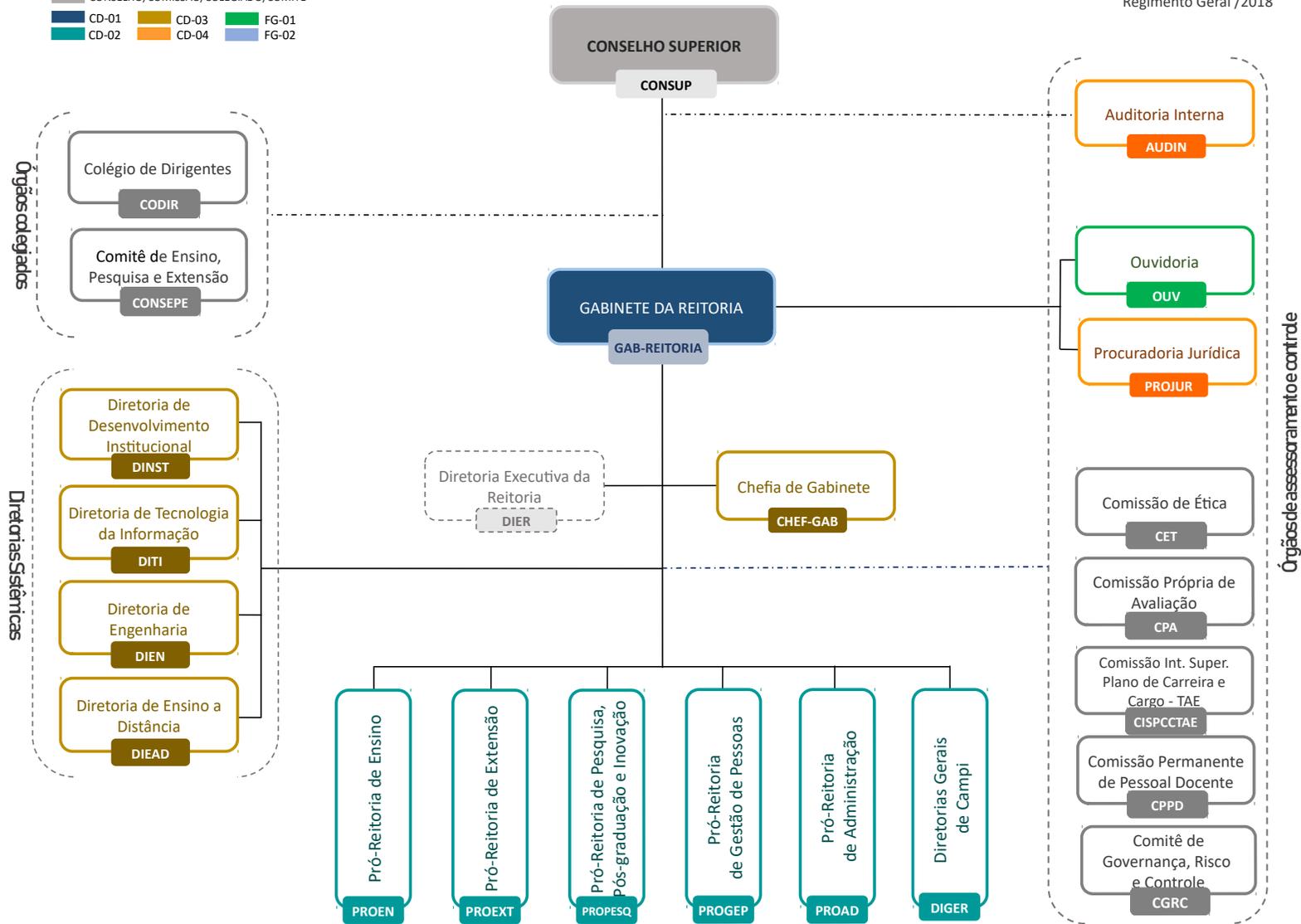
Campus Macapá

Campus Avançado Oiapoque

LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
 ■ CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ
 ■ CD-01 ■ CD-03 ■ FG-01
 ■ CD-02 ■ CD-04 ■ FG-02

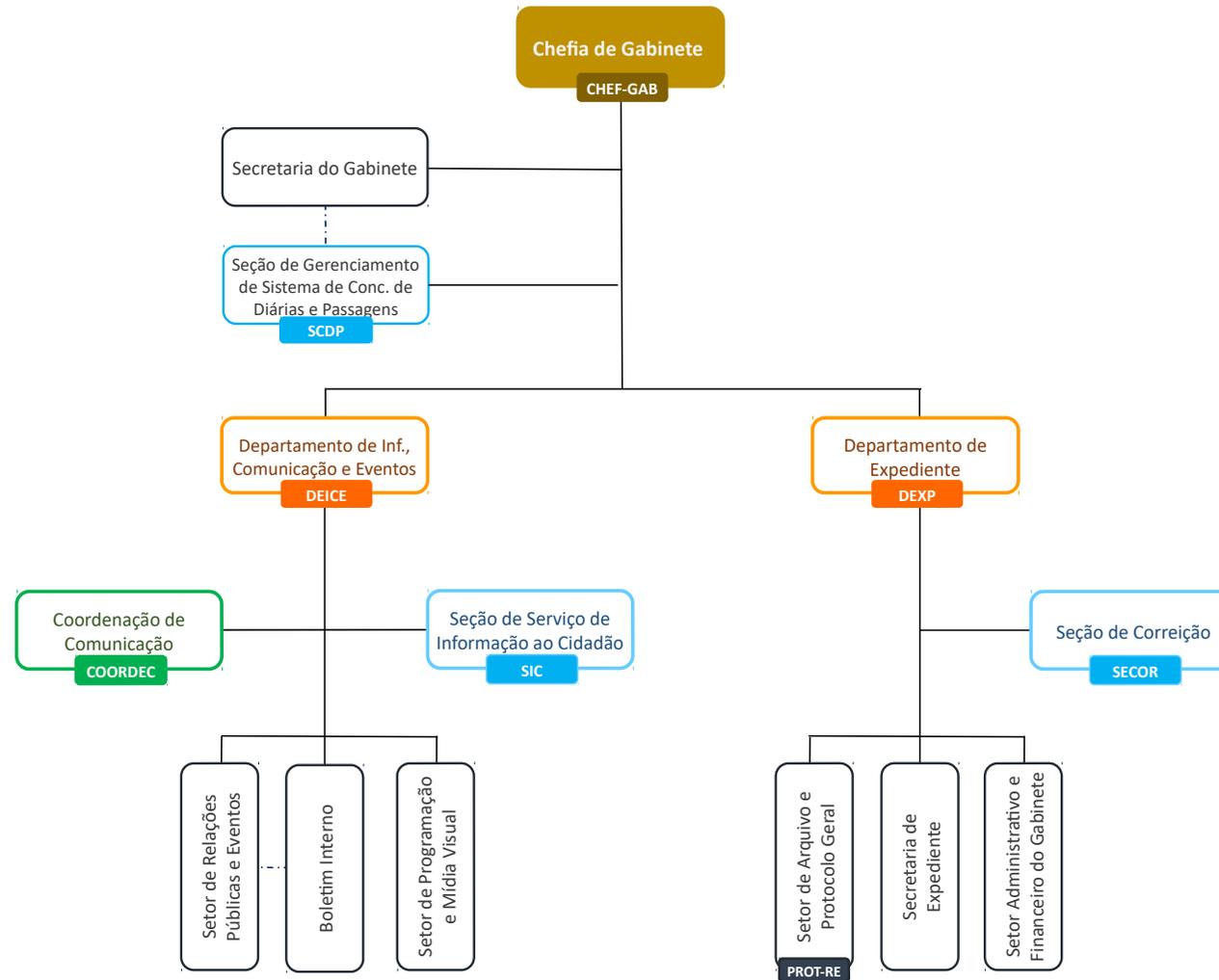
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL IFAP

Regimento Geral /2018



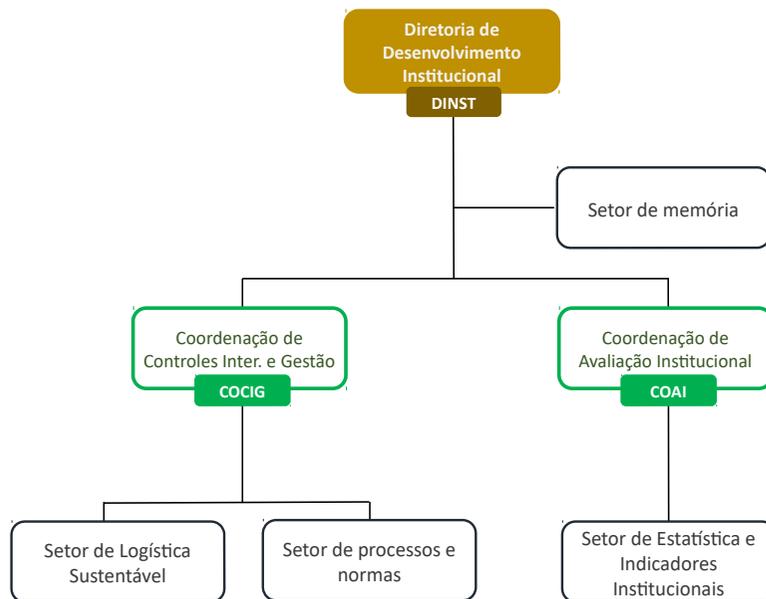
LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
 ■ CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ
 ■ CD-01 ■ CD-03 ■ FG-01
 ■ CD-02 ■ CD-04 ■ FG-02

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Chefia de Gabinete da Reitoria - IFAP
 Regimento Geral - Julho/2018



LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÉ
CD-01 CD-03 FG-01
CD-02 CD-04 FG-02

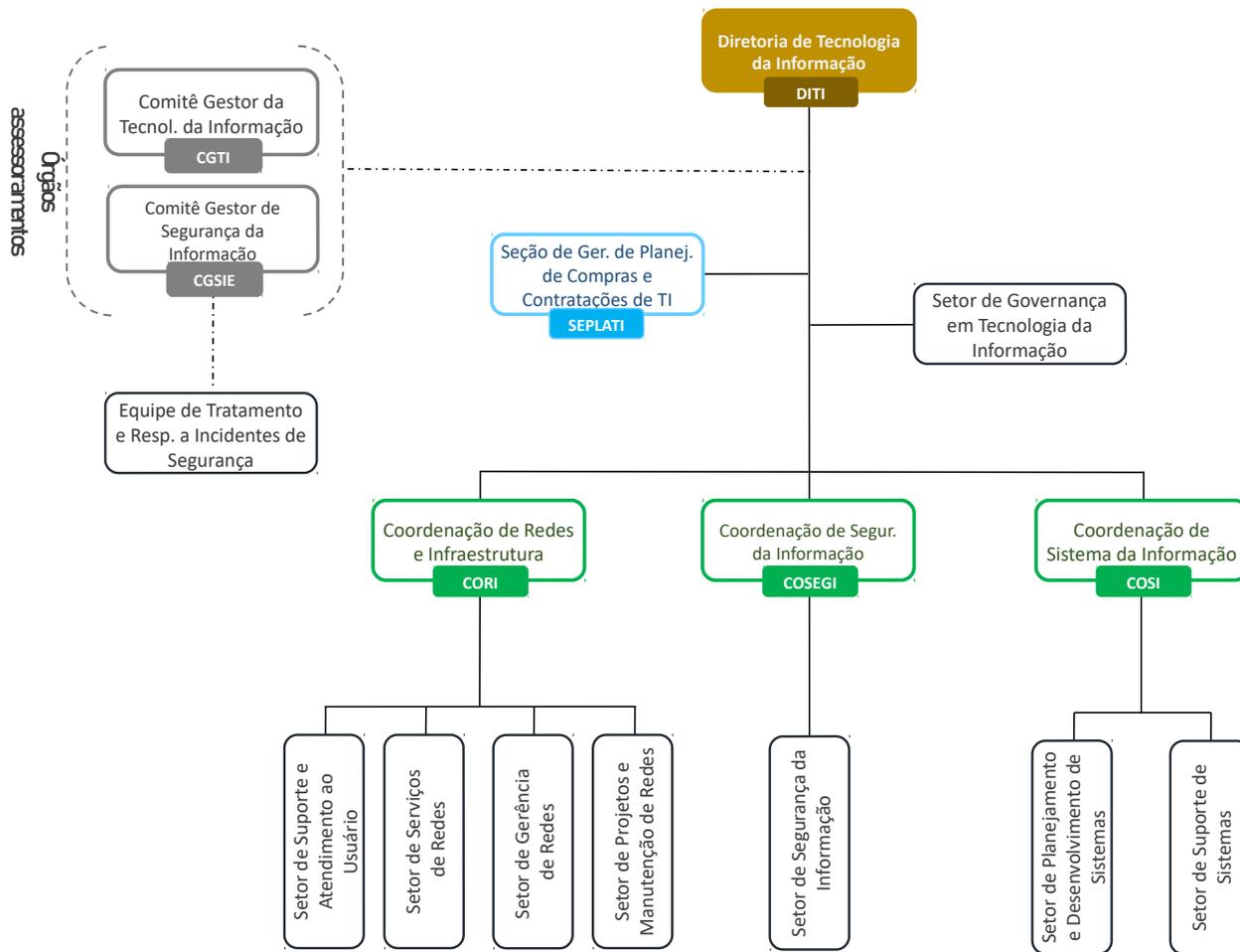
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Diretoria Sistêmica – DISNT - IFAP
Regimento Geral - Julho/2018



LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
 ■ CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ
 ■ CD-01 ■ CD-03 ■ FG-01
 ■ CD-02 ■ CD-04 ■ FG-02

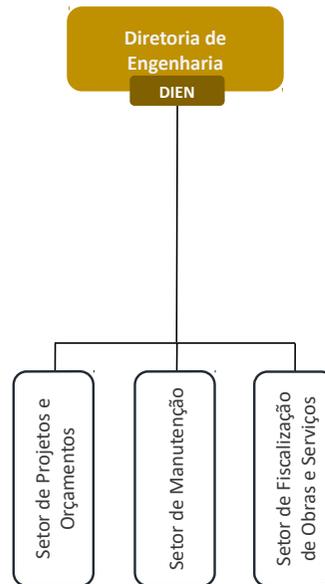
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Diretoria Sistêmica – DITI - IFAP

Regimento Geral - Julho/2018



LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÉ
CD-01 CD-03 FG-01
CD-02 CD-04 FG-02

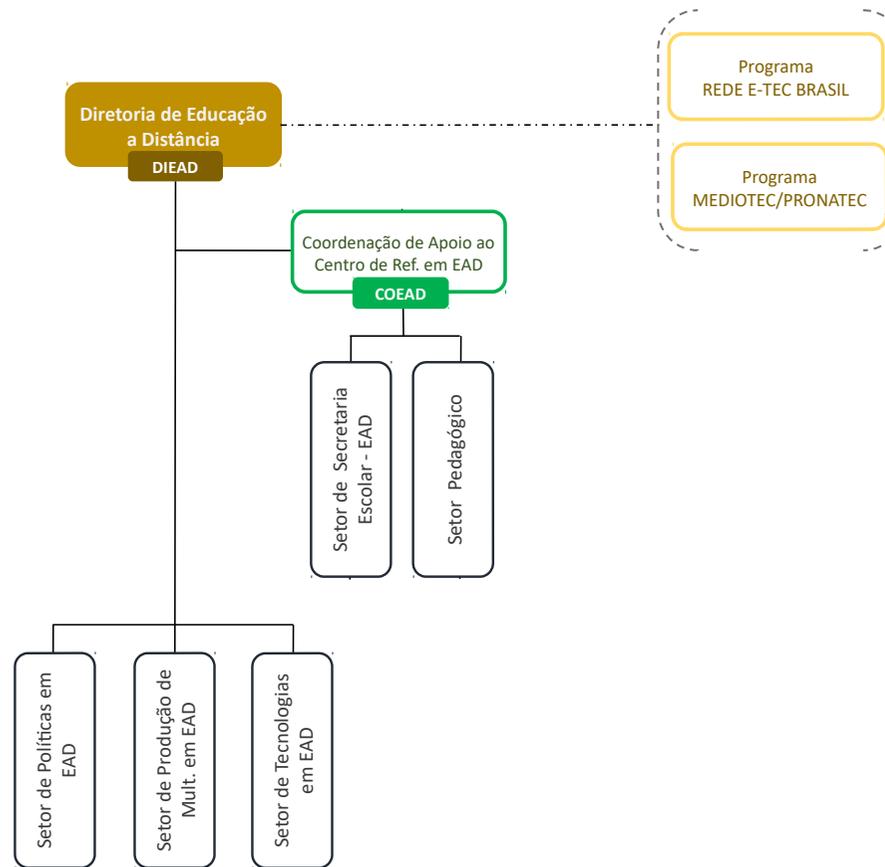
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Diretoria Sistêmica – DIEN - IFAP Regimento Geral - Julho/2018



- LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:**
- CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ
 - CD-01
 - CD-02
 - CD-03
 - CD-04
 - FG-01
 - FG-02

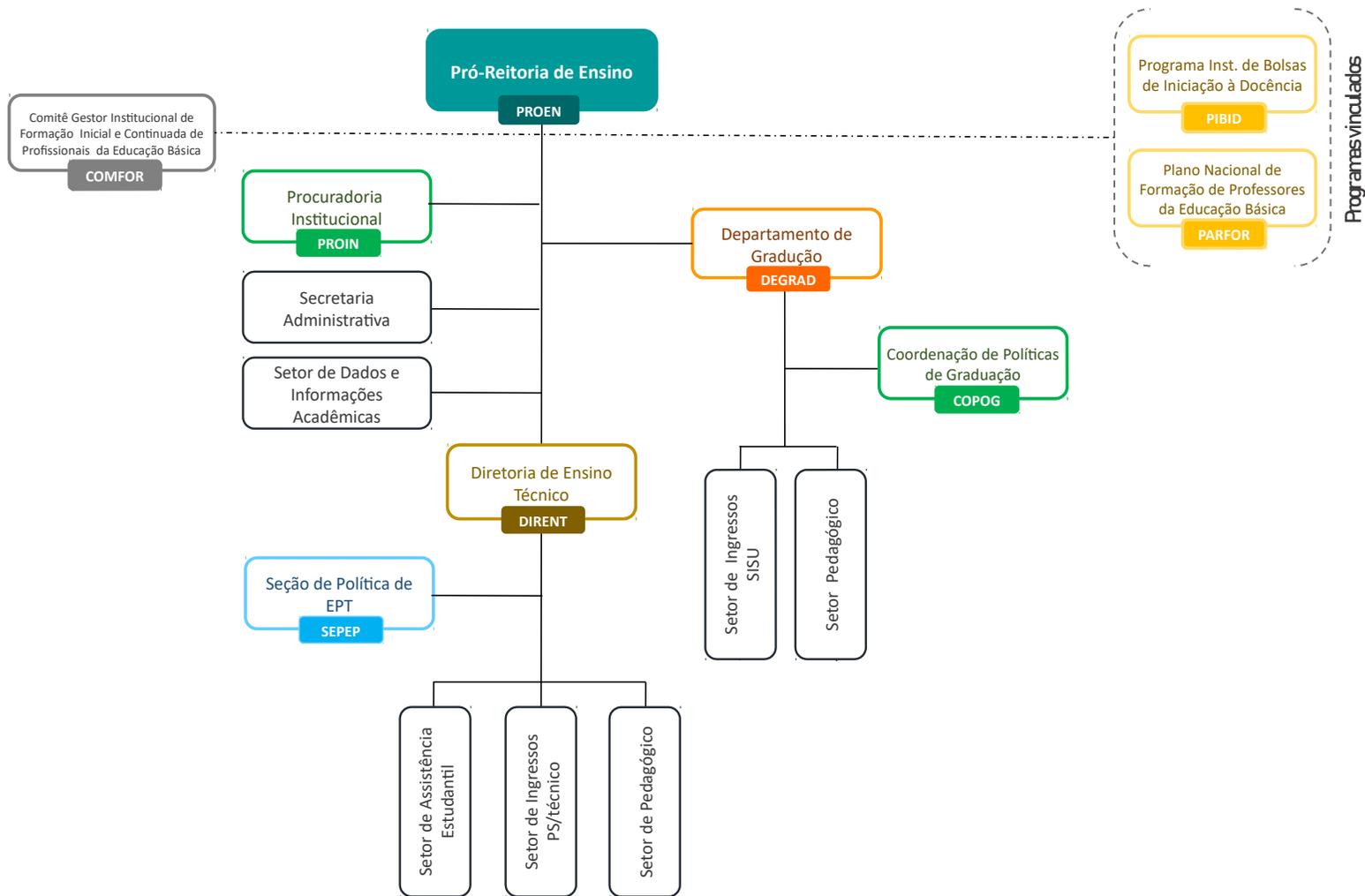
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Diretoria Sistêmica – DIEAD - IFAP

Regimento Geral - Julho/2018



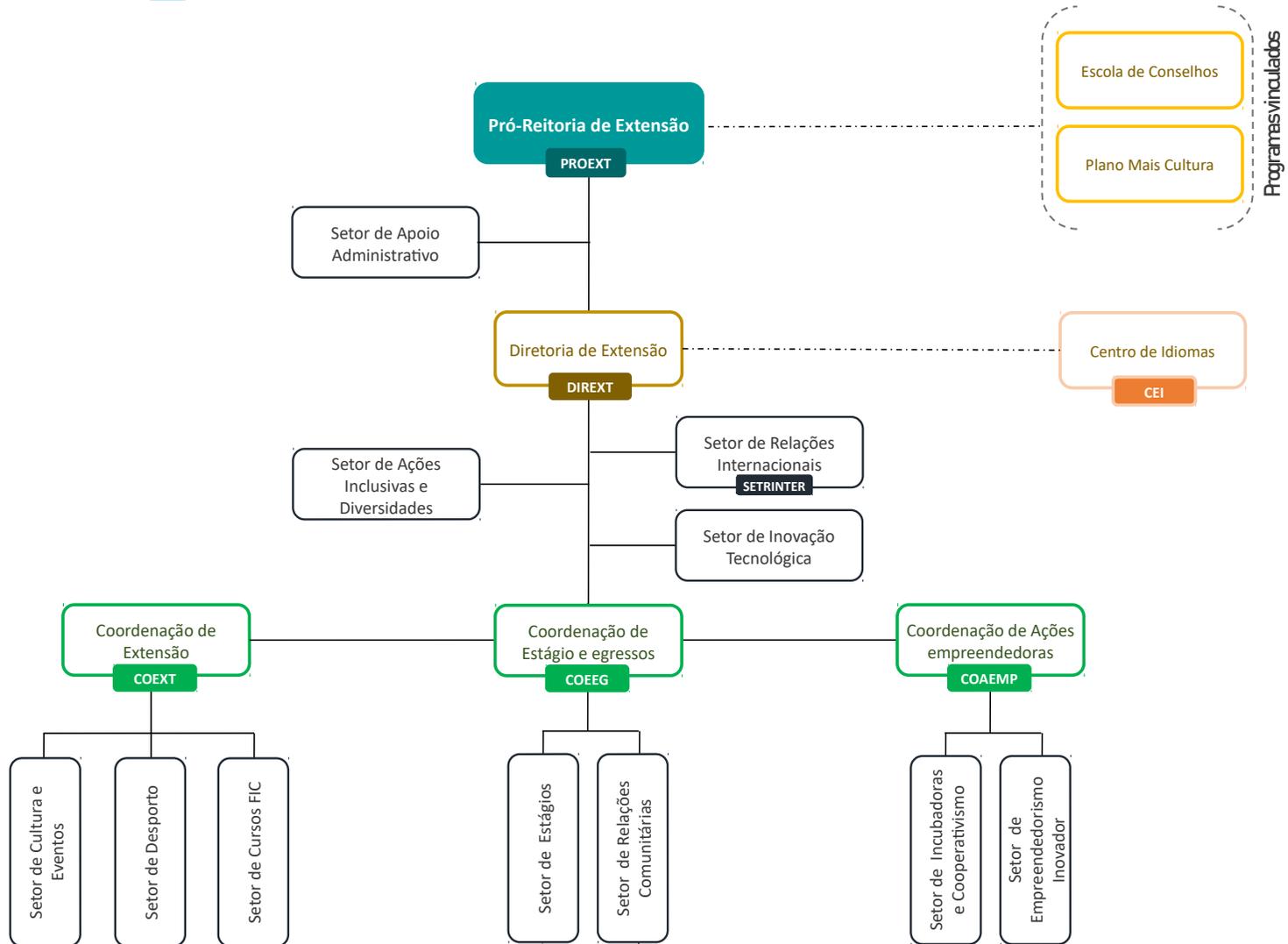
LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
 CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ
 CD-01 CD-03 FG-01
 CD-02 CD-04 FG-02

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Pró-Reitoria – PROEN - IFAP
 Regimento Geral - Julho/2018



LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
 CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ
 CD-01 CD-03 FG-01
 CD-02 CD-04 FG-02

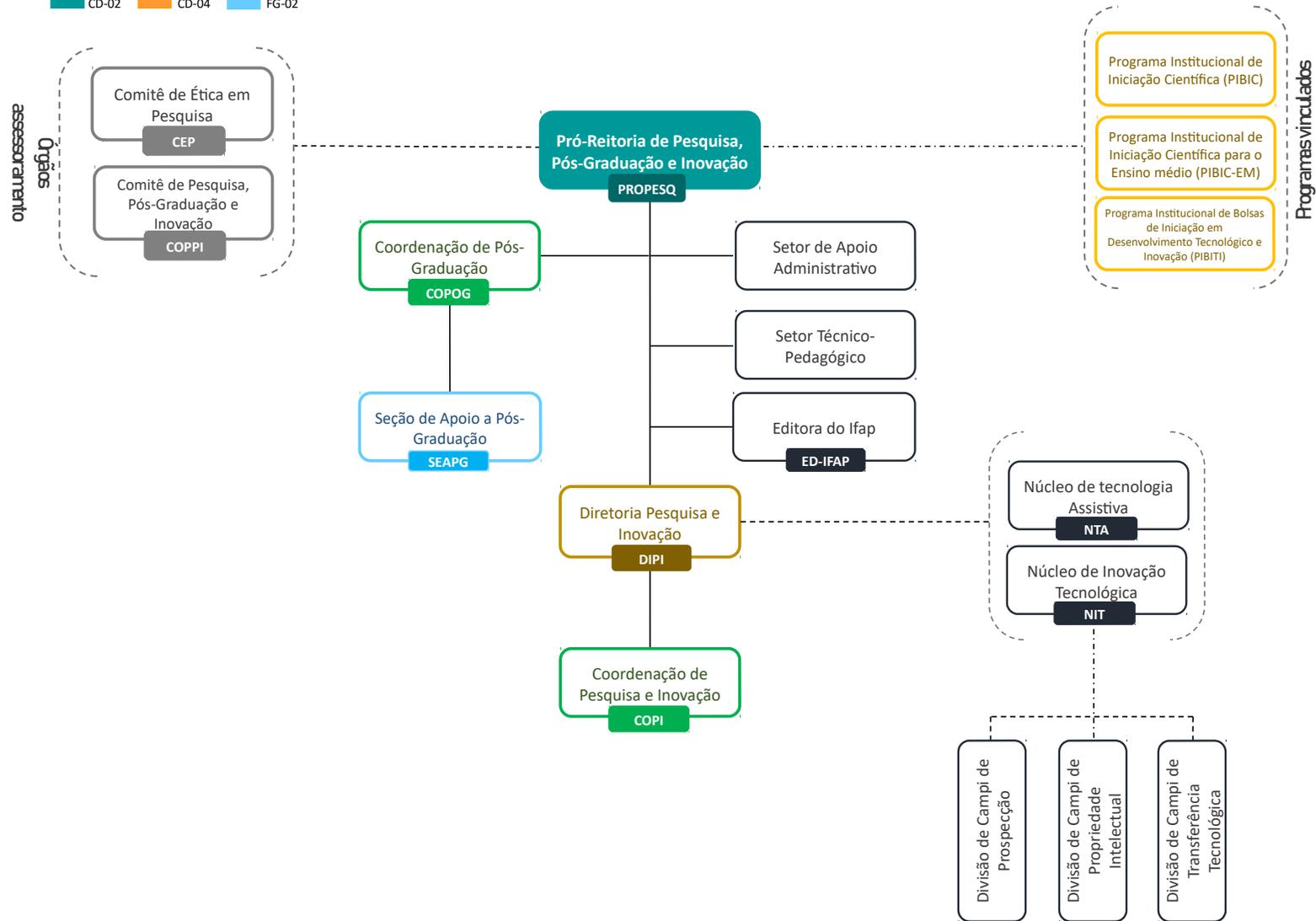
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Pró-Reitoria – PROEXT - IFAP
 Regimento Geral - Julho/2018



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Pró-Reitoria – PROPESQ - IFAP

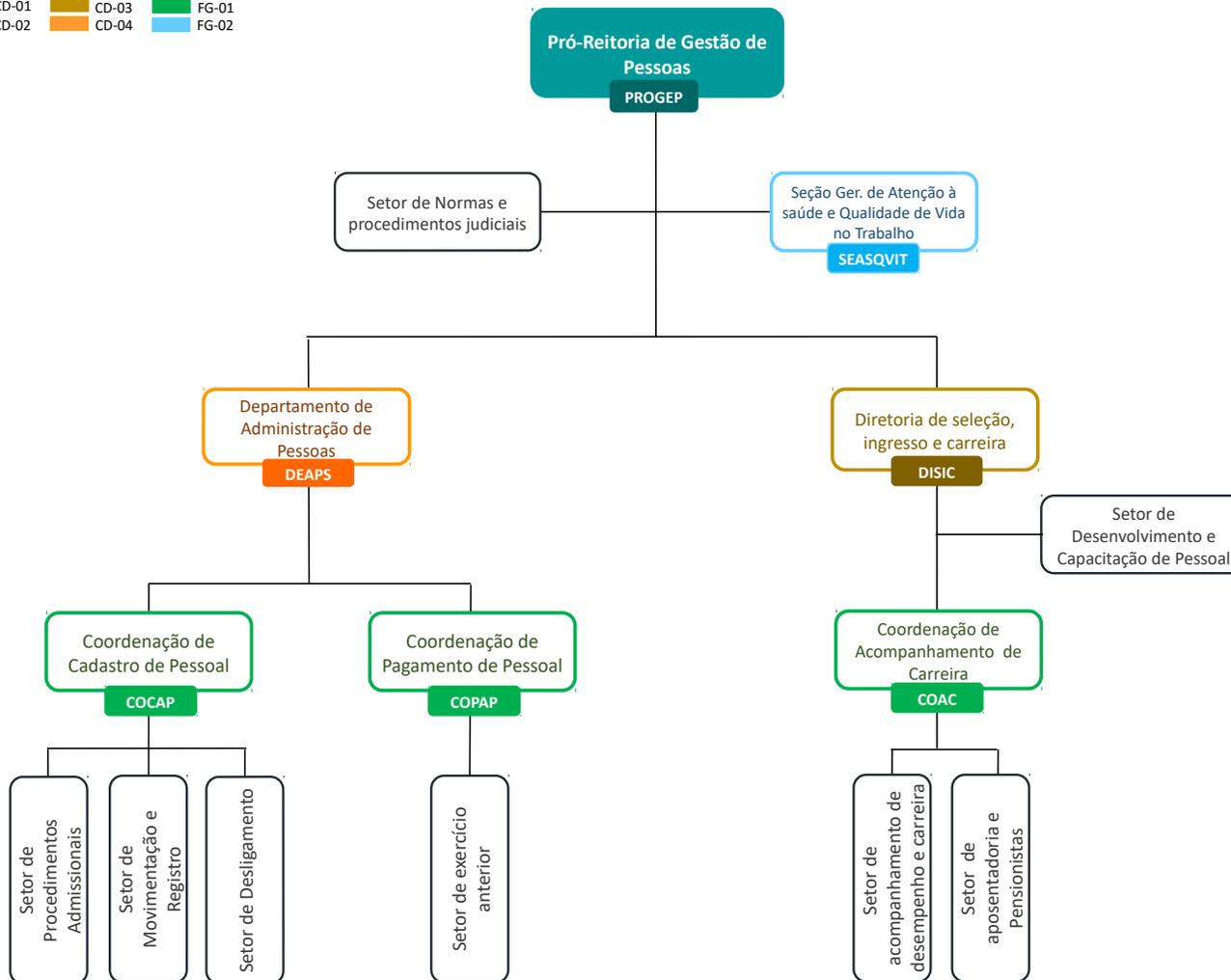
Regimento Geral - Julho/2018

- LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:**
- CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÉ
 - CD-01
 - CD-02
 - CD-03
 - CD-04
 - FG-01
 - FG-02



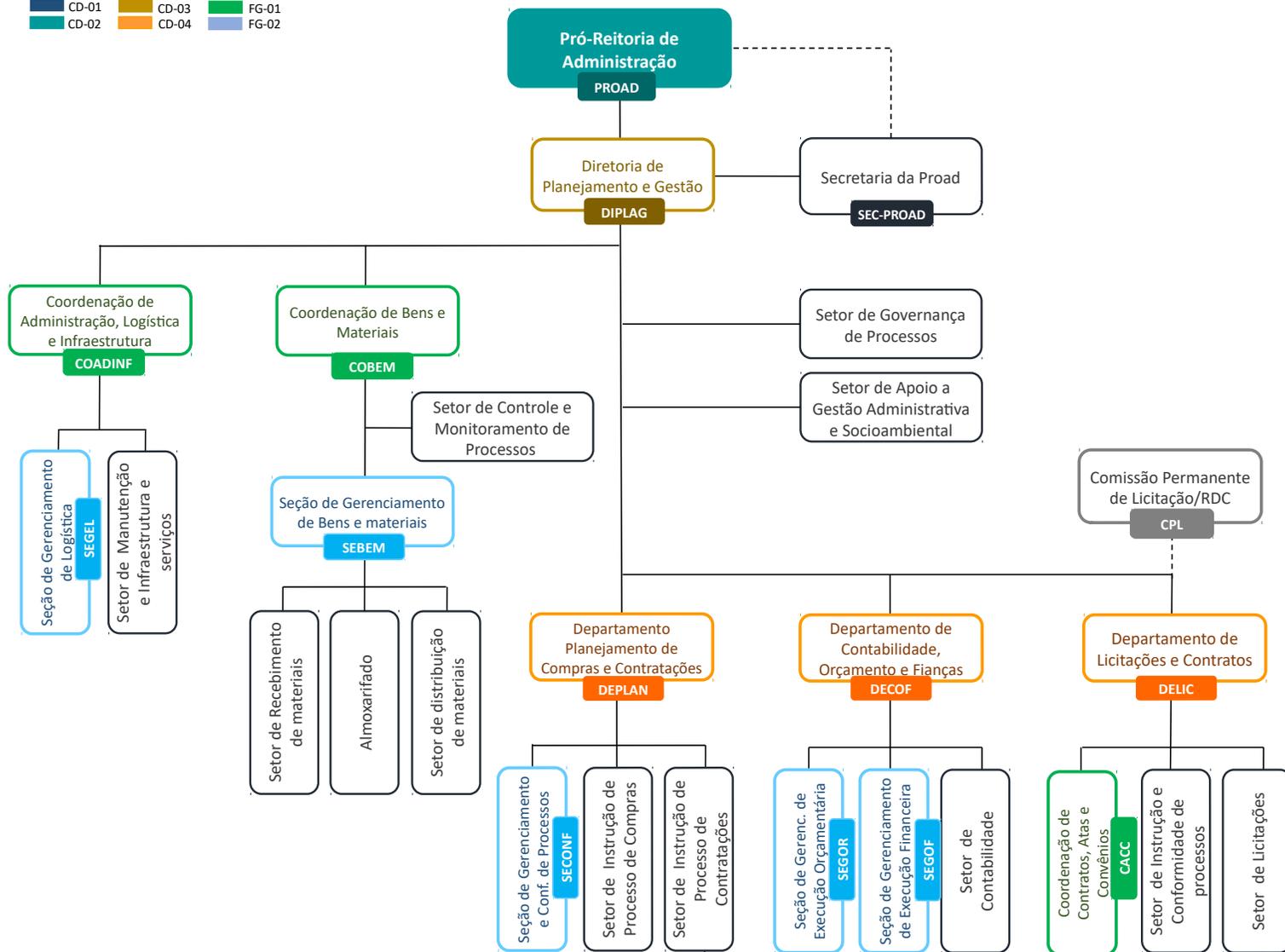
LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
 CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ
 CD-01 CD-03 FG-01
 CD-02 CD-04 FG-02

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Pró-Reitoria – PROGEP - IFAP
 Regimento Geral - Julho/2018



LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
 CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ
 CD-01 CD-03 FG-01
 CD-02 CD-04 FG-02

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Pró-Reitoria – PROAD - IFAP
 Regimento Geral - Julho/2018



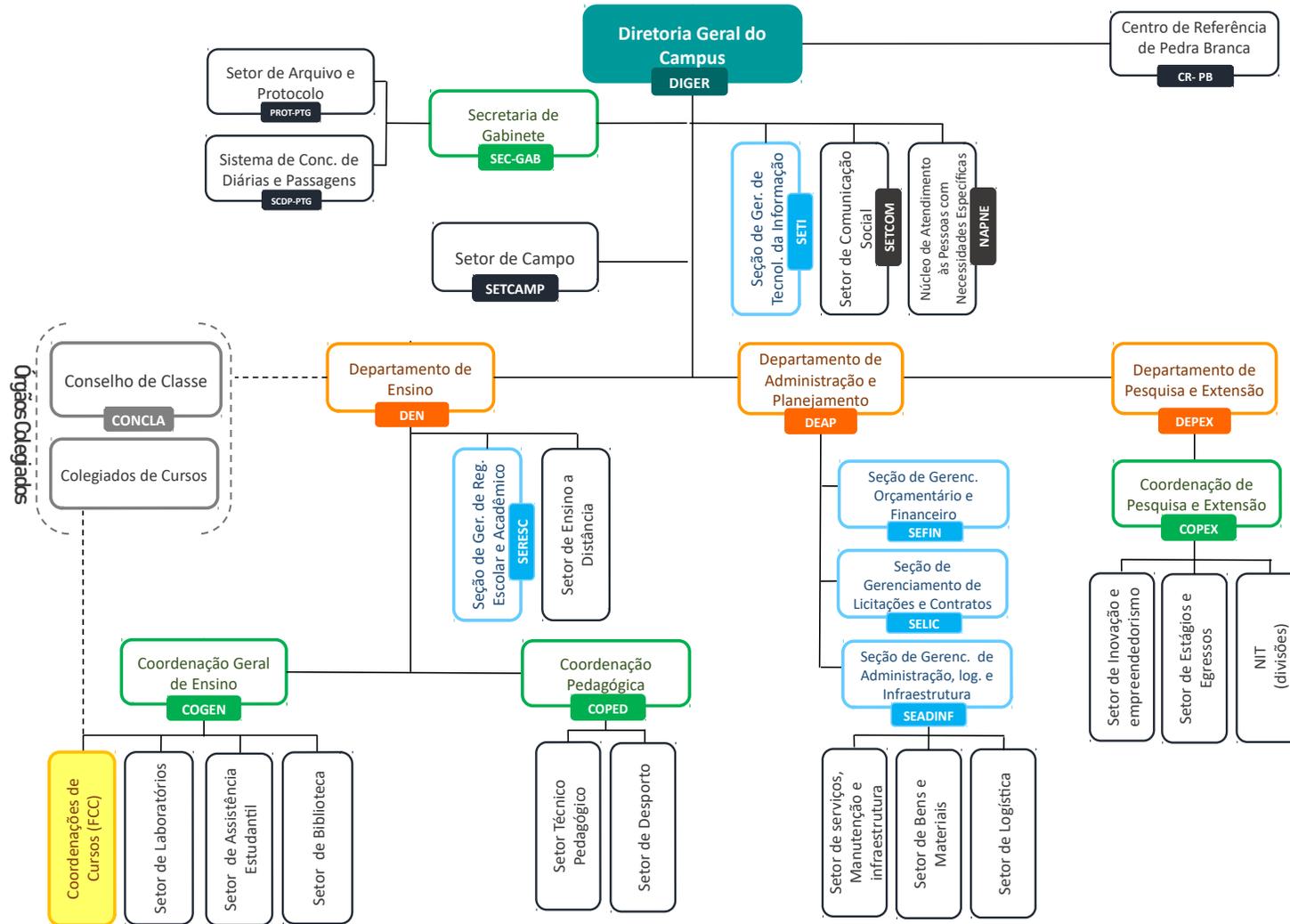
ANEXO II

ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

CAMPI - IFAP

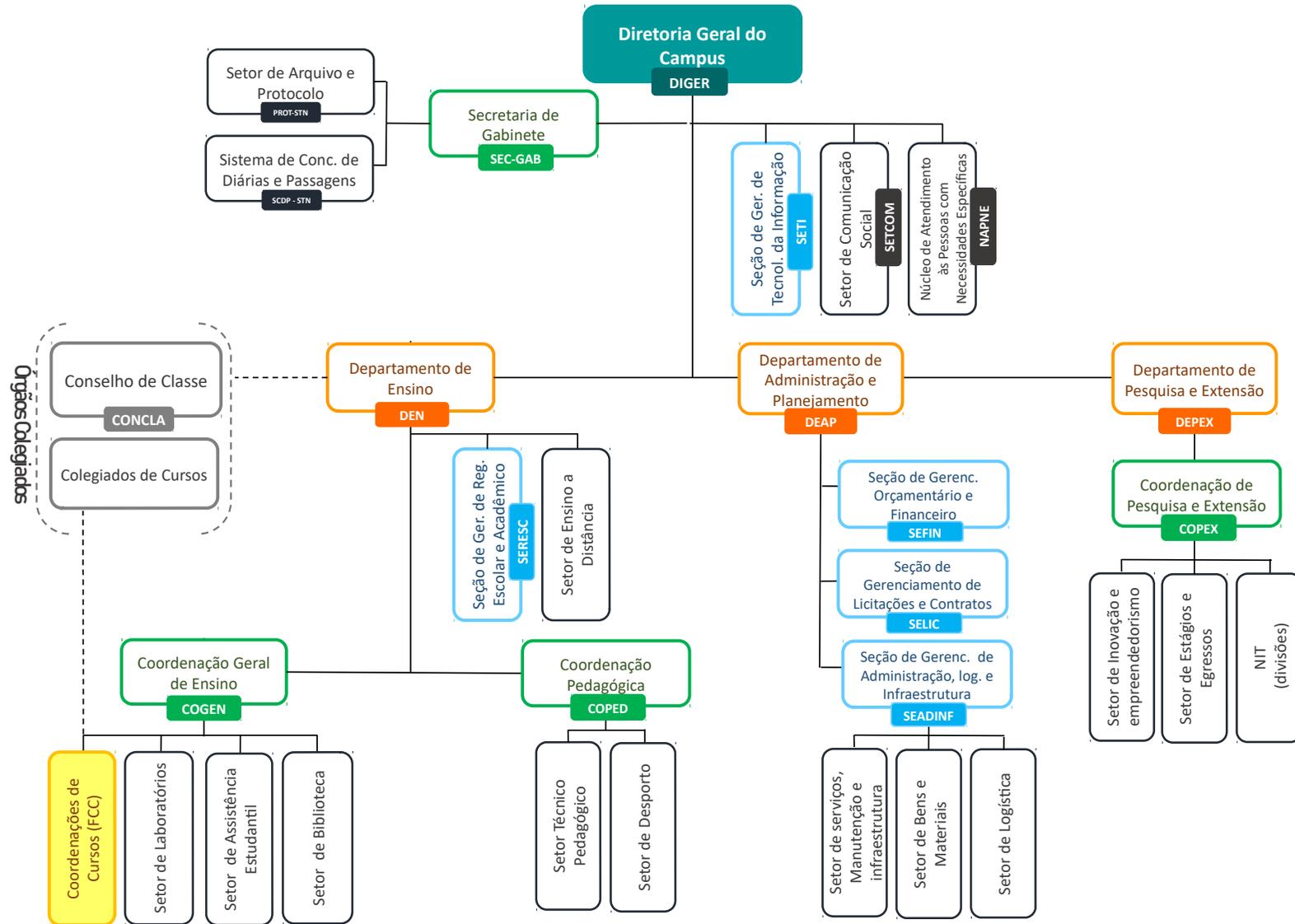
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
CAMPUS AGRÍCOLA DE PORTO GRANDE - IFAP
 Regimento Geral - Julho/2018

LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
 ■ CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ
 ■ CD-02 ■ CD-04 ■ FG-01
 ■ CD-03 ■ FCC ■ FG-02



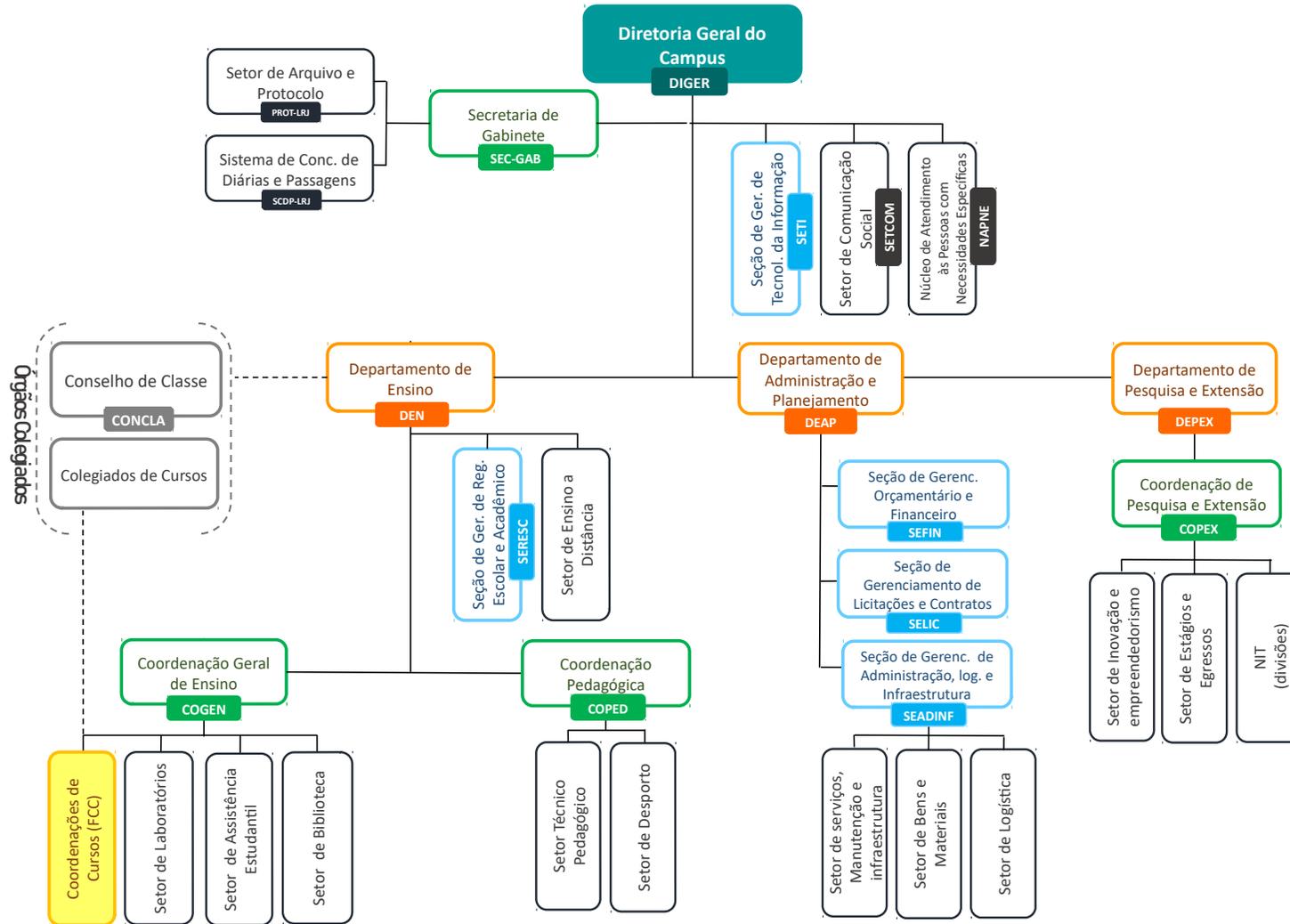
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CAMPUS SANTANA - IFAP
Regimento Geral - Julho/2018

- LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:**
- CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ
 - CD-02 ■ CD-04 ■ FG-01
 - CD-03 ■ FCC ■ FG-02



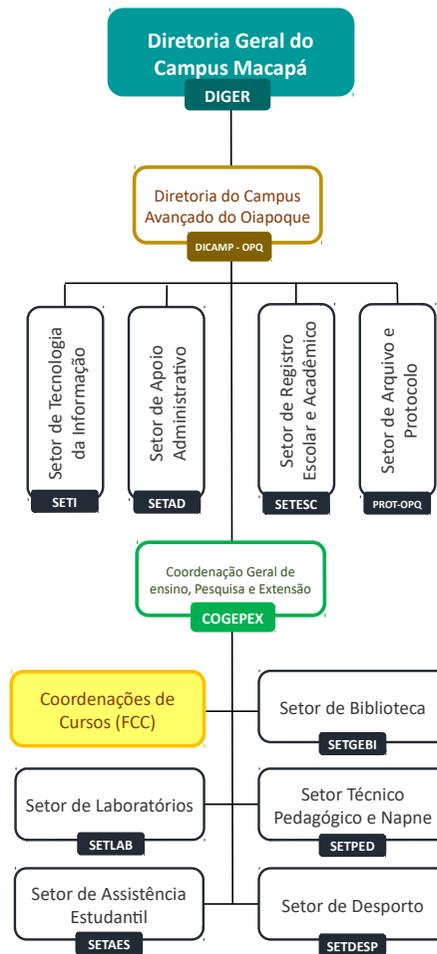
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – CAMPUS LARANJAL DO JARI - IFAP
Regimento Geral - Julho/2018

LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
 ■ CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ
 ■ CD-02 ■ CD-04 ■ FG-01
 ■ CD-03 ■ FCC ■ FG-02



LEGENDA DE CARGO/FUNÇÃO:
 CONSELHO/COMISSÃO/COLEGIADO/COMITÊ
 CD-02 CD-04 FG-01
 CD-03 FCC FG-02

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – Campus Avançado de Oiapoque - IFAP
 Regimento Geral - Julho/2018



ANEXO III

HINO DO IFAP

Compositor: Rudá Tavares Magalhães

Bem ao Norte, imponente se ergue
Um estandarte da educação
Por missão, oferece ao Estado
O ensino, a pesquisa e a extensão

Em dezembro de 2008,
Eis que surge em solo nacional
A ciência, a tecnologia,
A educação do Instituto Federal
A ciência, a tecnologia,
A educação do Instituto Federal

(Refrão)
Instituto Federal do Estado do Amapá
Pela educação, a transformação que leva a prosperar
Instituto Federal do Estado do Amapá
Em meu coração, esse brasão, que sempre hei de honrar

Nossos mestres, nossos servidores
Representam valores reais
Na conduta, visão de futuro
Ser exemplo de excelência no que faz

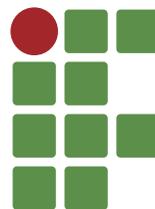
Vários Campi, compõe esse corpo
De harmonia, perfeito habitat
Superior, básica e profissional
A educação gera progresso no Amapá
Superior, básica e profissional
A educação gera progresso no Amapá

(Refrão)
Instituto Federal do Estado do Amapá
Pela educação, a transformação que leva a prosperar
Instituto Federal do Estado do Amapá
Em meu coração, esse brasão, que sempre hei de honrar

ANEXO IV

SELO DO IFAP





**INSTITUTO
FEDERAL**
Amapá